

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CPG
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZÔNIA – PPGCSPA

IGUATEMY DA SILVA CARVALHO

**NARRATIVAS E REFLEXIVIDADES: VIVÊNCIAS NUM CAMPO DE DISTINTAS
IDENTIFICAÇÕES, CONHECIMENTOS E ATUAÇÕES.**

SÃO LUÍS – MA

2022

IGUATEMY DA SILVA CARVALHO

**NARRATIVAS E REFLEXIVIDADES: VIVÊNCIAS NUM CAMPO DE DISTINTAS
IDENTIFICAÇÕES, CONHECIMENTOS E ATUAÇÕES.**

Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a defesa do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia - UEMA.

Grande Área: Antropologia e Museologia
Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Portela Nunes

SÃO LUÍS – MA

2022

Carvalho, Iguatemy da Silva.

Narrativas e reflexividades: vivências num campo de distintas identificações, conhecimentos e atuações / Iguatemy da Silva Carvalho. – São Luís, 2022.

181 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Políticas da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Portela Nunes

1.Agentes Sociais. 2.Cultura. 3.Estado. 4.Museus. I.Título.

CDU: 316.74:069.013

IGUATEMY DA SILVA CARVALHO

NARRATIVAS E REFLEXIVIDADES: VIVÊNCIAS NUM CAMPO DE DISTINTAS
IDENTIFICAÇÕES, CONHECIMENTOS E ATUAÇÕES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em Cartografia Social e Políticas da Amazônia.

São Luís, 27 de agosto de 2022.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Portela Nunes
Universidade Estadual do Maranhão
São Luís – MA

Avaliadora: Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins
Universidade Estadual do Maranhão
São Luís – MA

Avaliador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Amazonas
Manaus – AM

Avaliadora: Profa. Dra. Maria Olília Serra
Universidade Federal do Maranhão
São Luís – MA

*"Pra não ficar se humilhando por diferença de cor ...
'Seje' nego ou 'seje' branco, tem que ser respeitado. Todos
nós temos o direito de viver sem ser discriminado // Só
que isso não é de hoje, tá se tornando mundial // Todo dia
a gente vê, tá passando no jornal // Olha, quando eu vejo
isso, eu juro que me sinto mal // De ver o negro ser
chamado de mal o ou qualquer outro animal // (...) Se tu é
racista, tu não tá com nada... Se tu tem preconceito, tu
não vale nada..."*

Mestre Marcelino do Boi de Guimarães.

AGRADECIMENTOS

A Olorum, Tupã, aos Orixás, e em especial Baba Lufan e Iyá Nanã, a todas as energias metafísicas que me regem num plano de ancestralidades africana e indígena, por sua infinita sabedoria que fizeram-me conhecer, duvidar e encontrar o que almejava expor neste momento.

Aos meus pais, Luzia Viana da Silva, e ao saudoso José Batista de Carvalho, a minha Iyálorixá Josilene Brandão, ao meu Babalawo Babatunde Ogunjimi e ao saudoso Haroldo Oliveira, o Grande Haroldão do B.F.

A todos das minhas famílias, de axé e de sangue, em especial, a Paizinho Felipe Brandão, Iannara Carvalho, André, Kezia e Hilla Lopes.

A todos os meus amigos da turma do mestrado das incertezas, Filosofia 2006.2, da Rua Professora Zila Paes, da Rede de Educadores em Museus do Maranhão, com destaque a Iraci Soares, Liz Renata, Joshua Pessoa, Graça Soares, Nascimento, Nery Mendonça e Carlos Cunha, aos companheiros de andanças artístico-filosóficas de todas as horas, em especial a Auri Regia Nascimento, Francisco Carlos Costa Leite Junior e Paulo Roberto dos Santos Serejo.

A todos da Casa do Maranhão ao logo desses sete anos de gestão, mediadores culturais, seguranças, agentes de limpeza, funcionários da administração, os quais estimo meu profundo respeito e admiração por todo o aprendizado adquirido e confiança depositada, além dos relevantes agentes sociais e artistas da cultura do Maranhão com os quais tive o prazer de aprender muito.

Aos professores de filosofia, Maria Olília Serra, Zilmara de Jesus e do mestrado, em especial, a Alfredo Wagner, Cinthya Martins, Karina Biondi, Rosa Marum e a Patrícia Portela e todos os demais, pela dedicação e compromisso durante o curso, orientando-me em transformar meus desesperos em desafios.

Agradeço imensamente a todos pelo apoio que ocasionou a descoberta entre encontros e desencontros de um ser que sempre busca existir aprendendo e, na medida do possível, contribuindo para uma melhor convivência entre todos.

Modupe Olorum!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar de forma crítica e reflexiva um contexto de desproporção, suspensão de conceitos e inversão de valores, no qual se encontra a relação entre, o “homem” assumindo a condição de um eu-deus na sua agonizante busca de eternizar-se perante a infinitudes, o “Estado” estando refém de grupos corruptos e corrupções e a “Cultura” tomada como uma ideologia, alienando, dividindo e massificando a grande maioria de seus *fazedores*, inserindo-os num estado de disputas completamente desleais a uma sinceridade como o que são, agindo sem qualquer responsabilidade social com o que fazem. Uma realidade na qual o sujeito do conhecimento expressa todo um contexto fragmentado, extremado, individualista, essencialista e instrumentalizado de ler, interpretar e entender o mundo; sendo essa a base a qual passa a edificar sua condição de sociabilidade, acrítica e irrefletida sobre contradições, contingências e determinismos numa vida sempre estipulada por outrem. Para essa investigação, tomo como recorte, minhas vivências como diretor da Casa do Maranhão – SECMA, envolvidas com as instigantes, reflexivas e questionadoras experiências dos museus vivos via Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, do Programa da Nova Cartografia Social e Políticas da Amazônia, promovendo todo um repensar de práticas museológicas institucionais e inúmeras autocriticas, querelas, ponderações sendo o ponto de partida e base principal dessa pretensa dissertação.

Palavras Chave: Agentes Sociais. Cultura. Estado. Museu.

ABSTRACT

The present research aims to analyze, in a critical and reflective way, a context of disproportion, suspension of concepts and inversion of values, in which the relationship between “man” is found, assuming the condition of a god-self in his agonizing quest to eternalize himself. If faced with infinities with time and space, the "State" being hostage to corrupt groups and corruption and "Culture" taken as an ideology, alienating, dividing and massifying the vast majority of its makers, inserting them in a state of disputes completely disloyal to a sincerity as they are, acting without any social responsibility with what they do. A reality in which the subject of knowledge expresses an entire fragmented, extreme, individualistic, essentialist, utilitarian and instrumentalized context of reading, interpreting and understanding the world, which is the basis on which to build his condition of uncritical and thoughtless sociability on contradictions, contingencies and determinisms in a life always stipulated by others. For this investigation, I take as a cut, my experiences as director of Casa do Maranhão – SECMA, involved with the instigating, reflective and questioning experiences of living museums via the Traditional Knowledge and Ethnography Exhibition, of the New Social Cartography and Policies Program of the Amazon, promoting a whole rethinking. Of institutional museological practices and countless self-criticisms, quarrels, considerations being the starting point and main basis of this alleged dissertation.

Keywords: Culture. Museum. State. Social Agents.

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ – ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS
QUILOMBOLAS DO MARANHÃO

AM – AMAZONAS

BMB – BUMBA MEU BOI

BTM – BLOCOS TRADICIONAIS DO MARANHÃO

CCS's – CENTRO DE CIÊNCIAS E SABERES

CCPDVF – CENTRO DE CULTURA POPULAR DOMINGOS VIERA FILHO

CRESOL – CENTRO DE REFERENCIA EM ECONOMIA SOLIDARIA DO
MARANHÃO

CM – CASA DO MARANHÃO

COVID – 19 – *CORONA VÍRUS DISEASE*

EMBRATUR – EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO

GFP – GRUPO DE FISILOGISTAS POLÍTICOS

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

MA – MARANHÃO

MARATUR – EMPRESA MARANHENESE DE TURISMO

MIQCB – MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU

MT – MATO GROSSO

MUSCAP – MUSEU DOS CAPUTINOS

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PA – PARÁ

PCdoB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDT – PARTIDO DEMOCRATICO BRASILEIRO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PNCSPA – PROGRAMA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL E POLITICAS DA
AMAZÔNIA

PNEM – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

PPGCSPA – PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E
POLITICAS DA AMAZÔNIA

PNC – PLANO NACIONAL DE CULTURA

PE – PERNANBUCO

PEC – PLANO ESTADUAL DE CULTURA

REM MA – REDE DE EDUCADORES EM MUSEUS DO MARANHÃO

SADC – SUPERINTENDENCIA DE AÇÕES E DIFUSÕES CULTURAIS

SECMA – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHÃO

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO

UEA – UNIVERSIDADE ESTADUAL

UEMA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UGCP – UNIDADE DE GESTÃO DE CULTURA POPULAR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	24
1. A CONSTRUÇÃO DO ETNÓGRAFO	24
1.1. Discussões Introdutórias: criar é angustiar-se	24
1.2. O Mundo, os Outros, o Eu: dos dissensos existenciais a alteridade	365
1.3. Sobre o pesquisador... ..	50
CAPÍTULO II	60
2. O ESTADO E SUA CONDIÇÃO DE TOTALIDADES UTILITÁRIAS	60
2.1. Quem é o Estado?.....	60
2.2. A Casa do Maranhão como um subcampo burocrático.....	74
2.3. O gestor museal.....	92
CAPÍTULO III	1198
3. DO DIREITO A CULTURA À CULTURA DO DIREITO	1198
3.1. Quem é a cultura?	1198
3.2. A cultura institucional e seus atos: o que resta para seus agentes sociais?	1309
3.3. Os Centros de Ciências e Saberes e Casa do Maranhão: itinerâncias, mudanças e resistência cultural.....	14746
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17271
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	178

INTRODUÇÃO

O que é um autor de uma obra escrita? O que o faz expressar seus sentimentos, pensamentos, julgamentos sobre si e tudo mais em seu redor fazendo-o descrever, discorrer, dissertar sobre algo? Qual a base conceitual a qual o mesmo se fundamenta? Como se dá seu desenvolvimento, sua construção cultural? Como se constrói sua maturação? Como ele se mostra, se posiciona inserido em relações de força e poder dadas no contexto avaliado, assim como, no da produção de sua obra? Enfim, o que escrever? Qual seu objetivo enquanto ação? Qual sua relevância dentro de uma realidade de inversão de valores, suspensão de conceitos, que acirram disputas, elevando egos ao extremo no tocante a se autoproclamarem deuses do conhecimento diante de seus feitos, “descobertas e invenções”?

Eis alguns questionamentos que penso fazer parte da construção de considerações dissertadas sobre algo, reiterando a extrema necessidade de uma tomada de consciência sobre uma ética pautada em superfluidades e elevação do ego evidenciando vaidades, algo muito presente no meio das expressões dos sujeitos sociais, desconsiderando especificidades e dinâmicas que afastam, por exemplo, de tal empreitada, a relevância dos conflitos e querelas presentes em tal realidade de criação, indispondo um externar reflexivo, crítico e problematizador sobre os porquês das tensões dadas, no caso, do ato de se escrever, descrever, explanar, julgar e valorar algo, sendo mais cômodo descartar tal realidade por demandar um investimento trabalhoso, a exemplo de análises relacionais pautadas na diversidade não transformando o dissertar em algo ratificador de uma moral literária, infiel a uma verossimilhança com verdade(s), negligente a qualquer tipo de autoconhecimento, conhecimento interligado a um coletivo, complementando-se, apesar das diferenças e choques de realidade, propiciando a identificação de um homem sempre ocasional e contingente, com visões e interpretações, sobre os outros, a natureza e o mundo, pautados numa sociabilidade fragmentada, radical, iludindo-se com a falsa ideia de autossuficiência, alienando a produção de cultura que surge deste contexto.

Dessa forma, apresenta-se essa pesquisa num sentido de debater e refletir sobre esse alheamento do homem consigo, seus pares, dispare, o contexto vivido, seu saber e fazer, a partir de um recorte de problematizações dadas na gestão do “patrimônio cultural”¹, no tocante, a processos de legitimação de uma identidade regional, cingidas a uma determinada

1 Para compreensão das mudanças de significado da categoria patrimônio cultural enquanto categoria jurídica que fundamenta um leque bastante vasto. ALMEIDA, A. W. B. de; DOURADO, S. B.; MARIN, R. E. A. (org.). **Patrimônio cultural**: identidade coletiva e reivindicação. Manaus: UEA Edições, 2013.

unidade política administrativa: o Maranhão. Uma perspectiva de apreciações pautadas dentro de um legado colonial, que perdura, pretendendo-se colocar em discussão as relações entre as estruturas de poder e o domínio da produção artística e cultural, intentando ainda, indagar as intrincadas e complexas disputas em jogo para definir expressões artísticas ou “manifestações” de uma “cultura local”², ou como se verá, manifestações econômicas, inclusive como elementos definidores também de uma identidade. Análise esta, feita a partir de vivências internas e externas da Casa do Maranhão, um órgão estatal com funções museológicas de difundir e divulgar a cultura maranhense, em especial a do Bumba meu Boi, além de outras “manifestações culturais”, belezas arquitetônicas e naturais³, enfatizando-se principalmente em tal apreciação a condição do ser e estar de um mesmo homem, tomando como objeto de estudo sua propriedade de posição como o gestor do citado espaço.

Trata-se de uma investigação que objetiva colocar em discussão as relações de poder subjacentes à constituição de “expressões culturais tipicamente maranhenses” investidas na construção de uma identidade regional, completamente entrelaçada aos processos políticos de construção de uma “nação”⁴, intentando problematizar categorias como: genuíno, originário, memória, história, patrimônio, tradição, inseridas na museologia oficial, essencialmente construídas pelo Estado, analisando a contribuição de tais termos para a reificação de uma ética e moral pautadas num sistema organizacional homogeneizador do diverso, arbitrário, quanto suas classificações e clivagens, tomando a cultura como um poder ideológico de dominação feita por uma “elite civilizada”, sendo naturalizadamente, a autoridade máxima da designação do ser artístico, culto, intelectual, assim como de toda produção cultural do Estado, detendo em suas mãos os mais variados tipos de capital, seja do campo material ou imaterial, instrumentalizando-os sem qualquer escrúpulo afim de se manter no poder.

Uma realidade construída através do poder de persuasão via força e imposição de diretrizes mecanicistas, ações burocratizadas, pautadas, por exemplo, no medo confundido com respeito, completamente distante de se efetivar em cima de uma perspectiva socialmente construída, justificando-se através de uma torpe, falaciosa e inescrupulosa maneira de administrar dificuldades, disparidades provenientes de violências (físicas e simbólicas) sem necessariamente resolvê-las, produzindo assim um ambiente de autossustentabilidade de um

2 O uso das aspas aqui tem por objetivo ressaltar a ênfase em visões objetivas e os efeitos de reificação daí decorrentes, tanto quanto procuro através delas fazer lembrar que não há consenso e uma única definição aceita por todos sobre o que seja “cultura”.

3 Algo melhor esmiuçado no Decreto Nº 23.823 de 10 de março de 2008, sobre o Regimento da Secretaria de Estado da Cultura – SECMA presente no Diário Oficial do Estado do Maranhão ano CII nº 049 de terça-feira, 11 de março de 2008, estipulando as novas diretrizes da então Casa de Cultura, Casa do Maranhão.

4 Sobre o conceito de nação consultar: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

poder autoritário, assumindo uma representatividade como a fonte mais segura em solucionar querelas que o mesmo cria. Um contexto de continua atualização, afim de empregar a camada dos dominados, geralmente, a maioria sempre dividida, alheia a si e a seus atos, um projeto de pilhagens de bens⁵, que mutila, anula e autossabota qualquer possibilidade de se estabelecer um pensamento crítico-reflexivo sobre querelas estabelecidas em tal ambiente de autoflagelos, indeterminando suas causas, lançando essa maioria sempre, em uma orbe de disputas sem propósito algum de efetivar um coletivo pautado, na complementariedade de indivíduos com identidades socioculturais com semelhanças e principalmente diferenças.

Sobre tal contexto de apresentação desta pesquisa construída em cima de vivências de um diretor de um espaço museológico como a Casa do Maranhão, alguns questionamentos podem ser citados como pontos de partida para a análise proposta, dentre eles cita-se: Pensando na atual conjuntura de relações de força e poder vividos na atual administração da cultura do Estado, pode-se pensar os espaços museais estatais, difusores e divulgadores de expressões culturais, como instituições que exaltam sempre nesse processo de escolha ou consagração de uma dada manifestação ou patrimônio cultural em detrimento de outras? Pensando na realidade da Casa do Maranhão, pondera-se: Quais os critérios de classificação e definição cultural foram elencados para dar ao Bumba meu Boi uma proeminência face a outras manifestações culturais do Estado do Maranhão? Teria ele, concentrando elementos que convergem ao reconhecimento de um valor diferenciado ou de maior valor diante de outras expressões e manifestações culturais? O Bumba meu Boi pode ser considerado como expressão genuinamente maranhense? Quais outras expressões disputam com o Bumba meu Boi esse reconhecimento e autoridade em representar o Maranhão e os maranhenses? Esse lugar de destaque conferido ao Bumba meu Boi está referido a que tipo de “expressão” ou a que formas de aprovação? Seria uma expressão “folclórica”, uma “manifestação popular”? Qual o significado de “povo” investido neste contexto⁶?

Uma realidade de querelas que contribuiu com a problematização nesta análise sobre as formas de classificação preestabelecidas, determinando os critérios de definição de uma “autenticidade cultural, histórico, memorial e patrimonial”, referentes as ações de instituições,

5 Uma referência fundamentada na obra, *Pilhagem: quando o estado de direito é ilegal*, tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2013, de Ugo Mattei e Laura Nader, enfatizando uma espécie de condição do direito privado saquear bens público, “(...) não apenas de direito substantivo, mas também de direito processual e de cultura jurídica” (p. 283).

6 As aspas reiteram uma visão dúbia sobre “Povo” sendo utilizado como corpo político integral, e “povo”, multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos. Debate presente no texto: *O que é um povo? Análise de uma fratura biopolítica de AGAMBEN, Giorgio*. Tradução Davi Pessoa 16/11/2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/11/1547789-o-que-e-um-povo-analise-de-uma-fratura-biopolitica.shtml>.

como os “museus”, “casas de cultura” e “edificações tombadas” pelo Estado, como expressões de uma singularidade, assumindo a tarefa de apresentar a um público amplo e difuso, particularidades de uma cultura regional que delineiam a estrutura do campo da dimensão oficial desse domínio de relações⁷. Algo presente no Estado do Maranhão, possuindo um amplo leque de instituições desse tipo, vinculadas hoje à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão – SECMA⁸, instigando a construção da presente pesquisa, tendo como desafio a descrição das relações de disputa, poder e força, relacionadas às trocas simbólicas atinentes ao conjunto dessas instituições, a partir de um exercício analítico, reitero, no delimitado campo cultural da Casa do Maranhão e sua gestão, objeto principal da presente reflexão e pesquisa.

Importa ressaltar que a análise deste trabalho, debruçando-se sobre as exigências, funções, desafios, tensões e conflitos vividos por um diretor de uma instituição museal, com a particularidade de se identificar de múltiplas maneiras como um agente social dotado de um capital intelectual de vivências, dentro e fora da academia, associando tais categorias do conhecimento, as relações de ambientes interpessoais para, em prol de ser fiel a princípios da empatia, respeito mútuo e amor, ciente de um lado negativo, dispondo-se em aprender seja em qual situação for⁹. Algo que demarca vínculos específicos e atributos não apenas para lidar com os impasses vividos por um “diretor de museu”, mas, com toda uma realidade de choques ao se deparar com as exigências postas via agentes sociais propiciadores de devires, deslocamentos diante da condição de ser (identidade) e estar (performance), criando, produzindo, permeado pelas intercessões entre o seu intelecto “tradicional e institucional”, um grande referencial nas tomadas de decisões face às escolhas, postura crítica, às ações

7 Uma discussão presente na obra, *Esboço de Auto-Análise*, de Pierre Bourdieu. Edições 70 – 2005, São Paulo – SP.

8 Um conjunto de 38 instituições culturais externas à sede da Secretaria de Cultura do Estado, sendo elas: Arquivo Público do Estado, Biblioteca Pública Benedito Leite, Casa de Cultura Josué Montello, Casa do Tambor de Crioula, Centro de Artes Cênica do Estado do Maranhão, Centro de Criatividade Odilo Costa Filho, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Centro de Pesquisa Natural e Arqueologia do Maranhão, Concha Acústica da Lagoa da Jansen, Escola de Música Lilah Lisboa, Forte Santo Antônio, Memorial João do Vale, Museu do Choro, Museu Histórico e Artístico do Maranhão (Biblioteca do Museu Histórico e Artístico, Cafua das Mercês, Museu de Artes Sacras, Museu de Artes Visuais, Capela das Laranjeiras, Capela Bom Jesus), Museu da Memória Republicana – Fundação da Memória Republicana, Museu do Reggae, Superintendência de Cultura de Imperatriz, REFESA, Teatro Alcione de Nazaré, Teatro Arthur Azevedo, Teatro João do Vale, Unidade de Gestão de Cultura Popular (Casa do Divino de Alcântara, Casa da “Fésta”, Casa do Maranhão, Casa do Mordomo Régio, Casa de Nhozinho, Centro Cultural Engenho Pindaré, Museu Histórico de Alcântara, Parque Folclórico da Vila Palmeira).

9 Nascido com a ajuda de uma parteira, filho de um pai mestre de obras e de uma mãe curandeira, benzedeira, identificando-se socialmente como um Matraqueiro do Bumba Boi do Bairro de Fátima e do Maracanã, um artesão da Escola de Samba Marambaia do Samba, um habitante do Bairro de Fátima, uma localidade da ilha de São Luís que apesar ser um celeiro de talentos culturais, possui alta vulnerabilidade social, sendo ainda filho axé, da Casa de Nanã, com ancestralidades tanto indígenas quanto africana.

estabelecidas no âmbito estatal da administração museal¹⁰, uma produção fecunda nunca disposta a síntese, respeitosa às especificidades, singularidades, ao lidar com tal contexto de rivalidades, conflitos, tensões, dissertando etnograficamente, no caso, como um pesquisador e ao mesmo tempo objeto de pesquisa.

Uma realidade de situações-problema fomentadora de um grande desafio diretamente relacionado a possibilidades de observação que o exercício de tal contexto propicia, buscando-se realizar uma apreciação reflexiva, distante de se expressar como uma mera análise técnica sobre a Casa do Maranhão e/ou narcisistas considerações autobiográficas¹¹ sobre seu gestor, estimulando a análise em ponderar sobre diferentes campos de inserção do espaço analisado; distintos pertencimentos nas condições de ser do agente social, do estar diretor, sendo autor de tal pesquisa; investigando ainda díspares interpretações sobre o conceito de Estado e cultura, cartografando-os socialmente, a fim de extrair o que de mais coerente e relacional possa ter em tal contexto para a produção de um trabalho científico crítico, muito mais dispostos a oferecer perguntas do que respostas, debatendo o enaltecendo o ego do homem comparado a um deus, explanando as regras de um jogo que efetiva tal realidade, sempre dado numa relação de dominação entre o Estado (no caso estudado, Governo do Maranhão, e seus cidadãos, o “povo” maranhense), analisando em ambos, contradições, contingências e incoerências de atuações humanas vazias de humanidades e, se ainda cientes de tal noção, acomodadas em suas respectivas zonas de conforto, engrossando a soma em tal contexto, de reificadores da ideia de cultura como um poder¹².

Uma outra realidade que merece ainda ser frisada como campo de investigação refere-se as implementações estabelecidas pela gestão da SECMA desde de 2015¹³, a Casa do Maranhão, estimulando um intenso processo de democratização e de uma atuação para além do entretenimento e lazer, sendo também um lugar difusor de educação, visando humanizar, desburocratizar o acesso a suas dependências, desmistificando a ideia dos espaços museais como ambientes estritamente elitizados, sendo agora dotados de responsabilidades sociais mais coesas, em tese, com o diverso, o coletivo e o dinâmico. Algo estabelecido não só na Casa, mas aos demais espaços culturais do Estado, propiciando-os uma melhor funcionalidade quanto aos serviços culturais institucionais oferecidos ao público. Uma desafiadora realidade

10 Pauta da pesquisa, com início desde do dia 17 de agosto de 2015, período que assumira a administração da Casa do Maranhão, estando nessa posição até hoje.

11 Um termo referendado nas considerações de Bourdieu que reitera que se trata de uma “criação artificial do sentido” presente em sua obra: *Razões práticas – Apêndice: A ilusão biográfica*, (1986, p. 75).

12 Uma discussão presente na obra, *Interpretações Culturais*, de Geertz, que considera a cultura: [...] como um conjunto de mecanismos de controle-planos receitas, regras, instruções (1989, p. 56).

13 Algo presente no decreto do Plano Estadual de Cultura, pleito 2015 – 2022, SECMA.

de dinâmicas que lançou a gestão num processo de autoconhecimento, autocrítica, um reconhecimento mais profundo sobre o espaço administrado, suas relações (internas e externas), dispendo-se a mudanças. Construindo dessa forma, um referencial teórico-prático, via as constantes itinerâncias ao participar de ações e atuações¹⁴ dentro e fora do ambiente administrado, baseando principalmente seu desempenho na relação educação e museu, trabalhando o desenvolvimento de um pertencimento socialmente construído, primeiramente aos agentes internos da casa, reiterando a importância de cada um, numa proposta de entendimento da Casa do Maranhão como uma comunidade museológica¹⁵, afim de fincar bases solidas em reflexões sobre suas ações direcionadas a uma diversidade cultural, atuando necessariamente para o público.

Dentro dessa realidade de contribuições para a construção do debate proposto nessa pesquisa, destacando-se a ocupação da instigante Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, do PNCSPA, desde fevereiro de 2016, assumindo a relevância em ser o principal referencial museográfico para elaboração de uma “nova” proposta curatorial da Casa, fortalecendo a luta em busca de reconfigurá-la com um lugar de discussões e debates, combatendo principalmente o xenofobismo, o racismo e suas violentas práticas de desrespeito à diversidade social e étnica. Algo não efetivado até então no circuito de visitação da Casa, enaltecendo em demasia a cultura europeia, tomando como base principal de formação das “tradições maranhenses salvaguardadas em seu âmago”¹⁶, desmerecendo a relevância de culturas como africana e indígena em tal contexto. Algo que gerou um grande desconforto como gestor, instigando-me em seguir com o propósito de mudar tal realidade¹⁷, demandando uma rigorosa análise, estratégias de atuações e poder de mediação política, fazendo-me utilizar do meu limitado poder de deliberação de forma criativa, calculando cada passo em prol de transparecer desrespeito a hierarquia de meus superiores, ou qualquer outro ponto negativo a imagem do sistema de gestão cultural do Estado.

14 Sendo um membro articulador da Rede de Educadores em Museus do Maranhão, integrando ainda a nacional, participando de formações nacionais e locais, através de encontros, interagindo com profissionais da área da educação museal e realidades afins de todo o país, além de programas culturais da SECMA, seja na sua construção e/ou execução, experienciando atividades da Casa de forma internas e externas de cunho educativo e apreendendo muito com as trocas de conhecimento via ocupações com a cessão de espaços da Casa, para execução de evento das mais variadas áreas culturais do Maranhão e do mundo. Uma explanação que veremos mais à frente.

15 Algo presente na Política Nacional de Educação Museal. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/>

16 Algo que será discutido no desenrolar da pesquisa referendado no plano de desmonte de tal circuito, apresentando diversos problemas como, plágios de artigos científicos, falta de referências, incoerências de dados, apropriações indevidas e muitas outras arbitrariedades.

17 Algo iniciado desde as primeiras ações educativas desenvolvidas na Casa, em 2016, produzindo muitas frustrações, tensões, êxitos e múltiplos aprendizados, resultando em 2021, na criação do salão de mostras temporárias buscando interagir a “cultura local” com outras do Brasil e do mundo e um circuito de exposições permanentes buscando apresentar a cultura do Estado como algo vivo e dinâmico, no segundo capítulo.

Um contexto de intensas vivências, instigando a pesquisa aos seguintes questionamentos: O que é um museu? Quais seus reais objetivos enquanto práticas museológicas? O que é uma gestão museal? Porque a escolha da Casa do Maranhão, pelo PNCSPA, para a realização de tão emblemática exposição? O que foram e são essas constantes expressões de perigo no ar, vividas pela gestão, que ao mesmo tempo reiteraram a ideia de seguir com a proposta de ações da Casa, via essa aura de resistência cultural estipulada por essa mostra de saberes e fazeres de povos e comunidades tradicionais, que perduram? Qual o real sentido desse ato de Estado que dividiu a Casa com mais duas instituições, deixando claro uma estruturação e atenção a parte da economia solidária e um nítido abandono, até um certo tempo, a outra parte museológica? Quem ou o que concedeu o aval que considerou a Casa do Maranhão como um espaço repleto de salas ociosas? Quais foram os critérios de avaliação tomados como parâmetros nesse processo de divisão, desconsiderando a consulta da atual gestão, os dados de visitação, as ocupações, entre outras ações feitas na Casa, disponibilizados formalmente a SECMA via relatórios mensais e anuais?

Enfim, perguntas instigadoras a reflexões sobre as relações de força e poder dadas no meio cultural institucional criadora da Casa do Maranhão, definindo três relevantes pontos de investigação os quais a mesma se insere, sendo eles: os campos, burocrático, cultural e intelectual, possibilitando uma melhor compreensão sobre como ela vem se situando ao apresentar as manifestações culturais presentes em seu circuito de visitação, assim como, diante da construção de suas ações de interligação com os movimentos culturais¹⁸. Algo fomentador de análises também sobre a postura das sucessivas administrações dos tempos e espaço citados, afim de suscitar reflexões críticas sobre as ações culturais do Estado do Maranhão, pautados num extremo essencialismo e instrumentalismo, designando, classificando, determinando nomenclaturas, teorias, interpretações e práticas via princípios do colonialismo. Uma ação com fins em inserir a pesquisa em arriscado movimento relacional¹⁹, visando etnografar a partir dos choques de realidade e tensões dadas em antagônicos campos de valoração e conhecimentos, intentando não homogeneizar, sintetizar seus resultados, abrindo possibilidade de se problematizar uma relação de dominação e de imposições estabelecidas pelo Estado ao pensar a cultura o homem, a educação e o museu.

18 Uma análise tomando como recorte, a criação em 2002 da Casa do Maranhão, no Governo Oligarca da Dinastia Sarney, perpassando pelo Governo do Dr. Jackson Lago, até o presente momento com o Governo do Partido Comunista do Brasil.

19 Ora permitindo estar contida em um contexto de conflitos dados no âmbito da cultura institucional; referendando, fortalecendo, reiterando posturas, condutas de resistência; ora não contida, não se envolvendo ou compactuando com as formalidades museais convencionais, criticando-as pela busca de padronização do diverso, mecanização das relações, estatização do humano, esvaindo a realidade de vida.

Pensar nesse contexto, é colocar em xeque muitas outras possibilidades de teorias e práticas permeadas por convencionalidades, fato que motivou a construção de uma análise sobre: Como é pensada institucionalmente, a cultura, o conceito de homem e o de povo num contexto maranhense, dispostas dentro desta ordem museológica estatal, via Casa do Maranhão? Ainda nessa realidade institucional, o que significa de fato a expressão, preservação da memória e história da cultura de um povo, missão maior de um museu convencional? Quais as relações de poder se dão, dentro desta órbita, que intitula o Estado e suas políticas públicas como grande mantenedor, entre os homens, da ordem e dos bons costumes, sendo o museu institucional uma grande ferramenta de difusão e divulgação de tal pensar? De que forma a Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia e toda sua representatividade de forças ancestrais, vem legando a administração da Casa do Maranhão, via principalmente um contexto de tensões e desconstruções, a capacidade de transformar adversidades em uma realidade criativa, determinante em sua conduta como Casa de Cultura, que ainda participante de uma lógica estatal, busca se posicionar criticamente, no tocante a padronização da diversidade cultural do Estado?

Questionamentos que expressam o difícil desafio deste trabalho, buscando-se em especial realizar como pesquisador, uma análise crítica sobre a atual propriedade de posição como diretor ocupada na Casa do Maranhão, tendo que executar a árdua tarefa de se fazer um constante deslocamento dentro de uma perspectiva de mútuas análises, críticas e aprendizados, uma forma de problematizar, principalmente, uma espécie de auto subjetividade, tanto como gestor quanto como pesquisador, buscando-se não praticar uma análise repetitiva, contingente, fatalista, despolitizada, uma vaga descrição biográfica, mas algo que prime em considerar todas as experiências válidas, seja no campo da intuição, da razão e do lúdico, inserida num dinamismo propício aos deslocamentos com caráter relacional, entendendo-se neste contexto, a base interpretativa que orienta os passos a serem dados, tomando-se como informações mais relevantes na busca de um conhecimento, onde a análise dos fenômenos e tudo presente na realidade a qual estão inseridos, devam estar intimamente ligados as suas especificidades, buscando-se realizar a difícil tarefa de romper com generalizações e cristalizações de conceitos e práticas nos campos, da ingênua empiria, da arrogante racionalidade e da fantasiosa ludicidade.

Uma pretensa discussão crítica, reflexiva e relacional sobre categorias do conhecimento, autoridades que se constroem em tal processo e as interrelações de força e poder presente entre o sujeito do conhecimento produtor de cultura e predisposto a sociabilidade, permeado pelo contexto da museologia convencional disposto na Casa do

Maranhão, escolhendo-se tal “espaço” como campo de pesquisa por ser uma instituição que guarda dentro de seu histórico de construção muitos conflitos, jogos de interesses e constantes modificações, desde de sua concepção como uma idealização, construção e empregabilidade, um órgão que sempre forneceu e fornece muita representatividade ao sistema de governo, sempre com pouca atenção no que se refere ser assistida quanto suas reivindicações e lutas. Uma Casa também muito emblemática no tocante em defini-la como uma única forma, algo pouco debatido, analisado, estudado no contexto científico, ocasionando errôneas e confusas considerações sobre tal identidade da mesma como um órgão estatal, buscando-se ainda debater nesse trabalho sobre tal perspectiva, corroborando como desenvolvimento da pesquisa, dividida em três capítulos:

O primeiro tendo como título “A construção de um etnógrafo”, apresentando-se a categoria do discurso, o qual se parte para a análise da pesquisa, primando-se pela complementação de aprendizagens socialmente construídas, dadas tanto no contexto acadêmico; quanto das vivências do cotidiano, afim de, refletir e problematizar, como um pesquisador, sobre os diferentes pertencimentos e performances de um mesmo homem, referendando sua maneira de atuar, no caso analisado e objeto de estudo, como o diretor da Casa do Maranhão, pretendendo-se interpretar e descrever socialmente via a análise de uma casta cultural estabelecida no “Estado do Maranhão”, o campo intelectual o qual faz parte, autodefinindo-se, essencialmente, como as autoridades máximas do campo institucional da cultura “maranhense”, egocêntricas quanto tal posição e autopromotivas quanto a sua atuação, fortalecendo toda uma teia de dominação, excludente de dissensos a seus propósitos e extremamente racista e xenofóbica estruturalmente.

Um contexto de críticas, questionamentos e ponderações pautado em choques de realidades, conflitos, relações de força e poder, presentes e constantes deslocamentos no ato de produzir cultura como um gestor, e etnografar com um pesquisador, ambos em embate com as múltiplas maneiras de se identificar com “agente das manifestações culturais locais”, apresentando-se na análise, a posição social de cada um, suas respectivas referências de constituição, tendo a devida cautela de não confundir nesse processo o que seja identidade (ser) e atributo (estar), evidenciando ainda o poder de fala e deliberação, concernentes a seus ambientes de atuação, refletindo como as tensões estabelecidas nesse processo fomentam ao mesmo tempo uma produtiva e criativa atuação em defesa de um pensamento pautado na decolonialidade, amadurecimento e aquisição de conhecimentos frente ao contexto da

administração²⁰ e dissertação²¹ produzidos, ambos inseridos na crítica proposta, permitindo o acesso a compreensão de dentro e fora de determinadas estruturas, e mecanismos de ação que regem a administração cultural do Estado do Maranhão.

O segundo capítulo, trabalharei o campo burocrático da pesquisa, analisando as relações de poder, força e campo de disputa presentes na Casa do Maranhão, envolvida em situação de tensões geradas pelos atos e ações do Estado determinado por um Grupo de Fisiologistas Políticos (GFP), o qual a gestão se contrapõem, construindo-se problematizações e reflexões sobre suas contingentes e utilitárias maneiras de entender a realidade vivida, seus habitantes, assim como, as relações estabelecidas em tal contexto, desconsiderando-as com algo socialmente construído, anulando suas especificidades e qualquer possibilidade de afronta a seu projeto de pilhagem de bens, para satisfação de anseios particulares. Um contexto tenso o qual buscarei analisar como etnógrafo, a minha performance crítica como gestor museal, diante de práticas engessadas e mecânicas de administração cultural do Estado do Maranhão, fazendo das desassistências em algo fecundo a criação de estratégias, para não sucumbir aos ditames de uma realidade política, naturalização da corrupção, estatização da condição humana, administrando o público como privado. Uma realidade corroborada, ainda via vivência adquiridas de dentro e fora do âmbito institucional da museologia maranhense, buscando empregar experiências educativas e informais com pretensão de transformar a Casa em um laboratório de ações itinerantes, multidisciplinares e transversais do conhecimento, enfim, um momento para se entender quem é esse Estado e como ele atua diante de seus dissensos.

Busca-se ainda nesse momento, cartografar a situação colonial ou se parte, hierarquizando as tensões dadas em tal realidade, afim de, descrever a partir das políticas culturais específicas destinadas à Casa do Maranhão, a ideia do homem essencializado e um aparecer politicamente instrumentalizado, reduzindo, adequando, modificando principalmente o poder simbólico de conceituações e práticas de correntes de pensamentos nos mais variados campos do conhecimento a uma visão simplista, evidenciando o ter em detrimento ao ser, algo muito proveitoso para o emprego de sua torpe, inescrupulosa e sempre fragmentada maneira de lidar com o coletivo, principalmente no tocante a administração de pessoas, algo geralmente adotado por agentes do Estado, desprovidos de críticas quanto a sua inserção

20 Tomando a Casa do Maranhão como uma agência referida ao subcampo burocrático e a sua gestão um micro poder, ambos inseridos numa macroestrutura de governo, uma análise tomando como referência a obra, *Microfísica do Poder*, de Michael Foucault, evidenciando a existência de diferenciadas formas de exercício do poder estabelecidos no Estado.

21 Reforça-se uma postura, nada autobiográfica e irrefletida, sobre a casta cultural analisada como se vê na obra, *Esboço de Auto-Análise*, de Pierre Bourdieu. Edições 70 – 2005, São Paulo – SP.

passiva e de inércia em tal contexto e de virtudes que validam a condição de ser humano, enfim, reflexões principalmente sobre as consequências ao escolher posicionar-se criticamente a um sistema de governo democrático, o qual se vive repleto de incoerências, arbitrariedades, sendo mais violento do que os sistemas autoritários, os quais busca superar, dissipando a cultura de vida.

E por fim, o terceiro capítulo, apresentando-se o campo cultural da pesquisa, uma descrição etnográfica sobre intervenções do Estado, no tocante ao domínio das produções artísticas e culturais do Maranhão, reificando sempre nesse processo a ideia de cultura como um poder geralmente dividida em dois grandes eixos, a erudita tida como a fonte oficial e a popular englobando conhecimentos, práticas, vivências dadas num cotidiano, vistas geralmente como conhecimentos de um senso comum asem muita relevância aos ditames oficiais de sabedoria, ponto este que se debaterá com mais afinco, refletindo-se sobre sua condição de equidade a conhecimentos acadêmicos, artísticos, científicos e filosóficos, a partir de experiências obtidas ao lidar com a Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia do PNCSPA e suas referências, construída sob a égide dos museus vivos, os Centros de Ciências e Saberes, com a específica modalidade de estar contida na Casa, fazendo parte de seu circuito até hoje, sem necessariamente, pertencer a mesma, referendado a atuação da gestão da Casa do Maranhão ao executar suas obrigações institucionais, reiterando a avaliação de um contexto repleto de oposições de caráter não destrutivo²², imprescindível para se explanar um debate sobre o sentido e significado de cultura como um agregado das mais variadas áreas de expressão e interpretação do saber e fazer humanos, nunca homogêneo.

Ainda nessa pauta, busca-se avaliar a partir experiências obtidas na organização e execução de eventos e outras pautas culturais da SECMA, como que procede seu sistema classificatório, analisando-se posturas de gestores de pastas como: assessoria de planejamento, assessoria de comunicação, superintendências e outras unidades de gestão internas a Secretaria, pautadas no juízo de tomar a cultura como um poder, assim como, seus fazedores – como pontes, plataformas, degraus –, na inescrupulosa lógica de justificação legal do roubo dos bens público, mortificando a diversidade, analisando o tenso grau de interligações, como os movimentos culturais, abrindo possibilidades de se debater a ideia de

22 Um embate aqui tomando as distintas realidades do institucional e do tradicional, em prol de propiciar fatores de identificação dados em situações-problemas, fomentadoras de reflexividades e uma relevante dialética no tocante a se deparar com os obstáculos epistemológicos e axiológicos que engessam o exercício da produção de conhecimentos e valores para um determinado julgamento, distanciando de primar por uma supremacia de um campo sobre o outro, tomando os dissensos de tal relação como pensava Heráclito que dissera: “Os homens não sabem como aquilo que é discordante está em acordo consigo: harmonias de Tensões opostas, como as do arco e da lira” (Fr. 51, Diels). Dicionário de Filosofia Abganamo.

tradição construída em tal realidade, problematizando de forma relacional, conceitos, categorias, divisões e práticas, dadas em um contexto que trata a cultura como um instrumento para a manutenção de um arsenal argutivo e de força repressora de seus agentes sempre num plano essencializado, determinando o típico, o genuíno, uma autenticidade no caso analisado do maranhense e sua maranhensidade.

CAPITULO I

1. A CONSTRUÇÃO DO ETNÓGRAFO

1.1. Discussões Introdutórias: criar é angustiar-se

Dentre as inúmeras questões que norteiam as investigações do homem em busca do conhecimento, destaca-se o perguntar sobre si mesmo algo que lhe trouxe uma perspectiva de sapiência e valoração sobre a vida e todas as suas variantes, com influência contínua e constante para o desenvolvimento de faculdades como, sentir, pensar e principalmente criar. Um aspecto peculiar que garante ao mesmo a transcendência da mera condição de animal instintivo, fazendo-o descobrir na natureza recursos mantenedores da vida e vivência com os outros, imergindo-o em um ciclo de interpretações, análises e ponderações, dispondo-o também a uma interatividade com aquilo que lhe é interno e externo. Algo que em tese, intensifica a necessidade de se identificar e atuar, inserido em um coletivo de iguais/diferentes, propiciando escolhas em seguir, ou não, um caminho relacional, dialético e não destrutivo entre o empírico, o racional e o lúdico, ora estimulando-o em busca do conhecimento e ora limitando-o negando o alcance absoluto do mesmo, algo que reitera sua predisposição a sociabilidade, o amadurecimento como um humano e a produção de cultura.

Penso que o que se vive, ou o que se originou com tal contexto, foram vivências dentro de um modelo de organização que simplifica o simples, desestimulando e desvirtuando a pretensa busca pelo entendimento do complexo, estabelecendo uma lógica que satisfaz somente o imediatismo, produtor de um homem com um “eu puro radical racional” prepotente, transformando o outro, a natureza e tudo mais, em meras ferramentas dispostas a suprir sua sempre arbitrária e contingente maneira de deliberar sobre si e os outros, posicionando-se como um animal pensante e dominador no mundo com tudo dentro, gerando um ser de aparências altamente carente de sinceridade e de caráter, passando a viver numa repetição sem a mínima criatividade, fugindo das dificuldades, dos conflitos e angústias, partes de si, negadas em nome de um pseudo equilíbrio produtor de uma eventual autossuficiência.

Dentro deste contexto, surge uma aura de interrelações de poder nas suas mais variadas formas, repletas de disputas, batalhas e guerras, entre egos, pela hegemonia do conhecimento, supremacia de uma ideologia organizacional entre os seres humanos, estipulando as autoridades máximas dessa pura radical e racional capacidade de ler o mundo,

as celebres mentes pensantes, que passam a trabalhar incansavelmente para se manter no poder, através da dominação via discurso falacioso de promoção do bem-estar de todos. Uma ficção que externa, uma maneira sempre ocasional e interesseira de ponderações sobre a vida em si e outras categorias feitas por esse ser arrogantemente e seguro, despreparando-o para intempéries da vida, e distanciando-o de raciocinar e/ou valorar como algo dado, em contextos distintos e complementares entre o sentir e o pensar, produzindo um ser tão fiel a tal perspectiva, justificando uma infinidade de violências empreendidas contra os opositores e oposições a tal realidade.

Um contexto que se julga necessário apresentar para então se expor o processo de construção dessa dissertação, assim como de sua autoria, fundamentando-se em discussões interrelacionais de um pesquisador de um programa de pós-graduação estatal, identificando-se como um agente cultural²³, investigando e problematizando a sua atuação como um gestor museal, dentro de um disputado campo institucional da Cultura, por nome de Casa do Maranhão. Uma ação visando descrever, a partir de um dinâmico contexto de interrelações presentes na realidade vivida, se posicionando de forma contrária a ideia de homem estritamente técnico, mecânico, biológico, estático; tomando a natureza de forma meramente essencialista e/ou instrumentalista para satisfazer os anseios de sua razão egocêntrica, autoritária e homogeneizadora do diverso, cronometrando o tempo, geometrizando o espaço, engessando e uniformizando identidades e outras arbitrariedades que invertem os valores, acirram polaridades, acentuando a ojeriza ao incompreensível sob sua égide, visto como ameaças a autossuficiência de um saber sempre parcelado da realidade esvaída de vida.

Uma realidade fomentadora de indivíduos completamente alheios e dissonantes com seu fazer e saber, reproduzindo sem o mínimo senso de crítica e criatividade, o habitual, o pronto e o acabado, fortalecendo a ideia de estatização da vida e burocratização das relações vivenciadas, sem qualquer possibilidade de refutação que abale as estruturas organizacionais criadas em tal contexto e suas convicções. Algo que reforça a crítica estabelecida na etnografia proposta desse capítulo, problematizando e contrapondo-se a ideia de biografia pautada numa descrição retilínea, linear, progressiva e romantizada, como se a vida fosse uma eterna sucessão de acontecimentos sem obstáculos, tensões e problemáticas propiciadora de dissensos, objetivando a todo custo eternizar, heroificar autores via grandes e benevolentes façanhas, tornando-se divindades de um conhecimento, autoridades geralmente universalizadas.

23 Matraqueio do Bumba meu Boi, como um artesão da Escola de Samba, Marambaia do Samba, cria do cultural Bairro de Fátima e filho do axé.

Uma crítica fundamentada no que Bourdieu chama de a história de vida:

“(...) uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. Falar de história de vida - é pelo menos pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. (...) exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, (...) ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cursus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (“a imobilidade”), que tem um começo (“uma estreia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“Ele fará seu caminho” significa “ele terá êxito”, “fará uma bela carreira”), um fim da história”. (BOURDIEU. 1996, p. 183)

Referencial este que instigou a etnografia deste trabalho a se posicionar criticamente a uma descrição meramente pautada em um contexto de vida unilateral, desleal a vivências dadas numa diversidade cultural, inserindo-se em um constante processo de autoanálises, com perigosos e complexos movimentos de idas e vindas de um eu com múltiplas performances, adotando após reflexões, uma metodologia de pesquisa pautada nas tensões estabelecidas em tal realidade, fixando o sentido e significado das angústias dadas em tal contexto como um específico sentimento construído fora de uma objetividade, estritamente conectado à liberdade, às possibilidades em seguir²⁴ diante do indeterminado, incerto, do desconhecido, potencializando a capacidade de criar inserido em situações adversas, sendo em todo instante desafiado por um futuro. Um contexto que penso conferir ao homem a capacidade de escolher, sendo uma condição primária que o faz existir, angustiar-se pelo fato de ter um campo de compreensões e interpretações sobre si, a natureza, o mundo, sempre limitado, distinguindo-se por isso, dos demais animais.

Toma-se o conceito de angústia para refletir e debater os porquês dos constantes e intensos momentos de tensões, e eminentes perigos vividos pelo etnógrafo em relação a sua atuação, discorrendo sobre o disputado e não menos tenso; campo pesquisado, a Casa do Maranhão, e objeto de pesquisa, sua gestão institucional, sendo ao mesmo tempo esse sujeito, objeto e autor do referido trabalho, algo que potencializou uma práxis de pensar/sentir/julgar, de transpor seus medos e receios como um nada, um vazio, sendo pura possibilidade de realização como um ser no mundo, visando efetivar uma descrição analítica da figura de um pesquisador existindo em um contexto socialmente construído, não sendo e/ou tomando

24 Uma discussão presente na obra, O conceito de angústia. Trad. Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 2011, do filósofo Kierkegaard.

somente seu eu como um ser fictício, conceitual, dissociando do ato de criar, o simples do complexo, as partes de um todo, o sentir do pensar, o real do ideal, buscando tecer uma crítica em relação a supervalorização do conceito de homem e suas realizações construídas somente num plano contemplativo.

Uma análise crítica e reflexiva posicionando-se contra um idealismo exacerbado, instigando a construção de sua descrição pautada em afinidades e intercessões, constituídas principalmente nas diferenças entre o pensamento abstrato e o concreto, visando distanciar o escritor de amarras intelectualizadas de uma sistematicidade racional radical, estando por isso a angustiar-se com suas vivências e, ainda sim, dissertando um engessamento de certas determinações e procedimentos que motivam a autoria de seus feitos, questionando as relações de poder e força que anulam ou desconsideram possibilidades de escolhas, caminhos, trajetórias que levam a construção de um eu criador, como plena manifestação de si na vida vivida e vivenciada, sendo uma realidade resultado não só de situações benéficas e benevolentes, mas também, de situações de conflitos, embates, perdas e fracassos.

Um pronunciar de considerações e ponderações muito mais preocupado em externar uma negação sobre o que seja ato de escrever, descrever, dissertar, do que uma afirmação, sempre com intuito de rememorar ao autor sua finitude diante da morte, do tempo, incapacitando-o de mensurar o alcance e o valor do que cria, assim como do por vir. Um angustiar-se que o coloca diante de escolhas entre um estado de paralisação, condicionando o eu a existir em uma constante carência de algo, com realizações sempre fugazes, sujeitando-se a um contexto de regras e normas padronizadas do seu estar no mundo, reiterando sempre como válidas, certas prisões da intelectualidade, pelo fato de seguir o rotineiro, o irrefletido dado numa vida sistematizada e opressora; e um outro, permitindo um estado de inquietações, problematizações, possibilitando uma tomada de consciência sobre um contexto de dominação e principalmente de exacerbação do ego, anulando o íntimo do que é, a ponto de justificar a repressões ocorridas, ao buscar desenvolver sua individualidade subjetiva, desafiando-se em ousar e criar desconforme, contra padrões estabelecidos.

Kierkegaard, primeiro a tomar a angústia como um conceito antropológico-filosófico, contribuindo para a construção de um existencialismo. Na obra, *O conceito de Angústia*, o pensador a considera como “(...) a vertigem da liberdade, que surge quando (...) a liberdade olha para baixo, para sua própria possibilidade, e então agarra a finitude para nela firmar-se” (2011. Pag. 67), uma condição que diferencia o homem dos demais animais, sendo algo totalmente diferente de medo, o fazendo sentir repulsa e ao mesmo tempo atração, uma ambiguidade com relevância, também como algo teológico, pois inicia sua reflexão a partir do

mito da queda de Adão e Eva, sendo por isso, colocados diante da possibilidade de escolher, existindo não mais sob a determinação da natureza, angustiando-se por não aceitar sua condição de finitude e danação numa realidade fora do paraíso, sendo seres de desespero, desejando sempre a infinitude, por temer as doenças, a morte, deixando-nos a escolha em não pensar em tal desesperação, ou refletir sobre suas causas buscando formas de dar sentido à existência, não reduzindo-a a um simples estar no mundo.

“Tenho de chamar sua atenção sobre a total diferença em relação ao medo e outros conceitos semelhantes que se referem a algo determinado, enquanto que a angústia é a realidade da liberdade como possibilidade antes da possibilidade. Por isso não se encontrará angústia no animal, justamente porque este em sua naturalidade não está determinado como espírito”. (KIERKEGAARD, 2011, p. 45)

Nestes termos o homem para Kierkegaard se fundamenta num processo o qual se forma a sua consciência do indivíduo, fundamentadas em críticas a teologia luterana e a filosofia hegeliana; sendo uma construção efetivada a partir de estágios do existir, evidenciados por ele como, o estético, o ético, o religioso e o paradoxo da fé, principal conceito de sua filosofia da existência e da vontade, apreciação esta capaz de garantir possibilidades para que o indivíduo alcance com êxito tal atributo humano, que revela sua capacidade de pensar e agir a partir de suas vivências. Tomo esse conceito justamente para analisar o estereótipo do homem cristão muito propagado pelo eurocentrismo, no dito mundo ocidental, que segundo o pensador, encontra-se completamente alheio uma perspectiva subjetiva e individual de ser livre, altruísta, empático e humano, estando tão repleto de problemáticas internas e externas a si relacionadas, a identidade, ética, moral, difusão de virtudes e conhecimentos de vícios, quanto a sua pretensão de levar em nome de Deus e da razão, intelectualidade e civilidade para os classificados e nomeados incultos.

Uma constatação que o faz tecer duras críticas a toda uma filosofia sistematizante do hegelianismo declarando em seu *Journals in Filosofia* (1850), que “Hegel torna os homens em pagãos, em raça de animais com dom de raciocínio (...) o indivíduo é sempre menos importante que a raça ...”, fonte primeira o qual parte para fundamentar considerações e ponderações sobre as problemáticas de um mundo mecânico, utilitário e operacionalizador da crença e razão, incitando o sujeito do conhecimento a idear e idealizar mais em detrimento a existir na realidade construída socialmente como ser individual, daí sua visão a-sistêmica e contra o idealismo radical, uma perspectiva que fica bastante evidente quando Kierkegaard afirma:

O presente autor de nenhum modo é filósofo. É sim *poetice et eleganter*, um amador que nem escreve sistema e nem promessa de sistema (...). Para ele escrever é um luxo suscetível de ganhar tanto mais significação e evidência quanto menos leitores e compradores tiver para suas obras. Não tem dúvida quanto a seu destino numa a em que põe de lado a paixão para se servir a ciência, época em que o amor que inspira a ser lido deve ter preocupação de escrever um livro fácil de folhear a hora de *faire de la siesta*, e o cuidado de se apresentar com cortesia daquele jardineiro do anúncio, que, com o chapéu na mão e certificando do último que servira, se recomenda ao respeito do público. (KIERKEGAARD, 1979, p. 10)

Em relação a Igreja Luterana, acredito que o filósofo da existência, esteja considerando-a como uma instituição fabricante de mentes prontas para serem oprimidas e dominadoras, pois percebe que o que está sendo instituído são os princípios de um cristianismo sem Cristo, nada leais a propagação do amor, da justiça, da liberdade e uma série de outros princípios que levariam o homem a ter uma vida digna, enfim, uma ética moral tão desproporcional como um humanismo quanto a da igreja católica dos santos e das indulgências, perspectiva a qual se posicionou criticamente, sendo uma das fontes primeiras de seu estabelecimento como corrente de pensamento. Nesses termos, a razão passa a ser um mecanismo de massificação de mentes e Deus passa a ser o dinheiro, nada muito dissonante como um pensar atual sócio-político e cultural do Brasil, uma das “nações” do dito “Novo Mundo”, mais representativas dessa realidade de extremadas idealizações e alienações, criticadas por Kierkegaard, fato que o faz ponderar que a “A ideia de Igreja, com efeito, não difere qualitativamente da ideia de Estado...” (KIERKEGAARD, 1979, p. 154).

Ponderações estas que reforçam o pensar sobre o homem como um ser constantemente manipulável e/ou corrupto, não sendo livre e o que necessariamente é, submetendo-se a uma ideologia, seja em qual configuração institucional for, que anula sua capacidade de alcançar, por si só, sua consciência subjetiva ou qualquer outra verdade capaz de potencializar tal perspectiva. Nesse contexto, o valor de existir numa realidade socialmente construída fica sem qualquer importância e sem sentido diante de uma moral autoritária que pune quem se posiciona contra seus desígnios, pois, “A teologia, cheia de ademanos, assoma à janela e, mendigando os favores da filosofia, oferece-lhes, seus encantos (...) sigo todo este estudo sem dificuldade, muito naturalmente e a cabeça não se ressentiu por isso” (KIERKEGAARD, 1979, p. 126).

Estabelecida toda uma crítica em relação ao modelo de sociedade que se formou na modernidade, o pensador em foco, buscando um exame maior das peculiaridades do homem, estabelece uma investigação mais detalhada do seu existir humano, intentando com isso, clarificar e evidenciar os limites da razão radical em relação a compreensão do homem de livre arbítrio e consciência. Através de si e seus problemas, buscou encontrar uma explicação

para seu existir, pretendendo deixar um legado o qual o homem pudesse se reencontrar consigo mesmo²⁵, vivendo de forma plena sua consciência livre, percebendo que, para se alcançar tal feito o homem deva viver, vivenciar o que ele chama de estágios do existir, etapas de vida, sendo o estágio estético, o moral ou ético e o religioso, combatendo as problemáticas de se viver pensando num futuro extremante idealizado distante do real. Segundo Farago:

“Kierkegaard leva em conta duas possibilidades: ou a consciência permanece na ignorância das suas origens ou, se quer alcançá-las, não pode se não projetar-se nelas. Longe de poder falar de descobrimento do eu, a reflexão, ao lhe desvelar o irrefletido, pode modificá-lo em sua verdade progressivamente conquistada. Descobre então que ser o que lhe confere é muito anterior a consciência que toma da mesma n’Ele”. (FARAGO, 2006, p. 119)

Sobre o modo de vida estético, Kierkegaard enfatiza a análise da existência amorosa do homem em todas as suas contradições, da relação entre o prazer e a liberdade. Um estágio que se caracteriza por expressar os impulsos e ímpetos exacerbados do homem, a embriaguês lúdica, a irracionalidade, diante da moral vigente. Algo que segundo ele, inviabiliza qualquer possibilidade do homem ser livre, isso por se permitir estar preso pelo prazer, estando preso a uma realidade transitória, passageira, efêmera, à procura constante de novidades que o afastem do tédio. Um momento vivido pelo homem, o qual passa a ser escravizado pela busca do bel prazer, sendo uma espécie de entorpecente que o sofrimento do existir, esvaído de sua subjetividade individual, vivendo numa eterna carência, com realizações fulgazes, não conseguindo passar adiante como um ser conscientemente pronto para viver.

O segundo estágio seria o ético, que estabelece o campo das regras, do dever, das normas, leis, sendo mais importante além de saber de tais regras e/ou temer as punições, a possibilidade de encontrar consigo mesmo, mediando interior com exterior, buscando a felicidade pelo cumprimento do dever, assumindo responsabilidades e respeitando uma moral, sendo assistido quanto a seus direitos como um ser humano, sendo essa última ação o problema do modo de vida, explanado simplesmente pelo fato dessa assistência, geralmente efetivada pelas instituições, Igreja e Estado, ser falha ou nula, lançando o homem numa existência como obrigação, transformando o dever em objeto de opressão de sua individualidade, reprimindo a busca da consciência de si.

Para Kierkegaard, o homem livre, também não se realizaria no estágio ético, pois nesse homem passa a ver o outro como um competidor, inimigo, potencializando uma ética do ter em detrimento ao ser, evidenciando a busca por status, força e poder, sendo esse o preço

²⁵ Uma das fontes primárias de construção dessa dissertação partindo para reflexões, críticas e ponderações a partir de minhas vivências.

pago pelo homem para ter a sensação de liberdade e consciência de si, anulando-se, acostumando-se a viver uma vida sempre pensada e falada por outrem, sendo sempre cárcere de princípios pseudo éticos-morais idealizados e nunca socializados com todos, construídos socialmente numa realidade, pautados numa coletividade, estabelecendo uma máxima que sujeita a ser domesticado, anulando sua singularidade, adequando-o para se realizar no geral, oprimindo assim a autonomia do sentir, pensar e agir. “Dito de outro modo, pensa-se eu existir como indivíduo é mais fácil das coisas e, por conseguinte interessa constranger os homens para chegar no geral” (KIERKEGAARD, 1979, p. 154).

O filósofo em pauta segue afirmando que o estágio, o qual possibilitaria os homens a superarem tais problemáticas das carências estetas e das contradições éticas, se efetivaria no plano religioso através da fé, não sendo uma tarefa fácil, pois lança o homem a considerar, a angústia, o desespero, a vontade, a paixão em viver e amadurecer numa vida principalmente de tensões e conflitos, colocando-o frente ao necessariamente é, passando a fazer refletor sobre a realidade vivida e toda uma relação de força e poder presente na mesma, afim de lhe fornecer o devido senso crítico e as argumentações e condutas para combater a dominação ideológica presente tanto no luteranismo quanto no hegelianismo, ambos refém de uma razão racionalizada e radical.

“O cavaleiro da fé não encontra outro apoio senão em si mesmo; sofre por não poder fazer-se compreender, mas não sente nenhuma vã necessidade de guiar os outros. A sua dor é a sua segurança; ignora o vão desejo, a sua alma é demasiado séria para isso. (...) O verdadeiro cavaleiro da fé é uma testemunha, nunca um mestre; nisso reside sua profunda humanidade muito mais significativa que essa frívola participação na felicidade ou na desgraça de outrem...” (KIERKEGAARD, 1979, p. 158).

Assim como a conduta estética culmina numa eterna vida de carências, a ética numa dada na obrigatoriedade, lançando o homem na apatia, alienação e fuga de si, ou seja, num desespero sem fim, na religiosa ele se vê diante de um grande desafiado, atento e ativo aos conflitos, enfrentando seus medos e transformando suas frustrações, experiências negativas e incoerências outras vividas, em aprendizados, possibilitando a libertação de um sujeito do conhecimento consciente de si, sendo forte e preparado para existir. Ideia que penso estabelecer um conceito de homem em Kierkegaard contrito com um amor a si, aos outros ao mundo e a Deus, estabelecendo uma conduta ética pautada na fé e uma dinâmica vida de tensões que não cessam e muito menos exima os homens de ter problemas, mas que por se fundamentar em busca como consciência, pautado numa existência construída socialmente, propicia seu amadurecimento estabelecendo constantemente a ideia de que seus atos

necessariamente expressarão o que é. Uma perspectiva, que segundo o filósofo, de difícil aceitação para um modelo de sociedade moderna que simplifica tudo a seus ditames racionais radicais, determinando um estereótipo de homem, sujeito do conhecimento, a partir de uma gama de pensamentos, tão bem elaborados, fascinantes e com um poder de persuasão tão efusivo, a ponto de transformar-se no único conceito e prática a ser seguido, estando completamente alheio a virtudes, epistemos, axiologias leais a um real humanismo.

Corroborando com tal perspectiva, temos o filósofo Sartre, que em sua obra, *Ser e Tempo*, infere que a angústia é uma consciência específica da liberdade, um nada antes de ser possibilidade de algo, diferenciando-se também do medo, sendo aquilo que é determinado, ele segue afirmando que a angústia é uma perspectiva a qual o homem busca ocultar, fugir, desviar-se, não conseguindo escapar de sua atuação, estando relacionada ao poder da escolha, assim como pensava Kierkegaard.

Na angústia, não captamos simplesmente o fato de que os possíveis que projetamos acham-se perpetuamente corroídos pela nossa liberdade-por-vir, mas também apreendemos nossa escolha, ou seja, nós mesmos, enquanto injustificável, isto é, captamos nossa escolha como algo não derivado de qualquer realidade anterior. (SARTRE, 2011, p. 575)

Aprofundando suas análises sobre a angústia, Sartre contribuiu para reiterar o existencialismo como algo que possibilita a humanização do homem, debatendo e desconstruindo uma deturpada maneira de considerar o existencial como algo estritamente relacionado ao pessimismo, fatalismo, um ateísmo diante da existência de Deus. Uma negatividade extremada, combatida e debatida, entendendo que o problema não estava relacionado a existência ou não de um ser supremo, mas sim como algo relacionado a necessidade de o homem desenvolver uma sinceridade consigo mesmo, afim de, construir suas práticas pautadas num altruísmo dado numa concretude²⁶, convencendo-se de que nada pode salvá-lo dele próprio, nem mesmo uma prova válida da existência de Deus. Pensar em tal perspectiva, é refletir sobre possibilidades de uma vida livre sem causas que a determine, aberta sempre a outros possíveis dissensos, fomentando probabilidades de conhecimento e a ideia de que o amadurecimento almejado nesse processo, jamais serão determinados por aprendizados dados por uma lei de causalidade. Sobre tal contexto ele infere:

Assim, não diremos que um prisioneiro é sempre livre para sair da prisão, o que seria absurdo, nem tampouco que é sempre livre para desejar sua libertação, o que

26 Uma expressão que me lançou a pensar em relações do tipo, cristãos sem Cristo, ativistas sem causa, partidários políticos sem ética política, enfim, um contexto de mortificação da vida vivida, sendo algo dado, sempre em tese, completamente díspar com a prática, um contexto atual e recorrente que debatarei mais à frente.

seria um truísmo irrelevante, mas sim que é sempre livre para tentar escapar (ou fazer-se libertar) – ou seja, qualquer que seja sua condição, ele pode projetar uma evasão e descobrir o valor de seu projeto por um começo de ação. (SARTRE, 1997, p. 595)

Penso que a angústia tomada nas duas concepções apresentadas até aqui, traz à tona todo um contexto plausível para refletirmos sobre a constituição do que somos, de como agimos no mundo a partir de um vazio, um silêncio que propicia um encontrar-se consigo mesmo, externando o que de mais íntimo e específico nos possibilita ser; sendo difícil não angustiar-se com tal situação, algo que potencializa compreendermos que nesse campo, somos estritamente responsáveis por nossas escolhas, caracterizando como tal ato, até mesmo sua negação. O angustiar-se como possibilidade para a liberdade de um contexto de extremadas idealizações, traz ainda a perspectiva de pensarmos que somos seres que sentem, pensam, criam, julgam, erram, acertam, enfim, continuo movimento, buscando a cura para nossos anseios ao tomarmos consciência de nossa finitude e limitações, algo que penso tornar coerente e otimista o sentido da angústia, propiciando seguir caminhos e condutas mais empatas, existindo num campo de vivências, que se constituídas principalmente como resultado de trocas de conhecimentos dadas, numa concretude existida individual e coletiva, onde, “(...) cada um escolhe perante os outros e se escolhe perante os outros” (SARTRE, 1970, p. 40).

“O Existencialismo é um Humanismo”. Muitos poderão estranhar que falemos aqui de humanismo. Tentaremos explicitar em que sentido o entendemos. De qualquer modo, o que podemos desde já armar é que concebemos o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana. A crítica básica que nos fazem é, como se sabe, de enfatizarmos o lado negativo da vida humana. (SARTRE, 1970, p. 5)

Eis o contexto intelectual o qual parte a etnografia dessa pesquisa, uma perspectiva filosófica existencialista em diálogo com uma antropológica social²⁷ e experiências de vida, buscando descrever um processo de autoconstrução analítica em cima de lutas, pertencimentos, tensões e conflitos em choque com um campo extremamente essencialista e instrumentalista no tocante ao uso do conhecimento como forma de dominação, opressão e

27 Uma doce angústia, uma máxima pessoal, referendada no desespero como desafio pensado por Kierkegaard, construída desde 2010, quando se teve contato com o mesmo, ainda na graduação de filosofia na UFMA, estudando a disciplina Antropologia Filosófica, e corroborada por Sartre em 2011, após produção de aulas para ensino fundamental com tema, Liberdade como Responsabilidade, que identifica um pouco do meu eu etnógrafo nesta pesquisa, combatendo o comodismo, assumindo a responsabilidade pelas opções de caminho escolhidos, sejam essas quais forem mesmo causadoras de inquietação e angústia.

padronização, forjado em heranças de uma colonização escravista, racista, xenofóbica, paternalista, fundamentada numa leitura e interpretação de mundo via teologia cristã. Algo fomentador de uma intelectualidade geralmente conexas com um abstrato em dissonância com um plano real, construindo teorias e práticas sempre arbitrarias e contingentes em relação ao homem e a diversidade cultural o qual se insere, base de construção de uma casta cultural egocêntrica e arrogante, criada para dominar. Uma análise em busca de problematizar os porquês de tal contexto, definindo a posição social do etnógrafo, seu poder de fala e de descrição, em cima de tensões socialmente construídas, como um diretor da Casa do Maranhão²⁸, sendo tensionado por múltiplas maneiras de se identificar, existindo e criando a partir do angustiar-se.

Um contexto de intelectualidade forjada, herdada de uma realidade europeia:

“Dominada por uma instancia de legitimidade exterior durante toda a Idade Média, uma parte da Renascença e, na França, com a vida de corte, durante todo período clássico, a vida intelectual se organizou progressivamente, em um campo intelectual na medida em que os artistas se libertavam, econômica e socialmente, da cautela da aristocracia e da Igreja, de seus valores ético e estéticos, e, também, na medida em que apareciam instancias específicas de seleção e de consagração propriamente intelectuais (...) e colocadas em situação de concorrência pela legitimidade cultural”. (BOURDIEU, 1968, p. 106)

Realidade esta que instiga a autoria da presente análise, em estabelecer uma conexão relacional entre os vários tipos de conhecimento presentes em sua caminhada no campo das abstrações e da concretude, e os dados no campo da intelectualidade idealista, partindo então para o embate e debate em busca de denunciar as contingências e incoerências de obstáculos epistemológicos e axiológicos, dados sob a égide da universalização de um subjetivismo europeu extremamente racional e arrogante, e em um recorte de fé cristã radical e extremista, com superficial autossuficiência, irrefletida em relação aos incômodos, inquietudes, incoerências, quanto a sua constituição homogeneizadora e atuação dominante. Produzindo as positivistas e perigosas explicações das explicações, autoconsagrando-se como o melhor e mais completo meio de produção de teorias, práticas, sistematização e interpretação das relações dadas em um mundo social, definindo, classificando, dividindo, enfim, estipulando parâmetros e procedimentos para justificar como a mais coerente, a erudição que produz, com almejados progressos, clarividência, humanidades aos humanos.

28 Um propício campo de pesquisa para se construir reflexões sobre o homem e as tensões de suas relações, sendo hoje um espaço social assumindo funções de um museu, lugar este, referência para o nascimento da antropologia, alguns séculos atrás, como uma ciência social, suscitando reflexividades e um debate com uma perspectiva existencial de um aprendiz da filosofia, aspirante a etnógrafo, pautando sua ação na seguinte reflexão “Assim, o eu que sou depende em si do eu que ainda não sou, na medida exata em que o eu que ainda não sou independe do eu que sou” (Sartre. 2011. Pag. 76).

Uma realidade que acentua um contínuo trabalho de revisão e retificação da escrita, distanciando-a de adjetivações, uso exacerbado de metáforas, falácias que anulam possibilidades de aprendizados, atrelados a uma diversidade de fenômenos, especificidades, querelas e divergências, demonstrando o que de insuficiente há em cada campo antagônico em rivalidade com outro(s), assim como seus limites no tocante a criar juízos sobre a vida de forma complementar, incluindo em tal análise uma visão do etnógrafo sobre si mesmo, conhecimentos e práticas. Uma necessidade que acentua-se ter um olhar astuto, mediador e negociador de tensões estabelecidas na(s) realidade(s) analisada(s), primando-se por uma heterogeneidade dos campos em choque, fazendo da descrição aqui apresentada, um ato de paciência, resistência, ousadia e coragem, construindo-se nas fronteiras do conhecimento, nas intercessões propriamente ditas, ocasionadas por tais colisões. Algo que penso ser necessário para produzir um possível conhecimento em cima de questões sobre os limites postos a ação humana, ao seguir o habitual, não problematizando-se, autoanalizando-se, ou qualquer outra atividade voltada sobre si, antes de ponderar, sobre o outro, o mundo, criando práticas de conhecimentos contrários até a vida, sendo nesta perspectiva:

(...) responsável por tudo, de fato, exceto por minha responsabilidade mesmo, pois não sou o fundamento do meu ser. Portanto, tudo se passa como se eu estivesse coagido a ser responsável. Sou abandonado no mundo, não no sentido de que permanecesse desamparado e passivo em um universo hostil, tal como a tábua que flutua sobre a água; mas, ao contrário, no sentido de que me deparo subitamente sozinho e sem ajuda, comprometido em um mundo pelo qual sou inteiramente responsável, sem poder, por mais que tente, livrar-me um instante sequer, desta responsabilidade, pois sou responsável até mesmo pelo meu próprio desejo de livrar-me das responsabilidades. (SARTRE, 1997, p. 680)

Em suma, a etnografia desse trabalho busca se apresentar, não só nesse capítulo, mas em todas as demais partes dessa dissertação, considerações de um homem baseadas em um existir convicto de que o uso de sua liberdade está condicionada a responsabilidade, ou seja, a uma resposta coerente a um coletivo, legitimando sua existência individual, por isso, algo imprescindível para ser subjetividade livre, um presente depende de seu por vir como projeção para si, existindo não necessariamente no seu futuro, como se estivesse com um encontro marcado consigo mesmo, evidenciando suas glórias e conquistas diante de seus feitos e criações, mas reiterando suas lutas e todo um contexto de batalhas contra um sistema que a todo instante busca apequenar, domesticar, padronizar, tornar irrelevante e leviana, sua maneira de analisar racionalmente a partir do sentir, permitindo-se ser afetado por uma eminente insegurança sobre seu ser e estar no mundo, independentemente de ter uma validade exitosa ou não, enfim, angustiando-se pelo fato de não ter nenhuma garantia de se fazer

presente em um futuro, com hora e local exatos e até mesmo diante da possibilidade de não querer encontrar-se consigo mesmo nesse porvindouro.

1.2. O Mundo, os Outros, o Eu: dos dissensos existenciais a alteridade

Buscando-se explicar com mais veemência o campo intelectual o qual parte essa pesquisa, passa-se a analisar, como que se deu a construção do meu eu-individual interativo e interdependente, mediante um contato com o diferente, existindo no coletivo, refletindo e problematizando sobre seu desvelar e atuar politicamente, em busca de uma identificação social via angústias existenciais, uma tarefa não muito fácil, exigindo da etnografia a delimitação de um campo de descrição, optando-se por tomar aquele que evidencia o ter em detrimento ao ser, validado no deleite, o prazer como uma experiência social do fútil, passando a ser o grande problema da existência humana, assumindo um caráter de universalidade, autenticando a expressão de um ser ambicioso, ávido, egoísta, hipócrita, invejoso, individualista, e muitas outras problemáticas do comportamento e do caráter humano, numa incansável busca por um reconhecido, ascensão social, poder, sucesso pelo fato de possuir, pilhar e deter o conhecimento sempre favorável a interesses individuais, independentemente de destruir o outro.

Uma realidade de posses cognitivas que condicionam a relação, eu e o outro, numa intensa batalha em busca de especializações, formações, títulos que intensificam um arrogante comportamento de um ser douto, assumindo a condição de uma divindade do conhecimento, buscando a qualquer custo a aquisição de bens, capitais, sejam eles materiais ou imateriais, sem qualquer responsabilidade ao agir em tal contexto. Uma procura que o faz criar um empreendimento com toda uma logística de atuação muito bem fundamentada na sua “singular e extraordinária” capacidade de discernir, interligar e criar, instrumentalizando a natureza, estruturando um mundo, sistematizando relações, distanciando de um real socialmente construído, sendo educado desde os seus primeiros passos como ser pensante, a não partilhar, estranho e repulso ao diferente e discordante de si, portando em enxergar ao outro como um potencial adversário, combatendo qualquer possibilidade de incômodos via sentimentos, pensamentos, que atrapalhe uma vida para a autopromoção, rentabilidade, visibilidade, buscando através de seu campo de intelecção, dominar, explorar, violentar e até exterminar dissensos (físicos ou simbólicos) em tal a realidade.

Penso que na obra, *Campo Intelectual e Projeto Criador*, de Bourdieu, seja possível se deparar com um debate muito significativo sobre essa questão da construção desses seres doutos de conhecimentos, em cima de uma realidade pautada numa inversão de valores, uma construção desconectada de um estudo da realidade vivida e construída, de uma relação recíproca de aprendizados entre sujeito/objeto, delimitação de inferências, reflexões dotadas de reflexões, críticas, questionamentos sobre um campo científico pesquisado, reificadores de uma ideologia de dominação, enfim, por uma perspectiva distante de lidar com relações de força e poder, presentes na construção de um autor e obra, desconsiderando afecções advindas de tal contexto, justificando, assim penso, uma problematização a todo um sistema de criação de um campo intelectual, retilineamente construído em cima de progresso humano nunca alcançado, fomentando uma realidade de “críticos”, “peritos” e “especialistas”²⁹ de determinadas áreas do intelecto humano altamente numa pauta fundamentalista do idealismo, uma observação, assim penso, que toma parâmetros de pesquisa em busca de uma etnologia mais reflexiva que performática, algo pelo pensamento de Bourdieu, ao inferir que:

Para dar à Sociologia da criação intelectual e artística seu objeto próprio e, ao mesmo tempo, seus limites, é preciso perceber e considerar que a relação que um criador mantém com sua obra e, por isso mesmo, a própria obra são afetadas pelo sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como um ato de comunicação ou, mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual (ela própria função, ao menos por um lado, de sua obra anterior e de aceitação obtida por ela). Irredutível a um simples agregado de agentes isolados, a um conjunto aditivo de elementos simplesmente justapostos, o *campo intelectual*, da mesma maneira que o conjunto magnético, constitui um sistema de linhas de forças: isto é, os agentes ou sistemas de agentes que o compõem poder ser descritos por força que se dispendo, opondo e compondo, lhe conferem sua estrutura específica em um dado momento do tempo. (BOURDIEU, 1968, p. 105)

Ele segue inferindo:

Por outro lado, cada um deles é determinado pelo fato de fazer parte desse campo: à posição particular que ele aí ocupa deve com efeito, propriedades de posição, irredutíveis às propriedades intrínsecas e, particularmente, um tipo determinado de participação no campo cultural enquanto sistema de relações, entre temas e problemas e por isso mesmo um tipo determinado de inconsciente cultural, ao mesmo tempo que é intrinsecamente dotado, daquilo que chamaremos de peso funcional, porque sua “massa” própria, isto é seu poder (ou melhor, sua autoridade) dentro do campo não pode ser definido independentemente da posição que ocupa no campo. (BOURDIEU, 1968, p. 105-106)

Pensar em tal contexto é refletir sobre uma sociedade completamente dependente de determinismos, dotadas de pessoas carentes de sinceridade consigo mesmas, alegrando-se com entretenimentos e anseios outros que as distanciam de pensar em uma vida sempre falada

29 A crítica aos designados “peritos” é realizada por P. Bourdieu no livro, “O poder simbólico”.

e decidida por outrem, de relações mecânicas, vivências contingentes dadas num contexto de ambiguidades, fundamentadas em um pensar sistêmico, interpretativo e simbólico que as rege e organiza como uma “sociedade” interessada muito mais as normas de manipulação e aquisição de bens, do que as regras sociais para uma interatividade mais humana. Inserindo os homens domesticados, num vicioso círculo de invenções nada condizentes com a revelação de algo oculto, sendo repetições de repetições sem qualquer criatividade, me colocando a pensar, problematizar e investigar uma conturbada busca de um equilíbrio através da satisfação de desejos, acentuando disputas egoístas, nada condizentes a um amadurecimento humano, pautado numa ética da alteridade, de práticas pautadas no amor, propícios a um autoconhecimento de um eu, com base na angústia ao lidar como necessariamente é complementando-se através do outro.

Buscando analisar com mais veemência tal impensável realidade acima mencionada, tomo como recorte analítico uma máxima muito difundida nas minhas relações familiares “Jamais podemos nos igualar a maldade alheia”. Lembro que a influência de tal lema em minha caminhada como um homem em busca de conhecimento, iniciou-se de uma maneira mais reflexiva, desde quando auxiliava minha mãe biológica nos rituais de cura e pajelança principalmente de ancestralidade indígena, no cuidado de seu corpo quando tomadas por energias encantadas, sempre atento as palavras e algumas práticas, algo que me atraía e ao mesmo tempo me causava medo e inquietudes³⁰, sem saber ao certo o porquê de tal sentimento e a escolha em meio tantos irmãos para assumir tal responsabilidade, lançando-me num contexto confuso com profundas tensões e devaneios, mas que ainda sim, proferia ensinamentos e orientações em seguir sendo talvez um dos primeiros momentos de reflexão propriamente dita da condição de existir, creio que, aos vinte anos, mesmo não tendo qualquer contato acadêmico que me orientasse a entender tal situação, sendo algo muito íntimo e secreto, não sendo compreendido pelos outros, das poucas vezes que tentava externar.

Uma realidade de aprendizados ancestrais que muito contribuiu para o uso do meu livre arbítrio, diante de escolher entre seguir agindo num fortalecimento de uma corrente de

30 Um contexto vivido por minhas mães biológica e de axé, que promovendo-me um sentimento de satisfação de dever cumprido e ao mesmo tempo de indignação, inquietude, diante das decepções, raivas, as quais minha mãe passava com certas posturas ingratas de muitas pessoas enfermas, física e espiritualmente, curadas por suas energias, a ponto até de difamá-la com palavras de baixo escalão e julgamentos infelizes, algo que a fazia refletir e mesmo assim continuar cuidando de si e dos outros, fortalecendo seu lado humano e espiritual. A cada ritual vivenciado, me colocava a pensar sobre essa situação de minha mãe, sobre o grande desafio ao ter que lidar tanto com um lado de práticas do amor, empatia, altruísmo, alteridade e um lado de imperfeições, falhas, ódio, individualismo, arrogância, tendo consciência que tal realidade fazia parte de seu ser/estar no mundo, sendo o desafio maior neste processo, não alimentar o lado “negativo”, utilizando-o para fortalecer sua luta contra as difamações, preconceitos e toda uma carga de ignorância quanto a relevância do curandeirismo como uma fonte de conhecimentos.

práticas maliciosas e maledicentes, ou de ter a consciência de que corrente compunha parte do meu eu, buscando aprendizados e estratégias que não o alimenta-se, um fato que passou a me acompanhar em todas as minhas decisões, corroborando com a ideia de que tudo tem um retorno, passando a lidar com esse “eu-negativo” como um mecanismo de defesa contra incoerências do outro ao me julgar, recordando-me da necessidade de não perder meu humanismo diante de tal prática constituído a partir de um estranhamento e/ou familiarização comigo mesmo, via opinião dos outros, uma situação que inicialmente me causava uma reação de repulsa a cada crise superada e propiciava um amadurecimento, um autoconhecimento e uma certa consciência intuitiva da relevância da presença do outro como complementariedade de mim mesmo, dos ensinamentos e valores familiares e da realidade a qual partia em busca de me realizar num coletivo, conferindo-me um significado sobre minha condição humana construída a partir de ensinamentos físicos e metafísicos, me ofertando todos dias a angústia de saber, mas nunca poder mensurar o alcance de tal ação.

Uma condição contribuída pela intensidade das constantes crises existenciais vividas de forma intuitiva, desenvolvendo-se em meio a muitas angústias e problemáticas dadas num campo psicológico, de identidade, de significados de permanência no mundo, assumindo, a cada momento superado, um sentido como estágios de aprendizados, contribuindo para tornar-me mais próximo de mim mesmo, intensificando as inquietações e mais sentido para muitas lutas e desafios travados contra uma existência que me pendia para um fatalismo, transpondo-me para um campo mais abstrato do meu existir a procura de saber mais, sobre essa sensação dúbia de satisfação e perigo, gradativamente me transformando de dentro para fora, revirando-me do avesso através das angústias ocorridas, algo trouxe um entendimento sobre minha inserção como um ser político diante de um contexto principalmente do incerto, duvidoso, doloroso, de lidar, de analisar as falas dos dissensos, tanto internos quanto externos a mim, um anseio de análises que me fizeram ingressar em estudos antropológicos-filosóficos, na Universidade Federal do Maranhão (2006), compromissando-me, a partir desse momento, em fazer uma viagem partindo de mim para mim mesmo, dominando e até vencendo muitos inimigos internos, me tornando um homem da filosofia.

Uma realidade que me fez questionar, refletir e até negar em muitos momentos a existência de um força suprema e toda uma influência de uma ancestralidade indígena, fato que já sabia possuir, mas que, mesmo assim se fez sempre presente em minha vida orientando-me, abrindo caminhos, protegendo-me de mim mesmo, dos meus medos e monstros, uma grande força motriz que apesar de toda uma repulsa, amadureceu-me como ser sensível, racional e lúdico, revelando-me após uma longa jornada de altos e baixos, uma outra

fonte de referências epistêmicas e axiológicas, agora de irmãos diaspóricos de África, descoberta essa, feita em 2016, na Casa do Maranhão.

Uma grande fonte de conhecimentos completamente diferente de tudo já experienciado, reiterando em mim uma compreensão do sentido da alteridade, amor, justiça, respeito, coletividade, e uma série de outras categorias de sociabilidade e socialização pautados em narrativas e oralidades, cosmologia e cosmogonia de um tempo e espaço totalmente diferente do habitual, tão fortes e intensos que mesmo diante de tantas intempéries da vida e atrocidades provocadas pela ganância humana, resistiram a tudo e a todos, mantendo-se ainda assim, uma sacralidade ativa e dinâmica, principalmente pelo fato de ser coletivamente construída, dia a dia, com constantes aprendizados e uma complexa abertura para mudanças, valorizando, acredito, que um de seus princípios maiores de sustentação de cognições e valores, “o sagrado como segredo e o segredo como sagrado”.

Eis alguns recortes de intensos “desesperos desafios”, extremamente corroborantes no tocante encontrar respostas para os vários questionamentos existenciais surgidos de tal contexto, quando trabalhador do comércio informal e formal de São Luís desde os 10 anos até meados de 2005, aprendiz da filosofia, atuando já de 2010 como professor e de 2015 – 2022, como gestor da Casa do Maranhão, local que possibilitou o encontro com outra ancestralidade, a africana³¹, ligando-me ao candomblé, outra grande fonte de conhecimentos complementando-se com os ensinamentos de ancestrais indígenas, produzindo um campo de conhecimento empírico/racional/lúdico em constante interatividade, seguindo com outros questionamentos e afliges, uma delas a criação dessa dissertação. Uma realidade de intensos devires, mudanças, metamorfoses, provocados a partir da visão do outro sobre meu ser/estar no mundo, rememorando a ideia de não me esvaír de conhecimentos e querelas os quais partia e valores os quais me apoiava, reeducando-me para lidar com o grande problema da minha existência, eu mesmo, ao defrontar-me como o nada, o silêncio, o imenso vazio, me fazendo criar a partir do caos, corroborado para a constituição do meu agir num constante devir de construções e desconstruções socialmente vividas em um mundo social, nada sociável, com residentes de práticas hostis entre si.

Uma mútua hostilidade com lutas fúteis e anseios estritamente egocêntricos sendo o resultado da própria situação de superficialidade a qual os homens se inserem, sem qualquer senso crítico para a construção de uma reflexão, questionamentos sobre suas respectivas trajetórias dentro de uma vida individual, que passa a se distanciar de um coletivo, agindo de

31 Sendo hoje, filho de Oxalá de *orí* (cabeça) tendo Nanã como *Iya* (mãe), dois orixás velhos cheios de sabedoria.

acordo com o que lhe convém, opondo-se ao uso da liberdade como responsabilidade, nada leal a um autoconhecimento, principalmente no tocante a estipular que o externar de sua individualidade limita-se quando inicia a do outro, agindo e criando sempre de forma fragmentada, separando a ética da moral, o social da sociabilidade, sua condição humana de seu humanismo. Um contexto que o faz empreender todos os seus esforços em seu projeto de vida negacionista ao aspecto mais básico da existência humana que é sua própria individualidade e liberdade, solapando nesse processo uma autonomia, que faz com que o homem se legitime, sem muita resistência, como um ser comum, numa multidão seguindo o habitual e cumprindo ordens sem questionar uma autoridade, imposta por meio do temor, da arbitrariedade e da violência, privando todos do cultivo de valores e virtudes.

Segundo Hannah Arendt³², neste contexto de futilidades, alienação e massificação que fazem os homens seguir o rotineiro, instaura-se a banalidade do mal sendo fruto da vil mediocridade da própria ausência do pensar, diluindo-se valores tradicionais, sendo substituídos por ideológicos de um determinado grupo político e seu projeto de poder; construindo nesse contexto seres massificados, acríticos e irreflexivos, tornando-se ferramentas de difusão dos princípios ideológicos estabelecidos, executando aquilo que lhe é ordenado de cima para baixo numa obediência cega, independentemente da ação ser em prol da vida ou do extermínio da mesma, banalizando assim, a prática do mal que passa a ser uma mera execução de técnicas de ordens, um cronograma cotidianamente repetitivo criador de uma opinião ordinária, generalizada e sem qualquer consciência política de respeito ao diferente. Sobre tal investigação, a pensadora abre um precedente de questionamentos e análises que transcende o problema do mal a uma questão jurídica, ou psíquica, discorre sobre sua banalidade o seguinte:

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a 'banalidade do mal'. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade. (ARENDR, 1993, p. 145)

Uma reflexão que me faz pensar no atual vivido no Brasil, que também pela ausência do pensar, banalizou a política, instaurando no país um governo “neonazifacista”,

32 (1906 - 1975) sobrevivente a duas grandes guerras mundiais e a várias mudanças políticas sociais culturais de seu tempo fundamentadas num contexto de extremado ódio e fundamentalismos nas mais variadas áreas do saber e fazer do homem da Alemanha naqueles tempos, fruto do regime totalitário Nazifascista, totalmente desrespeitoso a uma vida inserida numa diversidade cultural, com sentidos e dissensos.

empoderando vozes de estremados fundamentalistas em cima da polarização de disputas, difundindo o ódio, negando a ciência, tendo grande responsabilidade na morte de mais de 600 mil pessoas, desconsiderando a diversidade, inoperalizando avanços no desenvolvimento humano, como conquistas trabalhistas, reconhecimento de direitos territoriais e étnicos de povos e comunidades tradicionais, entre outras lutas de culturas invisibilizadas, desarticulando áreas do conhecimento que nos orientam para uma reflexão e questionamentos sobre o que se é, o outro, o mundo e suas relações, enfim, instaurado no país um pesado clima de instabilidade interno e de animosidades externas negativas, corroborando para como uma visão de mundo deturpado, de inversão de valores sendo naturalizado como algo normal, fomentando homens em busca de poder pelo poder, massificando os acríticos a tal contextos como mecanismos para alcançar seus anseios, uma típica realidade que reiterando a ética do ter em detrimento ao ser, uma guerra de vãs disputas e sem sentido de uns contra os outros, e a ideia de combate àqueles que buscam pensar sobre os porquês de tal situação.

Pensar nesse contexto, remete-se a refletir sobre toda uma logística estruturalista, racista, xenofóbica, essencialista e instrumentalista, corroborada por toda uma degeneração política do indivíduo, assim como seu agir e criar, expressar totalitárias, com diferenças contextuais é claro, porém imutável, estando mais preocupada quanto a validação de um sistema de leis, normas, condutas de alienação e massificação de seus “cidadãos”, do que com seu bem-estar, cotidianizando a vida, efetivando seu artiloso projeto de dominação em cima de atos dos típicos normais, agentes sociais quem reificam a criação de um homem simplista, esvaído de virtudes e valores, de humanidades, sendo adestrado por instituições políticas, religiosas educativas, governamentais, aversas a uma tradição de pensar o agir político de um homem a partir de um contexto de conceitos e práticas, construídos socialmente num plano físico em interatividade com metafísico, fazendo-o pensar num passado como um resgate de lutas, reivindicações, aprendizados, justificando um sentido para o ser/estar no presente, garantindo assim sua continuidade num futuro.

Uma busca nada progressiva e retilínea, estando repletas de dinâmicas, de idas e vindas entre um passado distante de reiterar uma autenticidade originaria, transformando as experiências, análises e aprendizados obtidos no contexto, em afecções crítico-reflexivas, reconduzindo os homens a resgatar uma consciência política que possibilite o futuro com seu reconhecimento no presente, recuperando fatos e acontecimentos históricos e memoriais em suas particularidades com relevância para o presente, e a partir desse sentido readquirido, pensar e elaborar conceitos e valores (amor, respeito, altruísmo, alteridade, empatia.), que

utilizamos na vida e nos tornam humanos, sendo necessário para livrar a ação e o deleite da satisfação do fugaz, supérfluo, banal.

Algo muito complexo para homens imersos em cegueiras pelo simples fato de se identificarem como seres simplistas e simplórios, relacionando-se em uma realidade do pronto e acabado de mecanicidades, naturalizando-se práticas maléficas a si, aos outros, ao mundo, entendendo-se acima do bem e do mal, vivenciando uma vida desintegrada de vida, e ao estarem frente a frente a tal realidade, percebem-se desiludidos, desencantados, e para não pensar em tal condição como um problema seu, transferem todas as suas frustrações para o outro, principalmente aqueles que ousa tentar escapar de tal realidade através da reflexão, estabelecendo assim a recíproca hostilização de uns contra os outros. Sobre a contribuição dessas discussões até aqui debatidas, posso inferir que fortaleceu outro princípio norteador de construção da minha trajetória intelectual, já devidamente apreendido em aconselhamentos e orientações via ancestralidades, inferindo-me que: “Não há pessoa totalmente boa ou totalmente má”, rememorando-me sempre que ninguém está livre de cometer atos maldosos, sejam eles direta ou indiretamente, cabendo-me estar sempre vigilante contra as armadilhas provocadas pela ideologia do ter, possuir, deter, não a reificando, um dos desafios dessa etnografia.

Desta forma pensar num contexto de seguir existindo em defesa da alteridade, amor, altruísmo e empatia, a partir de uma realidade nada reflexiva sobre dissensos oriundos da relação eu/outro/mundo é, ponderar para muitos, alheios a tal perspectiva, como uma perda de tempo diante de uma emblemática luta contra um sistema e o eminente risco de morrer, sendo melhor viver, entretendo-se com um mundo de prazeres supérfluos, de um tempo curto tendo que dar conta de tudo, obrigações políticas, sociais, religiosas, econômicas entre outras, não dedicando-se em ter um tempo para estar a sós consigo mesmo, refletindo sobre uma atuação diária, ponderando-se sobre a ideia de estar vivendo uma farsa, sendo um farsante na mesma; para outros algo muito trabalhoso, dificultoso de se alcançar êxito, necessitando de um longo tempo para se efetivar, sendo algo altamente perigoso ao ter que lidar com estruturas institucionais de poder solidificadas ao longo do tempo, dotadas de uma força determinadora de sua cronometragem, divisão e tentativa de dominação, estipulando momentos para tudo, menos para resolver problemas e mazelas que mesmo cria, autoatualizando-se diante de seu tempo mecânico, físico e temporal, estrangendo, violentando, apagando, anulando, exterminando o comportamento individual e/ou coletivo, que se posiciona contra as suas nomenclaturas, tipologias e classificações.

Um contexto construído em cima de referências, que ao meu ver condizem com um ser/estar num mundo de determinismo e condicionamentos, que tomam o tempo como algo dependente de sua existência e o espaço disposto a sua arbitrária geometrização, algo que me instigou em inserir no debate, considerações do filósofo Edmundo Leach, na obra, *Dois Ensaios*, a respeito da representação simbólica do tempo, ponderando que tal absurdo esteja se manifestando até hoje, pelo fato de vivermos um conceito de tempo, dado numa realidade de relações de uma cultura totalmente díspar com o nosso real vivido. Uma reflexão que me faz pensar numa objetivação de tais referenciais intelectuais aqui no Maranhão dados a partir do período da colonização, baseado em costumes nada resolvidos no que se refere a problemas de organização, sistematização e estruturação do saber e fazer internos, referendados a um contexto inglês e francês, campos de investigação do referido pensador, idealizando a difusão de uma educação de civilidades aos incultos, definindo o estereótipo de erudito, o intelectual dentro de um universo conceitual e de valores que nos condiciona a existirmos numa vida distante de ser nossa, a sermos o que não somos e uma série de outras autossabotagens que inviabilizam em pensarmos na conturbada e contingente situação de produção do conhecimento, e efetivação de práticas que reiteram uma ideologia que acomoda a reflexão sobre os porquês.

Algo que me trouxe o seguinte questionamento: E se não existisse os aparatos, inovações e construções científicas que levam o homem a querer vencer o tempo e domá-lo, pensaríamos este da mesma forma? Um questionamento que reiterou a delimitação das correntes de conhecimentos até aqui apresentadas³³, atuantes numa interatividade de recíprocas complementariedades, não hegemônicas, assim como, o contexto o qual busco problematizar a relação entre obra e autor, irrefletida em dinâmicas e vivências construídas socialmente, ou seja, em uma realidade onde é vedada uma prática relacional combatente a prisões de um campo intelectual, que segundo Bourdieu, alcança uma certa autonomia condicionando “(...) o aparecimento do intelectual autônomo que não conhecesse e não quer conhecer outras pressões que não seja as exigências constitutivas de seu projeto criador”. (Bourdieu. 1968, página 108), algo, penso eu, ser uma tentativa desesperada de um eu fragmentado dar seu salto ao infinito, a eternidade, potencializando sua vitória diante do tempo que não consegue domesticar e domar, produzindo uma espécie de um criar via um aparecer, aparentar independente do ser de suas “(...) pressões exteriores, a impaciência que o projeto criador parece definir” (Bourdieu. 1968, página 108).

33 Existencialismo, sociologia reflexiva, antologia performática e conhecimentos ancestrais.

Nestes termos, pensar como o outro me concebe na condição de eu criador de uma obra, remete-se a considerar-me como um homem de extremos, sendo: ingênuo, deslumbrado e leviano, uma presa fácil na mão de aproveitadores, exploradores pelo fato de ser parcimonioso, intenso quanto ao externar de suas afetividades, não chocando-se de frente com seus oponentes, não sabendo lidar com as críticas e comentários alheios, principalmente àqueles voltados a particularidades de sua vida, otimista em demasia em relação ao humano de cada um, esperando sempre o melhor do mesmo, cuidando mais dos outros do que de si e; um homem truculento, arrogante, pretencioso, não sabendo negociar, sempre preso em determinismos presentes em sua religião altamente tradicionalista e rígida, sempre dependente da ajuda dos outros, um reprodutor de rituais de magia negra, praticante de ações maléficas contra seus inimigos, enfim, uma série de outras considerações, que só fortaleceram um autoconhecimento e uma ligação com conceitos, práticas, valores e virtudes, estabelecidos a partir da existência de seus campos múltiplos do conhecimento.

Considerações estas e muitas outras que me fizeram pensar no incômodo que causamos no outro ao tentar fazer o que se pensa ser o certo, independente de retorno positivo ou não, algo que foi fundamentando numa caminhada de negação de mim mesmo, inserindo-me num perigoso jogo entre a sanidade e a loucura de viver angustiando-me com a opinião alheia, que ora me fazia me recolher por um tempo sempre com receio de aparecer ao mundo, e ora refletir sobre tais temores, entendendo gradativamente à medida que sobrevivia as crises provocadas nesse contexto, que, o problema maior que me acometia, na época esquisita e particular maneira de me mostrar ao e no mundo, não era meu inteiramente, mas também de todo um sistema estruturalista e racista, oriundo de uma cruel colonização de constantes tentativas de apagar o que na verdade de melhor possuímos, algo muito bem sistematizado e reificado como uma verdade, sendo difundindo pelo espaços educativos os quais passei, reprodutores de práticas ainda colonialistas, fortalecendo nesse processo a compreensão que o amor e a alteridade, o respeito, o altruísmo, a empatia, não nos tornas seres fracos e inabilidosos diante da maldade alheia, mas sim, mais analíticos, reflexivos e críticos, nos fazendo enxergar uma existência despida de sinceridade consigo mesmo, projetando medos particulares, falta de coragem, frustrações, situações mal resolvidas nos outros.

Neste contexto de “achismos”, de mútuas violências de uns contra os outros, opiniões ordinárias, falatórios sem fundamentos concretos, uso de um discurso fajuto, forjado numa herança colonial altamente nociva em respeitar a diversidade, uma negligenciada habilidade de lidar com o adverso foi sendo desenvolvida lentamente, curando-me de uma autoflagelo que me provocava medos paralisantes, tornando-me passível diante de vários inimigos

internos, que provocavam uma intensa guerra do meu eu, principalmente contra si mesmo, em busca de encontrar um sentido ao seu agir existindo num coletivo nada empático, uma aptidão de apreender com as tensões, me arremessando numa constante de dinâmicas e devires, que me faziam seguir, mesmo não sabendo ao certo onde iria chegar, até mesmo nos momentos mais intensos de agnosticismo quanto a existência de um ser supremo, vividos da academia durante o curso de filosofia, orientando inclusive na construção do meu trabalho de monografia³⁴, empreendimento este que me fez encontrar após muitas angústias, a força motriz que se fundamenta hoje como um dos principais princípios metafísicos que me rege, orienta, assumindo a mesma representatividade do Daimon grego³⁵, os Orixás .

Uma perspectiva de negação de mim a partir da crítica do outro, propiciadora de muito autoconhecimento, fortalecimento principalmente espiritual, instigando-me em busca por novas aprendizagens, alcançando em 2018 a aprovação no mestrado interdisciplinar do PPGCSPA-UEMA, lançando-me novos desafios ao assumir a gestão da Casa do Maranhão em 2015, continuando a me proporcionar medos, mas ainda sim pela angústia em busca de saber seus porquês, me movimenta, fazendo-me empregar teorias adquiridas tanto num campo da academia e das ancestralidades, em um mundo concreto socialmente construído, assim como suas práticas a interagir com um mundo abstrato, existindo, agindo a partir de uma espécie de intercessão desses dois mundos, nada homogêneos, fortalecendo assim uma veia artística e performática da minha condição como um etnógrafo dessa pesquisa, algo que parece-me não está desconexo do que Bourdieu pensa sobre uma sociologia atenta a interferências externas, que pode anular reflexividades, atendendo interesses outros, penso, tipo a aceitação do público garantindo uma rentabilidade seja no campo político, seja no econômico, avalizando representatividade intelectual para o autor, ascendendo-o socialmente, assim como o status de poder como uma autoridade do conhecimento.

Assim a ambição da autonomia aparece logo como tendência específica do corpo intelectual. O afastamento do público e a recusa declarada das exigências vulgares que fomentam o culto da forma por ela mesma, da arte pela arte – acentuação sem precedente do aspecto mais específico e mais irredutível do ato da criação e, com isso, afirmação da especificidade e da irredutibilidade do criador – são

34 A evidência de um imaginário e negligência de um verdadeiro eu, em Blaise Pascal, defendido em junho de 2011.

35 Citado na obra a condição humana como o (...) que acompanha cada homem durante toda a sua vida, sempre observando por detrás, por cima de seus ombros, de sorte que só era visível para aqueles que ele encontrava. (Arendt, 2014, p. 224) Já abrindo aqui um precedente para uma discussão vindoura do termo ser oriundo na cultura africana, representado na concepção religiosa o qual vivo compor exemplo a figura de Exú, grande mensageiro entre o plano do aiye céu e o arum terra do Velho Oxalá orixá regente de meu Orí e de Nanã, mãe espiritual e todos os outros orixás. Uma perceptiva que me chamou a atenção pelas semelhanças entre as citadas forças metafísicas e por todo um processo de redescoberta de conhecimentos para fora do eixo europeu, praticados muitos bem antes da universalização de sua cultura como fonte primeira de todo intelecto humano.

acompanhadas de um estreitamento de uma intensão das relações entre os membros da sociedade artística. (BOURDIEU, 1968, p. 112)

Bourdieu segue afirmando que se trata nesse momento da formação das “(...) sociedades, pequenas seitas fechadas sobre seu esoterismo, ao mesmo tempo que aparecem os sinais de uma solidariedade nova entre o artístico e o crítico ou o jornalista” (Bourdieu, 1968, p. 112), um campo propício de elitização de uma intelectualidade, penso eu, dada numa relação autor, obra e aceitação pública constituindo-se em cima de toda uma concepção estética conservadora, hermeticamente fechada dotada de um forte sistema de imposição de condutas em prol de uma civilidade, universalizada de admiração mútuas em nome do progresso e da cognição do homem, constituída via “Inspirada pela convicção – tão profundamente inscrita na distinção social da vocação intelectual que tende a ser admitida sem muita discussão (...)” (Bourdieu, 1968, p. 112). Algo muito presente em muitas instituições intelectuais as quais lidamos atualmente, tão rígida e intransigentes quanto a possibilidade de outras perspectivas que corroborem com o intelecto humano que se tornam cegas, ou por opção ou o por pura alienação, educando o homem em seguir com sua passividade e inércia³⁶.

Diante dessa perspectiva de experiências interativas entre os conhecimentos e práticas dados num concreto e no abstrato socialmente construídas, destaco a obra Nice guerreira, mulher quilombola e extrativista da floresta/Nice Machado Aires³⁷, uma oportuna e importante comprovação, assim penso, de perspectivas analíticas intelectuais construídas fora do contexto habitual, corroborando com a ideia de produção de um conhecimento relacional, reflexivo, crítico, interativo de saberes, versando sobre uma trajetória de luta de uma mulher, mãe, líder política, identificando-se como uma quebradeira de coco do Estado do Maranhão, ativista do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), e atual presidente da Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ – MA), algo possível através das considerações dos pesquisadores do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia, tomando as experiências, desafios, embates e

36 Um contexto muito difundido nos espaços museológicos do Maranhão, reificando a ideia de intelectualidade totalmente distante de uma realidade existida, inspirando uma leviana viagem do eu ideal excludente e desconsiderador de dissensos, percalços, querelas, admitindo sua caminhada sempre retilínea e progressiva. Sobre essa relação entre intelectualidade e museus esmiuçarei melhor no terceiro capítulo.

37 Segundo o Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida: As narrativas quilombolas, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSPA), e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situação de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias (p. 7, 2016).

muitas outras dinâmicas vividas pela citada mulher, como algo de extrema relevância para o desenvolvimento de ponderações, relações, conceituações, críticas, reflexões sobre um mundo social.

Eu sou do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco. Um movimento que evoluiu muito no Brasil e no mundo. Eu faço parte deste movimento como extrativista, também sou quilombola, faço parte também de uma comunidade quilombola. Sou também da ACONERUC, que é uma Organização das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado Maranhão e também faço parte da Nova Cartografia da Amazônia, que é esta entidade que nos dá dando apoio, mostrando as nossas tradições e os nossos conhecimentos tradicionais. Eles não estão só falando, mas estão também mostrando. (...) são muitas coisas que a gente pensa que não tem, mas na Cartografia da Amazônia a gente olha. É por isso que estou dizendo que a cartilha desmascara muita coisa, que as pessoas dizem que não existem, mas tem. (AIRES, 2016, p. 51)

Um trabalho de produção biográfica tornando-se referência em combate a um extremado rigor academicista que inibe a reflexão sobre si, instrumentalizando o diferente para o alcance de propósitos estritamente particulares sem qualquer responsabilidade social com o contexto que possibilita tal conquista, reificando uma recusa direta ou indiretamente a uma ética da alteridade como uma produção interrelacional, dinâmica e de reciprocidade sensível/analítica entre o sujeito e objeto, compromissadas com o amor como uma máxima ético/moral difundida e divulgada como uma ação política por excelência, que acredito ser o que se espera de uma produção de conhecimento, fato este desconsiderado pelo habitual autor de uma obra biográfica, passando a não movimentar o pensamento, tornando-o passivo e desleal diante do desvelamento de uma vida de misérias e infortúnios que não condizem com uma realidade pautada na impressão do que os outros reprodutores dessa realidade esperam, não revelando problemáticas que atrapalhem o bom andamento do projeto original de vida dentro de uma ordem, harmônica e retilínea. Toma-se a obra em foco como referência por acreditar que seja uma dessas proezas de mentes de uma aguçada sensibilidade, uma sagaz e analítica visão, um amplo envolvimento com a realidade pesquisada, potencializando seus fazedores culturais a serem agentes ativos, referências maiores das análises e ponderações estabelecidas, protagonistas num fazer ciência diferente do habitual³⁸.

Trata-se de um grande esforço feito, segundo o Prof. Alfredo, por cientistas que lançam mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que coloca o pensar para além das

38 Uma referência que fortaleceu a ideia de externar através de um artigo apresentado na 6ª Reunião Equatorial de Antropologia com o tema: As ilusões biográficas segundo Bourdieu, realizado na cidade de Salvador – BA no ano de 2019, sendo o ponto prático definitivo de partida para essa dissertação, pretendendo tornar possível a ideia também de conhecimentos, práticas e orientações ancestrais como como fonte de pesquisa e referências de minha posição como etnógrafo da mesma, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto.

relações políticas e os laços de solidariedade, que fundamentam identidades coletivas, indo até a própria noção de política. Ele segue afirmando que são procedimentos que consistem em relatos obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detém critérios de competência, e saber para descrever a trajetória das unidades sociais, não reproduzindo uma história de vida sendo sistematicamente com começo, meio e fim, sem qualquer crítica ou reflexão sendo “uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (Bourdieu, 1996, p. 185), construindo um proceder arrogante repletos de falácias, de palavras rebuscadas, sistematizações complexas, entre outras características doutas que ao meu ver seriam facilmente derrubadas com a simples fala de Dona Nice ao falar do seu contexto de vida e sua leitura de mundo, nada simplório.

Nós, do Brasil, quando se fala em tradicionais, nós temos sobre as coisas importantes, nós temos a água, nós temos a terra, nós temos a floresta, nós temos os animais e nós temos nós. Então quando nós trabalhamos, nós trabalhamos e respeitamos a terra, mas nós sabemos também que muitas vezes o poder, os grandes empresários não respeitam a terra e se não respeitar a terra, não respeita a vida. E o que nós estamos lutando aqui é para que ele respeite a terra. Respeitar a terra significa defender até uma vida dela. E quando a gente fala abaixo da terra, é que tem um outro povo abaixo da terra, que também precisa, e que sustenta a terra. Nós temos a riqueza, os mistérios que também não podemos viver sem ele, e temos também, dentro do mistério, nós temos também as tradições e as culturas. Isso também faz parte da vida. (AIRES, 2016, p. 58)

Penso que a proposta destas narrativas quilombolas, seja de refletirmos sobre possibilidades de se escrever com responsabilidade e respeito ao outro, e principalmente a uma etnografia preocupada em fortalecer discussões sobre os perigos das produções de conhecimentos sem críticas, irrefletidos quanto a uma concretude construída. A leitura e análise sobre tal obra, propiciou-me um encorajamento de levar adiante o plano de criação da dissertação aqui apresentada, visualizando-a como um trabalho similar ao desenvolvido pelos pesquisadores e organizadores que possibilitaram conjuntamente com os agentes sociais, a efetivação da obra em foco, reiterando toda uma sapiência ancestral como uma fonte produtora de conhecimentos dinâmicos e diversos, pautados numa existência de uma mulher descrevendo vivências de vida e de morte³⁹, de resistência em defesa de um ideal coletivo mais justo e digno, aprendendo em seus bons e maus momentos ao participar intensamente e

39 Dualidade essa, pelo não cerceamento de suas atividades diante da morte do seu filho em 2014, de forma cruel e envolvida com suspeitas de acerto de contas via traficantes e drogas babaquais, e tendo sua morte associada ao crime organizado de São Luís, algo que não inibiu sua postura ativa contra os dissabores que vão contra seus ideais, fato narrado em sua obra Nice Guerreira: Mulher, Quilombola e Extrativista da Floresta, presente na página 14.

ativamente em defesa do reconhecimento identitário das atividades tradicionais no mesmo patamar dos doutos das instituições de aprendizagem.

Uma realidade que me trouxe a compreensão de que a ética (o particular), a moral (a pluralidade) e o tempo, seriam temáticas com interrelações que me trariam o significado dessa estranheza e na mesma ocasião familiarização, desse afastamento e aproximação, de uma relação de sentimento e razão a partir da visão do outro, sua perspectiva sobre mim, me propiciando, certa harmonia heterogênea, entre partes de um mesmo eu, inserido em um mundo em constante movimento e mudança, aprendendo, autoconhecendo-se muito mais com os dissensos e tensões provocados por choques de realidades distintas, do que com os sentidos e consensos, seguindo consciente da impossibilidade de cura de angústias provocadas em tal contexto, mas com possibilidades de ser livre na perspectiva de convidar o outro através da autorreflexão a criar estratégias, fugir de um mundo sempre forjado, e de determinações e designações totalmente díspar a algo que o faça autor de sua própria obra residente em um local comum, desprendidos de dependências fundamentadas somente em desejos que evidenciam um ter em detrimento a um ser, um eu fantasioso sempre em busca de eternizar-se vivendo para o divertimento, para externar suas grandezas, proezas e feitos, em estado extremamente de competição e guerra em relação ao outro, sempre à espreita destilando seu asco ao que poderia ser um possível aliado numa luta em lidar com a única certeza que tem, a morte.

1.3. Sobre o pesquisador

Na condição de etnógrafo da pesquisa, passo a descrever o processo de coligir os dados referente a construção da mesma, um trabalho realizado a partir de minhas vivências na Casa do Maranhão, analisando a propriedade de posição como diretor a qual ocupo na mesma, tendo a árdua tarefa de se fazer um constante deslocamento de tal dupla disposição, sendo a própria percepção e análise dessas vivências na mesma, norteadas por toda um campo de conhecimentos, já apresentados, tomando a angústia não como cultivo de pujanças negativas, retendo-me a ela, mas como possibilidade de reflexão sobre um ser/estar no mundo ciente dos malefícios que tais forças contraproducentes possam proporcionar na minha vida e de outrem, buscando a partir de tal pleito, antídotos em categorias como o amor, o altruísmo e a alteridade que corroborem com um autocuidado, um cuidado dos outros, humanizando-me à medida que, seja impactado por um mundo social extremamente invertido quanto a significação de virtudes e valores, impedindo a funcionalidade de criar em prol de transformações.

Recortes de mesmo eu e do seu existir que penso tornar possível o sentido da construção e apresentação do etnógrafo desta pesquisa, buscando realizar uma análise relacional entre diferentes campos do saber e fazer de sua existência, refletindo sua condição humana, problematizando o contexto vivido, fazendo interagir, singularidades de uma vida particular num mundo de pluralidades, dinamismos e diversidades. Uma perspectiva de múltiplas experiências adotadas que preferiram uma espécie de auto cartografia, reforçando a ideia desenvolvida em combate a um geografismo e também o biologismo, enfim, a perspectivas hermeticamente fechadas de conhecimento dado via um conteudismo livresco acomodado em suas repetitivas explicações das explicações, não sendo um explicador de tal realidade. Buscarei fomentar, assim, um campo para a efetivação de uma criatividade descritiva, tomando como empréstimo uma concepção política em Hannah Arendt, sendo a condição maior que externa o que somos à medida em que intervimos no mundo, aparecendo nele ao agir, discursar, escrever, descrever, efetivando nossa inserção e imersão no mesmo, revelando, desnudando, nossas especificidades, particularidades, na mesma proporção que aparecemos para os outros.

Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Essa revelação de “quem”, em contraposição à “o que” alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que se podem exhibir ou ocultar –, está implícita em tudo o que esse alguém diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é, mas seu desvelamento quase nunca pode ser alcançado como um propósito deliberado, como se a pessoa possuísse e pudesse dispor de suas qualidades. Pelo contrário, é quase certo que o “quem”, que aparece tão clara e inconfundivelmente para os outros, permanece oculto para a própria pessoa, à semelhança do *daimon*, na religião grega, que acompanha cada homem durante toda a sua vida, sempre observando por detrás, por cima de seus ombros, de sorte que só era visível para aqueles que ele encontrava. (ARENDR, 2014, p. 224)

Neste sentido, tem-se um conflituoso campo de afecções instigando a árdua tarefa como pesquisador estando alerta para os perigos da autopromoção e/ou autoflagelo dadas em um contexto de ilusões biográficas, produzindo em ambos os casos, mutilações a condição humana, fazendo ascender seu individualismo, egoísmo e arrogância, assim como uma ética do pessimismo, da baixa estima, do medo como respeito, despindo-a de princípios como o altruísmo e a empatia, um exercício perigoso mas necessário em busca de um conhecimento, interpretação, criação e apreensão de algo dado, mais próximo de verdades inseridas num coletivo, num mundo diversificado, com a extrema necessidade de se primar pelo outro como complementariedade, fazendo-me compreender que como um escritor devo me ater a

condição de adotar performances, estando ciente da relação de visões e interpretações que o que tenho de mim mesmo, dos outros ao meu respeito, que possibilita aquilo que sou quando estou em ação num mundo de julgamentos geralmente pautados numa autonomia intelectual, repleta de autoridades que delimitam a regras de um jogo de definição da fama de um autor. Algo que penso ser corroborado pelas abstrações de Bourdieu ao inferir que:

É o que acontece com a qualidade do escritor, qualidade socialmente construída com o qual o escritor deva contar; o mesmo se dá, ainda mais claramente, (...) com a representatividade que a sociedade forma sobre o valor e a verdade da obra de um escritor ou um artista. O artista pode esposar ou repudiar esse personagem que lhe é remetido pela sociedade, não pode ignorá-lo: por intermédio dessa representação social, que tem a opacidade e a necessidade de um dado fato, a sociedade intervém no âmago mesmo do projeto criador, investe o artista de suas exigências ou de suas recusas, de suas expectativas ou de sua indiferença. O que quer que faça, o artista tem que enfrentar a definição social de sua obra, isso é, concretamente o sucesso e os reveses conhecidos por ela, as interpretações que lhes foram dadas, a representação social, quase está, estereotipada e simplificadora que o público de amadores possui a seu respeito. (BOURDIEU, 1968, p. 114)

Um contexto tomado pela pesquisa reciprocamente como tenso e criativo, construído nas interseções a partir dos choques de realidade dos períodos vividos pelo etnógrafo dessa pesquisa, cada uma com suas peculiaridades, individualidades e responsabilidades resguardadas, demonstrando mutuamente as grandezas e principalmente as misérias⁴⁰ de um homem com a urgente necessidade de entender-se como um caos, contradição, como disputa não destrutiva de partes antagônicas sendo auto corroborativo no tocante ao ato de intervir, modificar, criar, em seus respectivos campos de atuação. Um momento que enfatiza a capacidade de agir num “mundo comum”⁴¹, observando, escutando, debatendo, discutindo, politicamente sobre acontecimentos do mais simples ao mais complexo numa concretude socialmente construída⁴², não considerando o amor e suas práticas como algo extremamente particular, físico, psicológico, refletindo-se, problematizar conjuntamente sobre questões, formas de como difundir um interesse maior sobre as decisões que mexem com a vida de todos, (individual e/ou coletiva), seja num campo artístico, econômico, social, religioso, cultural, remetendo-nos a pensar sobre como agimos principalmente em um contexto adverso,

40 “Contradição – Orgulho, contrabalançando todas as misérias. Ou esconde suas misérias, ou, se as descobre, vangloria-se de conhecê-las” (PASCAL, 1979, fr. 405, p. 133).

41 Para uma melhor compreensão do termo entre aspas, se faz necessário distingui-lo de um ambiente meramente natural, sendo uma realidade de toda ação humana socialmente construída, algo que possibilita compreendermos como a pensadora concebe o mundo numa perspectiva política, discussão presente logo na introdução de uma de sua obra, *A Condição Humana*.

42 Pensemos no contexto entre guerras, de atrocidades, milhões de mortos, repleto de extremistas o qual a filósofa parte, tendo que fugir da sua terra para poder se fazer compreendida, lutando por uma reflexão em respeito à vida.

combatendo males que banalizam tal luta, resistindo, reexistindo num mundo de idealizações extremadas, considerando um mundo comum que segundo Arendt:

“(...) reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros. (...) conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. (ARENDDT, 2014, p. 63 e 64)

Um contexto que fomentou um sentido para a delimitação dos procedimentos de pesquisa que me renderam dados para a descrição etnográfica desse trabalho, estabelecidos em condições de formalidades e informalidade, teorias e práticas, numa realidade tanto física e metafísica do conhecimento, buscando transcender uma análise para além do audacioso projeto construído em cima de uma ciência universal da ordem e da medida, assumindo a função de alvará que coordena a realidade, assim como todo o conhecimento da mesma, “uma pretensão racional cartesianista e não cartesiana”⁴³, assim penso, para o êxito de tal perspectiva, seguindo tendências de um único método capaz de instaurar o bom senso proporcional a distinção entre o verdadeiro e o falso, entre opiniões e ideias, livrando a análise racional de qualquer erro ou engano propiciado pelos sentidos. Um contexto que promoveu constantes devires, analisando-se o máximo possível, vivências obtidas dentro e fora dos campos pesquisados (Casa do Maranhão e sua gestão) optando-se por uma descrição mais preocupada em dizer o que não é do que é, quem é ao invés de o que é sobre todos os aspectos aqui apresentados no decorrer desta dissertação.

Sobre as fontes de pesquisa busquei apurar mais meu sentido de escuta e observação do agir do outro, do que de fala e aparecimento meu, analisando a partir de conversas formais de baixíssima frequência em reuniões com o Governo do Maranhão e a Secretaria de Cultura, metas e tendências governamentais mais preocupadas em repassar obrigações do que que solucionar problemas, como infraestrutura e sucateamento técnico, humano, lidando ainda com o discursar de gestores que passaram em três momentos da administração pública e quatro de secretariado cultural (2015 – 2022), e ainda de escalões acima da condição como diretor da Casa do Maranhão, completamente díspar com o real vivido, aprofundando conhecimentos técnicos em vários momentos, trabalhando na organização e execução de

43 As aspas referem-se a reiterar que não me coloco jamais contra a habilidade de raciocinarmos, mas sim contra uma autoconfiança cega que a mesma desenvolveu no ser humano, uma ideia que saiu vitoriosa após, “Essa guerra interior da razão contra as paixões fez que o que quiseram ter a paz se dividisse em duas seitas: uns quiseram renunciar as paixões e tornar-se deuses; outros quiseram renunciar a razão e tornarem-se brutos. Nem um nem outros, porém, o conseguiram; e a razão subsiste e acusa as baixezas e injustiças das paixões e perturba o repouso dos que a elas se abandonam; e as paixões estão sempre vivas nos que querem renunciar a elas.” (PASCAL, 1979, fr. 413, p. 134).

eventos da SECMA, Carnaval e Festas Juninas (2016), sendo ainda avaliador em outras pautas, como projetos de incentivo à cultura como a lei Aldir Blanc, entendendo mais a fundo as relações de força e poder em tais contextos da cultura institucionalizada, fundamentando a gestão cultural o qual fui incumbido em andanças nas Itinerâncias⁴⁴ do Programa Mais Cultura e Turismo, como um integrante, testemunhando sua redução tão rica, reflexiva e cheia de oportunidades de mútuos aprendizados para agentes sociais, gestores, produtores culturais a um mero plano de festas e eventos, problematizando o pensar sobre como o Governo de Estado do Maranhão o qual participava tomava a cultura como um poder de massificação, dominação e alienação.

Nessa pauta testemunhei ainda todo um processo de um perseguição política feita por um grupo (o qual me direcionarei em toda o desenrolar dessa dissertação como fisiologistas políticos do governo do Maranhão), a idealizadora das itinerâncias do referido programa cultural de governo, sem dar trégua a qualquer indício que propicia-se um êxito do mesmo, fato que lançou a problematizar sobre um sistema da administração pública principalmente racista, machista e xenofóbico, o qual me inseria sofrendo sabotagens e também perseguições ao optar pelo modelo de administração cultural pautado nas trocas de conhecimentos e práticas, no plano de itinerâncias fundamentado em leis, decretos, normas, declarações que garantem o acesso à cultura para todos, observei também em outras instâncias para fora da gestão cultural como era nítido o desfile de egos de vaidades, vendo companheiro de luta, quando ativistas em prol de colocar no cargo público um estadista do PCdoB, entregues ao completo comodismo com suas pomposas posições, sentados em suas salas ar-condicionadas, alienados completamente com seus ideais e histórias.

Sobre as análises para fora de um contexto de vivências institucionalizadas pude reiterar no meu eu, mesmo submetido a recortes de si, afecções e devires, devido seus vários pertencimentos, modos de agir e atuar no mundo de inversão de valores, vínculos com uma ética pautada na alteridade e no amor, algo muito potencializado por depoimentos principalmente de crianças antes e pós ações educativas desenvolvidas intra e extramuros da Casa do Maranhão, nos bate papos com especialistas, técnicos e estudiosos da museologia local e nacional, em encontros presenciais como os proferidos pela Rede de Educadores em Museus do Maranhão, na III Semana Brasileira de Museus, reunião, entre outros, reforçando a ideia de fazer da Casa do Maranhão um lugar de trocas sociais, culturais, reflexivas entre o homem e suas memórias, histórias nada mortificado por um patrimonialismo contrário a uma

44 Sobre tal plano, maiores detalhes, problematizações, contribuições serão trabalhadas no capítulo II dessa dissertação.

diversidade cultural dinâmica, viva, repleta de possibilidades, não pensando os museus como ferramentas pedagógicas dispostos a corroborar com um sistema educacional formal que reitera práticas e teorias de uma realidade pronta e acabado, estando no século XXI com a práxis do século XVIII e/ou XIX.

Diálogos e outras expressões dadas na informalidade que me fizeram através das múltiplas ocupações, ocorridas nas mais variadas áreas do âmbito cultural local, nacional e internacional e esferas do poder comunitário, municipal, estadual e federal, a lidar como muitos outros aprendizados exitosos, de insucessos, frustrações e angústias, destacando-se nesse contexto a estadia da instigante, reflexiva e questionadora Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia do PNCSPA⁴⁵, em fevereiro de 2016, iniciando o processo de transformação do gestor cultural em um pesquisador⁴⁶, uma mudança radical que me tirou duma zona de conforto me recolocado no caminho de um existir a partir de angústias, fornecendo-me um referencial para dar vazão a um projeto de ações culturais na Casa do Maranhão que colocassem num mesmo patamar conhecimentos tradicionais e científicos, outro ponto importante sobre tais vivências fora ter contato com histórias de luta e resistência cultural de agentes sociais protagonistas de tal mostra sendo seus reais curadores, participando ainda de ações como rodas de conversas, lançamento de livros, entre outras ações que me fizeram perceber minhas múltiplas posições e pertencimentos, rivalizando com a do diretor da Casa do Maranhão, instaurando a ideia de uma indefinição identitária da mesma, gerando aqui o problema que fomentaria o confuso pré-projeto de mestrado e a inserção no PPGCSPA – UEMA, no ano de 2019.

Nessa perspectiva inicial de diretor em trânsito para pesquisador, houve um aprofundamento de análises sobre programas e planos de governo no âmbito cultural da gestão do PCdoB, PMDB e PDT, averiguando-se decretos como: o de desapropriação do terreno para a construção do Tesouro Público Provincial Palácio do Governo do Estado do Maranhão, 8 de fevereiro de 1890, hoje Casa do Maranhão, o de nº 7661 de 27 de junho de 1980 sobre a Tombamento Estadual de prédios coloniais na época da Secretaria da Fazenda

45 Sobre a exposição e suas contribuições, explanarei com mais veemência no capítulo II desta pesquisa.

46 Fato que explicarei mais a frente, lembro-me que em diálogos bem familiarizados já com o Professor Doutor Alfredo Wagner de Almeida, um dos organizadores e idealizadores da mostra, tive o primeiro insight de angústias do que viria a ser o ingresso no mestrado do programa desenvolvido aqui no Maranhão pelo Departamento de Ciências Sociais da UEMA, ao me fazer o seguinte questionamento: Iguatemy como você deseja que eu te chame diretor, professor, professor – diretor ou diretor – professor? Sorrindo depois... Um momento que me deparei com um sentimento de familiarização e/ou estranhamento, instigando-me em busca de saber qual era, de fato, minha atuação na Casa do Maranhão, não entendendo ao certo se estava recebendo um elogio, uma crítica, ou as duas ações juntas do professor doutor. Um fato ocorrido no dia do meu aniversário, 27/02/2016, sendo retomado no capítulo do campo cultural.

do Estado, hoje Casa do Maranhão, Plano Estadual de Cultura 2010 – 2025, assim como dispositivos como missões, funções e atribuições para a Casa do Maranhão presentes no Artigo 62 do decreto nº 23.821, analisando-se ainda a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, instituindo o Estatuto de Museus, decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, regulamentando dispositivo da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, Plano Nacional de Educação Museal, que Instituiu o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus.

Ainda nessa pauta avaliei também o Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, de Cezar Augusto Marques, História do Comércio do Maranhão 1612-1895, de Jerônimo de Viveiros, o Plano Diretor Turístico do Estado do Maranhão, do governo do PMDB, ano 2014, e os dissensos com um grupo de trabalho, polo Floresta do Guarás, uma análise que intensificou o reconhecimento da Casa do Maranhão como um espaço social de cunho museológico corroborando para o debate sobre os porquês de uma falta de identidade específica e de uma repetição dos mesmos problemas como infraestrutura, carência de material humano, falta de reconhecimento de esforços administrativos e funcionais dos empregados pelas gestões, ao longo de sua trajetória, desde sua fundação até hoje, rendendo-o ainda sim representatividade para os sistemas de governo os quais perpassara, percebendo em vários momentos todo um desenrolar de relações de força e poder fortemente reificadores de uma postura díspar, com diversidade evidenciando um eurocentrismo como a fonte primeira de toda a cultura do Maranhão, tornando pouco relevante as demais, visualizando o espaço que hoje abriga a Casa do Maranhão como um campo de disputas, uma espécie de lugar neutro para o Estado desenvolver o que bem desejar⁴⁷.

Ainda nesse campo de análises, destaco as itinerantes vivências obtidas no processo de ensino-aprendizagem do mestrado do PPGCSPA, convivendo com uma turma interdisciplinar de docentes e discentes que muito contribuíram para um encorajamento de se seguir, em busca de se empregar enquanto gestão, ações pautadas em críticas a práticas autoritárias no âmbito da gestão da coisa pública, legando-me ainda conhecimentos e arguições antropológicas, históricas, científicas, artísticas, filosóficas, ancestrais, que me encorajaram num processo de construção dessa dissertação e definitivamente libertando o pesquisador dos

47 Uma perspectiva apreendida fortemente durante as várias investidas feitas pelo grupo de fisiologistas políticos, que tratarei como sabotadores de minhas pretensas ações críticas a ideia de tomar o sentido de cultura como um poder de manipulação para a satisfação de interesses particulares, ofertando a mim como gestor, um campo de facilidades e privilégios, algo inicialmente dado de maneira sorrateira e depois escancaradas, ou optar-se em seguir sendo fiel as lutas, reivindicações, ensinamentos, aprendizados, orientações de segurar o leme e seguir, acreditando que um bom marinheiro nunca se faz em águas calmas, sofrendo as consequências ao me negar a seguir o imposto.

determinismos institucionais como diretor, fortalecendo lutas e uma conduta ética em respeito aos vários pertencimentos como um ser social e um aparecer mais convicto e seguro de si num campo intelectual, burocrático e cultural, reforçando a ideia reexistir diante das intempéries da vida, seguindo trilhas pensadas por Foucault, sendo um sujeito ético ainda que rechaçado por um modelo social dominante, que dita a fama de ser/estar no mundo, reinventando-me, resistindo a sujeição imposta, construído constantemente numa estética da existência.

As "artes da existência" devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2004, p. 109)

Uma perspectiva que me fez, como diz Otavio Velho, revisitar aulas, anotações, artigos, ensaios, textos de apresentações em encontros locais e nacionais de estudante de filosofia, projeto de pesquisa, a monografia e inúmeras outras vivências dentro e fora da academia quando graduando do curso, corroborando para uma autorreflexão crítica sobre os longos anos de improdutividade como um aprendiz da filosofia, assumindo um papel de corroborar ora como algo não histórico, ora histórico sendo um paradoxo que busca analisar O que perdura? O que irrompeu? O que continua? Com uma prática de pesquisa, propiciando meios de compreender com maior finura as modificações sociais que estão ocorrendo no meio vivido, analisando-se criticamente lacunas e falhas de compreensão não observadas ou tratadas com maior atenção no momento escrito, mantendo-me em estado de vigilância e a retificação sobre o estudado e debatido, entendo tais momentos como uma área de possibilidades e como ponderação de que o trabalho de campo não é uma simples coleta de material bruto onde se separa teoria e prática de pesquisa.

Vejo de fato que é um livro fundamentalmente etnográfico no sentido que é mencionado na apresentação da coleção. E é justamente para isso que essa minha revisita me chamou a atenção e que queria marcar para vocês: é justamente o que ele tem de etnográfico que mais resistiu ao tempo. Isso eu acho que é interessante para quem está fazendo um curso que é das ciências sociais, um curso que tem a ver com a antropologia: o que é etnográfico no livro é o que mais resistiu ao tempo em minha opinião. O que é um mistério na nossa disciplina que mais uma vez é confirmado: o fato de que, em geral, os textos de antropologia que nós relemos ou revisitamos ganham uma permanência, sobretudo em função da sua etnografia. (VELHO, 2016, p. 14)

Trata-se de um exercício altamente necessário para firmar um processo de conhecimento pautado em críticas em relação a sua prática nunca linear e irreversível,

retomando fios que ficaram soltos, criando-se uma realidade investigada, muito mais rica de possibilidades de reflexividades, trabalhando-se os conceitos, considerações, enfim, estudos com maior cuidado de verificação sobre seu papel político, social e contextual o qual se inserem, relativizando-os, sem é claro, nunca simplificar as relações e ponderações que deste processo nasce, pensando-se sempre numa complexidade dinâmica que é a vida existida. Estudar aqui o que perdurou, irrompeu e o que continua a partir de Otavio Velho, traz a reflexão de que se faz necessário voltar-se para uma fuga, poderia assim dizer, de um aplicar mecânico dos textos das coisas presentes nos discursos do livro, da simplificação das múltiplas relações que se dão na realidade investigada, do sobrepujamento de forças homogeneizadora, onde a autoridade do sujeito investigador é sempre mais forte que a do objeto investigado, onde há força epistemológica e axiológica da razão e maior que qualquer outra não científica sendo ordinária.

Por fim, destaco um contexto de pesquisas de campo obtidas de dentro da estrutura administrativa da Casa do Maranhão, o qual pude me deparar com todo um trabalho de planejamento de ações, dinâmicas, tensões e interações, dissabores e êxitos, propiciando-me vivenciar na prática toda uma itinerância entre os campos de conhecimentos cartografados de um mesmo eu (intelectual, burocrático e cultural), fortalecendo o sentido e significado das angústias, daquele sentimento de perigo que ao mesmo tempo me colocava a criar, me propiciando ser eu mesmo, existindo em combate o mundo institucional mecanizado, desprovido de vida, lutando em busca de construir tempos vindouros a partir de um presente criativo, dinâmico e sempre fiel a uma diversidade, algo que me faz ponderar com mais clareza, sobre o mundo, a natureza, as pessoas, as interrelações, que sempre nos coloca a cuidar uns dos outros e é claro, ter um auto cuidado.

Para descrever rapidamente tal realidade de intensidades, tomo como recorte, gravíssimas situações problemas que ameaçavam a continuidade da funcionalidade da Casa do Maranhão como um espaço socio museológico⁴⁸, dificultado diante da atuação da COVID – 19, no ano de 2020, me rendendo o maior desafio posto na minha atuação como gestor da Casa Maranhão, estando ainda em fase de conclusão do mestrado, como um pesquisador, buscando sobreviver a atuação maléfica de tal doença que assolou o mundo, e ao mesmo tempo lutando contra as pesadas investidas do grupo de fisiologistas políticos, que partiram

48Ato de Estado que dividiu a Casa do Maranhão, com o Centro de Referência em Economia Solidária do Maranhão da Secretaria de Estado do Trabalho, acarretando inúmeras problemáticas de ordem, individual e coletiva, com muitas investidas maledicentes e outras sabotagens, afim de desestruturar todo um trabalho de um repensar a Casa do Maranhão não mais para um Maranhão, mas para o Brasil e o mundo. Fato que retomarei no capítulo II.

para o ataque com toda força destrutiva que o racismo, principalmente institucional, estrutural e religioso tem, para cima de um gestor que ousara fugir de uma realidade de determinismos e prisões estabelecidos por tais corruptos. Nesse realidade, pude testemunhar toda uma soma de forças de conhecimentos, práticas e orientações presentes no âmbito físico e metafísico do gestor unidas num só sentido, resistir culturalmente, pensar em estratégias e criar, não sendo lhe dado sequer, o direito de chorar suas dores, de fala em tais situações problemas ou qualquer outra possibilidade de expressão sentida e/ou pensada, me propiciando dados, informações e uma série de outras matérias de pesquisa, altamente relevantes para seguir como trabalho.

Confesso que essa realidade provocou mútuos e intensos bloqueios criativos tanto no gestor quanto no pesquisador, mas que ao final conseguiram sobreviver a tal ações maledicentes, cheias de ódio, rancor, colocando-os diante de violências simbólicas, de desprezo e menosprezo quanto ao homem arraigados a princípios ancestrais indígenas e africanos, que se bem pensado não fosse a sua disciplinada realidade de disposição para mudanças, de ter fé, de aprender e ser livre a partir de suas angústias, fatalmente não teriam surtido um efeito criativo, artístico e produzido mudanças as quais a Casa vive hoje, de extremos de uma inoperância como um espaço sócio museológico a um território de itinerâncias entre o Maranhão e o mundo, internacionalizada, abrindo mundialmente a pauta de ações da Bienal de São Paulo, retratando lutas principalmente antirracistas em seu âmago.

Um contexto que traz a gestão e a pesquisa “novas” possibilidades de resignificação, “novas” angústias, “novos” desafios, destacando-se o fato ainda de lidar com outro campo de atuação, o das virtualidades, reiterando nesse contexto suas funções culturais propiciadoras de entretenimento, lazer, educação, trocas de conhecimentos e práticas colaboradoras, à construção de cidadãos mais críticos, pertencentes e identificáveis com a cultura local. Poderia passar aqui discorrendo sobre muitas outras situações, problemáticas, conflitos, embates e uma série de outras querelas e reflexões, mas pelo fato de se delimitar o debate no momento, me dou por satisfeito com as apresentações até aqui postas nessa análise, findando momentaneamente aqui, posto com certeza, de que como um sujeito do conhecimento é livre para escolher, contudo, ao escolher outras oportunidades que fogem a determinismo e prisões que tiram do homem seu humanismo, torna-se um agente em prol da humanidade.

O papel da descrição como fronteira esbarra num limite do impronunciável, delinea uma certa insuficiência, mas não escapa, entretanto, à possibilidade de uma compreensão antropológica. A noção de “nova” revela significados não-concluídos, inacabados, que fogem ao previsto e ao usual. Todavia, quanto mais se aprofunda na descrição ou na análise concreta de uma situação concreta, mais se tem o que

descrever, mais há o que ser dito. Esta dinâmica algo paradoxal do trabalho etnográfico, atinente à centralidade do presente, desvela situações dúbias, registra testemunhos controversos e contribui para repensar conceitos e delinear tendências das pesquisas antropológicas. Aliás, a própria noção de trabalho de campo está sendo sucessivamente recolocada, sofrendo alterações e passando por redefinições de procedimentos, inovando as técnicas de observação direta e as relações de entrevista, evidenciando que muito do que se interpreta como “novidade”, em certa medida, já estaria estimado no repositório da memória antropológica. (ALMEIDA, s/d, p. 02)

CAPÍTULO II

2. O ESTADO E SUA CONDIÇÃO DE TOTALIDADES UTILITÁRIAS

2.1. Quem é o Estado?

Chega-se ao segundo capítulo dessa dissertação e como ele, mais uma questão voltada sobre relação entre a ética e o trabalho científico/filosófico desenvolvido até aqui, debruçando a etnografia para análise do campo burocrático pesquisado, lidando com a angústia de me deparar frente a frente com a figura do Estado, consolidado universalmente, inserido hoje numa contingente realidade, assumindo um sentido conceitual sobre si e tudo que rege, bastante volátil e utilitário, lutando sem medir esforços contra seus dissensos e em prol de criar sujeitos da ação, do conhecimento, do debate que reifiquem seus desígnios; uma instituição que ora se coloca a favor da vida e da paz, ora da morte e da guerra, ora agregador e altruísta, ora expurgador e violento, um órgão funcionando como um aparelho de coesão para uma ordem pública não se apreendendo nada sobre o mesmo, não se tendo clareza quanto seus reais interesses constantemente mutáveis, preso a questões referentes às suas funções, ora de utilidade pública e ora com serventia privada, ou seja, algo dado em uma esfera temporal *apriori* a todas as coisas. “Uma espécie de um transcendental histórico comum, imanente a todos os seus sujeitos” (Bourdieu, 2011, p. 117), sendo o resultado da crise de identidade ética rompida com princípios morais, destituindo do homem sua humanidade.

Colocações que propiciam problematizar e refletir sobre uma imprevisibilidade das atuações de um Estado, sempre em estado de atualização contextual fragmentada e de fúteis rivalidades entre o real e o abstração, produzindo efeitos contingentes na realidade, de mortificação da vida, ao empregar uma ideologia homogeneizadora de heterogenias nos mais variados campos de estruturação, produção e execução de conhecimentos culturais dos homens, seja na individualidade, seja na coletividade, sendo muito recorrente a massificação de mentes, dominação de corpos, sendo resultados de apagamentos culturais dados no colonialismo do século XVII e XVIII, e no imperialismos e neoimperialismo dos séculos XIX e XX, períodos da história que até hoje pairam fortalecendo na sua extremada força, instituindo os ideais de um capitalismo e as suas mais variadas formas racionais e radicais de deter em suas mãos o poder, e da persuasão para dominar, definindo o destino de cada um e

objetivos como seres de sociabilidade, naturalizando-se a partir da ideia de negação de si como sujeito pensante, sempre preso a um estruturalismo racional cego, evidenciando, carecendo de ser sincero sobre si mesmo, tornando incompreensível um existir num mundo social por e pelos outros, reflexões que se coadunam com as abstrações de Bourdieu, que sobre o Estado infere:

O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente (...) o Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumento de coerção, capital econômico, capital cultural, ou melhor de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de meta capital, com poder sobre os tipos de capital e seus detentores. (BOURDIEU, 2011, p. 98-99)

Reflexões que me lançaram num tenso debate sobre como me posicionar eticamente diante do trabalho de etnografar, dissertar a partir de vivências dadas dentro e fora de uma realidade estatal via Casa do Maranhão, estando intimamente ligado a condição de diretor do espaço, seguindo como um pesquisador sendo leal a um campo intelectual construído socialmente a partir de itinerâncias entre conhecimentos ancestrais, acadêmicos, artísticos e de vivências do cotidiano, além de, histórias de lutas e reivindicações que fizeram posicionar-me de maneira múltipla quanto ao pertencimento com a cultura a qual faço parte, algo fortemente corroborado por todo um crítico e reflexivo processo interdisciplinar de ensino-aprendizado, construído no PPGCSPA – UEMA⁴⁹. Uma decisão muito delicada gerando autoespeculações, desde a questão financeira, abrindo-se a possibilidade da perda de ofício, benefícios e benfeitorias, à acentuação da perseguição política feita pelos fisiologistas políticos ao tomarem conhecimento do trabalho de dissertação, além da defesa de interesses pessoais, perpassados pelo coletivo, lidando com a opinião de estar me acovardando para o combate, me ofertando ainda a escolha de desistir de tudo, seguindo para outros rumos.

Um dilema que me fez buscar descrever sobre quem de fato é essa força motriz por designação de Estado, quais seus interesses maiores e os porquês de sua atual situação de usos

49 Enfatizo aqui a contribuição das aulas do curso de Cartografia Social, sendo um convite a embarcar numa viagem por absurdos, arbitrariedades pautados em um sistema de interpretação do mundo com homogeneizações de heterogeneidades, padronização de diversidade, e uma série de outras arbitrariedades distanciando a vida de si, das aulas de metodologia da pesquisa reiterando sempre a reponsabilidade social de verificação e retificação quanto ao fato de produzir conhecimentos, não os transformado em um ideologia, do engajamento obtido nas aulas de Cultura Estado e Poder, teoria antropológica I e II, sobre o fato de que escrever como um ato de coragem, acentuado com as aulas do curso de antropologia contemporânea, ascendendo-me de vez em seguir como um pesquisador, ciente das consequências de tal escolha. Momentos que me fizeram reatar em definitivo com o que andava meio que enferrujado quanto prática, o criar via angústias, contando ainda para um voltar para mim mesmo, com as explicações, anseios, tensões dos colegas de turma do mestrado das incertezas.

inescrupulosos frente a utilitarismo de conhecimentos e práticas, como ideologia, com mecanismos e metodologias para pôr em prática seu projeto de alienação e massificação cultural de seus “cidadãos”, satisfazendo seus anseios sempre distantes de primar pelo bem comum, optando-se por seguir buscando desenvolver uma responsabilidade ética com os dois campos de atuação, pesquisa e administração, efetuando ponderações e devires mais críticos e analíticos, não sacrificando as reflexividades em tal contexto. Uma situação que fez performar, em muitos momentos de tensão interna e externa, como o professor de filosofia orientando tanto a pesquisa quanto a administração, em busca de estratégias para não deixar de cumprir com as suas respectivas obrigações em seus campos de atuação, mais uma interatividade possibilitada pelos vários pertencimentos que juntos corroboram para minha identidade sociocultural, contribuindo para manter-me até o presente momento como um diretor- professor-pesquisador, agindo a partir de choques e intercessões nada homogêneas, ou em busca de sínteses.

Uma noção completamente díspar com a ideia do Estado Moderno surgido após o “período de trevas”, contrapondo-se aos mandos, desmandos, arbitrariedades de dois sistemas como o feudalismo e o absolutista monárquico, concentrando nas mãos do papa e do rei, o poder, sendo ambos divinizados por isso, fomentando a noção de sociedade moderna europeia e uma série de teorias sociais sobre a mesma, como uma associação de pessoas fundamentadas numa coexistência com fins a livrar homens de um lado irascível, destituído de racionalidade, proferindo várias teorias explicativas sobre seu poder de unir dissensos, uma delas muito difundida e universalizada a partir do fato social⁵⁰, de Emile Durkheim, um objeto cognoscente e cognoscível possuidor de existência própria, independente das práticas particulares do indivíduo, ou de qualquer outra leitura de mundo fora de seus ditames, tornando-se o principal fundamento de validade do homem, restaurado de humanidades.

Uma ideia que penso ter sido mais uma aprisionamento da diversidade, com a improvável missão de organizar um caos, se levar-se em consideração que se trata de constatações universalizadas com embasando contextual pautado apenas em vivências que necessariamente não se aplicavam a outras realidades, causando mais atrocidades, violências e alienação, reificando sempre um projeto de dominação e exploração de uma classe dominante de riquezas materiais ou imateriais, disfarçadas de atos geradores de civilidade e progresso, criando uma ética determinista sobre o indivíduo com elementos impositivos de um padrão de

50 (...) reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo (Durkheim, 2002, p. 12).

comportamento e uma moral coercitiva, obrigando os indivíduos via constrangimento, punições, violações e violências ao conformismo, seguindo o padrão vigente, validando-se na ideia de uma realidade dominante exterior ao indivíduo, onde as ações sejam elas coletivas e individuais, independem da vontade subjetiva. Algo muito difundido nas mais variadas categorias de institucionalizações culturais, como escolas, museus e uma série de outros órgãos que nascem dessa ideia de sociedade.

Uma institucionalidade de relações entre os homens, com fins a estabelecer a ordem e prática dos bons costumes, justificando-se como uma coerente e necessária vivência do eu num contexto de relações de preponderância de uns poucos (elite) contra muitos (ralé), garantindo uma seguridade perante a uma indeterminação de expressões de uma irracionalidade, seja num campo da subjetividade ou na interação dessa com os outros na objetividade, sendo sempre culpa de outrem, nunca do modelo de organização posto, qualquer problema ocorrido na realidade vivida que abale o bom senso e andamento das relações estabelecidas, proferindo por isso uma autoridade até mesmo para retirar a vida daqueles que discordam de tais ditames. Reflexões que não buscam desconsiderar as abstrações de Durkheim e sua teoria sobre a sociedade, mas que ao ser aplicado em outras realidades como um método de organização, de modos diferentes de vida da Europa, falhou quanto sua responsabilidade social, se transformando numa ferramenta da ideologia de dominação.

Para iniciarmos o debate sobre o que é essa figura emblemática do Estado e sua condição de totalidades utilitárias, tomemos como recorte a conceituação filosófica de Thomas Hobbes⁵¹ sobre a relação Estado-homem. Para o filósofo o Estado seria uma espécie de monstro, fruto da junção da religião, da política e dos homens, um grande ser forte dotado de poder centralizado autoritário, para conter os impulsos naturais dos homens, inseridos numa relação de guerra de todos contra todos. Uma mão de ferro, fundamentada em princípios divinos, gerenciando homens feras em seu estado natural e inseridos num mundo caótico, colocando sua condição como um humano naturalmente inclinado para o mal, regida

51 Filósofo, teórico, político e matemático, adepto do contratualismo, defensor veementemente da monarquia e toda sua representatividade absolutista do século XVII, vivida num tempo de tensões e conflitos internos e externos e as constantes ameaças de invasões, a Inglaterra, sua terra natal. Influenciado por grandes pensadores de seu tempo, refutou a metafísica aristotélica e buscou a causa e a propriedade das coisas tendo como ponto de partida a física, pensando ser a filosofia como uma análise de tudo que possui existência material, os corpos, divididos em naturais (filosofia natural) e artificiais (filosofia política), desprezando a existência de seres imateriais, reiterando a concepção de que os fenômenos são explicados por causas mecânicas, força e movimento, sendo estas ideias antiteológicas. Algo que fundamentou suas críticas às teses aristotélicas sobre as ciências naturais, sofrendo ainda sim influências de tal filosofia, em específico, no âmbito da tomista, desenvolvendo a ideia de conceber a sociedade como um mecanismo formado por “átomos”, sendo estes os indivíduos.

para o egoísmo e autopreservação, não possuindo disposição para viver em sociedade, necessitando por isso da intervenção de um corpo estatal forte, com leis rígidas aplicadas na realidade convivida, para que em sua condição como um indivíduo em interatividade com os demais, transcendesse de seu estado natural ao estado civil, este último, estágio ideal o qual, possibilitaria a paz e a felicidade em tempos de guerra.

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo. (HOBBS, 2003, p. 45)

Um Estado com a missão de levar a ordem a uma realidade na qual os homens se vêm totalmente submersos e comandados pelas paixões, agindo no seu estado natural sem levar em consideração nada e ninguém, vivendo numa constante desavença, práticas maledicentes, motivadas pela cobiça da aquisição de divisas, de glória e poder, não havendo qualquer critério para o uso da liberdade, inviabilizando assim, a paz e a segurança dentro de situações de agonias, acuamentos e medos, que pela razão incita o desejo de sair dessa condição, encontrado no estado civil tal egressão, submetendo-se, a uma força e poder soberanos que limita exageros do livre arbítrio, determinando regras do que pode ou não fazer, um poder comum e soberano de todos sendo um só, dotado de espada e de leis civis, capaz de obrigar os súditos a cumprirem tais leis, nas quais são essenciais para que se possa viver em sociedade. Algo formado por um ato voluntário dos indivíduos, a partir de uma necessidade causada por desejos de bem estar, que confia a uma reinante liberdade infinda, passando a designar nomenclaturas, conceitos, práticas, valorações, organizar qualidades, além de proferir ponderações que garantam a eficácia do pacto pela serenidade e segurança.

Uma concordata entre homens, política e religião que age constantemente para rememorar em seus súditos a total obediência ao soberano e a confortável ideia de estar sob a tutela do Estado civil, um produto da razão humana, sendo segundo Hobbes, a única maneira de instituir um poder capaz de defender os homens de si mesmos, das injúrias uns dos outros e de outras ações estrangeiras, invasões, privação de liberdade, entre outras mazelas e intempéries estabelecidas pela condição animalesca em seu estado natural, garantindo aos súditos segurança, vida com satisfação produzidas pelo trabalho de cada um, um pacto estabelecido entre cada homem para com todos os outros, na medida em que estes transferem seus direitos ao Estado, não voltando a condição natural de guerra, de medo, de violações e

violências, não alimentando e/ou fortalecendo sentimentos, pensamentos que o faça externar seu lado mal. Lembranças que os fazem se deparar com a caricatura de monstro do Estado, uma interação permissiva de controladores e controlados, dominantes e dominados, sendo algo construído de forma espontânea, com o fim coletivo de assistir, assegurar, reiterar o bem comum, a convivência coerente de uns com os outros, através do contrato social.

(...) assim cheguei ao fim de meu discurso sobre o governo civil e eclesiástico, ocasionado pelas desordens dos tempos presentes, sem parcialidade, sem servilismo, e sem outro objetivo senão colocar diante dos olhos dos homens a mútua relação entre proteção e obediência, de que a condição da natureza humana e as leis divinas (quer naturais, quer positivas) exigem um cumprimento inviolável. E muito embora na revolução dos Estados não possa haver uma constelação muito propícia ao aparecimento de verdades desta natureza (tendo um aspecto desfavorável para os que dissolvem o antigo governo e vendo apenas as costas dos que erigem um novo), contudo não posso acreditar que seja condenado nesta época, quer pelo juiz público da doutrina, quer por alguém que deseje a continuação da paz pública. (HOBBS, 2003, p. 22)

Um contexto muito difundido servido de base para o que mais tarde viria a ser o Estado Moderno, balizando as abstrações hobbesianas em um momento de grande instabilidade na coroa britânica, entre os séculos XVI e XVII, lidando com a crescente difusão do liberalismo reclamando a diminuição do poder real, como autoridade máxima da Inglaterra, pensamentos estes sob forte influência ainda da Reforma Anglicana⁵². Uma realidade que fortaleceu as convicções absolutistas de Hobbes, reiterando-o a pensar no grande Leviatã como a maneira mais viável na época para a solucionar as constantes problemáticas sócio-políticas enfrentadas. Um contexto repleto de coerentes e importantes análises quanto a relação do homem e o Estado, incitando a outras profundas mudanças como: a Revolução Gloriosa⁵³, a revolução industrial⁵⁴, constituindo uma burguesia inglesa forte e

52 Promulgada em 1534 pelo rei Henrique VIII, da Inglaterra, aproveitando-se da fragilidade da igreja na época, usando como pretexto a recusa do papa em aceitar seu divórcio da rainha espanhola Catarina de Aragão, fato que o faz romper com a Igreja Católica criando o anglicanismo, aumentando assim seu poderio como chefe supremo da Igreja da Inglaterra e saciando seus anseios particulares. “A Reforma Religiosa foi um processo de oposição à Igreja Católica que ocorreu em diversas regiões do continente europeu. Geralmente estudamos três principais casos de Reforma Religiosa no século XVI: a Luterana, a Calvinista e a Inglesa (Anglicana)”. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/igreja-anglicana-e-a-reforma-na-inglaterra.htm> (Acesso em 31/05/2022).

53 Última fase da Revolução Inglesa, iniciada em 1642. Com a deposição de Jaime II e a ascensão de Guilherme de Orange ao poder na Inglaterra, essa revolução mudou a política ao decretar o fim do poder absolutista e o surgimento de uma monarquia constitucional, ou seja, o rei permaneceria no trono inglês, mas com poderes reduzidos. Esse evento foi importante para o fortalecimento da burguesia.

54 Período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações. Ela garantiu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo. Ambas informações obtidas em anotações encontradas em planos de aula feitos quando professor do ensino fundamental, rede pública de ensino, sendo também utilizadas no estágio I na UFMA, preparando aulas sobre a relação homem e Estado. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/revolucao-gloriosa.htm>.

um capitalismo voraz, legando a monarquia inglesa um poderoso arsenal bélico, uma das maiores e mais bem equiparadas marinhas do mundo, uma logística de guerra extremamente eficaz, acumulando uma gigantesca soma de riquezas externas a seu território, via um modelo de sistematização e organização de relações entre os homens que se tornou imperialista, rendendo capitais até hoje.

Reitero mais uma vez que as análises até aqui realizadas não buscam desconsiderar as contribuições dos pensadores investigados, no tocante a formação de uma política e moral corroborativa à criação da sociabilidade humana, mas sim, de problematizar o radicalismo, extremismo e utilitarismo, referente ao uso, hoje, dessas concepções de maneira descontextualizada e/ou instrumentalizada, feita por homens corruptos com práticas condizentes a uma degeneração política de seus subalternos, fazendo-os não encontrar mais sentido numa interatividade de significados e valores entre ética e moral, física e metafísica, homem e humanismo, teoria e prática e uma série de outras relações que formataram um contexto de apropriações indevidas, extremados atos de violência, em nome da razão e de Deus, fundamentando uma ideologia evolucionista e mecanicista, crítica a qual busco me fundamentar, não necessariamente versando sobre o Estado, mas a forma de governo pensada por seus líderes sempre em estado de afastamento e alheamento com aquilo que seria seu principal objetivo, a manutenção da segurança e a paz em favor da vida.

Uma perspectiva que me faz resgatar aprendizados obtidos nas disciplinas do mestrado, com Georges Balandier, não me fazendo esquecer do contexto o qual parto para inferir ponderações sobre o Estado tendo: “A Noção de Situação Colonial”, o qual vivo produzindo uma sociedade colonizada, com “(...) superioridade numérica esmagadora e dominação numérica que ela sofre”, sendo a colonização, um fato muito presente neste contexto de poder “que traz consigo a perda da autonomia, uma ‘tutela de direito ou de fato’” (Balandier, 1993, p. 117), nesse contexto ele segue afirmando que:

“Cada um dos setores da sociedade colonial, tem como função assegurar essa dominação num domínio preciso (político, econômico e quase sempre espiritual). A subordinação da sociedade colonizada é por muito tempo absoluta em razão da ausência de técnica avançada, de outro poder material além do número; ela se expressa por um estado de direito e de fato. Ela repousa, já assinalamos isto várias vezes, sobre uma ideologia, sobre um sistema de pseudojustificações e de racionalizações, ela tem um fundamento racista mais ou menos confesso, mais ou menos manifesto”. (BALANDIER, 1993, p. 118-119)

Nessa linha de raciocínio, evidenciando sempre uma hegemonia de civilizados sobre incultos, ou àqueles em processo civilizatório, é que parto para analisar o Estado como uma divindade, constituindo-se atualmente ora absolutista, ora democrático, ora imperialista, ora

tirano, ora todos juntos, com o propósito de sempre perpetuar o poderio de uma elite burguesa que ao longo do desenrolar de sua trajetória na história do conhecimento molda-se, atualiza-se, encontrando maneiras falaciosas de se universalizar, (pensando-se na realidade brasileira e maranhense) de perpetuar um sistema escravocrata dividido principalmente entre as camadas dos grandes latifúndios, da mineração, dos bancos, empreiteiras e principalmente o agronegócio, financiando megaprojetos de desenvolvimento nunca lucrativos para seu povo, administrando conflitos sem qualquer vontade de solucionar as querelas, desigualdades, presentes em seu âmago, reificando a partir de tais dificuldades sua atuante e necessária representatividade autoritariamente racional/radical/cristã/paternalista para uma ordem e um progresso.⁵⁵

Desta forma, tem-se a ideia de colocar em debate as limitações dessa concepção de Estado de identificação móvel e de organização objetivada dos homens, produzindo cidadãos em estado de extrema carência quanto a sua real identificação e pertencimento sobre o que são e fazem, reiterando a indiferença, a expressão de contradições que o formam como um humano, fortalecendo assim, uma perspectiva de debate sobre uma ideia de vivências submetidas a tutela de uma espécie de neototalitarismo absolutista mascarado de democrática, tomando como referências maiores de administração pública, ponderações da iniciativa privada, uma soma de contingências, inversão de significados e significações de conceitos e práticas totalmente dispostas a manter o poder de uma elite, nunca vista a olhos nus, mas sempre atuante no tocante a se manter com sua superioridade arrogante, sua maneira déspota de ditar a ética e moral, vigente de princípios e virtudes que forjam uma condição humana desumanizada, uma vida sem vida, validando autoridades do conhecimento e suas cristalizadas considerações sobre um mundo social.

Neste sentido, trazendo-se a discussão para o campo brasileiro da política e principalmente maranhense via vivências obtidas na Casa do Maranhão questiona-se: Como pensar uma Democracia adepta de ideias utilitaristas de outros sistemas monarquia, tirania, totalitarismo? Como pensar no êxito de tal contexto democrático, quanto ao seu fim último, trabalhando pelo povo e para o povo, instituindo órgãos estatais que reiterem tal princípio, determinantes a identidade e pertencimento de seus cidadãos com sua cultura? Como pensar

55 Um contexto criando os corruptos inescrupulosos que geram os celebres homens de bem, sendo sempre alguma coisa espelhada em outrem com a fama de ter em detrimento a ser. Indivíduos da conformidade executando seus serviços e funções sem qualquer preocupação com o outro, com o mundo, com a vida, (lembrando o debatido no primeiro capítulo sob as abstrações de Hannah Arendt), seres medíocres sem qualquer disposição para pensarem-se, necessariamente, como humanos, banalizadores do mal. Homens ávidos que passam a justificar sua controversa compreensão do bom com sentido de aquisição de bens justificando sua torpe e descarada maneira de roubar bens por meio de um poder moderador, seja por violências físicas ou simbólicas, principalmente em tempos de guerra, executando a pilhagem através da fraude ou da força.

em manutenção de uma ordem entre outros princípios que garantam a paz, a partir de uma realidade de privação de liberdade, carente de uma série de benefícios e bem feitorais que mantém a vida em si e por si? Como pensar num Estado democrático avesso a diversidade e toda uma gama de situações-problemas, incompreensíveis à sua maneira de compreender, escolhendo a confortabilidade de não pensar em sua angustiante e inexata busca de ordenar um todo, sendo uma parte dele? Quem é o Estado? Quem são seus cabeças pensantes?

Uma perspectiva que reitera a compreensão de quem determina tal realidade, submetendo a presente etnografia dessa pesquisa, a entender e problematizar as regras de um jogo dado numa teia de dominação, obtendo-se como um pesquisador um olhar de fora e de dentro de tal jogatina, principalmente na condição de se gerir, chefiar a Casa do Maranhão, campo desta pesquisa, pois;

Tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado. Essa afirmação, que pode parecer tanto abstrata quanto peremptória, impor-se-á mais naturalmente se, ao fim da demonstração, concordarmos em voltar a esse ponto de partida, só que munidos com o conhecimento de um dos poderes principais do Estado, o de produzir e impor (especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado. (BOURDIEU, 1996, p. 91)

Ponderações que chamam para o debate, as abstrações de Pierre de Clastres⁵⁶, que penso trazer relevantes problematizações a esse poder cego, criado e reificado na sociedade de resolução de querelas, diferenças, divergências na figura do Estado, colocando-nos para refletir sobre a possibilidade de existir política sem a existência do mesmo, diante suas pesquisas construídas sob as vivências de povos ameríndios do sul, corroborando com a ideia de uma certa inoperância das noções do próprio Estado ao lidar com sistemas interpretativos, construídos fora de suas ideias, regras e condutas, ponderações estas. Ponderações que me fizeram reforçar uma autocrítica na proposta de tecer conhecimentos críticos a diretrizes e condutas estabelecidas, exclusivamente por um sistema de organização dos homens em sociedade, somente de forma racionalizada, mecanizada e biologista, colocando-me ainda a pensar sobre minha pretensa ação quanto a produção de cognição, que mesmo em busca de fugir de uma lógica evolucionista, ditada pelo capitalismo e burguesia, sempre presa a um

⁵⁶ Antropólogo francês do século XX, com forte tendência ao anarquismo, sendo tomada de sua pesquisa os constrangimentos a uma perspectiva do Estado e sua maneira de fazer política, considera-se como a fonte mais segura e única que garante o bem estar de todos. Um outro ponto importante que merece ser destacado é a de tomar as sociedades analisadas como filosofias ameríndias do sul, corroborando assim para reiterar a importância dos saberes ancestrais alinhados ao mesmo patamar dos científicos, artísticos e filosóficos, reforçando a perspectiva, apresentando itinerâncias entre os campo intelectual e cultural da pesquisa.

processo de progresso contínuo e constante, visando legar ao homem humanidade, pode reedificá-la ao deixar considerar nessa jornada, a diversidade cultural, algo que me coloca em alerta contra:

O biologismo (...) máscara furtiva da velha convicção ocidental, de facto muitas vezes partilhada pela etnologia, ou pelo menos por numerosos dos seus praticantes, de que a história possui um sentido único, que as sociedades sem poder são a imagem do que já não somos e que a nossa cultura é para eles a imagem do que é necessário ser. E não apenas o nosso sistema de poder é considerado como o melhor, como se chega mesmo ao ponto de atribuir as sociedades arcaicas uma certeza análoga. Porque dizer que «nenhum povo nilótico se pode elevar ao nível da organização política centralizada dos grandes reinos bantos» ou que «a sociedade Lobi não conseguiu dar-se uma organização política», é num certo sentido afirmar acerca destes povos o esforço para se darem um verdadeiro poder político. (CLASTRES, 1979, p. 16-17)

Um contexto que me fez pensar nas convincentes estratégias de dominação capitalistas que constantemente se retroalimentam das próprias mazelas que produz para se manter no poder, determinando a ética e a moral a ser seguida de evidência do ter em detrimento ao ser, acirrando disputas afim de dividir a maioria geralmente alheia e irreflexível, ao sistema de dominação estabelecido, algo que ao meu ver parece ser colaborado com Bourdieu, ao afirmar que o Estado decide para onde o olhar deve está direcionando para quem vai cuidar, assessorar, fazendo do capitalismo e toda sua ilusão positivista evolucionista em um grande trunfo, e ao mesmo tempo uma arma mortífera que força os dissentes a se adequarem a um contexto de produção, de desejos e precisões artificiais, transformando superfluidades e superficialidades em algo de extrema necessidade para a vida, mudando a lógica do ser para o ter, instaurando-se (...) assim progressivamente, uma lógica econômica específica, fundada sobre o imposto sem contrapartida, a redistribuição funcionando como princípio de transformação do capital econômico em simbólico (...) (Bourdieu, 1996, p. 101-102).

A instituição do imposto foi o resultado de uma verdadeira guerra interna, feita pelos agentes do Estado contra a resistência dos súditos, (...) descobrindo-se como pagadores, como contribuintes. (...) Portanto a questão da legitimidade do imposto não pode deixada de ser colocada (Nobert Elias tem razão ao observar, que, no início, apresentava-se como uma espécie de extorsão). Só progressivamente se passa a ver no imposto um tributo necessário as necessidades de um destinatário que transcende (..) o corpo fictício que é o Estado. (BOURDIEU, 1996, p. 102)

Em suas investigações sobre os indígenas, Clastres recusa-se a praticar a ideia com uma produção político-capitalista, afirmando que não é o econômico que leva o político, mas o contrário, ninguém produz excedente por vontade própria, mais sim por que é forçado a

isso, entendendo que eles sabem da importância de seu trabalho, da divisão de tarefas, da partilha respeitando seu líder, da organização social pautada na ideia de compartilhamento de bens, conhecimentos, sendo cientes também que a vida é diversidade, dinamismo, diferenciação, não se submetendo desta forma a dominação sem luta, não se submetendo a escravidão, a viverem de forma integrada com um poder centralizador e ditador das regras a serem seguidas do Estado.

Não se trata aqui do gosto, tão vivo, entre tantos selvagens, pelos belos discursos, pelo talento oratório, pelo bem falar. Não é a estética que está aqui em questão, mas a política. Na obrigação imposta ao chefe de ser homem de palavra transparece com efeito toda a filosofia política da sociedade primitiva. E aí que se desdobra o espaço verdadeiro que nela o poder ocupa, espaço que não é aquele que se poderia julgar. É a natureza desse discurso, cuja repetição a tribo vigia escrupulosamente, e a natureza dessa palavra jactante que nos indica o lugar real do poder. (CLASTRES, 1979, p. 151)

Clastres segue a ideia de seu professor, Levis Strauss, de que a cultura nasce da reciprocidade, mas vai mais além afirmando que exista algo nessa troca mútua, a própria política diferenciada, que não revela um cálculo, uma previsão, uma estratégia em busca de status, ascensão social e poder, na filosofia indígena investigada o câmbio é feito, é necessário para a manutenção da ordem e organização social, sendo uma práxis imanente a cada um, na busca pelo bem-estar de todos e não somente por parte dos mesmos. Ele segue suas comparações afirmando que nesse contexto, há uma grande relevante e acentuada diferença entre o líder e os liderados, segundo ele, o chefe da aldeia é eleito pelos seus chefiados, ele deve ser o grande orador, guerreiro, mediador, caçador e generoso, desprovido de qualquer posse, desprendido de qualquer bem. É o grande cacique que quanto mais tem, mais sabe, mais compartilha, diferentemente dos líderes do Estado. Algo que faz Clastres elencar três principias características: “1 - O chefe é um «fazedor de paz»; e a instancia moderadora do grupo, tal como o atesta a divisão frequente de poder em civil e militar. 2 - Tem de ser generoso com os seus bens, e não pode permitir-se, sob pena de se desautorizar, repelir os incessantes pedidos dos seus «administrados». 3 - Apenas um homem orador pode aceder a chefia” (CLASTRES, 1979, p. 27).

Para esse líder, é primordial que fique distante de pompas e privilégios que possam inflar seu ego e o transformem em um ser de força homogeneizadora e coercitiva, jamais pode impor a um todo seus interesses particulares como força de lei, violências e atrocidades. Os seus chefiados têm o total poder de destituir seu líder, julgá-lo e expulsá-lo, caso não cumpra com suas determinações. Seu chefe jamais pode liderá-los, considerando-os como iguais, sem poder de decisão e crítica. A forma de gerir, em hipótese alguma, poderá ser ou produzir

mecanismos de inibições promovedor de mutilações, violações, constrangimentos e principalmente, destituições do que se é.

Enquanto devedor de riquezas e de mensagens, o chefe não traduz outra coisa senão a sua dependência relativamente ao grupo, e a obrigação em que se encontra de manifestar em cada instante a inocência da sua função. Poder-se-ia com efeito pensar, se fossemos a medir a confiança com que o grupo credita o seu chefe, que através dessa liberdade vivida pelo grupo na sua relação com o poder se torna evidente, como que sub-repticiamente, um controle, tanto mais profundo quanto menos aparente, do chefe sobre a comunidade. (CLASTRES, 1979, p. 42)

Penso que Clastres com tais considerações, estabelece que o Estado sob a égide de fisiologistas políticos tende para criar uma ideologia autoritária, ditatorial, repressiva, adversa a qualquer possibilidade de diálogo. Suas abstrações reiteram a necessidade de se ter a devida reflexividade para perceber tal contexto que pode se apresentar escancarado, como por exemplo, na atual gestão federal do nosso país ou mascarado de democracia comunista no atual governo do Estado do Maranhão, uma gerência tão ou até mais ultra desenvolvimentista, neoliberalista, capitalista do que qualquer outra fascista. O intuito de suas pesquisas busca promover a compreensão da dominadora e violenta condição o qual o Estado, com seus agentes estatizados se encontram, conduzindo as práticas da produção científica para as reflexividades diante de determinados conceitos unificados que produzem arbitrariedades, entendendo a política somente na concepção de sua habitualmente compromissada, satisfação dos seus anseios, dispostos a qualquer custo a pilhagem de riqueza, distantes de realizar ou construir qualquer possibilidade de bem estar e/ou bom viver coletivo.

Em que condições será possível pensar o Uno? É preciso que, de qualquer maneira, a sua presença, advinda ou desejada, seja visível. Essa é a razão pela qual julgamos poder detectar, sob a equação metafísica que iguala o mal ao Uno, uma outra equação mais secreta, e de ordem política, que diz que o Uno e o Estado. (...) não seria possível: Submeter a uma leitura semelhante toda a metafísica do Uno? O que é que se passa com o Uno como Bern, como objecto preferencial que, desde a sua aurora, a metafísica ocidental, destinado desejo do homem? Fiquemo-nos por esta perturbante evidência(...). (CLASTRES, 1979, p. 208)

Eis algumas considerações que penso corroborar com o debate para apresentar que é esse Estado, uma entidade absoluta e universal que busca sempre adequar-se a situações de dominação do capitalismo, um reinventar frente a uma variada gama de desejos ilimitados a serem explorados, evidenciando uma realidade que acentua a dissociação do real sentido de felicidade e bem estar para um sentido de consumo e competição, não contribuindo de forma proveitosa ou construtiva à formação dos homens para a vivência do diverso. Adotando formas de governar superficialmente pessoas através do pseudo-sentimento de liberdade, com um agir

político com falaciosos discursos de igualdade e uma sempre eventual fraternidade. Governanças e governos para e pelo povo, como a democracia vitoriosa sobre seus adversários autoritários e violentos; sendo um pensar universalizado como último conceito em sabedoria política estando em constante harmonia, celebrando o consenso⁵⁷.

Enfim, a vitória da razão consensual sobre as configurações ultrapassadas, irracionais da desordem política, do caos o qual os homens se encontram sendo inimigos de si e dos outros. Como pesquisador e a partir de vivências na Casa do Maranhão e externas a elas, investigando minha propriedade de posição como diretor, penso ser um sistema de governo, mais promovedor de dissensos que qualquer outra forma totalitária de administrar pessoas, pelo fato de aparecer e atuar sempre de forma parcial, nunca com proatividade vontade política de resolver, solucionar querelas.

Democracia é uma daquelas palavras cuja a carga simbólica originária esquecemos. Esquecemos que não é primeiramente o nome de um regime político numa classificação objetiva dos diferentes regimes, mas o nome de um desvio singular no curso normal dos assuntos humanos. Cumpre lembrar que o nome democracia foi inicialmente um insulto, um nome não inventado pelos democratas, mas por seus adversários para designar uma coisa para eles grotesca e impensável. A democracia é o poder do povo, do demos. (RANCIÈRE, 1996, p. 369-370)

Penso tratar-se de um grande sistema de governo paradoxal, que ao mesmo tempo que busca dar conta de todo o conhecimento, ordenando os homens a servirem seus ditames, não consegue dar conta do valor epistêmico que dentro deste processo se dá, assim como, seus embates e conflitos que por não serem considerados prioridades, vão estabelecendo o ódio dos cidadãos a si mesma, isso por dividir o que deveria ser indivisível através de suas classificações, assim como o ato de padronizar os meios de relação presentes nas diversas interrelações entre o cidadãos, aflorando um contexto de insatisfação, disparidades entre os múltiplos grupos (os menos abastados), colocando-os a margem da participação do poder e suas regalias.

O paradoxo aqui expressa-se no raciocínio de que quanto mais consciência de liberdade a democracia fomenta entre seus cidadãos, mais ódio estes adquirem dela, uma disputa muito propícia aos interesses capitalistas que se utiliza deste embate para se reinventar constantemente e ditar o jogo político a seguir, colocando suas “eternas colônias a acirrar tal contexto de evidência do ter em detrimento ao ser”. Um contexto o qual reitera que o Estado democrático nada mais é que uma soma de conceituações, cuja a carga simbólica encontra-se esquecida completamente, significando segundo Rancière em sua obra, O ódio a democracia, “(...) a

⁵⁷ Uma discussão presente na obra, A Crise da Razão (pagina 368), na qual Rancière infere sobre os paradoxos da democracia, que segundo ele, “(...) corresponde a essa suposta vitória da razão modernista (...) retorno de um arcaísmo bem mais radical: o retorno da velha irracionalidade da lei do sangue.

destruição do limite político pela lei da ilimitação própria da sociedade moderna.” (2014, pág. 19).

(...) uma operação tripla: em primeiro lugar, reduzir a democracia a uma forma de sociedade; em segundo lugar, identificar essa forma de sociedade com o reino do indivíduo igualitário, subsumindo nesse conceito todo o tipo de propriedades distintas, desde o grande consumo até as reivindicações dos direitos das minorias, passando pelas lutas sindicais; e, em terceiro lugar, atribuir a “sociedade individualista de massa”, assim identificada como a democracia, a busca de um crescimento indefinido, inerente a lógica da economia capitalista. (RANCIÈRE, 2014, p. 31)

Nessa pauta uma memória se faz necessária resgatar, quando nas aulas do quarto período de filosofia, nas disciplinas de filosofia política e da história, da UFMA, no ano de 2008, fazendo-me refletir sobre um certo processo de degeneração política, sofrida nessa busca de equacionar como igualitárias a democracia, a sociedade e o indivíduo, pautada na condição de política dissociada da moral, fazendo o homem inventar posturas, maneiras de se comportar de acordo com o ambiente vivenciado, sendo conveniente a interesses pessoais, algo que trouxe a ideia de que as falhas de um sistema político não se dão pelos seus fundamentos filosóficos, sociológicos, antropológicos, mas sim pela própria falta de sinceridade do homem consigo mesmo, nunca se mostrando como necessariamente é, buscando se espelhar e/ou parecer com alguém ou alguma coisa sempre externa e descompensada a si, me fazendo refletir ainda sobre a ideia de que nessa inversão de valores é mais válido ter fama, independentemente de qualquer critério de se ser ético.

Fato que me faz ponderar que seja qual for o sistema de governo pensado, criado e vivenciado, ele nunca será o suficiente para lidar com problemáticas de uma coletividade, pelo fato de sempre estarem se referendando em uma alternância de conceitos e práticas, a seu bel prazer, de certas correntes de pensamento, geralmente desconsiderando os respectivos contextos os quais foram criados, variando conforme o humor de homens estatizados e as necessidades que os causam. Algo que segundo Rancière, cria o:

“(...) homem democrático e pela simples divisão de uma humanidade fiel e infiel a sua filiação (...) o homem-deus ou povo-rei, esse homem indeterminado dos direitos humanos que o teórico da democracia Claude Lefort transformou em ocupante de um lugar vazio. No lugar da “Voz-para-Moisés está um homem-deus-morto que nos governa. E este só pode governar fazendo-se fiador dos ‘pequenos prazeres’ que paga nossa grande aflição de órfãos condenados a vagar pelo império do vazio, o que significa indiferentemente o reino da democracia, do indivíduo ou do consumismo”. (RANCIÈRE. 2014, páginas 45 e 46).

2.2. A Casa do Maranhão como um subcampo burocrático

Buscando delimitar a discussão acima debatida para um contexto maranhense, passo a analisar alguns planos e propostas do governo do Estado do Maranhão pensados para a Casa, na busca de externar como os grupos políticos de diferentes gestões a pensaram, assim como suas respectivas reações a tais planejamentos e estipulação de metas, analisando-se principalmente o grau de envolvimento e participação dos agentes sociais na construção das implementações, estratégias e planejamentos em tal contexto. Um debate o qual busco reiterar a crítica à ideia do homem essencializado e um aparecer politicamente instrumentalizado, uma condição que muda arbitrariamente significados e significações de um ser/estar políticos por excelência, através do debate de ideias principalmente quanto a diferenciação de entender e interpretar o mundo social para empreender práxis inescrupulosas e sempre limitadas a seu contexto de pensar o mundo e suas relações desrespeitando uma diversidade cultural. Uma leitura da vida mecanicamente dada, fortalecendo práticas do fisiologismo político.

Segundo informações levantadas por Letícia Cardoso na dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFMA, sob o título, *O Teatro do Poder: Cultura e Política*, pensar em ações feitas na área cultural pelo Governo do Estado do Maranhão através da SECMA, anteriores a atual gestão comunistas, remete se a refletir sobre três distintos momentos referendadas entres os anos de 1995 – 1997, tomando-se as ações no sentido de aprovação do projeto de tombamento da cidade de São Luís, como Patrimônio Cultural da Humanidade, entre os anos de 1998 – 2002, onde as ações se concentraram basicamente no sentido de prover e promover uma “autenticidade da cultura popular maranhense”, que teria como seu principal expoente a manifestação do Bumba meu Boi e por fim, entre 2002 – 2006, com a divulgação do plano de desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado do Maranhão, acentuadas entre 2006 – 2010, acentuando as discussões de tal pauta a nível municipal sobre os rumos a serem adotados no planejamento das ações de fomento às atividades culturais por parte do Maranhão⁵⁸.

Um intenso momento com muitas pautas de institucionalização da cultura, promovendo a criação do plano cultural do Estado, além de decretos e outras pautas que

58. Um período, posso dizer, como um brincante, folião, dinâmico da cultura local, lembro de ter visualizado via mídias locais, pautas culturais como a publicação e lançamento de livros de autores maranhenses, de ter conhecimento sobre projetos culturais desenvolvidos pela SECMA, no centro histórico de São Luís, já com uma crítica em relação à política do pão e circo muito difundida em todas as gestões principalmente no período carnavalesco e junino, já como agente social de manifestações culturais locais como Bumba meu Boi (Matraqueiro), blocos tradicionais e escolas de samba (artesão). Uma perspectiva melhor analisada no próximo capítulo.

delimitaram atribuições aos órgãos e autarquias subordinadas à SECMA, em tese, uma profissionalização das ações de tais espaços, norteadas por todas as atividades culturais do Maranhão, inferindo muitas atribuições, obrigações não só a tais espaços, mas principalmente as manifestações da “cultura popular” do mesmo, promovendo movimentações por parte de gestores e principalmente dissensos por parte dos agentes sociais de tal contexto, não se tendo o devido retorno prático diante do cumprimento das obrigações estabelecidas. Algo que passo a problematizar nesse momento com fins a contribuir com o debate sobre a autoridade autoritária dos sistemas de governo, geralmente desvirtuados e individualizados, quanto a seus fins últimos, analisando as políticas culturais pensadas nos períodos anteriormente citados.

Sobre os três contextos da administração pública da cultura: 1995 – 1997, com o processo de patrimonialização; 1998 – 2002 com a designação do autêntico; e de 1998 – 2002, a criação da indústria cultural maranhense, posso inferir⁵⁹ que, à medida que via homens de governo, empresários, consultores, especialistas, geralmente de fora, comemorando os grandes avanços do Maranhão na área “turística e cultural⁶⁰” os títulos, patrimonializações, fortalecimento da maranhensidade e seus exitosos megaempreendimentos, fixados principalmente na cidade de São Luís, testemunhava todo um contexto de dificuldades os quais tais grupos passavam, não visualizando nenhuma contribuição de todo esse desenvolvimento na vida prática de seus agentes, não compreendendo essa conta que não fechava, não propiciando melhores condições de vida, assistências aos principais protagonistas da cultura do Maranhão, seu “povo”, desassistidos quanto as dificuldades financeiras para colocar suas “brincadeiras na rua”, angustiados quanto as inúmeras vulnerabilidades sociais os quais seus integrantes se dispunham, desvalorizados quanto a escuta e consulta na construção dos ideais idealizadoras megadesenvolvimentistas, e principalmente inseridos numa teia de dominação da institucionalização cultural, reduzindo a solução de problemáticas das mais variadas classes e categorias a uma questão econômica.

Uma perspectiva que me fez ponderar sobre a forte atuação da politicagem, e suas negociatas escusas nos sistemas de governo, administrando a cultura em comum acordo com os interesses econômicos dominantes e reprimido e desqualificando movimentos, dissonantes e discordantes a tais interesses, criando as chamadas políticas culturais subversivas e distantes de incentivar a produção da cultura como uma finalidade pública, claro, muito bem elaborado em tese, com bases no altruísmos e na equidade, que no geral se resumem um amontoado de

59 A partir de vivências como um agente social já atuando nesses anos como um artesão e um atuante brincante de grupos culturais do Maranhão, como blocos tradicionais, escolas de samba e grupo de BMB.

60 As atas reiteram a crítica a supremacia do econômico sobre o cultural em tal contexto, assim como a separação do inseparável em tal realidade o real do ideal, a vida do vivenciado, a ética da moral.

demagogias e falácias, difundindo a ideia de cultura como uma área estratégica em todo projeto político de governo, tendo como meta principal, mudanças estruturais e a corroboração com modificações nas formas de pensar de uma sociedade, ou seja, adotando a ideia de cultura como fator de desenvolvimento com reflexos nos campos políticos, educacionais, e também econômicos. Podemos notar a explicitação da ideia de cultura como fator de desenvolvimento, ao ver as diretrizes estabelecidas no Plano de Cultura 2010 – 2015, sendo eles⁶¹:

1. Democratização da cultura como mecanismo de socialização dos bens e serviços culturais e garantia dos direitos inerentes à cidadania;
2. A cultura como questão estratégica para a construção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável do Maranhão;
3. Fortalecimento da identidade cultural maranhense (maranhensidade), valorizando a diversidade do patrimônio cultural material e imaterial, bem como promovendo a inovação criativa e intercâmbios culturais;
4. Implementação de política de gestão cultural democrática e descentralizada, que integre os agentes culturais e garanta a participação popular”. (MARANHÃO, 2007, p. 11)

Uma perspectiva seguindo uma tendência nacional de regionalização das práticas da atividade turística, também foi adotada no Maranhão, sendo em tese uma verdadeira fusão entre a adoção de políticas culturais e o incentivo e a fomentação da atividade turística, vista com o potencial para realizar a diminuição das desigualdades econômicas tão marcantes no Estado. Essa fusão referendado no histórico das políticas turísticas e culturais do Estado, como manifestação do reconhecimento da estreita ligação entre o Turismo e as manifestações culturais, criando em, “09 de novembro de 1963, o Departamento Municipal de Turismo e Promoções Culturais”, o departamento pretendia através da divulgação e fomento das manifestações e atividades culturais típicas da cidade, incrementar e atrair visitantes para a cidade, difundindo a associação de ações turísticas com a competitividade de mercado outras perspectivas como a criação pela, “Lei Delegada nº 98, de 21 de junho de 1976, da EMPRESA MARANHENSE DE TURISMO S. A. – MARATUR⁶², uma sociedade anônima cujo sócio majoritário era o governo do Estado, mas que estava aberta a capital particular” com competências a serem desenvolvidas de acordo com o artigo 3º do seu Estatuto de :

61 A imaginação a serviço da cidadania, esse foi o título desse documento, base para seu segundo volume 2015 a 2025, um tema muito capcioso que reitera a crítica de ações institucionais culturais completamente discrepantes e distantes do contexto de vivências inseridas numa diversidade cultural, o qual o Maranhão possui.

62 Naturalizando-se como a maior autoridade do Estado em termos de criação de pautas públicas, assumindo ainda a responsabilidade total sobre a perspectiva turística do Estado, outra incoerência ao meu ver, de uma autarquia pública, mas com movimentações, traquejos e ditames extremamente pautados no privado.

- 1- Executar a política de Turismo preconizada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, observando o respeito as diretrizes fixadas pela EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO – EMBRATUR;
- 2 - Fomentar, no âmbito estadual, as atividades da indústria do Turismo, mediante participação direta ou indireta;
- 3 - Financiar dentro de suas possibilidades, planos, programas que visem ao desenvolvimento das atividades turísticas do Maranhão. (MARATUR, 1982, p. 16)

Outro ponto nesse processo de profissionalização da produção turístico cultural do Estado, foi a criação do Plano de desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado do Maranhão, no ano de 2007, o maior plano para o desenvolvimento do Turismo no Maranhão, fato que fez a gestão do espaço na época dividir o Estado inicialmente em cinco polos, sendo aumentado para dez, posteriormente, com a retomada do crescimento, sendo um dos pontos fortes de seu programa de governo, visando a retomada dos investimentos nos projetos do Plano Maior de Turismo no Maranhão, algo confirmado no discurso da governadora da época, proferido na abertura do I Salão de Turismo do Maranhão, em novembro de 2009.⁶³

Faltava-nos uma ação consistente e planejada, para garantir a implantação de uma política de investimentos para o turismo, uma das indústrias mais importantes do mundo, que investe anualmente centenas de bilhões de dólares e gera milhões de empregos. Foi para transformar toda essa riqueza em produtos de turismo que contratei, em 1998, o catalão Josep Chias, um dos maiores especialistas mundiais nessa área e que tem no seu currículo, entre outras atividades, a responsabilidade do primeiro plano de marketing do turismo espanhol; a diretoria de promoção, desenho e imagem da candidatura da cidade de Barcelona nos jogos olímpicos de 1992; o Plano Maravilha, de desenvolvimento turístico da cidade do Rio de Janeiro; e o plano internacional do Brasil. O resultado desse trabalho foi o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão, o Plano Maior, concebido em três etapas: diagnóstico, definição de estratégias e plano operacional. O conceito básico foi determinado pela constatação de que o Maranhão é um destino turístico privilegiado; reúne um conjunto de belezas naturais e culturais únicos e diferenciados; e se insere na primeira linha dos destinos ecoturísticos e culturais do Brasil. (JUSBRASIL, 2009, s/p)

Um grande empreendimento que gerou muitas problemáticas no tocante a divergências em relação aos interesses dos agentes sociais, sendo o mais tensionado o polo Floresta dos Guarás, compreendendo os municípios de Cedral, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão, o qual resistiu às demandas autoritárias de tal plano de governo, ocasionando um grande entrave aos interesses de capitalistas naquela comunidade até hoje, uma resistência fruto de uma união dos municípios envolvidos da região, rendendo inicialmente a criação de um Grupo de Trabalho, por nome, Florestas dos Guarás,

63 Que segundo ela desperdiçaram tempo e dinheiro dedicando-se a questões menores, “(...) à politicalha mais rasteira e inconsequente e ao desperdício de dinheiro público”. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/politica/4184679/governo-investira-nos-polos-turisticosmaranhenses>, 2009.

transformado posteriormente em um fórum e hoje como instância de governança turística, sustentável e cultural, feita pelos próprios habitantes de tal localidade, propiciando uma autoafirmação como floresteiros⁶⁴. Sobre a pauta da reunião percebeu-se todo um engajamento de vários seguimentos das citadas territorialidades, assim como seus respectivos envolvimento contra a autoridade autoritária do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão, feita pela SETUR.

“O ponto alto do encontro, foi a discussão sobre o Projeto “Mais Qualificação e Turismo” da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, que destinou aos municípios da Floresta uma programação com cursos de qualificação, palestras, reuniões técnicas com gestores e identificação dos atrativos turísticos dos municípios que compõem a região. O GT3 avaliou a proposta como uma ação há tempo desejada para a região, mas que em tese não aparentou estar bastante planejada no sentido de obter bons resultados principalmente no que diz respeito aos cursos oferecidos, que serão ministrados com total de 3 horas de duração apenas. Em seguida foi comentada a situação em que muitos grupos folclóricos da região da Floresta ainda se encontram no anonimato. Em alguns casos, pelo não acesso aos meios de realização de cadastros de uma forma mais simplificada, e também as distâncias que são tidas como maior problema, já que o sistema se concentra na capital São Luís”⁶⁵.

Recortes históricos que clamam para o debate para compreendermos como os diferentes sistemas de governo foram solidificando a figura do Estado como detentor, designador e classificador de todas as políticas culturais do Maranhão, destacando-se principalmente o plano de desenvolvimento de turismo sustentável com forte influência na configuração da Casa do Maranhão, como Centro de Interpretação Turístico e Cultural do Estado do Maranhão, surgido desse tenso e conflituoso momento de agentes sociais do Polo Floresta dos Guarás versus o sistema de governo, sendo a meu ver uma forma prática de evitar constrangimentos perante a opinião pública mascarando um eminente fracasso, pelo fato de não ter sido aceito, empoderando agentes sociais a uma autoidentificação, assim como suas lutas e resistências culturais, algo que penso, transparecer uma estratégia muito bem articulado de poder público junto a iniciativa privada, utilizando a Casa do Maranhão como um desafogo, desembocadura feito por gestores da área de turismo e cultura, alinhado somente a uma perspectiva econômica e a interesses de capitalistas de exploração e pilhagens e riquezas do Maranhão, validando num sentido prático todo um trabalho e empreendimento de tomar a cultura como uma mera ferramenta para a satisfação de seus anseios, sem retorno

64 Essa informação foi obtida a partir de uma ativista de tal movimento, ocupante da sala do mapa turístico que existia na Casa, com uma reunião com outros integrantes do ainda GT floresta dos Guarás.

65 Texto transcrito do blog: <https://florestadosguaras.blogspot.com/2017/02/o-gt-3-realiza-encontros-para-fortalecimento-de-parceria-com-prefeituras.html>.

aos territórios ocupados pelos seus falaciosos e tendenciosos atos de estado, sempre impositivos e não dialogados⁶⁶.

Seguindo nessa pauta de análises sobre os mandatos de governo e suas políticas culturais, toma-se o do contexto comunista (2015 a 2018) o qual passo a analisar o Programa Mais Cultura e Turismo do Governo do Maranhão⁶⁷, considerando-o como o primeiro projeto concreto, de descentralização de ações culturais, proposta pelo governo em exercício no ano de 2015, efetivando a ideia de coletividade e complementariedade ao ser desenvolvido conjuntamente pelas Secretarias de Cultura e Turismo do Estado, a primeira com o objetivo de inserir uma implementação de uma política cultural coerente e capaz de atender seus diversos públicos, valorizando toda uma diversidade de “tradições” locais, mapeando-as através do cadastramento de informações básicas, afim de propiciar conhecimentos maiores sobre a produção artística e cultural do Estado, ocupando espaços e equipamentos culturais durante o período de estadia do projeto em regiões estrategicamente pensadas, e; a segunda tendo como objetivo a complementariedade de experiências dos visitantes do Maranhão, seja interno e externos, reiterando a importância dos atrativos turísticos já consolidados, aprofundando o conhecimento das manifestações culturais, da rica gastronomia, do artesanato diversificado, entre outras nuances da cultura do Maranhão⁶⁸.

Um plano seguindo quatro etapas: o planejamento das atividades, envolvendo atores tanto do conhecimento institucional e quanto do tradicional das localidades visitadas em prol de encaminhamentos e pautas para corpo e forma da itinerância; o cumprimento do plano de ações desenvolvidos em espaços simultâneos, fazendo com que o público tivesse acesso a programação de apresentações e atividades de formação, ao mesmo tempo que poderá conhecer as diferentes práticas culturais locais; a avaliação – desmontagem das atividades e realização de reunião com os parceiros para avaliação das atividades e prosseguimento para a

66 Aqui vale ainda frisar a derrota da oligarquia Sarney para as propostas comunistas de um novo Maranhão, e dentro dessa perspectiva um grande projeto do PAC das cidades históricas o qual incluía a Casa do Maranhão como um dos prédios contemplados na questão de reformas estruturais e injeção de tecnologias, que trouxessem mais sentido para sua história como parte de um patrimônio da humanidade, sendo presenciado pelos funcionários da Casa uma grande correria e uma total desorganização quanto a entrega da Casa para a nova gestão, cheia de problemas estruturais, administrativos, mais parecendo um centro de interpretação turístico e cultural do Estado do Maranhão, extremante difusor de uma cultura maior, a europeia, tratando as demais matrizes com desprezo, desmerecimento pelo simples fato de não serem oriundas de uma civilidade.

67 Texto adaptado e extraído dos slides de apresentação do Projeto Itinerância Cultural, salvo em arquivos pessoais do pesquisador e historiador João Marcos Oliveira Mendonça, servidor da Casa de Cultura, Casa de Nhozinho – SECMA, e redator do projeto na época, gentilmente cedidos para o desenvolvimento dessa pesquisa, não encontrado em nenhuma plataforma oficial do Estado ou em documentações internas da SECMA, um fato que se fará presente em toda a pesquisa quando se referir ao projeto em análise. Sobre o assunto, mais à frente explicitaremos os porquês desse apagamento de tão importante e urgente projeto.

68 Considerações construídas em cima de depoimentos proferidos pelas Secretárias Ester Marques (Cultura) e Delma Andrade (Turismo), no ano de 2015. Disponível em: <https://www.turismo.ma.gov.br/governo-do-maranhao-lanca-mais-cultura-e-turismo/>.

próxima itinerância, e por fim; as ações continuadas, realizando-se o acompanhamento, a continuidade de algumas ações e seus desdobramentos. Segundo sua metodologia, a itinerância cultural seguiria precedida de uma visita *in loco*, visando identificar as práticas culturais presentes nos municípios, articulações institucionais, reuniões de planejamento, culminando na montagem de uma exposição coletiva dos equipamentos culturais, apresentações de trupes convidadas, mostras de filmes e vídeos sobre a cultura maranhense, oficinas, palestras e rodas de conversa com estudantes, educadores e sociedade em geral sobre esta cultura e suas diferentes linguagens, visando promover o acesso das comunidades a institucionalização da cultura, propondo esclarecimentos sobre legislações, política de editais que tratam dos direitos culturais destas comunidades, através de oficinas e rodas de conversa sobre o assunto⁶⁹.

Um contexto que me lançou como um gestor em desafios, tensões e angústias, de estranhamento/familiarização, inserindo-me numa intensa interatividade com vários atores da cultura do Maranhão, das localidades visitadas (agentes sociais, estudantes, gestores, professores, produtores culturais, entre outros), participando principalmente de um comitê gestor de metodologia do referido plano, sendo responsável com outros colegas de trabalho e de instituições parceiras, da execução das atividades e conteúdos gerados, além de orientações às instituições participantes na execução de tais ações. Uma realidade de aprendizados colocando-me diante da macro organicidade institucional da cultura do Maranhão – SECMA, sendo este o primeiro estágio de conhecimentos em busca de construir uma trajetória leal a princípios de dignidade e respeito a diversidade e a um campo de conhecimento diversificado e interativo, distanciando-me da autopromoção, permitindo-se ser afectado pelo vivido e convivido, sentindo, pensando, ponderando sobre essas experiências iniciais como referências para um desprendimento do mero desespero, aceitando tal contexto, como um ponto de partida para formatação como um gestor cultural, transformando-se no principal referencial para administrar institucionalmente a Casa do Maranhão.

Um plano construído em prol da ideia de se firmar concepções sobre cultura diferenciadamente do habitual, englobando nessa realidade, territorialidades, identidades e pertencimentos dos “maranhenses com sua maranhensidade⁷⁰”, entendendo tal expressão na

69 Texto adaptado dos slides de apresentação do projeto.

70 Uma noção pautada em criar uma perspectiva de pertencimento, como se viu em discussões anteriores, muito mais preocupada em atender uma agenda internacional e nacional de profissionalização e de exploração econômica do turismo atrelado a cultura, principalmente com a criação da MARATUR, angariando uma certa representatividade para os agentes sociais do Maranhão, do que garantir direitos, condições de equidade quanto as oportunidades de trabalho, estudo, renda e mais qualidade de vida aos mesmos. Mais uma grande contradição de uma herança maldita do colonialismo, tendo suas ideias e ideais altamente presentes no processo que resultou

sua mais tensa construção, inserido em uma dinâmica relação que primou por conceitos e práticas em um constante movimento inserido em vivacidades, a fim de se desconstruir certas cristalizações sobre um fazer cultura institucionalizada de forma unilateral e individualista, pouco ou nada amistoso com uma gama de situações problemas que fogem a seu contexto de atuação epistêmico e axiológico, ou seja, uma realidade nada harmoniosa e muito menos em busca de inferir ponderações sem reflexividades em tal processo de itinerância, pauta a qual se debruçará esta pesquisa, atuando na análise das ações específicas da SECMA dentro de tal projeto, buscando em sua execução trabalhar a cultura em três dimensões, como expressão simbólica, que é “o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos (PNC, 2012, p. 18). Como direito de cidadania, “aspecto da cultura que a entende como um direito básico do cidadão” (PNC, 2012, p. 19). Como potencial para o desenvolvimento econômico, “Considera o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões culturais e à economia criativa” (PNC, 2012, p. 20).

Sobre a ideia da itinerância cultural, tratava-se da execução propriamente dita da pauta de ações da SECMA dentro do Projeto Mais Cultura e Turismo, distribuídos em territórios culturais, a partir do planejamento de ações com objetivo de alargar e estimar a diversidade cultural do Estado, garantindo o acesso a bens públicos em parceria com a gestão pública local e as diversas organizações da sociedade civil, principalmente aquelas distantes ou nunca assistidas por tal realidade cultural estatal, debatendo-se sobre a cultura institucionalizada com grupos locais, com temáticas que tornassem mais acessíveis direitos a políticas públicas pensadas pela SECMA, com a lei de incentivo à cultura, participação de editais de apresentações culturais, entre outras, possibilitando a difusão cultural, o fomento a sustentabilidade, envolvendo todos numa aura de geração de conhecimentos, via arrolamento de dados e identificadores culturais locais; mapeamento cultural de uma realidade viva cartografada socialmente; além de registro de aparelhamentos e práticas culturais; identificação de arrumações fecundas a geração de renda local, e criação, e incremento e/ou extensão de bibliotecas públicas.

Penso que a ideia maior de tal itinerância voltava-se para a geração de recíprocas trocas de experiências e conhecimentos, fomentando uma espécie de intercâmbio

tal pensar, o processo de instituição das nacionalidades, após “independência” de seus mercantis exploradores, agora capitalistas vorazes em prol de qualquer coisa para garantir seus dividendos, lucros, pilhagens de riquezas de todas as formas, não mais só as materiais, enfim, “novos tempos” e “novas formas de dominação”.

principalmente entre gestores culturais e agentes sociais locais, um lugar de mútuas ofertas de valores propiciadores de múltiplos aprendizados, entendendo tais locais com algo ativo, repleto de vivacidades e dinâmicas, com organizações sociais e hierarquia próprias fundamentadas em práticas culturais que constituem uma identidade e um pertencimento sejam sob a égide do Estado ou não, algo que reiterou a necessidade de constantes deslocamentos e consequentemente saídas de zonas de conforto de homens e mulheres do governo, estando dispostos a trabalhar de fato para os fazedores culturais, muitos deles nunca assistidos por um projeto governamental de cultura, desenvolvendo-se em tais práticas um forte engajamento proativo, uma “nova” maneira de se pensar e fazer cultura no Maranhão, diferenciada da habitual de pão e circo, centralizado na cidade de São Luís, buscando-se segundo fins de tal projeto, a implantação de sistemas municipais de cultura, criação de equipamentos culturais municipais, fortalecimento do trabalho em rede, maior visibilidade a práticas tradicionais locais, artistas, produtores culturais, agentes sociais etc., além de, capacitação de gestores e conselheiros, assegurando locais a criação e incrementação dos sistemas municipais de cultura⁷¹.

Uma realidade a qual fez o gestor da Casa do Maranhão mergulhar num contexto de tal itinerância cultural muito bem fundamentada em decretos, leis e outros referenciais, no âmbito estadual, nacional e até internacional, no tocante ao acesso à cultura⁷², sendo um significativo ponto de partida para o instaurado de muitos porquês e inquietações, motivando-o na árdua tarefa de transpor suas angústias para um patamar mais analítico, problematizador e reflexivo sobre sua performance enquanto um homem do governo, buscando estar desprendido de seus perigosos psicologismos, achismos, radicalismo e muitos outros “ismos” e “cismos”, que habilitam um indivíduo com poder nas mãos para o enaltecimento de um egocentrismo e sua perigosa subjetividade autoritária, alienada e alienante, transcendendo principalmente a uma concepção de vivenciar tais imersões, como uma mera terapia, para amenizar ou sanar agonias, temores e tensões diante do desconhecido, a adaptar-se a uma pacata e acrílica área de comodidade⁷³.

71 Texto adaptado presente nos slides de apresentação do projeto da Itinerância Cultural.

72 Marcos legais referendados, Art. 215 e 216 da Constituição Federal; Art. 68 do ADCT da Constituição Federal; Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e seus desdobramentos; A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que define os mecanismos de proteção e valorização destes bens; Convenção 169 da OIT, Agenda 21 da Cultura, Planos Nacional e Estadual de cultura, Lei estadual de incentivo à cultura, Lei Rouanet, Lei cultura viva e, Decreto 6040/2007. Fonte: Slides de apresentação do projeto.

73 Uma realidade não escolhida pelo funcionário público, chefe da Casa do Maranhão, compreendendo a importância das afecções estabelecidas em tal processo de itinerância cultural, como devires constantes, internos e externos, fortalecendo a postura de um homem do governo distante de uma inativa atuação como manda a ética estatal habitual, buscando diante das múltiplas maneiras de se expressar, ações para fora das delimitações do

Pensar nessas relações é pensar em estados emocionais interrelacionando-se com os racionais e os lúdicos, com sentido de complementariedade e não de hegemonia e/ou aniquilamento de um sobre o outro, um campo propício para o fomento de adágios sobre as motivações que levaram e levam, no caso estudado, um gestor cultural, a reiterar, fundamentar toda sua carga de sentir, pensar e criar sob a égide de uma cultura em constante movimentação, abrindo um leque de possibilidades de problematizações e reflexividades diante de choques de realidades díspares, atritos de leitura e interpretação de mundo, embates no tocante a interatividade de realidades coletivas sócio e politicamente construídas e uma gama de outras situações ocorridos em tais conduções, algo gerador de um contexto de aprendizagens que enalteçam o ser e sua capacidade de externar suas humanidades, difundindo-as, apreendendo com o diferente e discordante de si, em combate contra a padronização, buscando ser fiel a diversidade

Uma perspectiva que faz encontrar nas itinerâncias referências maiores à construção de uma identidade com um homem do governo, sua relevância como uma chefia, compreendendo o lugar que gerenciam e as pessoas com as quais interage e coordena, sendo este um microuniverso de interrelações dentro de um macro em interação com outros, apreendendo continuamente que é a partir dessas interações que se pode aprimorar olhares, perspectivas, leituras sobre culturas, estando sempre aberto a desconstruções, críticas e aos perigos dos privilégios adquiridos ao participar de um autoritarismo estatal e suas convicções egóicas. Uma perspectiva muita bem frisada pela gestora da Superintendência de Ações e Difusões Culturais SADC – SECMA (ano de 2015 a 2016), coordenadora geral do Projeto em foco, que em reuniões estabelecidas com os demais gestores do grupo de trabalho de construção da Itinerância Cultural, inferia a todos instante a importância do plano de descentralização da cultura do Estado⁷⁴.

Algo que se pensa corroborar com a justificativa de se estar debatendo e problematizando um programa de governo de tamanha grandeza e necessidade, haja vista estar-se buscando um fazer cultura de maneira diferenciada do habitual, tomado como contexto analítico por essa pretensa dissertação de um mestrando em cartografia social e políticas da Amazônia, referendando fortemente a postura proativa de um administrador de

Estado, em busca de aprofundar mais o conhecimento sobre si e sua dinâmica interatividade em compreender o mundo, imerso em vivências coletivas de diferentes identidades, práticas, sendo muita mais, um coadjuvante, um aprendiz em tal contexto do que um protagonista ou uma autoridade cultural.

74 Afirmado que: “(...) cultura é movimento, que requer deslocamento. Cultura não é estática ela é dinâmica e quer conhecer outras realidades, nos dando norte para pensar políticas educativas, museológicas, culturais, mas arraigadas na realidade, desconstruindo um reificar do pronto e o acabado” Considerações presentes no caderno de anotações do então gestor da Casa do Maranhão, feitas quando participante das debatidas e construtivas reuniões de montagem do plano em foco.

uma casa de cultura, seus vínculos como um múltiplo agente social, reiterando a tarefa maior de não se fazer desta pesquisa uma biografia inflexiva, irrefletida, e de seu autor um ser acrítico, deslumbrado com seus feitos e/ou temeroso diante do poderio do Estado. Enfim, considerações que reiteram a extrema necessidade de se ter o cuidado com gatilhos acionados nesta análise, ao se descrever uma experiência que parte do subjetivo para um patamar analiticamente avaliado, desprendendo-se de uma viagem do eu a um universo meramente dado no pessoal, ampliando as discussões para um realidade mais objetiva sobre a condição humana, o Estado e a Cultura, sendo melhor debatido, arguido e compreendido do ponto de vista de vivências principalmente de dentro dessa itinerância inserida num contexto coletivo de interatividade ativa com outros gestores, agentes e produtores culturais dos territórios visitados.

Sobre a participação da Casa do Maranhão em tal projeto, iniciou-se no ano de 2015, disponibilizando-se uma funcionária da Casa para empregar uma ação educativa sobre o Bumba meu Boi, discutida e debatida nas reuniões de construção da pauta de atividades a ser desenvolvidas na cidade de Mirinzal, em duas escolas da rede pública da região, sendo desenvolvido diretamente pelo gestor, em duas outras edições, em Chapadinha e Santa Inês – Pindaré, atuando nas seguintes ações: no grupo da coordenação do cortejo cultural reunindo manifestações culturais locais em um grande desfile pelas principais ruas das cidades, ocorrendo a noite, na mediação do encontro dos mestres da cultura local, apreendendo via escutas de agentes sociais locais, um pouco de suas lutas, reivindicações, queixas, carências e em cima de tal realidade, conhecendo seus feitos que somaram e somam para a construção da diversidade cultural local, a participação em atividades formativas e informativas sobre acesso a políticas públicas e outras atividades culturais, em locais onde nunca chegara tais ações, em especial nas comunidades quilombolas, e por fim; na elaboração e emprego de oficinas educativas, desenvolvidas em escolas públicas do ensino fundamental e médio, visando sensibilizar os participantes à valorização das especificidades culturais do território visitado, à construção de identidade e pertencimento via proposta teatral de rua, do grupo Recrear é Viver. Um rico momento de múltiplos aprendizados que norteou o gestor a reiterar a ideia de que, uma cultura internamente fortalecida e necessariamente apreendida pelo seu agente social, reverbera em um povo mais crítico e reflexivo, mais politizado sobre o que é e faz, e conseqüentemente em um Estado mais forte e comprometido em administrar para o bem estar de todos.

Uma realidade não muito bem vista e quista se pensarmos nos fisiologistas políticos sempre de plantão construídos dentro da compreensão de que cultura é um poder

homogeneizador e uma força dominadora, detendo assim, a toda sua produção e execução, sendo favorecidos economicamente com tal hegemonia, os quais o projeto lutava na época, estando desconforme, assim penso, com um projeto de autopromoção, ascensão política, fundamentado na ideia do “vestir a camisa”, colocando todos a trabalharem em prol do êxito em tal empreitada. Uma perspectiva veementemente díspar com a visão da Gestora executiva do Programa Mais Cultura e Turismo e sua itinerância cultural, pensados e elaborados por um contexto de gestão participativa, democrática e horizontal, necessariamente voltado para o povo, gestora da SADC – SECMA na época, sendo gradativamente sabotada à medida que avançava na ideia de se construir uma maneira de gerir cultura diferenciada dá rotineira, primando por um contexto de complementariedade de inúmeros fatores, categorias e ações, descentralizando a atuação das ações culturais da SECMA, especificamente desenvolvida na capital do Estado⁷⁵.

Pensa-se que as sabotagens empreendidas principalmente pelo grupo de simpatizantes e adeptos das práticas políticas fisiológicas, vistas de forma escancarada na execução do projeto, dera-se pelo fato da gestora, discordar de uma perspectiva de atuação do diferente e reflexivo plano de execução de descentralização cultural do Maranhão, de mobilização de grupos não reverberante em votos futuros na franca campanha de ascensão política do chefe maior, o secretário de cultura, corroborando fortemente para a desconsideração do programa como uma necessária e relevante pauta de governo, passando a ser questionado os porquês dos gastos de dinheiro público com os povos dos territórios visitados, acirrando a perseguição principalmente a gestão de uma mulher negra, dirigindo-o e gerenciando-o sendo acatado sem muitas delongas pelo governador do Estado, no período, homem, jurista e cristão, não se dando o trabalho de consultar e avaliar as considerações dos demais gestores e técnicos presentes nos mais variados grupos de atuação da itinerância cultural, fato que além de infligir a pauta de construção democrática e socialmente construída de políticas públicas de um governo, em tese, comunista, escancarou a prática de racismo estrutural, institucional, religioso, entre outros desvios de caráter⁷⁶.

75 Algo que trouxe muitos entraves e incômodos ao típico gestor estatizado maranhense, fonte maior de conhecimentos sendo o macho, cristão e jurista, entendendo a representatividade do programa e principalmente de quem o gerenciava, como uma grande ameaça a seus anseios egocêntricos e particulares, haja vista ter promovido maior visibilidade a gestora cultural, identificando-se também, como uma agente social, não alheia aos dilemas e carências do povo.

76 Algo na época não tomado com tanta clareza como agora pelo gestor da Casa do Maranhão, estando, naquele tempo, em estado de estranhamento e de contemplação com a “nova e desafiadora realidade de trabalho”, mas já indicando nortes sobre as relações de poder e força que se dão dentro do universo da gestão governamental, algo visualizado via olhares discordantes, indiferentes e tensões tanto no processo de elaboração, quanto de execução do plano de ações da itinerância cultural, principalmente por instigar os demais gestores, dos aparelhos da SECMA envolvidos nas atividades, a saírem de suas zonas de conforto, os colocando necessariamente em

As vivências em tal projeto trouxe-me a compreensão prática de que estava inserido num jogo de dominadores e dominados, fazendo-me problematizar sobre as relações nocivas que tal jogatina traz ao exitoso exercício do bem estar de todos, como uma complementariedade de expressões culturais diversificadas, princípio este muito bem contemplado e respeitado no plano da itinerância cultural, com suas trocas de conhecimentos e práticas, múltiplos aprendizados, primando pela ideia de cultura como um contexto de dinâmicas, considerando a diversidade, múltiplas maneira de identificação com o que de mais resistente ao tempo se firmou, principalmente diante das mazelas provocadas pela exploração colonial, empreendendo fortemente a ideia de aniquilamento do outro-discordante, dotado de uma visão de mundo não submetida a uma ética ditada por um capital, minimizando, tornando supérfluas e ordinárias, a ideia de teorias e práticas de conhecimentos tradicionais, transformando-os em algo criminoso, errado, vergonhoso, passível de punição, não sendo desta forma aceito entre seus habitantes. Uma vexatória realidade, claro, para administradores de violências, com suas vãs disputas, clivagens e classificações arbitrárias, impondo sua hegemônica e uma maneira de pensar a cultura e a condição humana que a produz, preferindo não considerar suas escancaradas problemáticas, dadas via processo de vivências na itinerância cultural, optando por perseguir o programa.

Uma exímia prova real da exploração estatal sempre colonizadora disposta a todos os tipos de violências, sejam físicas e/ou simbólicas, em prol de estabelecer seus mega ideais desenvolvimentistas em nome da “evolução e progresso da humanidade”, independentemente de desqualificar, desrespeitar, transgredir, violar, perspectivas diferentes e discordantes do sistema que o cria e reifica, principalmente os tidos como animais pensantes, via um mecanicismo, geografismo, biologismos, um essencialismo e instrumentalismo, adequando singularidades, peculiaridades, dinâmicas próprias de um determinado território a ponto de mortificar o íntimo, principalmente dos seus habitantes, seja por alienação, conformidade, conveniência, ou simplesmente por não ter um poder de fogo a altura do tão bem estruturado, protegido e falaciosamente justificado sistema estatal. Uma realidade de mortandades que retira o sentido e significado de um fazer cultura fundamentado em um contexto vivo, repleto de conflitos e conquistas pautados em embates de realidades, não destrutivos, com árdua missão de justificar uma condição humana sincera no tocante a construção de uma identidade social, regulada num altruísmo, de um pertencimento em cima de memórias afetivas, racionais, lúdicas, de relevantes e necessárias histórias de lutas e inúmeras outras

contato com a complexa e desconfortável realidade de carência de políticas públicas culturais, vividas no Estado incitando a perspectiva de se efetivar um trabalho público para o público.

peculiaridades de si e de seu território, livrando-a de ser ou se tornar alheia a este contexto, longe de se reconhecer numa penosa realidade administrada via força opressora, construída e falada sempre por outrem.

Neste contexto de controle de mentes e práticas, administração de violências, autoritarismo autoritário, exercícios inescrupulosas de auto promoção e vãs disputas egocêntricas, torna-se inadmissível pensar em qualquer ato que traga possibilidades de se problematizar e refletir sobre o contexto que o cria e o que fundamenta a ser o que é. Nestes termos, pensar na proposta de itinerância cultural do plano de execução do Programa Mais Cultura e Turismo da SECMA e SETUR, seria o mesmo que problematizar, desconstruir toda uma autoridade do Governo do Estado do Maranhão como um designador rígido e universalizado, principalmente se levarmos em conta a sempre atuante condição de corrupção e busca por status, força e poder, que seus homens de bem se encontram, estando negligentes quanto as inúmeras feridas deixadas por um sistema de apropriação indevida de riquezas, escravocrata sempre excludentes de dissensos. Colocando em suspensão para análise todo um esquema de administração cultural que toma a força e o poder para sanar interesses próprios, não permitindo qualquer espaço para intercâmbios, dinamismos, reflexões, críticas e ponderações, jamais favorável a um rentável e metamórfico e sempre atualizado ideário de um sistema explorador e seu meio de adquirir prestígio, reificando sua hegemonia, em cima de seus explorados.

Diante de tais considerações, rememora-se algumas situações vividas em três territórios visitados durante a itinerância cultural, no primeiro, promovendo a reflexão sobre como se constrói e é utilizado pelo Estado, um propício campo de alienação e dominação via uma extrema realidade de carências dadas em um território, algo referente a ações estatais culturais institucionais, vivenciado na Comunidade Quilombola de Cuba, em Santa Inês, no ano de 2015, no segundo, vivido no Quilombo do Frechal, no município de Mirinzal, em 2016 que, ainda inserido em tal contexto de abandono, reiterou uma visão de resistência cultural, em cima da problematização da realidade vivida e da politização das relações estabelecidas em tal contexto, algo fortemente também percebido no terceiro território de vivências, ocorrido no município de Guimarães – MA, na sede de uma das suas maiores expressões culturais, o Boi de Zabumba de Guimarães, um momento marcante, promovendo de fato, a passagem do ativista político partidário para político social, orientando a construção do gestor cultural, suas considerações e ponderações sobre o direcionamento o qual seus planos e feitos seguiriam, definindo para quem iria trabalhar como administrador na Casa do Maranhão.

Sobre o primeiro contexto evidencia-se, para problematização, uma situação de um adolescente, completamente tomado por êxtase ao perceber a presença da trupe de artistas (estudantes) do Centro de Artes Cênicas do Estado do Maranhão em sua comunidade, algo nunca ocorrido antes. Na ocasião a euforia era tamanha que o mesmo não percebera um imenso corte em um dos seus pés, ocorrido ao ir de encontro aos artistas, interrompendo a atividade cultural e provocando uma comoção geral, principalmente com a evidente tristeza do jovem que teve que ser retirado do ambiente para tratamento de seu ferimento. Para além desse momento de consternação, resgata-se dois momentos vividos por mim como gestor da Casa do Maranhão em interação com os demais colegas de trabalho e comunidade: um de reflexão sobre as armadilhas de manipulação do Estado via deslumbramento, trabalhando com ações dispostas a romantizar e/ou fatalizar situações vividas, e um outro de raiva ao se deparar com a nefasta situação de ausências e de assistências de ações estatais na vida de seu povo, causando danos irreparáveis a seu processo de autoidentificação, fato que entende-se corroborar com a ideia de automutilação de um indivíduo pela estado de escassez de bens e serviços, direitos básicos à vida, sendo um dever do Estado dispor a seus cidadãos⁷⁷.

Sobre o segundo momento, fortaleceu-se a ideia de entender as dinâmicas de uma cultura e suas variadas relações para fora de realidade estatal, percebendo-se o quão grande e forte era é o pertencimento das pessoas com o território analisado, principalmente pelo fato de ter sido fruto de uma resistência cultural africana, dentro de um habitat de violentas relações sofridas, não impedindo e nem inibindo a preservação de histórias, memórias, hábitos, enfim, todo um sistema de interpretação e organização, cultivando heranças ancestrais de África, ainda que permeadas por marcos de uma escravização, como o engenho e principalmente a Casa Grande, totalmente tomados pela energia dos sobreviventes, reescrevendo uma nova trajetória como um coletivo. Pode-se perceber ainda na época, a forte presença de pesquisadores professores envolvidos com a comunidade na culminância de uma programação cultural no Encontro das Redes de Bibliotecas Vagalume, uma organização que trabalha com leitura e com intercâmbio cultural nas regiões da Amazônia, desenvolvendo conjuntamente a partir da escuta dos moradores da comunidade, um plano de ações com formação de professores, oficinas de leitura, produção de livros artesanais a partir da realidade vivida na área, contando ainda como uma exposição dos trabalhos desenvolvidas pela

77 Passado o susto, todos se direcionaram a fazer suas atividades, ficando a dúvida: Será que outro gestor ou agente cultural do programa Mais Cultura e Turismo presente naquele momento, entendeu o sentido do desespero daquele jovem, do seu choro e descontentamento por não mais participar da intervenção artística empreendida? Será se mais alguém ali percebeu o esquema de dominação e alienação do Estado sobre seu povo, dado via administração de carências, por exemplo, de um direito a cultura, estabelecido universalmente, sendo seu dever dispor?

comunidade, pautados em questões sobre racismo e valorização da identidade cultural. Um intercâmbio unindo agentes sociais locais em interatividade com os da comunidade de Oriximiná - PA, do município de Guimarães - MA, cientistas de SP, entre outros.

O terceiro momento, além de reforçar laços de pertencimento com o Bumba meu Boi do MA, trouxe a reflexão sobre como uma cultura entendida num contexto de dinâmicas, permeadas fortemente por um eurocentrismo, persiste e segue mantendo heranças ancestrais africanas, demarcando a ideia de não o considerar como uma simples brincadeira, nem sendo ainda somente uma válvula de escape para seus atores fugirem de uma tensa e complexa realidade de ausências de políticas públicas, que valorizem a identificação de cada em tal contexto, mais sim um encontro de tais atores com a tensa realidade vivida e suas múltiplas violências estabelecidas, fortalecendo o que há de mais significativo dentro das heranças ancestrais, resistentes ao tempo e as investidas de uma globalização e sua homogeneização de especificidades culturais de um determinado lugar, emaranhando seus habitantes em suas teias que enaltecem o ter em detrimento ao ser. Nessa vivência, apesar de curta, reiterou a mim como gestor da Casa do Maranhão o quão grande é a responsabilidade de administrar um acervo como o do Bumba meu Boi, rememorando-me toda uma trajetória de resistência cultural inserida em tais manifestações culturais, fortalecendo a ideia de que os anseios de um administrador não podem ser maiores do que as cobranças dos agentes sociais do universo cultural que o compõem, sendo estes últimos os protagonistas e principais beneficiados em tal processo.

Análises e ponderações que foram me situando socialmente a pensar numa forma de gestão reflexiva, quanto a suas ações e funções em relação ao extremo estado de carência de bens e direitos institucionais, que se encontravam os agentes sociais das manifestações culturais do Estado, espelhando-me na conduta da gestora do projeto de execução do plano cultural de governo, que apesar de enfrentar uma dura batalha contra seus sabotadores seguiu dignamente sua empreitada, vendo reduzida a proposta da itinerância cultural, primeiramente para o cadastramento cultural, fato o qual, acompanhei como gestor da Casa do Maranhão e mais um pequeno grupo de técnicos e outros diretores nas cidades de Mirinzal, Cururupu, Pinheiro e Central do Maranhão, findando-se quanto sua intensa e reflexiva propostas de levar ao povo o direito a ter cultura, no ano de 2016, assumindo um patamar mais habitual de entretenimento e lazer, sofrendo a perda de seu cunho educativo, crítico, interativo, atendendo a pautas que o redefiniram como mais uma prática velha e piorada política do “pão e circo”.

Um fato que merece ainda ser citado que sustenta a ideia de desconsideração do projeto, refere-se a primeira e única reunião que se teve com o governador do Estado,

juntamente com o novo secretário de cultura e os demais diretores e chefes dos equipamentos da SECMA, em janeiro de 2017, tendo-se como pauta a construção e debate sobre a realização do ano da cultura do Maranhão, sendo solicitado a todos os gestores, seus planos e reivindicações sobre como seus respectivos espaços trabalhariam essa nova pauta de governo e o seu produto cultural final. Nas falas foram proferidas muito mais queixas sobre problemas de infraestrutura, de falta de material humano, equipamentos outros para o bom andamento das Casas e setores do que outra coisa, algo meticulosamente sendo avaliado pelo Governador que ao me questionar como gestor da Casa do Maranhão, ficara extremamente surpreso e intrigado pelo fato de ser o único presente a pautar uma performance administrativa museal em tal projeto, avaliando-o de forma positiva⁷⁸, acionando um gatilho ao gestor da Casa do Maranhão do grande desespero-desafio que estava por vir.

Um contexto propiciador de profundas fundamentações ao diretor, aclarando a ideia principal de cultura e de seu gerenciamento as quais iria se basear, algo que, a exemplo da gestora da SADC, trouxe consequências desagradáveis a sua administração, passando também a sofrer as incoerências de um perseguição política pela sua pretensa busca em propiciar uma atuação pública para o público, estando ciente por suas escolhas e ainda sim conseguindo dar continuidade a seu trabalho de interrelacionar crítica e reflexivamente, a educação e o museu em prol de fundamentar uma identidade e pertencimento mais conhecedora de sua realidade cultural vivida, algo que acentuou a familiarização com um processo de democratização do espaço, desburocratização de serviços e humanização de atuações solicitado pelo governador desde de janeiro de 2015, complementando-se com a gestão a qual sucedera, desde sua inserção na SECMA, em 17 de agosto de 2015.

Uma interação que corroborou fortemente para nortear uma apresentação da Casa do Maranhão e suas tensas, emblemáticas e truculentas relações internas e externas de força e poder, reiterando a postura de concordância à efetivação de práticas sociais e de aprendizados estabelecidos no caráter do diretor e suas histórias de luta em cima: da reciprocidade, reificando a construção de aprendizagens a partir de trocas de conhecimentos e práticas; de respeito mútuo, reiterando a perspectiva de uma filosofia de trabalho de reverência a uma

78 Lembro-me do susto estampado nos rostos de alguns colegas de trabalho, na indiferença de outros e no prazer escancarado no grupo político fisiológico, principalmente depois das palavras ditas pelo Governador – “Não costumo esquecer das promessas a mim feitas”, respondendo-o que – “Eu também não”, seguindo com as explanações sobre o trabalho pautado na relação museu e educação, em busca de construir um plano de ações fortemente fundamentado nas inúmeras e exitosas experiências de sala de aula, oriundas do contexto de licenciado em filosofia e principalmente aprendizados adquiridos na itinerância cultural., utilizando-se de seus registros (áudios, fotos e gravações etc.) para se criar um olhar diferenciado sobre a cultura do Estado tanto para seu habitante, quanto para seu visitante, com ações internas e externas a Casa.

diversidade, fortalecendo a perspectiva de primar pelo altruísmo, empatia, amor, dando sentido e significado a um ser/estar e agir mais humanizados, algo que endossou também a gestão da Casa, no tocante a construção de ideias para dar sequência a socialização do espaço desconstruindo uma ideia elitizada do museu, pautado apenas para o entretenimento e lazer, adotando da pauta executiva do Programa Mais Cultura e Turismo via itinerâncias culturais, uma perspectiva ética de construção de ações de forma horizontal e democraticamente debatidas, consultando funcionários da Casa, colegas de trabalho, parceiros e principalmente agentes sociais e suas vivências trabalhadas no circuito expositivo da Casa.

Uma perspectiva que me fez como gestor, identificar-me com o contexto vivenciado pela gestora do plano de governo de descentralização da cultura e de desconstrução de autoridades máximas e únicas quanto a sua produção, mantendo-se contra tal perspectiva de padronização de uma realidade cultural e a morte do ser múltiplo inserido numa diversidade, seguindo com suas angústias, inspiração para criar, diante do desconhecido, uma tensa e desafiadora caminhada a procura de aquisição de conhecimentos e construção de estratégias, em busca de alargar a compreensão sobre o contexto vivido e principalmente sobre mim mesmo, atuando com a propriedade de posição como gestor da Casa do Maranhão. Uma escolha fácil de ser feita, haja vista já ter a predisposição filosoficamente fundamentada, em transformar seus desesperos em desafios, uma marca fortemente estabelecida em toda sua jornada como um ser pensante, fiel a vida viva e cheia de dinâmicas, encaradas como necessárias fontes de devires, fundamentando a construção de um eu sempre aberto a mudanças, nunca sendo neutro diante de suas escolhas, atento na medida do possível, aos interesses particulares disfarçados de coletivos e a deterioração ou aniquilamento de um senso crítico.

Um contexto com necessárias ressignificações de histórias e memórias, não deixando cair no esquecimento fatos como: eu não ser oriundo de uma elite do meio cultural oficialmente estabelecido, sendo um morador do tradicional e carente de assistência pública, o Bairro de Fátima, atuando ativamente na produção e execução de algumas manifestações culturais do meio (blocos tradicionais, escolas de samba e grupos de Bumba meu Boi), sendo um agente social com múltiplas performances (artesão, folião, matraqueiro); atuando ainda como um professor pactuado com a educação em busca de construir mútuos aprendizados pautados numa orientação para o pensar, sendo um contínuo aprendiz da Filosofia, lembrando ainda de referências espirituais no culto de cura a energias indígenas advindos da mãe sanguínea, sendo posteriormente escolhido por uma ancestralidade africana em pleno território cultural estatal, analisado com todo um contexto de embates que o levaram a

alcançar tão patamar de “participação no poder”. Uma interatividade, reitero, que estabeleceu mui fortemente um primeiro indicativo de como atuar como um gestor diferenciando a condição entre o estar e o ser, do contido e não contido, um devir dentro da ordem do Estado em estado de totalidades utilitárias.

2.3. O gestor museal

Proferidas tais ponderações, tomo para análise alguns recortes de vivências na condição como diretor da Casa do Maranhão para explicar com mais veemência: Como que se deu a construção da minha propriedade de posição como diretor da Casa do Maranhão? Como reagir em relação as investidas dessa concepção de uma autoridade autoritária estatal e suas relações de força e poder, atuando a partir da ideia de cultura com algo dinâmico, interativo e itinerante? Como se processou minha transformação de gestor para um pesquisador? Enfim, entender de fato, qual a minha definição social como um homem do governo, frente a múltiplas maneiras de ser/estar e aparecer no mundo social. Uma análise um tanto complexa no tocante a escolhas de tais recortes em meio a múltiplas experiências vividas, tomando para o debate inicial a minha atuação como um ativista político, defensor de ideais contrários ao neoliberalismo, algo firmado desde dos meus 17 anos, lutando para a instituição de um governo federal de esquerda e posteriormente para construir com uma gestão estadual progressista, fato este que me atarei em problematizar e refletir afim de demonstrar as tensões socialmente construídas, proferindo aprendizados e a construção de estratégias para não tolher meu poder crítico de fala nessa trajetória de estatização de reflexividades, não me tornando mais um homem de bem, um agente do Estado, estatizado.

Dessa forma, início descrevendo como um etnógrafo sobre indicação ao cargo de gestor da Casa do Maranhão, feito pelo então presidente estadual do Partido Comunista do Brasil – PCdoB na época, o saudoso Haroldo Oliveira, o Haroldão do BF, sendo algo arduamente debatida, cobrada e inicialmente negada, ao militante esquerdista pelo seu eterno mestre⁷⁹, atendida prontamente depois de todo um contexto de chateações, desencantamentos e ponderações que serviram também para aclarar toda uma relação de poder e força, na busca pelo que fora prometido, escancarando julgamentos de outras pessoas, tanto a seu orientador, quanto a seu orientando, o primeiro inserido em um contexto de fortes pressões internas,

79 Uma construção muito truculenta, feita em cima de debates com o mestre, sobre a importância de se participar de tal conquista, a efetivação de promessas feitas esporadicamente em público e intensamente no íntimo das educativas, utópicas e esperançosas conversas de final de semana na porta da Casa do ainda sonhador ativista e já professor de filosofia da rede pública de ensino fundamental local.

íntimas e escolhas difíceis, que o levaram a abdicar de parte do que era em prol do imenso amor, respeito e consideração pela vida e a sua peculiar maneira de pensar a política e suas relações, reiterando sua forte disposição altruísta e empática presente em seu caráter, que muito corroborou para a construção da identidade sociopolítica de seu orientando⁸⁰, não menos criticado pelas cobranças feitas a seu mestre e muito difícil em ser aceita, diante da constatação de ponderações negativas, antes e depois de sua inserção na SECMA, sobre a falta de habilidade e capacidade para se assumir a direção da tão disputada e tensa, Casa de Cultura do Estado.

Acontecimentos tensamente construídos, acentuando muitas desconstruções, reflexões e ponderações a partir de longas crises existenciais, questionando principalmente o sentido de minha luta em prol de colocar no poder um governo tido como esquerdistas e de se ser leal, primando por uma coletividade socialmente erigida, aguçando o desafio em busca de não falhar, provando primeiramente para mim mesmo a capacidade de lidar com a não menos tensionada e disputada, administração da Casa do Maranhão, propiciando-me um certo afastamento do contexto vivido pelo meu mestre Haroldão, tomando-o metodologicamente como um estágio de reflexividades diante das diferenças de ponto vista, dos embates do vivido via entrada na SECMA, um momento o qual busquei controlar inimigos internos do meu eu, barrando um intenso externar de meu lado negativo, vitimista, manipulador, arrogante e prepotente, proferindo muitas falas incoerentes, desrespeitosas, cheias de ódio e rancor em relação a negação, num período principalmente anterior, a inserção no Governo do PCdoB.

Um afastamento necessário e urgente a fim de, sanar problemáticas quanto ao controle de pensamentos e práticas ruins, contrárias a uma postura ética desenvolvida principalmente via conhecimentos ancestrais, sempre me lembrando a não me igualar a maldade alheia, resgatando o sentido de um autocuidado e um cuidado dos outros, via princípios pautados principalmente do amor mundi, enfim, uma reminiscência de compromissos com o social firmados no meu interativo campo de conhecimento, e de pertencimentos, proferindo-se um autoconhecimento em busca de recriar pontes abaladas, ruídas pela falta de habilidade de lidar com as críticas e desconfianças, descrenças, zombarias, sarcasmos entre outras pautas, descreditando em meu eu toda uma história de luta para ver realizado o propósito de uma

80 Lembro-me dos comentários doloridos e difíceis de lidar, sendo os mais corriqueiros “Não vai durar seis meses...”, “Não tem competência para isso!” Tu vais te arrepender dessa indicação!”, ditos na minha ausência e; “Agora você tem que se adequar a um novo mundo! Uma nova realidade! Uma nova vida! Irá vivenciar novos ares”, ditos em sua presença, já como diretor, um pré-anúncio de que não seria nada fácil a tarefa do que estava por vir.

proposta de governo que fizesse o Maranhão se libertar de uma oligarquia, algo que me fez entender que não poderia me permitir ficar duelando numa luta sem nenhum sentido de colaboração, para o desafio de administrar a Casa do Maranhão. Uma realidade que me fez ter uma leitura mais analítica da situação, menos romantizada e pessimista, inserindo-me em um ruminante processo de angústias, lidando com o pior de mim, mesmo em busca de uma apreensão mais racional e uma certa noção de diplomacia e articulação corroborante, para saber lidar com a acentuada insegurança em relação ao incerto, o por vir tanto num campo de relações pessoais, quanto profissionais.

Neste contexto como gestor tensionando com muitas angústias, partir em busca de parcerias, apoios, pontes que pudessem fortalecer um trabalho de gestão museal pautado na cultura como algo vivo, dinâmico, interativo e itinerante, envolvendo em ações locais, estaduais, nacionais, relacionadas à educação e cultura, destacando para o momento a participação direta na organização e construção da 9ª Feira do Livro de São Luís, em 2015, nas dependências da Casa e seu entorno, coordenando ainda ações educativas desenvolvidas pela feira na mesma, recepcionando alunos, professores, diretores de inúmeras escolas da rede pública e privada de São Luís, iniciando um trabalho de informar a tais atores uma proposta educativa, o qual se buscava realizar na Casa, unindo o sensível, o lúdico e o racional em prol de demonstrando-se que para além de um lugar de entretenimento, a Casa se dispunha em ser uma ferramenta pedagógica a educação formal, corroborando com o desenvolvimento de habilidades e competências, de ensino-aprendizagem, uma grande sala de aula viva, contribuindo ainda para tornar mais atrativa e significativa práticas educacionais tanto para os discentes quanto para os docentes.⁸¹

81 Sobre essa relação entre a Casa e a educação, destaco a influência de vivências obtidas quando professor de filosofia do ensino fundamental, do 5º ao 9º ano (2010 – 2012), lidando com um sistema pedagógico ultrapassado, com práticas arcaicas, autoritárias do corpo diretor da escola, além de, professores sobrecarregados de trabalho, alguns desmotivados, outros descompromissados, assemelhados a cárceres de uma sala de aula lidando com as tensões do tráfico de drogas em seu entorno e com alunos, a maioria, completamente descrentes com o proposto educativo na escola. Um contexto de vivências e tristes constatações práticas de desassistências do Estado, intensificado quando monitor do Programa Mais Educação do Governo Federal (2013 – 2015) nas Unidade Escolar, Drº Antônio Jorge Dino (Bairro de Fátima), Barbosa de Godois (Monte Castelo), Rubens Almeida (Vinhais), Estado do Amazonas (Bairro de Fátima), trabalhando temáticas como histórias em quadrinhos, letramento, meio ambiente, recreação, e Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias (Bairro de Fátima), preparatório para o Enem, além de cursos técnicos na área da administração, entendendo um pouca das relações de força e poder, sobre as necessidades, carências e reivindicações de uma educação, dos seus atores, atuando nesse contexto comum. Referências tanto de luta, quanto de experiências práticas como professor e monitor, levadas para administração na Casa, referendando também os passos dados com um diretor – professor, reiterando a todo instante em meu eu essa constante existência num contínuo aprendizado, socialmente construído a ideia de preparação de ações com vistas a orientação do pensar para os outros, pautados numa pesquisa sempre em processo de atualização, referências adotadas como diretor da Casa do Maranhão, instigando e referendando a construção de si e de suas práticas, além dessa dissertação, e o aparecer de seu etnógrafo.

Nessa pegada, participou ainda da campanha “Patrimônio histórico não é penico”, já como um atuante membro da Rede de Educadores em Museus do Maranhão – REM MA⁸², uma empreitada que visava principalmente instigar os transeuntes do centro histórico de São Luís, donos de estabelecimentos comerciais e principalmente poder público, a refletirem sobre sua atuação na preservação dos prédios históricos, suas memórias e histórias, elevando-se tais ponderações a um patamar de se sentir e ser o próprio patrimônio, uma experiência que reiterou no gestor um filosofar intenso sobre a celebre frase de Aristóteles, “Eu sou a polis”, fincando bases para seu ativismo educativo interligado agora com uma realidade museológica e cultural, com um contexto de lutas e reivindicações, com carências muito semelhantes as já vividas como um agente social e como um professor da rede pública. Uma realidade tomada com extrema importância quanto a produção de iniciais reflexividades e problematizações sobre os desafios de minha atuação como gestor e outras possibilidades de atuação da Casa.

Ainda nesse referendar sob a relação da educação e museu e suas respectivas funções sociais, destaca-se a participação da 3ª Semana brasileira de museus – Sebramus, ocorrida em Recife – PE, em 2015. Na ocasião participou-se com um integrante da REM MA⁸³ de intensas discussões e debates sobre a compreensão das “novas” demandas dos museus e outros espaços museológicos como lugares educativos e problematizadores das amarras de uma ética e moral, que padroniza o diverso e desqualifica o diferente, apreendendo-se um pouco da realidade museológica do Brasil, em especial do local visitado. Merece destaque as vitorias técnicas aos museus, Passo do Frevo, do Homem do Nordeste, do Cais do Sertão e do Instituto Ricardo Brennand, entendendo-se um pouco da organização interna de tais instituições, principalmente no tocante a seu setor educativo, evidenciando a mediação cultural, entendida nessa primeira apreensão, com o próprio coração do museu, figuras relevantes em tal espaço repassando todo um arcabouço de informações sobre seu contexto histórico e memorial, assim como, seu(s) circuito(s) expositivo(s) sobre seus eixos culturais abordados, uma experiência muito proveitosa, tendo-se contato com diferentes maneiras de apresentação da cultura do Estado de Pernambuco, suscitando reflexões sobre a atuação da Casa do Maranhão em tal, e a necessidade de empoderamento não só de seu quadro de mediadores culturais, mas também de todos os demais funcionários da Casa do Maranhão (diretos e indiretos).

82 Criada em 2015 com a proposta de aproximar profissionais de instituições ligados a memória e cultura do Estado, buscando aprofundar conhecimentos na área da educação em museus, fortalecendo o papel educativo das instituições museológicas do Maranhão. Disponível em remmaranhao.blogspot.com. Uma outra fonte de referenciais atuando no processo formativo da gestão quanto a compreensão da cultura institucionalizada.

83 É válido frisar que todos os recursos em busca dessa formação foram custeados por mim mesmo já como membro articulador da Rede de Educadores em Museus do Maranhão, indo com outros colegas de gestão do Maranhão das Casa Histórica de Alcantara – Ibram, Palácio Cristo Rei – UFMA, Ponto de Memória Maracrioula e Museu dos Capuchinhos da Província do Carmo.

Desta forma, na gestão intentei construir uma realidade de referências, fincando nortes na busca de propiciar sentido e significado para minhas funções, assim como para os demais funcionários da equipe, buscando envolver todos numa realidade de complementariedade de ações, inseridas numa coletividade, construído numa coabitação pautada no diverso, participativo, buscando-se firmar uma comunidade museal como um processo contínuo de construções dadas no vívido, considerando-se os bons e maus momentos estabelecidos nesse contexto, afim de estabelecer princípios que fizessem transcender a compreensão de se estar trabalhando numa instituição necessariamente pública, com funções para além do entretenimento e lazer, posturas estas, defendidas e exitosamente apresentados, não dadas de forma harmoniosa, primando-se por práticas museológicas mais humanizadas, via experiências explanadas nos intensos diálogos estabelecidos na Sebramus, pelas mais variadas áreas culturais, institucionalizadas ou não, (agentes sociais, casas de cultura, museus, parques florestais, pontos de cultura, pontos de memórias, profissionais da educação e suas mais variadas nuances)⁸⁴.

Um início de gestão de intensas movimentações, propiciando-me como diretor a necessidade de me deixar ser afetado por uma espécie de caos, um turbilhão de experiências que fundamentalmente me conduziu a uma criatividade, a choques de realidades, seguindo com uma performance como administrador da Casa do Maranhão – SECMA, problematizador do vivido e disposto a reflexividades, uma escolha nada construída de forma aleatória, muito menos negligente a uma trajetória de vida anterior a minha condição como um diretor, sendo esta realidade como mais um norte no contínuo processo de minha posição social como um homem de governo, algo nada alienado, haja vista já ter todo um arcabouço de situações de tensões já vividas em sua trajetória como um ser político, narrando nesta pesquisa apenas alguns recortes dela, para se problematizar o fato de que as relações de tal condição me elevaram da posição de um ativista de um campo político partidário ao social, definindo-me com um gestor-professor, considerando uma gama de situações de conquistas, tensões, embates e conflitos, contribuidoras para a minha formação quanto identidade social⁸⁵.

84 O interessante foi constatar que em todas as falas e apresentações, a nítida explanação e defesa do tenso e desafiador processo de construção e emprego de atividades feitas pelos palestrantes, nas suas áreas de atuação, seja nos bate papos formais e informais, assim como a resistência tida pelo fato de instigar a saída de muitos colegas de trabalho de um comodismo, uma constatação que passou a referendar e pautar a desconstrução da ideia de disfuncionalidade do serviço público, e desta forma a construção de um plano de ações em prol de atender as demandas governamentais da SECMA e dos agentes culturais do Maranhão, estipulando que tipo de atuação buscaria construir, atrativa e viva, ou desinteressante e morta.

85 Uma realidade que reafirmou a coerência ao tomar como referência de gestão, o plano executivo de ações do perseguido e desqualificado Programa de descentralização cultural, e seu notório plano de intercâmbios, liderado por uma mulher negra, quilombola, filha do Axé, inicialmente amiga, conselheira e hoje Iyalorixá. Uma salutar interatividade entre dois sobreviventes diante da falta de assistências estatais em seus respectivos e distintos

Nesse contexto de busca de referências resistentes ao tempo e as investidas de interesses particulares de homens do Estado (GFP), toma-se como análise algumas experiências socioeducativas pautadas em um calendário de ações institucionais no âmbito estadual e federal, com o intuito de descrever um esforço crítico e prático feito pela gestão da Casa do Maranhão, ao problematizar a expressão da cultura do Estado somente como um produto cultural, uma festa, uma perspectiva de angariar fundos aos cofres públicos, geralmente vendida para um turismo sempre de passagem de pessoas, não apresentando de forma mais consistente, dinâmicas e relações que fazem interrelacionar com o econômico, outros aspectos como o artístico, o memorial, o religioso, entre outras perspectivas do saber e fazer humano, externando ao outro uma cultura interna forte com um fazedor mais conhecedor de si, do seu território, da sua história, sendo devidamente assistido e respeitado por tal institucionalização cultural, partindo do princípio de que “uma corrente forte se faz com elos fortes”, fato não refletido em muitos momentos nas variadas ações desenvolvidas pelos espaços museais do Estado, mais preocupados em um cronograma de produzir eventos do que em políticas públicas que socializem a cultura como um bem de todos, socialmente construído, pensando em possibilidades de novos formatos para a Casa.

Um contexto de vivências que corroborou fortemente à construção de reflexividades sobre minha atuação como um gestor museal, reiterando autocríticas e autoconhecimentos, demarcando uma disposição em construir ações que necessariamente primem por uma diversidade, combatendo um contexto de esvaziamento de vida, de despolitização do vivido e mecanização de relações, utilizando as campanhas, eventos, calendários, planos da cultura institucionalizada em prol da valorização dos espaços museológicos, num grande campo de debate sobre um repensar, pautado às políticas públicas para o meio, atendendo as chamadas de campanhas com lemas e temas de valorização dos espaços museais, e um estreitar de si com a coletividade o qual se inserem (a exemplo, as convocações estaduais sobre o carnaval e as festas juninas e nacionais, da semana nacional de museus, e a primavera de museus ,idealizadas pelo ICOM e Ibram), sem perder um tom de crítica e o respeito a hierarquia institucional estabelecida pelo Estado, pautando-se principalmente no plano estadual de cultura 2015 – 2025, visando “promover a organização e funcionamento de equipamentos e espaços culturais, como canais de intercâmbio, diálogos com os cidadãos, ampliando a sua

territórios de vivência, com semelhantes reivindicações em cima de histórias de lutas e conflitos, fortalecendo também a ideia de complementariedade de ações entre as gestões, conhecendo-se no emblemático território da Casa do Maranhão.

participação na manutenção e gestão dos mesmos” (PEC, 2014, p. 145) e com a nova definição de museu institucional que segundo a política nacional de educação museal, infere:

Uma realidade de construção de ações fundamentadas em duas importantes referências culturais institucionais, com o propósito de não transparecer que tal constituição partira-se de algo inventado por mim, ou meramente construído em cima de vãs disputas, mediação de força, autopromoção, mas sim sendo fruto de afecções em cima de experiências e críticas vividas de dentro do âmbito estatal, tanto da área educativa com uma práxis filosófica, como professor quanto na área cultural pautado nas vivências, como um agente social e como um aprendiz da museologia, reiterando todo um arcabouço de compreensão da cultura como um espaço de devires e mútuos aprendizados. Nessa empreitada, buscou-se problematizar certas incoerências a se tomar a cultura como um produto estritamente econômico, ponderando principalmente sobre uma produção acrítica de ações voltadas apenas para atender e assistir demandas de uma mecanicista, alienante e massificadora teia de produção cultural o qual estava inserido, estabelecida por imposições de certos homens políticos, seres estatizados, agentes de guerra, fisiologistas políticos, que como já se demonstrou, seguem infiéis a uma responsabilidade social com seus feitos, na real, buscou-se “dizer o indizível”, sobre um espaço museológico convencional assim como, suas coleções (ano de 2017), estando “hiper conectado a cultura local” (ano de 2018), atuando com uma perspectiva completamente disposta a falar das “entrelinhas do museu” (ano de 2019), algo construído a partir de experiências no ano de 2016, numa perspectiva de atrelar “Museus, paisagens naturais e culturais” como patrimônio com sentido mais alargado.

Nessa pauta de atendimentos a chamadas nacionais para ações museológicas, 14ª Semana Nacional de Museus (Ibram), na Comunidade do Cajueiro, na área Itaqui/Bacanga, São Luís – MA, realizando-se as primeiras experiências educativas propriamente ditas e feitas como gestor da Casa do Maranhão, algo desenvolvido conjuntamente com outros espaços culturais não governamentais, públicos e privados, trabalhando-se uma oficina de contação de histórias em prol de criar laços com a comunidade via ações artísticas com crianças e adolescentes da área, feitas em parcerias com duas atrizes e educadoras, um importante momento fortalecedor da proposta da gestão da Casa do Maranhão, em trabalhar com a tríplice aliança entre o lúdico, racional e o empírico, nas ações e funções desenvolvidas em tal espaço, reiterando tanto para o público voltado para o conhecimento e apreciação de seu acervo, quanto para ocupantes de seus espaços, a difusão de uma proposta de se trabalhar museologia social, buscando-se estreitar laços entre os museus e a comunidade interna e

externa a si, de forma orgânica, viva, desconstruindo a ideia de elitização dada na relação museu – homem – memória – história – patrimônio – sociedade.

Uma realidade pautada numa ideia de educação museal e patrimonial, informal, reiterando a necessidade da institucionalidade cultural repensar filosoficamente sobre si e outras perspectivas de museus (comunitários, eco museus, itinerantes, vivos, entre outros), construídos a partir de outras formas de salvaguardar uma história, necessidade essa também com fins a legar para uma comunidade a participação, interação, apreensão e compreensão da relevante contribuição que esse “novo” momento proporciona para construção da identidade de um “povo” com sua cultura, dado em um ciclo de relações em movimento, nada harmônicos, mediano para uma síntese e estritamente formal e racional, mas sim promovedor de uma frutífera realidade de trocas, no qual o sentido e significado do cultural seja a mútua construção do que se é e faz, respeito, entendimento de que todos os integrantes de uma dada territorialidade são o próprio patrimônio, uma organicidade inserida numa diversidade, fato que se avalia ter ocorrido na Casa do Maranhão com suas primeira ações educativas descritas anteriormente, sendo um fruto da disponibilização de espaços e ocupações, no caso a residências artísticas as duas atrizes, a primeira para ensaios e a segunda para performance, gerando o vínculo sóciomuseal, fortalecendo a prática de intercâmbio cultural, produzindo as parcerias⁸⁶.

Somadas as estas ações de fortalecimento e emprego das ações educativas, teve-se ainda visitas técnicas ao território do Cajueiro, envolvendo-se em outras atividades propiciadas pelas demais instituições presentes, conhecendo-se um pouco das belezas naturais de tal território, como sítios, praias e locais sagrados, como Terreiro do Egito, tendo-se, nesse caso, o primeiro contato com um espaço de grande representatividade, base fundante das práticas de religiões de matriz africana no Maranhão, apreendendo-se um pouco das relações culturais do espaço, destacando-se o conhecimento das tensas relações entre o Estado e suas parcerias com a iniciativa privada, conflitantes e discordantes com os interesses da

86 Enfatizo aqui que as atividades desenvolvidas pelas parceiras na Comunidade do Cajueiro, nasceu justamente de itinerâncias na Casa, uma quando residente de um núcleo de atores, coordenando um processo de formação de atores no salão superior de exposições, temporárias na Casa e outra a partir da interatividade tanto num campo interno, em reuniões com REM MA, quanto no campo prático, a exemplo da campanha, Patrimônio histórico não é pinico, também da referida rede, entre outras socializações de conhecimentos que me fizeram compreender a importância de se tomar, nas trocas, as contrapartidas, uma espécie de pagamento social, referendando-me em uma das mais antigas e eficazes moedas de troca para a difusão de humanidades a humanos, a gentiliza, definindo iniciais estratégias de poder contar com pessoas gabaritadas nas mais variadas áreas do conhecimento (do tradicional ao acadêmico), para desenvolver a relação lúdico, razão e sensibilidade, em parâmetros da educação museal, aprendendo-se muito como gestor nessa pauta.

comunidade do Cajueiro, visando implantar na sua orla marítima um grande porto, a exemplo do Itaqui.

Na ocasião, apesar de se está representando o poder público como um gestor cultural, tornou-se impossível não perceber como um integrante da REM MA, aprendiz da filosofia e um inicial pesquisador, toda uma aura de medo advinda dos habitantes da área assim como o conhecimento de lutas e posturas firmes de algumas lideranças em defesa do território, era comum nas rodas de conversa feitas nas visitas técnicas, e nas reuniões com os agentes sociais na associação de moradores, se ouvir relatos de, apropriações indevidas de terras, ameaças de morte, ações de despejo em cima de uma reintegração de posse de um suposto dono do local, nunca visto ou conhecido pelos residentes, além de destruição de casas, histórias de uma vida inteira dedicada a preservação do local, esta última, vista na prática, na região onde se instalaria o porto, em visita técnica a área do Andirobal em 2016, enfim uma série de violências empregadas por jagunços fortemente armados, tidos como seguranças, dos reais donos, expulsando direta ou indiretamente os habitantes do Cajueiro, um segundo expurgo, haja vista muitas famílias ali presentes serem oriundas de Alcântara, outra grande zona de conflitos advindos de tais arbitrariedades contra a vida, empregadas pela gana desenvolvimentista e irracional disposta por homens dispostos a tudo, sanando sua vontade de ter.

Destaca-se ainda nessa realidade de tensões, a ameaça de desaparecimento do Terreiro do Egito⁸⁷, proposta na planta original da construção do porto, mais uma ação não dialogada, sem qualquer consulta aos habitantes do local, e principalmente aos povos do terreiro, gerando outra grande realidade de truculências e desrespeito a memória e história local, maculando um símbolo maior de fé e marco inicial das religiões de matriz africana do Maranhão, reiterando práticas de racismo estrutural, institucional, religioso, xenofóbico, despertando em mim como gestor cultural, a ideia de que as ações desenvolvidas na comunidade durante a citada semana nacional de museus, em maio de 2016, só piorara as situações de conflito, obtendo um resultado reverso do esperado, me trazendo um certo desconforto e constrangimento por ter chegado à conclusão de que tais ações nada mais foram do que uma estratégia de manipulação, abrindo espaços para a implantação de pessoas indesejáveis, acelerando o processo de degradação da pouca resistência que lá se mantinha, contra as arbitrariedades as quais a iniciativa privada e pública empregava na localidade,

87 Localizado na Zona Rural II, de São Luís – MA, na porção sudoeste da Ilha, às margens da baía de São Marcos, sendo o acesso principal pela BR-135, nas proximidades da Vila Maranhão. (...) lugar sagrado para as religiões afro-brasileiras, cujas narrativas remontam ao Século XIX, é um dos mais antigos do Brasil e está situado no território do Cajueiro. Fonte: cajueiro.blogspot.com.br/2015/11/.

fortalecendo a minha atuação como o aprendiz da filosofia, me envolvendo mais a fundo com participação de ações, como em reuniões, realizado por moradores da área, pesquisadores do PPGCSPA – UEMA, e representantes de religiões de matriz africana, firmando fortes vínculos como o axé a ida em atos contra a destruição do terreiro do Egito, contrários a tentativa de seu estrangulamento como um marco histórico e memorial para os povos de terreiro.⁸⁸

Uma realidade inicialmente dada para desenvolver ações institucionais sobre museologia, que acabaram fortalecendo a postura da gestão em seguir como um homem do governo, problematizando os porquês de várias situações problemas dadas em suas vivências, mesmo não obtendo inicialmente os resultados esperados, transforando as várias frustrações por falta de público, de incentivo orçamentário, entre outros receios e medos, provocados por principalmente ausências de assistências e boicotes feitos por homens estatizados (GFP), em um uma realidade de enfrentamentos silenciosos, aprendendo-se principalmente com escutas, criando ainda que em um contexto de adversidades, corroborando com a ideia de constituir a Casa do Maranhão como um território museal repleto de experiências propícias a uma compreensão analítica, de uma realidade interativa entre cultura, Estado, homem e poder, pensando-se também para além das amarras institucionais, fato fortalecido principalmente após a ocupação das dependências da Casa pelo PNCSPA, com a Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, já explanado no capítulo anterior, com sua relevante busca de valorização das memórias e narrativas repletas de vida dos agentes sociais protagonistas de sua própria história, sendo resistência cultural diante de seu algoz. Um contexto que balizou a gestão a atuar quanto suas obrigações institucionais, para longe das facilidades e privilégios ofertados pelo fisiologismo político, algo tão intenso e impactante que a movimentaram a transformar as inquietações corridas nesta realidade em pesquisa, ingressando no mestrado do

88 Creio que o que me deixou mais indignado nesse momento foi ter que concordar, que homens políticos partidários podem até ser capazes de fazer algo bom, mas nunca serão seres do bem e/ou boas pessoas, algo já avisado a muito tempo pela minha intuição e que eu talvez por medo, conformismo ou comodismo, vivendo ainda ali um pouco do deslumbramento do cargo, tenha postergado a tomar uma decisão de me posicionar contra tais homens estatizados do Estado, interesseiros e ávidos na prática de se dar bem, a partir da situação vivida em Cajueiro, tendo um desfecho positivo após muita pressão popular, instituições, ongs, nacionais e até internacionais, não sendo a mesma coisa para o povo do Cajueiro. Uma perspectiva escancarada no ano de 2018, ao deparar-se com vídeos amadores e matérias jornalísticas com depoimentos de manifestantes, sobre a desastrosa ação do Secretaria de Segurança de Estado, que ao ter na porta da sede maior o governo estadual, o Palácio do Leões, jovens, crianças, mulheres grávidas e idosos da região, reivindicando dialogar com o Governador sobre o direito ao território do Cajueiro, viram-se expulsos de tal local a pauladas de cacete, em meio a agressões verbais e arremesso de bombas de efeito moral, atos estes praticados pela polícia militar do Estado, algo sendo reforçado ainda pelo conhecimento de várias tentativas de assassinato de dois integrantes da associação de moradores do Cajueiro. Fortalecendo vínculos entre o agente social, o gestor, o professor e pesquisador com a uma ancestralidade indígena e africana a florada nesse processo. Vivências que fundamentaram a execução também de atividades internas a Casa, relacionando-se educação e museus com parceiros da REM MA, debatendo-se refletir um pouco mais sobre temáticas como, patrimônio, memória e história, com sentidos mais alargados e interrelacionais dispostos a primarem de fato por uma diversidade.

Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Políticas da Amazônia, da UEMA, em 2018.

Uma árdua apreciação, trazendo para a discussão e análise, todo um processo de construção do plano de ações socioeducativas desenvolvidas na Casa do Maranhão, referendado na educação patrimonial e museal, buscando descrever uma análise esmiuçada sobre que tipo poder de decisão, tive ou tenho quanto a posição de gestor da Casa do Maranhão, dentro desse contexto de massificação cultural feito por homens do Estado e suas práticas fisiológicas políticas. Diante de tal realidade reporto o ano de 2017⁸⁹, ano o qual empiricamente iniciou-se a construção, de fato, do plano de ações culturais da Casa do Maranhão, sendo adotado pela gestão um calendário de datas comemorativas, além de períodos e temporadas alusivos à evidenciar temáticas institucionais no âmbito municipal, estadual e federal, algo adotado pela maioria dos espaços culturais da SECMA, criando-se um espécie de calendário museal, devidamente formalizado via planejamento de ações, para análise e autorização da mesma, sendo estipulado a cada casa trabalhar seu produto final, algo acordado em reunião como o Governador, no corrente ano, algo já esmiuçado anteriormente.

Sobre a escolha da pauta pode se inferir que não foi e nem é uma tarefa muito fácil, agir em respeito a uma hierarquia institucional como um gestor, sem abandonar uma perspectiva crítica e reflexiva as incoerências de um GFP atuando como um pesquisador; aqui o professor de filosofia foi de fundamental importância, demonstrando a ambos uma inutilidade de uma rivalidade irrefletida numa gama de aprendizados via choques de realidade, que possibilita um transcender da compreensão do sentir/pensar/agir para além de um plano físico de relações e interesses pessoais, atuante na tomada de decisões e ponderações que tenham algum significado e significações para um coletivo, não preso a uma questão sobre o que um ou outro podem fazer para melhorar a realidade, mas o que pode ser construído conjuntamente dessas duas performances, legando a Casa uma mudança de paradigmas interpretativos e teórico-prático no vivido, desnudando a suas subjetividades em prol de demonstrar o que de mais falho e individualista possuíam, exigindo as duas condições de estar de um mesmo eu, contextos para uma certa diplomacia recíproca e estratégias para trabalhar temáticas como, racismo e xenofobismo, no plano de ações educativas proposto, valorizando narrativas de atores, com pouco ou nenhum poder de fala, desconsiderados como

89 Relembrando a fala do Governador em 2017, na tensa reunião com o secretário e gestores da SECMA, que esse ano seria o da cultura do Maranhão, com investimentos, um período que propiciaria intensas experiências sóciomuseais, sendo um total fiasco, fortalecendo a fé numa pauta de gestão executiva, do Programa Mais Cultura e Turismo e sua itinerância, algo já debatido em parágrafos anteriores. Sobre os investimentos, na prática foram pouquíssimos e irrisórios quanto às demandas, não só da Casa do Maranhão, mas de outras também, algo que serviu para fortalecer o vínculo com mais duas casas que compunham a UGCP.

agentes culturais, sendo apagados como sujeitos do conhecimento, pelo simples fato de não estarem dentro de um padrão de civilidade da dita história oficial.

Sobre essa pauta de vivências diplomáticas e estratégicas buscando aprendizados mútuos, fomentadores de uma gestão museal em busca de combater uma inescrupulosa valorização de fazedores culturais do Estado do Maranhão, utilitariamente tomados por homens estatizados com o poder de administrá-los como bem convir a seus interesses, destaco como referência prática, auxiliando-me a me posicionar socialmente como um gestor, a figura do miolo do boi do Bumba meu Boi, uma experiência possibilitada pelo uso da empatia reflexiva, ou seja, um dispor metodologicamente de um Eu invisibilizado, até mesmo quanto seus pares de agentes sociais⁹⁰, mas que ainda sim assume a maestria de controlar os movimentos de um coletivo compostos por matrizes culturais, de quando se trata de se pensar na sua condição de integralidade da figura humana (miolo) a sua criação (capoeira, carcaça como couro do boi), enfim, um personagem que possibilitou a interatividade itinerante da minha condição de ser e estar, fundamentando-se meu eu numa soma de diferentes partes que rivalizam, mas que no fim se complementam, fazendo interagir criador e criação, sem a ideia de dominação e dominado, algo que fez surgirem, em 2017, uma proposta educativa de valorização do Miolo do Boi, com o seguinte questionamento: Protagonista ou invisível? Trabalhando a cultura como uma recíproca e constante relação entre o físico e o metafísico⁹¹.

Outra questão trabalhada neste mesmo ano, foi algumas narrativas de grandes mestres do Bumba meu Boi do Maranhão, presentes na obra, Memórias de Velhos – Depoimentos: Uma contribuição à memória oral da cultura “popular” maranhense⁹², entendendo a

90 Sempre fiquei sem entender, mesmo antes de ser diretor da Casa do Maranhão, porque o miolo do boi não tinha a valorização merecida, pensamentos obtidos quando espectador de arraiais admirando o BMB e principalmente, em eventos como o Encontro do Miolos de Boi, sempre com muita ênfase ao corpo e pouca àquele que lhe concede o movimento, o lindo bailado, sendo sua alma. Uma perspectiva muito difundida no meio instrumentalista e essencialista de se compreender o mundo, os outros e a nós mesmos, separando categorias inseparáveis, como ética de moral, invertendo os valores e conceitos de uma complementariedade de sentidos e dissensos que garantem o aparecer de cada um num mundo social.

91 Uma campanha que me ascendeu para o uso diplomático com criatividade, desenvolvendo na Casa do Maranhão um plano de ações para a 14ª Primavera de Museus, com o tema: Museus e histórias controversas dizer o indizível em museus (...) atento ao mundo contemporâneo em que os museus atuam, internacionalmente. Em lugar de falar sobre temas mais etéreos, que muitas vezes povoaram as escolhas anteriores que marcaram o Dia Internacional de Museus, hoje vemos um discurso institucional do ICOM muito mais incisivo, destemido, corajoso. Sim, dizer o indizível se presta a tudo isso e muito mais. Indica, sim, que os museus se interessem de fato em incluir, processar, pesquisar, questionar, eleger, expor e revelar outras narrativas para além das já consagradas. Implica em reolhar para seus acervos históricos, científicos, artísticos, etc., com dúvidas, com questionamentos, com inquietação, com a liberdade e o compromisso de quem de fato quer enxergar para além do que já está descoberto, classificado, catalogado, documentado, exposto. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Museus-e-historias-controversas.pdf>.

92 Uma obra em 8 volumes, sendo resultado de entrevistas feitas com agentes sociais (homens e mulheres), das mais variadas áreas artísticas do Maranhão, tendo a coordenação de M^a Michol Carvalho e assessoria de Zelinda

necessidade de se trabalhar tanto para os funcionários quanto para os visitantes, um breve resumo da vida e obra de tais fazedores a partir de suas falas no tocante a destacar a relevância de suas práticas e conhecimentos obtidos via vivências que deram ao BMB, títulos como patrimônio do Maranhão, complexo cultural do Brasil, e patrimônio da humanidade, problematizando-se um contexto de lutas e reivindicações de homens e mulheres, tida nesse contexto de transformação de um folguedo local, marginalizado, perseguido pela polícia do Estado por muito tempo, sendo hoje uma das manifestações mais aceitas como uma expressão cultural do Maranhão e maranhenses, buscando refletir sobre a atual situação dessas expressões no tocante a ganhos, benfeitorias e melhorias para as comunidades as quais se estabelecem, assim como para seus fazedores perante a tais títulos, buscando-se ainda dar mais visibilidade aos conhecimentos tradicionais desenvolvidos diante da autoridade da ciência e sua casta científica.

Em ambos os casos experienciados, buscou-se ressignificar acervos da casa, na primeira peça visualizou-se uma simbiótica e não harmônica, mas complementar, interação entre o homem e sua cultura, do artista plástico local Eduardo Sereno, esquecida em uma sala da Casa, mais parecida com um jazigo de um cemitério do que uma reserva técnica de um espaço museológico, no ano de 2015, e o segundo acervo sendo 16 pandeirões (instrumentos percussivos do BMB, sotaque da Ilha) com rostos de variados mestres do Bumba meu Boi do Maranhão, desenhados (estilo xilogravuras) à mão pelo artista plástico também local, Tocantins, buscando-se dar a merecida representatividade a tais “doutores de vivências” como protagonistas principais da cultura do BMB do Maranhão, resistente ao tempo e ao preconceito de uma “tradição” elitista, conteudista e academicistas⁹³.

Na ocasião, refletiu-se inicialmente de forma interna, durante a construção do plano, um contexto de situações dadas antes e pós período de apresentações do Bumba meu Boi do Maranhão, questionando-se seus porquês, quanto a evidenciar a importância do mesmo para o Estado, somente num ciclo de festas, debatendo-se ainda problemas ocasionados por sua transformação, desde 2012, em um bem cultural nacional, não se percebendo nessa análise a relevância de todo um histórico de luta e resistência cultural de sua representatividade, diante da perseguição policial feita pelo Estado, nos anos de 1940 e 1950, considerando-o, por que não dizer, como um encontro de criminosos feito por “pretos”,

Lima, Josimar Silva, Manoel Marinho, Arlete Pavão, Aniceto Filho, Sergio Ferreti e Mundicarmo Ferreti, gestores e pesquisadores, ano de 1997.

93 Uma ação fruto da incessante e cega busca em valorizar a fala do colonizador como superiora à dos colonizados, enaltecendo de um conhecimento institucionalizado racional via princípios cristão, colocando em segundo plano ou sobrepujando saberes empíricos construídos em cima de vivências nada institucionais.

“pobres”, “desocupados”, práticas de “feitiçaria”, sendo ainda fruto de uma junção de conhecimentos e práticas ancestrais principalmente indígenas e africanos, algo que legou o entendimento de que a patrimonialização do BMB, nada mais fora que uma tentativa de adequá-lo ao sistema cultural institucional estatal, por não conseguir domar todo um caos criativo, uma diversidade cultural presente em seu âmago, assim com sua fácil aceitação nas camadas sociais populares.

Para a realização desse momento, buscou-se escutar narrativas dos artistas autores das peças, falas de alguns miolos de boi⁹⁴, além de referências de pesquisadores do assunto, obtendo-se resultado diante do autor da peça o miolo do boi, muito sensibilizado com a ação, causando uma grande indignação à gestão, principalmente em saber que tal peça teria como o destino o descarte, não sendo considerada uma peça com conotação museológica ou obra de arte, revelando também a grata surpresa de ter-se um brincante (segundo miolo do boi), do renomado Boi da Floresta, do saudoso Mestre Apolônio, entre os funcionários da limpeza da Casa, possibilitando parcerias com a manifestação cultural o qual participava, transformando-se em uma fonte de conhecimentos sobre o BMB, sendo até hoje, um grande parceiro na construção das atividades educativas da Casa sobre tal assunto.

Situações vivenciadas e que para além das pontes e avanços obtidos, promoveram reflexividades sobre o quão grande foi e é uma realidade de desassistências de políticas públicas em prol da valorização do labora de artistas e agentes sociais, se se pensar no descaso dado ao artista e sua obra por gestões culturais completamente alheias as suas gerencias, não oferecendo condições favoráveis aos brincantes a exemplo, do Bumba meu Boi, geralmente oriundos de Bairros altamente culturais, mas com alta vulnerabilidade social, contradições de uma administração pública corrupta, indiferente a propiciar condições de vida digna a seu povo. Reflexões estas que não se debruçam em dar ênfase ao debate sobre a questão da peça do artista local ser ou não uma obra apta a exposição em um museu, ou simplesmente desconsiderar o trabalho, por exemplo, de limpeza feito pelo funcionário terceirizado da SECMA, da Casa do Maranhão – miolo do boi da Floresta e autoridade maior em seu âmago como algo indigno ou menos importante que outro ofício, objetivando trazer para o debate a forma como a gestão cultural pensa seus agentes e trata seus respectivos feitos.

94 Uma figura emblemática dentro do mágico e multicultural universo do Bumba meu Boi, representando ora uma realidade física mostrando-se ao público com todo sua gingada, bailado, sendo o sopro de vida que faz a capoeira (carcaça, couro bordado entre outros adornos) do boi viver, ora metafísica, escondendo todo um contexto de segredos e sagrados que fazem da brincadeira algo muito sério, sendo por isso a própria alma do Bumba meu Boi coordenando toda uma dinâmica de intercessões de matrizes culturais distintas e presentes na citada manifestação cultural, fazendo interagir num mesmo contexto diversão, religiosidade, alegria, despojamento, compromisso, entrega e amor.

Um momento crucial, me dispondo como diretor da Casa do Maranhão em um contexto de devorações e devoramentos sobre todas as situações vividas em tal pauta de construção de ações, ora bruscos e violentos, ora ternos e brandos, ora ambos, todos tomados em prol de refletir criticamente sobre a validade ou não de seu micro poder de atuações, dentro da macro estrutura cultural a qual participava. Uma realidade de muitas experiências exitosas, inexitosas e frustrantes, revelando “novos” desafios, sendo o principal a manutenção do dito e defendido na reunião sobre o ano cultural do Maranhão com seu gestor institucional maior, o governador, chegando-se ao início do ano de 2018, com um projeto cultural e educativo disponibilizado para uma grande soma de instituições, representações públicas, privadas, não governamentais e comunitárias principalmente nas áreas da educação, das artes, da produção cultural, no âmbito federal, estadual, municipal, entre outros. Uma proposta concebida pelo fato da Casa, além de desenvolver ações próprias, disponibilizar espaços para eventos de pequeno a grande porte, nas mais variadas nuances culturais do Estado, do país e do mundo.

Avaliando-se ainda o plano de ações de 2017, percebe-se que custou muito caro a gestão, a falta de embasamento e conhecimentos teóricos e práticos sobre a institucionalização da cultura, suas leis, normas, regras, assim como um maior apuro e astúcia para entender o momento político vivido, postergando a tomada de muitas decisões principalmente para o melhoramento de relações internas da Casa, retirando após um longo tempo, funcionários que atrapalhavam o desenrolar dos planos da gestão, servindo de olhos aos sabotadores, deixando-se ainda em muitos momentos ser falado pelo discurso da institucionalidade oficial estatal, acreditando-se desenvolver um trabalho crítico e reflexivo sobre a mesma, algo muito difícil de lidar, haja vista se tratar de uma teia muito bem estruturada requerendo constantemente muita vigilância quanto as suas manobras excludentes, elevação de egos, supressão de sinceridade e uma série de outras perspectivas de inversão de valores, que transformam indicações políticas para ocuparem cargos comissionados e de confiança do governo em agentes de guerra, produzindo contradições quanto as suas ações, objetivos e resultados, algo arduamente combatido pelo gestor da Casa do Maranhão, mesmo com sua inicial imaturidade e de certa forma, ingenuidade, falta de traquejo, para lidar com as relações de força, poder e dominação dadas no seu ambiente de trabalho, algo que gradativamente foi melhorando à medida que as experiências reflexivas e auto construtivas de maturação iam se dando com o avanço no desenvolvimento das atividades, nas avaliações das mesmas e principalmente no trabalho de escutas das críticas sobre esse processo.

Um contexto que apesar do investimento educativo feito em relação a legar aos funcionários da Casa, ao público ocupante e visitante, funções mais humanizadas, democratizadas, dispostas a trabalhar a diversidade cultural do Estado e reflexões sobre a necessária autocrítica de uma museologia oficial, considerando outras possibilidades de salvaguarda de histórias e memórias, assim como, o entendimento dado de forma mais alargado dos conceitos de cultura, identidade, sociabilidade, pertencimento, patrimônio, organização social e etc., não fixou a gestão em uma zona de conforto, produzindo muitas outras inquietações e novas angústias, e muitos desafios em relação a reforçar um combate a uma ideologia política fisiologista vigente, pensando-se principalmente na condição do “estar” diretor por uma indicação política, não sendo oriundo de uma casta cultural estabelecida, instigando a gestão em adquirir, tecnicamente falando, maiores conhecimentos sobre a institucionalização da cultura, para então cumprir com suas funções estatais em prol de atender interesses do público, questionando muitos porquês na pauta de desenvolvimento das ações quanto suas abordagens e críticas, assim como, a produção de atividades, as relações de força e poder, dadas nas metas traçadas e primordialmente nos resultados esperados, empreendendo ainda nesse processo uma relevância em protagonizar um intercâmbio de conhecimentos com agentes sociais, os reais fazedores culturais, estando ciente dos perigos e consequências, os quais se expunha os limites de sua atuação, inserida num arriscado jogo de uma produção homogeneizadora e de massificação de um pluralismo cultural, adequados em favorecer um grupo político, administrador da pauta cultural do Estado⁹⁵.

Neste contexto de questionamentos e autocríticas, como gestor da Casa do Maranhão, um acentuado processo de amadurecimento analítico do vivido, se processou, permitindo-me de fato a imergir em um pretense plano recíproco de devoração e o devoramento entre o racional, o empírico e o lúdico. Um estágio de conhecimentos, considerando a ineficácia da relação de dominação entre observadores e observados, entendendo que todos estão interrelacionados na busca por princípios e valores que norteiam a sua construção de qualquer que seja a episteme, axiologia, saber, fazer. Uma etapa que deu sentido ao fato de construir-se enquanto gestão, em cima de vivências tensionadas entre o singular e o plural, o pessoal e o coletivo, perspectivas estas interrelacionadas com a totalidade presente em um mundo, com uma intrínseca relação entre material e espiritual, tangível e intangível, uma ideia da

95 É interessante frisar nesse processo, a forte influência, ainda que indireta, da Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia do PNCSPA, emanando sua intrigante carga de ancestralidade e resistência cultural a colonização, fazendo a gestão caminhar, seguir com a pauta de ações mesmo com a constante eminência de perigo no ar, e de propensas possibilidades de represarias.

necessária expansão do sentido e significado de palavras como: identidade, pertencimento, território, história, memória, patrimônio, cultura, museu, entre outras, algo inserido num campo de choques de realidade, demonstrando-se as insuficiências e ineficácias de se tomar tais conceitos de forma individual, especializada e dissociada de uma complementariedade, principalmente naquilo que mais os diferencia diante de seus respectivos valores de julgamentos e interpretações.

Dentro dessa perspectiva de batalhas entre as imposições estatais versus a empática criatividade da gestão, ciente de suas limitações quanto a tomada de decisões e poder, nasce em 2018, o primeiro plano de ações educativas da Casa, estruturado de acordo com as formalidades institucionais, disponibilizado para toda uma comunidade cultural a qual já se tinha firmado parcerias (professores, diretores, pesquisadores, artistas, produtores culturais, entre outros atores da área), algo construído socialmente em cima de experiências coerentes e incoerentes, no âmbito da mediação cultural da Casa com seus visitantes, assim como, de ações realizadas pelos ocupantes dos espaços cedidos (salão de sociomuseologia entre outras salas) pela Casa, para ocupações e realização de atividades das mais variadas áreas culturais do MA, Brasil e mundo, vivências que aumentavam na minha condição como gestor a consciência dos eminentes riscos e perigos a qual estava me expondo, seguindo fiel na ideia de educação como um ato de amor. Sobre essas experiências de transversalidade educativa museal itinerante, os êxitos aumentaram consideravelmente, buscando-se ser fiel a uma valorização de contextos de agentes e expressões culturais invisibilizados, como as exposições: Tambores Tradicionais do Carnaval de São Luís e Mãos que Fazem Cultura da Origem ao Brilho do Bumba meu Boi, e mais uma chamada pública que resultou no plano de ações da 16ª Semana Nacional de Museus.

Sobre a primeira exposição busquei como gestor, fomentar a valorização do carnaval de São Luís a partir dos blocos tradicionais, entendendo-os como pesquisador, como uma expressão única no Brasil e no Mundo, e propiciadora de uma peculiar maneira de representar a identidade, sentimento de pertença de seus amantes, admiradores e simpatizantes, um fazer cultural repleto de situações problemáticas, a exemplo, a vulnerabilidade social a qual geralmente seus componentes estão expostos a falta de assistência pública, às comunidades as quais tais agentes sociais residem, a falta de políticas públicas de preservação e salvaguarda em relação aos múltiplos conhecimentos e fazeres produzidos em tais manifestações carnavalescas, desde sua concepção inicial, como um projeto geralmente construído a partir de vivências do cotidiano da comunidade a qual se inserem, pesquisa para a escolha do tema, escrita e musicalização dos belos poemas, retratando as vivências e questões das mais variadas noções

dadas nas interrelações do homem, chegando a execução com o *designer* das luxuosas e/ou originais fantasias, que muito representam o enredo trabalhado, e a melodia da contagiante batucada das retintas, agogôs, ganzás, afoxés, reco-recos, apitos, cabaças, e dos inconfundíveis tambores de marcações e contratempos, maiores do Brasil na época, e símbolos máximos de tais agremiações, tornando única essa transversal, interativa e dinâmica ação cultural de pura trocas culturais, dadas na construção dos Blocos Tradicionais⁹⁶.

Pode-se pensar nessa análise uma interatividade de relações, pretendendo principalmente legar uma compreensão a todos os envolvidos na exposição, da importância de uma complementaridade de forças em prol da valorização cultural de uma dada manifestação, abrindo-se possibilidades de refletir sobre temáticas de autoflagelo, geralmente invisibilizadas em tal contexto, pelo errônea ideia de se trabalhar a cultura como um poder de dominação e não como uma realidade construída. Algo muito intentado na exposição que buscou ainda recriar um espaço verossímil a representação de um barracão, um lugar de criação das citadas manifestações carnavalescas, desprendido de uma fixidez institucional propriamente dita, envolvido por uma aura relacional entre o antigo e novo via vídeos com fotografias e desfiles dos mesmos, desde os anos 50, até os dias atuais, disposta estrategicamente num espaço no andar térreo, com a pretensão de criar um reflexivo momento de interrelações entre um passado sempre presente, rememorando as lutas de uma expressão cultural, que mesmo sem a devida assistência, resiste, principalmente, sendo fruto de uma entrega, um ato de amor⁹⁷, um fazer cultural vivo, ainda que não tendo, assim penso, a dimensão dessas relações para sua libertação das amarras institucionais.

A pauta de ações buscou também resgatar um debate sobre o reconhecimento do BTM, como patrimônio imaterial da cultura brasileira, parado desde 2010, problematizando-se os porquês da estática quanto seu andamento, já com a ideia de patrimonialização, neste

96 Algo que reiterou o pensar e as práticas, principalmente da mediação cultural da Casa em convidar os visitantes a fazer uma viagem lúdica, sobre histórias e memórias de lutas em relação a resistência dos Blocos Tradicionais, transcendendo a questão festiva e uma incompreensão destes como manifestações culturais vivas, resultantes de uma trama de sentidos e dissensos inseridas num território repleto de dinâmicas envolvendo política, economia, educação, enfim, uma série de categorias dadas em interrelações humanas, propícias a construção de uma identidade social, nada uniforme e engessada, buscando-se ainda ressignificar um pequeno acervo (duas peças completas de fantasias) presente no circuito da Casa, estáticos e presos a um sólido, análogo a um cárcere, aumentando-se este quantitativo com mais quatro outras vestimentas completas, emprestadas pelo CCPDVF, e quatro outras doadas por agentes sociais dos BT's (brincantes e diretores), além de apetrechos das inconfundíveis batucadas, com destaque ao elemento percussivo, tambor contratempo.

97 Destaca-se aqui as constantes reivindicações da minha condição como um artesão dos blocos tradicionais e escolas de samba, feitas a minha posição como um gestor, orientando cada passo dado na construção dessa exposição, uma relação dada em um só eu, não confundido quanto a questão do **ser** um agente social e do **estar** como um diretor de um espaço cultural, um momento significativo reiterando seus deslocamentos entre esses diferentes campos da representação, cumprindo com as minhas obrigações institucionais de maneira crítica, não esquecendo das lutas travadas para alcançar a condição de homem do governo atuante para um coletivo.

processo, como forma de dominação de conhecimentos e práticas desenvolvidos no âmbito dos mesmos, entendido pelos patrimonializadores, geralmente, autoridades científicas e instituições culturais do Estado, seja no âmbito municipal, estadual, federal, no contexto nacional e internacional, como uma ameaça, por exemplo, aos ditames de exploração do megaempreendedorismo do capital, sorrateiramente velado em tal processo, dando-se a ideia de valorização cultural local inserida num contexto de sedutoras teias argutivas, muito bem fundamentadas em falaciosos discursos redutores de uma diversidade de problemáticas, presentes em tal contexto a uma questão econômica, sendo este o campo de dominação ideal, anulando assim qualquer resistência ou tentativa coletiva de se pensar a cultura como algo transcendente a um campo de disputas egoístas, que retarda e/ou inibi o desenvolvimento de humanidades no humano, o senso de complementação numa diversidade e seu forte potencial de resistir a uma pesada empreitada de padronização, dadas pelo sistema dominante que determina as formas de se ser, de se expressar e interpretar a vida.

Sobre a segunda exposição, buscou-se valorizar o trabalho das mãos de homens e mulheres que fazem o Bumba meu Boi acontecer, destacando-se toda uma entrega de artesãos, bordadeiras, bordadeiros e costureiras e costureiros, numa relação transcendente a questões físicas diante de seus afazeres, indo para um patamar de cunho sagrado, com ênfase a uma relação de amor, brincadeira levada muito a sério, fortemente corroborada por conhecimentos ancestrais de várias culturas com ênfase a africana e indígena, legando ao BMB uma perspectiva também, de resistência cultural diante das investidas homogeneizadoras da globalização. Uma ação que a exemplo da anterior, também buscou firmar uma crítica a “patrimonialização e patrimonializadores”, trabalhando-se os perigos de insistentes tentativas de se criar um boi plástico, uma espécie de manifestação cultural morta, criada apenas para uma satisfação estética/técnica e mecânica, sem levar em consideração, uma diversidade de bens materiais, imateriais, vivências, referências e aprendizados, que transformam a citada manifestação em um complexo cultural⁹⁸.

98 Uma questão que me fez aclarar como as autoridades estatais culturais reduzem a maioria a uma minoria dividida, “folclorizando” suas carga respectivas potencias enquanto diversidades culturais, apacitando estrategicamente via o econômico seus dissensos e dissabores, reduzindo sua significação a somente um curto período de celebração, voltado exclusivamente para as festas, sendo assim, um produto formatado e vendido a um turismo, com preocupações somente a aquisição de divisas para o GFP do Estado, ou seja, a patrimonialização nesse contexto nada mais é do que uma estratégia de exploração e especulação comercial, visando ainda dar visibilidade a uma proposta de uma cultura institucionalizada discrepante com uma visão de um turismo, ainda que comercial, mais envolvendo outras categorias que fazem uma realidade cultural existir. É valido ainda destacar que as citadas exposições nasceram de críticas e sugestões estabelecidas por turistas externos ao MA, que movidos por sua curiosidade desejaram conhecer os bastidores das citadas manifestações culturais, algo disposto em um livro de ocorrências que a Casa possui, mais um referencial de auxílio de escutas em prol de me fazer criar ações no espaço administrado.

Em ambas as ações, pode-se perceber o interesse dos visitantes de saberem mais a fundo sobre as assuntos pouco trabalhados das referidas manifestações culturais, no circuito de visitação de um espaço museológico estatal, possibilitando a gestão, trabalhar junto a mediação cultural a relevância do laboro de anônimos e anônimos não vislumbrado no período das festas, a desconstrução de certos estereótipos, conceitos e designações cristalizados diminutas da importância do saber e fazer cultural em tal processo, pensadas somente via instituição, colocando sempre em primeiro plano a falsa ideia de satisfação e oferta de um reconhecimento, entre outras práticas alienantes e alienadas da velha política de pão e circo ao “povo”, inviabilizando qualquer possibilidade de problematização e/ou reflexividade, por exemplo, sobre o sagrado, muitas dificuldades e situações problemas dadas nos territórios culturais as quais tais expressões surgem, geralmente carentes de assistências do Estado, que possibilitem seus agentes sociais entenderem seu protagonismo na construção da diversidade cultural, na dita organização social, sendo explorados financeiramente pelas instituições estatais, sem muito a ofertar em melhorias na vida de seus reais fazedores, estando geralmente inseridos numa teia de carências e completa dependência das míseras e mínimas ações do Estado para serem o que são.

Ainda nessa pauta, entre os que pensam a cultura como um poder de dominação e massificação de mentes e corpos, versus aqueles que a tomam como um contexto de vivências, sejam analíticas ou empíricas, não excludentes de possibilidades de aprendizagens, reporta-se a grande procura pela Casa para gravação de matérias jornalísticas, programas de TV local, lançamento de documentários, livros, ocupações artísticas e culturais, sejam em interatividade com salas contendo seu acervo, no salão de sóciomuseologia, ou na Praça da Casa do Maranhão, rendendo muita visibilidade ao governo, cumprindo-se com a meta de democratização do referido espaço, mas ainda com pouquíssimo retorno de investimentos para sanar um série de dificuldades enfrentadas, com gravíssimos problemas de infraestruturas, falta de material humano, orçamento para o desenvolvimento de atividades, entre outras. Fatos que reiteram na gestão um amadurecimento na busca por alternativas que amenizassem um sucateamento da instituição, ressignificando sempre um referendar no plano de ações de itinerâncias culturais, do programa mais cultura e turismo, permitindo-se ser afetado pela grande força e ancestralidade, advindas da Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, ratificando um ser e estar forte, criativo, dispostas a superar obstáculos, inserido num caos, num desespero sempre sendo um desafio.

Um contexto altamente antropofágico⁹⁹, reconhecendo o poder devorador do museu e a possibilidade de ser devorado também, tomando o ato do canibalismo aqui como algo simbólico e metafórico, sendo o alimento principal as mútuas trocas de conhecimentos e práticas, ocasionando uma espécie de incorporações recíprocas permissivas a doação de especificidades próprias e aquisição de características do outro, dentro de uma ritualística de concessões e consentimentos em uma batalha onde não há vencedores ou vencidos, mais uma tomada de consciência de que todos possuem limitações quanto a capacidade de analisar, ponderar, emitir juízos de valores e criar, de forma individualista extremada, fazendo-se necessário o ato da complementariedade, fortalecendo a ideia de comunidade, de coletividade entre a relação semelhante/diferente como algo propício a construção de aprendizados mais humanizados e distantes de um tradicionalismo mecanicista extremamente eurocentrizado. Uma concepção de se pensar os museus dentro da atual realidade de suspensão de conceitos, fragmentação do conhecimento, efemeridade das relações que evidenciam necessidades supérfluas, algo totalmente prejudicial para se gerar reais transformações, sejam elas no âmbito individual ou coletivo.

Um momento muito significativo legando a administração, a compreensão de que cultura “é uma brincadeira levada muito a sério”¹⁰⁰, acentuando um caráter analítico sobre as entendimentos e conseqüentemente agregações ocorridas via contexto acima mencionado, a sua múltipla maneira de se identificar, não se iludindo e/ou se deslumbrando com a perigosa confortabilidade, facilidades e o status de ter o poder, no cargo ocupado, algo corroborado também pela performática maneira de atuar, ora expressando a práxis do professor de filosofia, ora do aprendiz da filosofia, orientando a reflexão do administrador, o ativista político-cultural, e seus respectivos passos com um homem do governo, enfim, um ser/estar interagindo com o poder, pautado numa recíproca relação sem transpor limites, impor demagogias, fixar hegemonia ao outro, rememorando sempre os porquês, para que e para quem necessariamente se trabalha, além de histórias e memórias de toda uma trajetória de lutas travadas para se chegar aonde se chegou. Algo que fortaleceu uma melhor e meia aguçada visão do contexto vivido, clamando a todo instante a vigilância e a verificação em relação aos atos firmados frente a gestão da Casa do Maranhão, pautando-se principalmente

99 Uma ideia fundamentada nas palavras Chagas, ao afirmar que “Tudo pode ser antropofagizado e ressignificado pelo museu. (...) Reconhecer o poder antropofágico do museu, a sua agressividade e o seu gesto de violência em relação ao passado é, ao que me parece, um passo importante; mas, talvez o maior desafio seja reconhecer que essas instituições criam e acolhem o humano, e, por isso mesmo, podem ser devorados. Devorar e ressignificar os museus, eis o desafio de cada nova geração” (CHAGAS, 2017, p. 04).

100 Expressão muito utilizada por mestres, mestradas, administradores e brincantes das tradições do BMB, que muito expressam o engajamento, amor e pertencimento destes com tal manifestação, um amor transcendente a um plano físico, algo de muita representatividade para minha condição com um gestor museal.

numa autocrítica e reflexão, exercitando o crivagem de críticas e principalmente a escuta do outro.

Diante de tais considerações, pondero como etnógrafo, que o gestor da Casa do Maranhão encontrou um caminho estratégico, diplomático, respeitoso, sem deixar de ser crítico, tendo a consciência de seu limitado poder de decisão e criação, a partir da pouca atenção e até descaso da parte de meus superiores, que não despachavam quanto aos propósitos das ações devidamente enviadas aos mesmos para análise, estando interessados mais nos resultados quantitativos e a representatividade de números para seu grupo frente do que outra coisa¹⁰¹, demonstrando-se estarem insensíveis, assim pensa-se, em perceber as informações qualitativas de tais documentos sempre tolhidas nos modelos de relatório ofertados, principalmente as dificuldades apresentadas, externando a ideia de descaso, ou por se tratar de alienação ao trabalho, ponderando-se que tais gestores das citadas autarquias, estivessem sempre alheios ao gerido, ou por se tratar de aversão por motivo das críticas estabelecidas no pleito, menosprezando o poder de criação do gestor, ou simplesmente por preferirem ficar em suas confortáveis cadeiras com prestígios hierárquicos, não se envolvendo em situações trabalhosas, requerendo um maior empenho e oferta de outras possibilidades de auxílios e assistências, sanando ou amenizando os problemas apresentados, práticas de uma administração mecânica e desumanizada, redutora da solução de situações problemas, a uma questão econômica.

Nesse contexto de avanços e recuos, e de fortalecimento de vínculos com propostas a seguir com itinerâncias, mesmo sendo desassistido, menosprezado, uma situação ocorrera instigando e encorajando a gestão definitivamente a construir a proposta de criação do problema antropológico filosófico dessa dissertação, sendo essa a principal referência que fez

101 Penso nesta pauta pela constatação sobre a entrega, sempre no início do ano, de todo um planejamento de ações, sendo lembradas a cada etapa, mês o qual era desenvolvido e ao seu fim com a produção e envio de relatórios, demonstrando resultados entregues a Secretaria Adjunta de Cultura, a Unidade de Gestão de Cultura Popular, entre outras autarquias como, Assessoria de Planejamento, Assessoria de Comunicação da SECMA, nunca reverberantes em assistências às necessidades elencadas para a efetivação das ações, encorajando-me a cada êxito obtido a seguir. Nesse contexto, é válido se destacar que tal planejamento e apresentação de resultados não camuflava e/ou escondia objetivos e pretensões quanto a produção de reflexividades em cima de um modelo de gestão museal, racista, xenofóbico, machista e tantos outros desvios de caráter e falta de escrúpulos, constantemente excludente de uma diversidade e dos incômodos dados pelos dissensos e seus criadores, reiterando na minha atuação como diretor da Casa a prática de uma postura mais observadora e menos falante, reclamadora de uma atenção que não se concretizaria, agindo em meio a subestimação de um poderio intelectual, prático e principalmente criativo o qual possui, seguindo assim, com a ideia de se ressignificar o espaço administrado como uma fonte cultural disposto a desconstrução de fenômenos sociais, cristalizados, fortemente imbricado, com as relações das mais variadas nuances culturais dadas no seu cotidiano. Um contexto que propiciou recuos que aparentemente passariam como uma fuga ou um comodismo diante de lutas a serem travadas, inclusive para uma autoanálise como gestor, fortalecendo meus desesperos-desafios e sua caminhada empírico-racional e lúdica em meio as suas múltiplas formas de ser e estar, corroborando para desempenhos em prol de tornar a Casa do Maranhão, um território socialmente construído e uma comunidade de todos.

surgir de fato o pesquisador aprendiz da filosofia, incomodado via duras críticas a SECMA e seus aparelhos culturais, feitas por um produtor cultural do Estado de renome nacional, com uma vasta experiência em ações em prol da valorização da diversidade cultural do Maranhão, no ano de 2018, segundo ele, a gestão da pasta da cultura do Estado é praticante e incentiva da realização de trabalhos sempre dissonantes com os reais propósitos dos agentes sociais, sobre a Casa, primeiro aparelho criticado da lista, o mesmo inferiu, não possuir uma identidade, uma proposta clara e objetiva sobre sua atuação como um espaço museal, não desconsiderando, proferindo outras críticas a várias instituições do corpo cultural da SECMA, dito por ele, o heroico trabalho de todos os gestores dos espaços culturais da SECMA, mas assemelhando as atuações destes, a uma espécie de remendos culturais, algo propiciado principalmente pela falta de incentivo financeiro à cultura museal, entendidas como um “peso morto”, acumulador de problemas e prejuízos ao Estado.

Um momento que apesar de ferir o ego, ascendeu um alerta diante de muitas experiências profissionais no citado ano, corroborando principalmente para do lembrar do combate a práticas autopromotivas e pautadas disputas individualistas sem sentido, reforçando a ideia de dominação dada pelo GFP do Estado, orientando o pensar a não me envolver em diálogos explicativos ao crítico produtor, simplesmente pelo orgulho ferido, como fizera muitos de meus colegas, analisando que mesmo diante do aumento da visitação, da representatividade da Casa perante a mídia, os agentes sociais, a pesquisa científica, entre outras conquistas e avanços, se fazia necessário acentuar um trabalho autocrítico tendo-se a noção de que se estava fazendo o mínimo em defesa de uma cultura museológica menos engessada e irrefletida, quanto seu poder de dominação e propagação de uma ética colonial. Um ponto crucial que fez surgir a questão sobre: Como manter-se vigilante quanto ao fascínio individualista e coerente com o trabalho desenvolvido sem deixar de ser falado pelo Estado, considerando nesse processo, que uma condição/problema pode ser uma condição/potência para um rompimento com uma hipócrita ética dada num contingente coletivo¹⁰²?

Um momento que reiterou os perigos ao se permitir ser manipulado por uma base conceitual e prática geradora da ideia de cultura institucionalizada, excludente de contextos

102 Final de 2018, um período de e muitas experiências exitosas e com elas as críticas, uma situação me fez entender como administrador/professor, a necessidade de uma polidez e prudência ao expressar minha condição de estar institucional, reiterando o pensar sobre a ideia de que no geral, a estrutura instrucional se efetiva num plano de coisas concretas realizadas por pessoas, sejam elas alheias a si e ao seu trabalho, sejam elas conformadas com os privilégios adquiridas compactuando com um processo de dominação, ou por medo das múltiplas violências (físicas ou simbólicas) estabelecidas pela mão de ferro do Estado e seu GFP, situações problemas geradoras de possibilidades a produção criativa, potencializando o amadurecimento de um homem na sua condição humana, provocando os devires e desdobramentos do agente social-gestor, orientando seu agir dentro do seu limitado poder, buscando fazer o diferente.

discordantes em relação a suas práticas autoritárias dominadoras e irrefletidas, quanto a consideração de uma diversidade cultural, com suas clivagens, classificações, desdobramentos e uma série de outras ações, geralmente, sempre arbitrárias e individualistas. Incitando-me tanto como diretor quanto como pesquisador em persistir na busca por um autoconhecimento, fundamentado em constantes devires, reiterando a árdua batalha em não confundir nesse processo a condição de ser com a de estar, transformando o recorte analítico da expressão remendos culturais e sua crítica já mencionada, em um momento de reflexão sobre o modo como se vinha trabalhando a(s) definição(ões) da Casa, deixando algo em aberto para o público em geral deliberar como: Casa do Bumba Meu Boi, Casa de Cultura, Museu Folclórico das Festas Populares do Maranhão, Centro Cultural Casa do Maranhão, Casa de Todos, Centro de Interpretação Turística e Cultural do Maranhão, Casa do Maranhão, etc. Uma realidade muito confusa, com conceitos e valores desarticulados, sem deixar claro um propósito ou propósitos identitário(s) do espaço analisado.

Algo inicialmente sendo pensando pela gestão, como um campo propício a inserção da Casa do Maranhão e sua museologia institucional em discussões contemporâneas, problematizando suas práticas num âmbito pós colonial, comparando-as aos dos CCS's – museus vivos com toda uma carga de ancestralidade, lutas e resistências culturais –, distantes dos preceitos institucionais, gerando uma profunda crise identitária quanto a sua definição, haja vista estar agregando em suas dependências a Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, interrelacionando-se com seu emblemático e instigante universo de vida viva, uma situação que acabou por trazer a querela sobre a ética e moral criticadas, fazendo-me duvidar se não estava ainda sim com todo trabalho desenvolvido, retificando-a num contexto de produção cultural muito mais pautado no quantitativo, atendendo as demandas da gestão cultural do Estado, seja no âmbito federal, estadual e municipal, do que o qualitativo, trabalhando institucionalmente para os agentes sociais que necessariamente fazem a cultura, praticando os remendos culturais, ou seja, o fortalecimento de um descaso e menosprezo do GFP. Penso ter sido uma confusão propiciada também através do intenso processo de mudanças o qual o agente social/gestor passava, com autodescobertas, pessoais, profissionais e principalmente espirituais, acentuando seu processo de busca do conhecimento via afecções inseridas num caos, reverberando conseqüentemente no planejamento e execução de ações e funções museológicas da Casa do Maranhão¹⁰³.

103 Sobre o termo remendos culturais, comparei-o com a ideia do jeitinho brasileiro, representante de uma formação social e cultural de identidade, manifestando o habitante do Brasil como uma figura gentil, cordial, alegre, não violento e sem preconceitos, arranjando um jeito para tudo, construindo ações improvisadas em meio

Penso ter sido um contexto com uma associação ingênua, irrefletida e até impensável, romantizando-se a perspectiva de tomar a Casa na mesma medida, sentido e significado como um museu vivo, esquecendo-me propositalmente, naquele momento, a ideia da instituição como fruto de uma ética competitiva de uns com os outros, fomentadora do individualismo, do aniquilamento e desqualificação do dissenso, e a ideia de vivacidade museológica como algo pautado numa complementariedade de relações, agregadora do diverso, fruto das tensões dadas principalmente nas diferenças vividas, não levando-se em consideração as contendas, nos diferentes campos de atuação museológica, díspares quanto a compreensão de muitos conceitos presentes no universo da museologia, abrindo precedentes para críticas e para possibilidades de alienação de todo um trabalho desenvolvido, dando margem para a condição do ser/estar, inserir-se nas manipulações empreendidas pelo forte esquema de controle estatal e suas jogatinas, sendo de fato ações semelhantes a remendos culturais, atuando de forma superficial e rasa, quanto a produção de reflexividades sobre o propósito de ser crítico a uma ordem de dominação.

Nesse contexto de lutas por uma “Casa do Maranhão para os maranhenses”,¹⁰⁴ nasce a questão central que aprovaria no final de 2018, o gestor/professor numa área de estudo de mestrado (PPGCSPA – UEMA), um problema inicialmente também muito confuso quanto seus propósitos, atuação e resultados, porém sendo o suficiente para despertar na banca avaliadora, do citado processo de inserção em estudos, o interesse em contribuir com o desenrolar do emaranhando de conceitos e práticas desarticulados com um debate de críticos e estudiosos sobre a relação cultura, Estado, homem, museu, possibilitando de fato um “novo” campo de atuação para o gestor/professor, inserindo nessa relação o pesquisador, antropológico, etnógrafo, cartógrafo, aprendiz da filosofia. O maior ganho de todo esse processo de inconstâncias e indefinições conceituais, atuações dúbias de uma gestão museológica, sem saber ao certo a diferença entre o ser e estar no contexto vivido, humanizando-se em prol de reforçar sua luta contra um jogo imoral, criador de um

a dificuldades, tendo ainda uma habilidade refinada para a resolução de problemas via uma engenhosa maneira de agir corruptamente para obter benefícios pessoais. No meu caso comparei-me a um diretor de arranjos, sendo estes frutos das desassistências, fugindo de lidar com os porquês das mesmas, mesmo sabendo de seus motivos e intenções. Um contexto que me fez entender que como um profissional vivia uma crise identitária, sendo algo reverberante na minha atuação, não sendo muito diferente o homem estatizado criticado, uma pessoa comum, cumprindo seu dever, banalizando o mal, indispondo-se em enfrentar seus sabotadores e o que é pior, reiterando práticas de agenciadores (GFP) da cultura, como uma ferramenta de manutenção no poder.

104 As aspas reiteram a ideia de que mesmo inserido em confusões prático-conceituais, já se tinha em mente na época, desde o ano 2017, o debate sobre essa interatividade entre o tradicional e o contemporâneo, ensaiando-se buscas através de ações educativas para melhorar essa noção de complementariedade propícia para o amadurecimento da gestão e sua empreitada de fazer o diferencial na área museológica.

autoritarismo cultural, amadurecendo uma ideia de desvincular-se da compreensão de termos, como sociedade, cidadão, museu, posto somete como conceitos pelo Estado.

Um momento crucial para o fomento de análises, pesquisas e investigações bem mais compromissadas com interpretações sobre o social, político, estético, ético e moral, dentro de uma diversidade de dinâmicas vivas presentes no mundo. O início de um processo de revisão e retificação de todo um trabalho realizado em prol de socializar a ideia de um espaço público estatal atuando necessariamente para o público, estabelecendo-se num contexto de puro caos, com jogos de conceitos uns com os outros, intensas discussões sobre saberes interdependentes em diálogo (acadêmicos e tradicionais), interconectando-se, pertencendo-se mutuamente, não se permitindo estar contido um ao outro em prol de uma hegemonia e/ou homogeneização, dispendo-se em produzir um contexto crítico, criativo e reflexivo sobre uma gama de conhecimentos e práticas, ainda que arbitrário, mais próximo do real, validando o combate a um eurocentrismo impregnado de vícios no fazer cultural como um todo.

A inserção de do ser/estar nessa realidade da pesquisa orientou-me como gestão a reforçar uma itinerância entusiasmada e empática, porém mais problematizadora e vigilante quanto aos perigos das manipulações estabelecidas nas vivências e convivências, nas relações de força e poder, dadas em tal contexto, assim como afim de apresentar pontos de vista ainda não abordados, produções multitemáticas sobre a mesma questão, uma interseção dentro de um contexto de embates entre diferentes saberes e fazeres sem ter um vencedor sobrepujando os vencidos, mas, possibilitando formas de cada um perceber suas limitações epistêmicas e axiológicas, um jogo que possa estabelecer que nenhum conhecimento que se dispõem a fazer representações, interpretações e ponderações, sobre algo investigado que possa dar conta disso sozinho, sem considerar que outras formas sejam elas concordantes e principalmente discordantes, possam intervir e ajudar a ter ideias um pouco mais diferenciadas daquelas com que se está habituado em seu próprio campo de especialidade.

CAPÍTULO III

3. DO DIREITO A CULTURA À CULTURA DO DIREITO

3.1. Quem é a cultura?

Chega-se ao último capítulo da dissertação e com ela discussões que reiteram também uma grave crise axiológica, conceitual e interpretativa sobre o significado de cultura, distante de se efetivar numa vida política ativa, crítica e reflexiva sobre o vivido, dispondo ao homem um existir medíocre, passivo e alienado sobre si, sua relação de complementariedade com os outros, geralmente degenerando e desvirtuando seu ser e aparecer no mundo social, sem qualquer autonomia do pensamento e da ação, aprisionando toda a capacidade de criar em prol de saciar uma barbárie e ganância infindas, desvinculando do sentido do fazer e saber cultural, toda uma gama de interatividade entre as variadas maneiras de expressões do humano, justificando uma produção mecanicista com fins extremamente pautados na aquisição de bens materiais, status e poder, algo já debatido no capítulo anterior, mas que se faz necessário retomar para se debater o tema proposto desse capítulo.

Um trocadilho que penso ser muito pertinente para darmos continuidade na reflexão sobre práticas de uma cultura institucionalizada altamente estatizada, essencializada e instrumentalista, fomentando banalizadores do mal, completamente desleais a uma sinceridade consigo mesmos e a uma responsabilidade social com seus atos e escolhas. Uma realidade de reflexões obtida a partir de situações vividas junto a administração da Casa do Maranhão, tendo o contato direto com formação de pautas festivas da SECMA, literalmente confundidas com políticas públicas voltadas aos agentes sociais fazedores da cultura do Maranhão, envolvida numa realidade de satisfação extrema do ego e de interesses pessoais, discrepantes com os anseios de uma coletividade. Uma inversão de valores, também já explicitado no capítulo I, forjada numa ordem do conhecimento prezando a física em detrimento da metafísica, efetivada na modernidade que fragmentou o saber, justificando um fazer cultural pautado em superficialidades, sempre de compreensão parcial e confusa da realidade e destituída de solidez quanto a sua busca em fomentar humanidades ao homem.

Algo que conseqüentemente vai fundamentando e validando toda uma realidade de construções institucionalizadas das ditas tradições, assumindo um papel de determinar a identidade social de cada um, assim como, os critérios que os caracterizam como sujeitos produtores de cultura, adequando-se a vivências e determinações sempre pensadas e faladas

por outrem, contrárias a expressão do senso crítico, reflexivo e a diversidade. Uma realidade de intensas e persuasivas contingências que vão lhes fornecendo uma falsa ideia de estar compactuando com a continuidade de um passado, respeitando um legado aparentemente antigo, sendo na verdade algo bastante novo, e como diz Hobsbawm e Terence, inventado, uma ponderação presente na obra, *As Tradições Inventadas*, abrangendo reflexividades sobre o universo ocidental das tradições culturais, religiosas, políticas, de cerimônias públicas e até esportivas, balizadas em situações existidas, porém sempre inseridas em uma repetição do passado pela repetição, uma realidade meramente explicacionista, onde simbolismos e rituais são criados.

Tomando como contexto de análise, acontecimentos e eventos vivenciados pela realeza britânica, na Inglaterra, legando seu atual contexto de Estado-nação parlamentarista, sendo hoje como uma das grandes potências mundiais entre as mais ricas do mundo, as custas do cruel e desumano histórico processo de exploração e escravização de povos internos a seu vasto território, empreendido principalmente no continente africano¹⁰⁵, os autores passam a explicar a naturalização dessas tradições inventadas, universalizadas, via todo um contexto de imposição. “Utilizado no sentido amplo, mas nunca indefinido. Incluindo tanto as tradições realmente inventadas, construídas informalmente institucionalizadas, quantas as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e de determinado tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com menor rapidez” (Hobsbawm e Ranger, 2008, p. 09). Uma análise, considerada por muitas de seus contemporâneos, com cunho altamente histórico social, utilizando-se do método marxista de análise da realidade através das lutas de classes em meio a um contexto de desilusões, ao estalinismo e Partido Comunista¹⁰⁶, em meio ainda a promulgação dos direitos da humanidade e a primeira guerra mundial.

Uma realidade que justifica o debate sobre a atuação do Estado e sua condição de autoridade extremamente utilitarista, realizada por fisiologistas políticos, como se viu no capítulo anterior, reiterando-se com tal a partir de uma realidade de invenções pautadas num passado sempre vago, dissonante com demandas coletivas de um presente, muito conveniente a satisfação de interesse particulares, reiterando ainda suas práticas como algo de relevante atuação com funções políticas e sociais importantes, na ordem social intervindo assim na

105 É relevante frisar outras localidades exploradas que tornaram robusto esse enriquecimento da Inglaterra, como o Brasil, de forma indireta através da cora portuguesa tendo como uma das capitânicas hereditárias mais próxima a do Maranhão, fortemente influenciada pelo seu contexto de atuação institucional dos homens em sociedade, sendo as últimas instâncias da coroa portuguesa a aderir a República.

106 Uma feliz coincidência com a minha atual situação político partidária vivida no Maranhão.

construção, determinação, classificação, entre outras ações, de todo um contexto de produção e identificação cultural preso à memória controlada, fabricada, construída, em cima de manipulações do passado evidenciando algumas informações e eliminando ou desconsiderando outras, desqualificando-as quanto a sua importância ou como se jamais tivessem existido, sendo lembranças muito relevantes para objetivação do domínio das tradições inventadas, onde o conhecimento, o aprisionamento, a instrumentalização do passado pelo presente, fomenta a chave privilegiada para acessar um determinado fantasioso.

Entendemos por tradição inventada um conjunto de práticas de natureza simbólica, normalmente reguladas por regras ou abertamente aceitas, que visam estabelecer certos valores e comportamentos baseados na repetição, implicando automaticamente em uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida, não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os movimentos progressistas, que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminassem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789. (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 9-10)

Nesse sentido, inventar tradições passa a assumir o mesmo significado de criação de cultura, no tocante em dar um sentido de continuidade de um passado, constituído de recordações que passam a funcionar como um estoque de argumentos e arguições não necessariamente abarcadoras de tal pretérito, mais sim forjando conhecimentos e determinações arbitrariamente pautadas em acontecimentos recentes, mas que por serem estabelecidas por autoridades que dominam técnicas de estabelecerem, conceitos e práticas, através do discurso persuasivo nada dialógico e dialético, mais demagógicos, passa a impor-se para as pessoas dominadas e alienadas com seu agir político e fazer cultural, como algo existente há muito tempo, sendo assim, por que sim. Uma realidade que passa ainda a manter um caráter bem artificial e invariável com o passado, sendo algo completamente impensável, haja vista a ciência de mutabilidade e dinamismo que a tradição, as pessoas, a cultura, inserem-se e sendo por isso, um processo de imposição violenta, cruel e desumano, em prol de manter cristalizadas as tradições e a identidade local, engessando o processo natural de desenvolvimento tanto em vias individuais quanto em vias coletivas.

Pensar nessa ideia de instrumentalização do passado como uma contingência real/fictício a qual as tradições inventadas se referendam, remete-se em pensar numa imposição de práticas fixas repetitivas e formalizadas de transmissão de costumes, passando a serem reconhecidos e legitimados como a moral a ser seguida de tanto serem reproduzidas, um campo propício efetivando uma identidade que nem sempre se representa verdadeiramente em si e por si. Uma realidade que penso ser dialética com as considerações de Hannah Arendt,

ao afirmar que a ocorrência de tal realidade se dá devido vivermos num presente que não dialoga mais com um passado, criando a perspectiva de um futuro completamente destituído de uma moral pautada no amor mundi, sendo regido por forças políticas de grupos corruptos surgidas após as duas grandes guerras mundiais, com modelos ideológicos distintos (capitalismo e socialismo), polarizando disputas em busca de uma hegemonia de suas correntes de pensamento, instrumentalizando a realidade em seu favor, fato que fez a autora ponderar que:

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair daquilo que foi bom no passado e simplesmente chamado de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerado um peso morto, que o tempo, por si mesmo, renegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado a obliúvio de um futuro melhor, são vãos. (ARENDRT, 2007, p. 13)

Penso ser um rompimento altamente nocivo a uma práxis de um fazer cultural por excelência, como uma máxima moral pautada na satisfação de sua realização para um coletivo e não como uma obrigação, um fardo estritamente, voltado para um contexto individualista, negligente a uma corroboração mútua entre os homens e o vivido, no tocante ao agir de forma coerente, pensando-se em suas consequências, propiciando um desenvolvimento e fortalecimento do autoconhecimento, autocrítica, reflexões que tomam o passado como uma espécie de memória e história social viva e não instrumentalizada, tornando necessária nessa jornada uma ética não num sentido de ditar determinismo externos e internos que limitam ou aprisionam a capacidade crítica e reflexiva dos homens sobre a realidade e sobre si, mas sim, apontando limitações quanto sua competência em sentir, pensar, ponderar e criar, instigando-o a complementar-se no outro a fim de fomentar uma compreensão de que sua existência faz parte de um processo maior, a natureza, o cosmo, o universo, a cultura, sendo uma ínfima parcela de tal contexto, nunca totalmente apreensível em sua completude via intelecção e valoração, lembrando certos princípios que validam e justificam uma condição humana, nos movimentando em busca da expansão, amadurecimento, um aparecer e fazer culturalmente, fundamentando nosso ser e estar em interagir, principalmente com o diferente e dissonante, inserido num dinamismo vivo e repleto de possibilidades de conhecimentos.

Uma realidade não efetivada na prática, que segundo Hannah Arendt, causou um grande precipício entre a filosofia e a política, algo estabelecido a partir do julgamento e a condenação de Sócrates à morte, sendo este o momento decisivo na história do “pensamento ocidental”, corroborado como a condenação de Jesus, dois grandes marcos da história

respectivamente da política e da religião, fontes maiores de toda a organização social de tal realidade, muito bem difundida no Brasil e no Maranhão, gerando assim, homens altamente desencantados com a vida socialmente construída num coletivo, duvidando ao mesmo tempo de certos princípios fundamentais que garantem aos mesmos a condição de humanidade¹⁰⁷, algo que conseqüentemente desencaminhou o pensar do sentido de cultura como uma condição essencial de identificação do que somos num mundo social, sendo ainda algo inerente a dignidade de cada um e essencial para o desenvolvimento de competências, habilidades, potencialidades, diante das vivências em uma “sociedade”.

Um contexto que penso fazer a cultura assumir um sentido de uma concepção universalista, idealizada ao extremo e distante de primar por qualquer forma de respeito e qualquer outra virtude que iniba o estabelecimento de uma realidade de incoerências e contingências e a consideração de um contexto memorial, histórico, político, religioso ou socioeconômico, reduzindo todas as problemáticas a essa última categoria, tornando-se algo impositivo, justificando assim processos de dominação e hegemonia de povos em relação a outros, pautando-se somente na garantia de estar efetivando um direito mundialmente estabelecido, uma condição assumida desde de 1948, com a instituição da Declaração Universal dos Direitos da Humanidade, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Uma perspectiva que abriu precedentes para o debate e análises sobre distintos aspectos que vão além das simples concepções das normas, assim como a questão da diversidade e pluralidade como algo que nos diferencia uns dos outros, problematizando-se ainda a ideia de humanidade em contradição a de homem universalizado adotado na citada declaração, que penso não considerar as múltiplas e dinâmicas manifestações, e expressões culturais, e conseqüentemente os embates, entraves e conflitos estabelecidos nessa concepção institucionalizada de homem, como apresentei no capítulo anterior, não sendo aplicável a uma multiplicidade de sentidos, interpretações e conceituações de distintas realidades, justificando de fato, a dignidade da pessoa, a partir da perspectiva cultural a qual está inserida e existida.

É dessa realidade que parto como etnógrafo para as investigações sobre o capítulo proposto, fundamentando as averiguações sobre um modelo ideológico oriundo desta perspectiva histórica, acima mencionada, pretensamente disposto em criar uma “nova ordem ao mundo” no período moderno, primeiramente distanciando o ato de filosofar da política, depois buscando certa fundamentação em uma metafísica cristã com fins a evidenciar uma subjetividade do homem a partir da razão, altamente racionalizada, e extremista, uma saída de

107 Discussões presentes na obra: A dignidade da política, de Hannah Arendt (Pagina 13).

um mundo dogmatizado deixado pela religião no período medieval, gerando pós movimentos de retomada de um humanismo, civilidade, luzes diante das trevas do conhecimento, que por distanciar ética de moral acabou gerando duas grandes guerras mundiais, e o fortalecimento de sistemas totalitários que assombraram o mundo, abalando suas estruturas, quanto a organização cultural, acentuando uma ojeriza e desinteresse dos homens de assuntos principalmente voltados a política, assim como um distanciamento com uma compreensão do real a partir do passado, negando certa autonomia do pensar, e uma acomodação e adequação a um existir voltado somente para a sobrevivência e uma vaga consciência de saber que um dia tinham ou teve uma “herança cultural”, apreendendo e compreendendo a realidade de forma parcial, acreditando ser esta a conduta mais fácil para sua própria evolução como sujeito do conhecimento, condição para seu próprio existir, transformando-a como única referência a qual passa a identificar-se socialmente.

Reflexões que reiteram a análise da condição humana como o principal objeto de estudo desse momento da pesquisa, reforçada na filosofia de Hannah Arendt, fortemente pautada numa antropologia filosófica extremamente crítica e de cunho sócio-político, passando a investigar o homem como um ser de trabalho, fabricação, ação. Trabalho sendo a atividade voltada para sua sobrevivência biológica, evidenciando um contexto de progresso e ruína, reificando um consumismo que ao mesmo tempo destruía o que estava a sua volta, mudando, transformando o meio para a satisfação de suas necessidades e manutenção de sua vida. Diante disto, a natureza passa a ser considerada como um objeto disponível ao seu bel prazer, sendo utilizado sem a preocupação de ser pensada como um conjunto de recursos esgotáveis sem uma perenidade. Fabricação num sentido de construir uma realidade que atenda seus anseios, produzindo uma “mundanidade” de coisas artificiais e supérfluas para um mundo comum. Enfim, obras, feitos, descobertas feitas pelo homem visando lhe proporcionar um estado de permanência e imortalidade do seu existir, sendo um homem de ação sempre fugaz inserindo num lapso, chamado pela pensadora, de fissura entre um passado que não foi concretamente transmitido, e um futuro de extremas incertezas.

Uma realidade que muito reifica a forma imperativa e imposta do significado de cultura desde a modernidade até hoje, pautando-se na ideia de produção de busca de sentido para o trabalho do homem, enfatizando uma memória de sua existência, de sua vivência, que segundo a referida pensadora, expressa uma realidade de compreensão de forma rasa e sem fundamentos em princípios filosóficos. Algo que destaca a ação, num sentido de considerar a mesma exercida pelo outro como algo desconfiável, evidenciando certa conduta distante de considerar uma alteridade, ou seja, o homem ao se relacionar com o outro, não levando em

conta aquilo que o seu semelhante pode potencializar como contribuição para a realização de si como ser humano, o outro neste sentido, é um ser imprevisível, que oculta seu verdadeiro caráter, não sendo digno de confiança devido suas inconstâncias, principalmente se pensarmos a ação pelo uso da linguagem narrada, pois o homem vivendo na incerteza passa a não cumprir com sua palavra, utilizando-se de falácias, demagogias, as perigosas *Fake News*, ocasionando neste sentido, obstáculos, empecilhos, um ambiente desfavorável para a uma perpetuação e manutenção da vida.

Uma realidade que passa a forjar o agir como passagem, sem uma instabilidade, crítica e reflexão, sendo algo que deve imprescindivelmente ser materializado, transformando-se em algo palpável, em uma narração que fica distante de expressar uma relação entre o ideal e o real. Dessa forma o homem, age por leis, códigos, normas, que nem sempre vão garantir, a paz, o amor, a empatia, o respeito a uma diversidade, isso por não serem discutidas, construídas por todos e por uma compreensão da realidade como um todo. As ações humanas se transformam em uma moral, que cria uma ética, decididamente relativista e individualista, prezando um contexto artificial, de pseudo-realizações, de pura aparência, de progresso e ruína, de consumo e destruição. A ação do homem relacionando-se com o outro em sociedade se reduz a obedecer a uma narração que necessariamente não consultou uma totalidade e muito menos considerou uma alteridade, aprisionando ainda mais neste contexto confuso, de inúmeras mazelas, onde o outro é um competidor, um obstáculo no caminho para a preservação de sua vida.

[...] desde a fatídica data de 1914, até que as fábricas da morte erguidas no coração da Europa cortaram em definitivo o fio já esgarçado com que ainda podíamos estar ligados a uma entidade histórica com mais de 2 mil anos, como já estávamos vivendo no “espaço vazio” perante uma realidade que nenhuma ideia tradicional sobre o mundo e o homem tem a menor possibilidade de iluminar – por mais cara que essa tradição ainda possa ser a nossos corações –, devemos ser profundamente gratos à grande obra poética que se prende de modo tão intenso a esse único tema. (ARENDR, 2008, p. 188)

Estas considerações feitas por Hannah Arendt funcionam como mola propulsora, instigando-me em fundamentar uma investigação sobre a cultura como um reflexo de uma crise humanista a qual se vive, entendendo que tal realidade não seja fruto das reflexões, ponderações, críticas, conceitos, expressões, manifestações culturais, correntes de pensamentos construídos, criados, estabelecidos via vivências do humano em coletividade, mais pela forma instrumentalista as quais as mesmas são utilizadas pelos homens, (GFP, como mencionei no capítulo anterior), nutrindo seu lado negativo de ser/estar/agir,

corrompendo, violentando, desconsiderando todo um processo de existir no real, burocratizando relações, desrespeitando o princípio da multiplicidade de ideias e ideais; afetos e afecções, cristalizando teorias e práticas através do trabalho, da fabricação e da ação; tornando a cultura como uma posse, um poder, uma ferramenta de massificação e alienação de mentes e corpos, refém da falta de referências, suspensão de conceitos, distantes de uma estabilidade de paz, amor, respeito, entre outras virtudes, inserindo sempre o sujeito do conhecimento numa fenda criada entre o resgate da tradição clássica com uma ética cristã, demonstrando o foco de dominação que justifica o saber como um poder e não mais algo que contempla e compreende realmente o que se passa no mundo.

A crítica que Hannah Arendt faz em relação a este processo que origina a cultura, se expressa justamente na efemeridade que o próprio sentido que a mesma assume, ao ser criada numa realidade, posso considerar que quase apolítica, seguindo uma conduta do consumismo pautado no extremo otimismo racional que ao mesmo tempo destrói e desconsidera um passado, se inserindo numa instantaneidade, materialidade, liquidez, fundamentando-se numa realidade de artificialismo absoluto, perdendo rapidamente seu valor, sentido e significado. Nestes termos, pensar em cultura remete-se em não buscar o saber e o fazer como fonte que realmente objetiva um aprendizado político, exercitando na prática as teorias compreendidas como um todo, algo a transformando em uma mera técnica, uma alienada arte de produção sequencial e mecânica de objetos de consumo, enaltecendo o egocentrismo, instituindo a partir deste momento o conceito de organização sócio política da humanidade, a “sociedade de massas”, termo cunhado pela própria modernidade, que incorpora tudo produzido pelo homem a seus moldes, gerando conseqüentemente “uma cultura de massas se incorporando a sociedade” (ARENDR, 2007, p. 250).

Uma nova ordem concretizada por burgueses (capitalistas, classe vitoriosa do meio entre guerras) que passaram a considerar a cultura, como fontes de ganhos financeiros, assimilando a conduta dos aristocratas (classe que ainda se dispunha a ter um tempo livre, para a contemplação e ainda um último vestígio de saber pelo saber), de uma forma superficial, dando um novo sentido à cultura, agora uma forma de lazer e divertimento, devido à árdua realidade de trabalho estabelecida como meio de vida para manutenção de seu existir. Nas palavras de Hannah:

“(...) a cultura adquiriu um valor de esnobismo e onde tornou-se questão de status ser educado o suficiente para apreciar a cultura (...). Ela tem, porém, a desafortunada consequência de deixar passar despercebido, ou sem que sua importância sintomática seja compreendida, o profundo mal-estar que a palavra cultura tende a

evocar precisamente entre aqueles que são representes mais destacados.” (Arendt, 2007, p. 250)

Este “novo” tipo de mundo, de “nova” sociedade, criou uma visão de ser culto, o sujeito de destacada posição social, status e bens materiais, prezando uma vida que desconsidera o outro por não se enquadrar em seus moldes ou por não concordar com suas perspectivas de viver, excluindo-os por isso dos grandes momentos culturais, das grandes celebrações da intelectualidade, forjando a partir desse contexto o estereótipo da autoridade do conhecimento, passando a assumir o significado de divindade do saber e fazer, poderoso pelo seu poder de “inventar”, superior aos demais seres vivos e principalmente a seus semelhantes, um ser refinado por prezar uma lógica do ter em detrimento ao do ser, efetivando uma realidade de desigualdades, soberba e supremacia de suas ideias sobre os demais; um semideus que passa a ser o crítico de arte, o designador de condutas intelectivas e axiológicas, o classificador quanto a produção do conhecimentos e de cultura, com uma visão extremamente materializante da realidade, competitiva das relações interpessoais, atendendo uma infinidade de ideais capitalistas burgueses.

Acredito que Hannah Arendt ao criticar tal realidade, não está desconsiderando o entretenimento, o lazer ou as criações estabelecidas em tal contexto como algo que não supra certas necessidades do homem, ela busca evidenciar que cultura não é uma imposição estabelecida somente em cima de ideais, mas sim uma construção estabelecida no real existido, não se efetivando ou se caracterizando como uma massificação de mentes, ou que desconsidera a falta de alteridade entre os homens. Para ela “A cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo; o entretenimento relaciona-se com pessoas e é um fenômeno da vida.” (Arendt, 2007, p. 206). Neste sentido, a arte do fazer e saber do homem e suas variadas nuances, grande por excelência é “um objeto cultural, na medida em que podem durar; sua durabilidade é o contrário mesmo da funcionalidade, que é a qualidade que faz com que ele novamente desapareça do mundo fenomênico ao ser usado e consumido” (ARENDR, 2007, p. 260).

Desta forma, o ato de criar também não pode ser vista como uma ação que exista para satisfazer a necessidade de um único homem, sendo a própria representação da cultura, resguardado em si todo um significado de um período histórico, repleto de conhecimentos, potencializado a transmitir ao homem seu recado, sua mensagem, seu legado educativo que o envolve, colocando-o a pensar, ao manter um contato com a mesma, expressando sua essência, surgindo para ser destinada ao mundo e com finalidades específicas e diversas na medida em que busca uma comoção, a mobilização, pura expressão do sentir e pensar do

homem de teorizar e agir, vislumbrando formar uma realidade coerentemente fundamentada em bases sólidas, a própria expressão da filosofia ou moral (teoria), e a política ou ética (ação), evidenciando o sentido real do ser/estar homem e do saber/fazer cultura, demonstrando a própria vontade do homem artista, considerado por Hannah, como único ser, neste ambiente ambíguo que ainda consegue relacionar matéria e essência, visualizar uma intrínseca e coerente relação entre os homens e a natureza, “ (...) o autêntico produtor daqueles objetos que toda a civilização deixa atrás de si como a quintessência e o testemunho duradouro do espírito que o animou” (ARENDR, 2007, p. 252).

Esse ambiente de consumo e destruição, de progresso e de ruína e de perda de referências, investigadas por Hannah Arendt, que constantemente anula a própria essência do homem, desconsiderando uma unidade entre o que é material e o que é espiritual, físico ou metafísico, fizeram-me concordar com sua filosofia ao admitir que a cultura deva ser considerada como algo criada para permanecer e preservar um passado, deixando um legado para o presente e servindo como um referencial para o futuro numa relação nada harmoniosa e sintetizadora, legando-nos uma consciência fundamentada em uma realidade universalmente distante de um artificialismo, instrumentalizado somente pela razão e por um ambiente mecânico que não deve ser desconsiderado, mas que deva se educar reconsiderando suas bases ideológicas, para possibilitar a construção de uma sociedade distante de seus exageros e tentativas de, por si só, dar conta da compreensão da totalidade.

Nestes termos a cultura deveria ser compreendida como uma grande ação política por excelência da humanidade, expressando uma parte ligada a um todo, não significando respectivamente uma homogenia de leitura de mundo, organização como coletivos sociais e de sociabilidade entre outros conhecimentos e práticas nesse contexto, porém primando pela heterogenia estabelecido nesse processo, considerando primordialmente os dissensos, as especificidades dos diferentes ambientes valorativos, interpretativos e cognitivos em constante interatividade e mudanças, externando o que de mais singular tem o homem ao se mostrar a uma realidade, sendo ao mesmo tempo sentimentos, razão e ludicidade; reflexões, pensamentos e ações, tendo como bases conceitos estabelecidos de forma sólida e numa realidade verdadeiramente concreta e edificada socialmente, sendo esse um imperativo ético moral, reatando pontes quebradas, caminhos destruídos entre o homem e sua humanidade. Sentido este completamente desconsiderado pela “nova visão de mundanidade”, estabelecida na era moderna, limitando o significado de cultura, afim de favorecer a efetivação do egoísmo humano, pautando a busca pela felicidade, pelo bem viver distante do real, acreditando ser uma parte superior a um todo, um ser de finitude desligado de uma infinitude.

“Nessa luta por posição social a cultura (...) desempenha enorme papel como uma das armas, se não a mais apropriada, para progredir socialmente e para educar-se, ascendendo das regiões inferiores, onde a realidade estaria situada, para as regiões superiores e supra reais, onde o belo e espírito estariam em seu elemento”. (ARENDR, 2007, p. 254)

Ponderações, reflexões e críticas que penso corroborar com o debate sobre a relação entre homem e o seu agir definindo quem é a cultura, ou seja quem são suas autoridades e o sistema ideológico que determinam, designam, instituem seus administradores, fazedores, críticos e toda uma gama de agentes que mais e assemelham a soldados de uma guerra física e extremamente violenta, tomando-a como um objeto de consumo, reduzindo a solução de suas querelas, a manifestação de significados e sentidos a uma questão econômica, situando o contexto o qual parto como etnógrafo demonstrando o grave círculo vicioso de incoerências, contingências e arbitrariedades que se construiu na modernidade e que se vive atualmente lançando os homens numa busca eterna por métodos, mecanismo que superem problemas gerados em tal contexto, sendo sujeitos culturais autossabotadores de uma sinceridade com o que são, algo percebido muito fortemente não só no Brasil, mas no mundo, com empoderamento de uma práxis racista, xenofóbica, estruturalista, misógina, homofóbica, entre outros desvios de caráter e problemáticas de aceitação do diferente, forjando um modelo de homem habitual extremamente fragmentado e mecânico quanto a uma identificação social.

Nesta atual realidade é muito comum a todo instante, perceber a força do interesse individual do capital, seja material e ou imaterial, a potência de deturpação da noção de políticas públicas das patrimonializações e seus patrimonializadores, as falácias e demagogias dos administradores de uma cultura institucional em total dissonância com os agentes sociais que a efetivam principalmente, em relação a um sentir pensar para fora dessa realidade normatizada, construída a partir de narrativas ancestrais, experiências de vida, estando altamente situada quanto sua condição política frente aos mandos e desmandos do poderio capitalista metamórfico, em constante busca da supremacia do ter, fixando através de vários outros veículos de reificação de suas pautas via educação (escolas, universidades, museus, entre outros), em detrimento ao ser, dispendo-se a tudo para alcançar tal objetivo, sem qualquer preocupação em banalizar o sentido de cultura compreendendo-a, como um simples divertimento, entretenimento ou alavanca para aquisição de status e poder, fomentando um sujeito pensante irreflexivo, acrítico a ideia de reeducação de sua racionalidade, de pensar suas limitações, defeitos, problemáticas de caráter, externando sua arrogância intelectual e sua animalidade instintiva, a essência de um homem extremado, devido a um processo de entendimento da realidade fragmentada com valores totalmente invertidos.

3.2. A cultura institucional e seus atos: o que resta para seus agentes sociais?

Buscando analisar com mais veemência os porquês do trocadilho do título desse capítulo: Do direito a cultura à cultura do direito assim como, o debate proposto de despolitização do significado de cultura, apresentado via pensamentos de Hobsbawn, Ranger e Hannah Arendt, passo a problematizar um contexto de situações vivenciados como gestor da Casa do Maranhão, atuando tanto internamente quanto externamente, atendendo as pautas da SECMA, analisando algumas ações do Estado, no tocante ao domínio das produções artísticas e culturais do Maranhão, questionando-se o seguinte: Porque a do Governo do Maranhão sob a égide do Partido Comunista do Brasil, escolheu um grupo de advogados para administrar a pasta governamental da cultura? Como o “Direito” entende a cultura e seus agentes sociais? Questionamentos que reforçam reflexões sobre a organização e execução de eventos e outras pautas culturais da SECMA, assim como seus procedimentos quanto a classificação, divisão e designação, avaliando-se posturas de gestores de pastas internas ao citado órgão e outras unidades de gestão internas ao mesmo.

Para início dessa análise retomo como objeto de estudo, a proposta de itinerância cultural promovida no Programa Mais Cultura e Turismo, de 2015 – 2016, destacando o processo de desqualificação e desmerecimento de sua continuidade, como foi debatido no capítulo anterior, evidenciando nesse momento, considerações como algo que demandaria um alto orçamento do cofres públicos por demandar uma logística de necessidades muito grande ao envolver muitos gestores e técnicos da Secretaria de Cultura do Estado, em seu processo de dinâmicas trocas de conhecimentos com seus agentes sociais (protagonistas do programa), também inseridos nessa pauta de gastos financeiros como, mobilização, alimentação, transporte e principalmente o polêmico pagamento de cache artístico aos mesmos, vivências que muito contribuíram para manter vivo um olhar analítico a cada experiência obtida nas poucas cidades ocupadas durante o curto tempo de duração da itinerância, vivenciando o auge do projeto até seu fim, tornando-se uma referência para minha atuação como gestor da Casa do Maranhão, fortalecendo uma postura de atuar para o público, a partir da indignação com o contexto existido, reforçando um agir construído em cima de dinâmicas trocas entre ensinamentos do âmbito das ancestralidades, do dia a dia, além de acadêmicos em interatividade com conhecimentos do campo institucional.

Nesse contexto de duras críticas a execução do projeto cultural em foco¹⁰⁸, uma memória social se faz necessária trazer para refletirmos sobre o tema dessa discussão, a retribuição financeira em forma de cachê artístico aos grupos culturais das localidades visitadas com valor entre mil e mil quinhentos reais, em específico um tambor de crioula oriundo de uma determinada comunidade quilombola¹⁰⁹, considerado por muitos como um desperdício do dinheiro público, sendo este um dos destacados motivos apresentados pela equipe técnica responsável pelas finanças do programa em prol de seu cerceamento como uma pauta governamental, sendo acatado sem muitas delongas pelo chefe maior da SECMA na época, assim como, pelo governador de forma complacente.

Na ocasião muitas foram as lições tiradas de tal realidade, dentre elas cito as seguintes, a forma como o dinheiro público é administrado por gestores com mentalidade administrativa para o privado, pensando-se na ideia de muito para poucos e pouco para muitos, o forte desinteresse em construir pautas culturais para agentes sociais locais, intuindo-se nesse processo a baixa rentabilidade quanto ao alcance da real massa populacional das determinadas localidades visitadas, a baixa visibilidade nesse processo das ações do governo, a desqualificação do agir do outro com um sujeito do conhecimento e produtor de cultura por não ser oriundo de um estruturalismo institucional, que dita a forma e conduta de identificação de agente cultural.

Constatações que penso reiterar a fortíssima presença de uma herança colonial organizativa, pensando os habitantes do local como sujeitos despolitizados e completamente desprovidos de cultura, sendo por isso objetos, coisas a serem utilizadas por uma inescrupulosa sistematização da realidade sempre racista, xenofóbica, machista, efetivado uma lógica de definições, valorações, clivagens e classificações arbitrárias e excludente da diversidade, justificando o não compartilhamento de conhecimentos, práticas e benefícios de uma cultura institucional que em tese deveria proporcionar dignidade a seus “cidadãos”, principalmente se levarmos em conta o processo de escravização os quais passaram seus ancestrais, compondo as desqualificadas áreas de conflito e disputas indígenas, e no caso

108 Nesse contexto reporto como fato as várias sabotagens que o projeto sofreu por dar mais visibilidade a gestora executiva do projeto, o silêncio dos gestores das casas de cultura na reunião entre o governador, secretário de cultura, em janeiro de 2017, planejando o ano da cultura ao preferir que seguiria com meio de gestão das itinerâncias culturais, o apagamento de vestígios do programa e o sumiço de todo o acervo fotográfico e audiovisual das ações do programa, principalmente a que tratava das rodas de conversa com os mestres da cultura local das áreas visitadas, insistentemente solicitadas para fazer parte das exposições audiovisuais da Casa, nunca sendo atendidas.

109 Tomo esse momento, afim de delimitar o contexto e a situação colonial o qual parto para problematizar o proposto em questionamento no tópico debatido, reiterando que nessa jornada de vivências do programa proposto, muitas foram as experiências que corroborariam com a pauta em análise.

analisado, quilombolas, as quais advinham os tambores de crioula, desconsiderados ou na mais otimista análise não consultados quanto a seu múltiplo contexto de narrativas e práticas de construção de heranças ancestrais, sobrevivendo as inúmeras e multifacetadas violências e ainda sim, resistindo com sua forte carga de arte, política, religião, filosofia entre outras nuances do conhecimento, ponderações para fora de um contexto cultural institucional.

Em todas as edições as quais participei do Programa Mais Cultura e Turismo como integrante do grupo de metodologia do mesmo, notei a falta da presença do Governador do Estado, sendo comum o Secretário de Cultura o representar, aparecendo principalmente nos atos que aglomeravam grandes públicos, aproximando-o como um homem do povo, amante da cultura e quando se fazia participante nas rodas de conversa como as que propiciava o encontro dos mestres da cultura local, momento o qual a Casa do Maranhão juntamente com a Casa de Nhozinho coordenava, e entre outras pautas como o encontro de gestores do Estado e do Municípios visitados para debater a ação política do programa, pensando-se, refletindo-se a partir de trocas, em benefícios para os habitantes, era comum a construção do discurso de palanque político partidário, oportunista e falacioso em prol de benefício próprio, proferindo falas como, ...não sou um homem que deixa rastros mais que busca construir um legado...¹¹⁰, que na época encheu de esperanças pessoas do lugares ocupados, gestores, técnicos, inclusive a mim como ativista político do Partido Comunista do Brasil e gestor da Casa Maranhão, sonhando num futuro bem próximo em efetivar uma cultura institucional mais inclusiva, democrática e descentralizada da região capital do Maranhão.

Uma realidade que em pouco tempo me mostrou que estava a reiteração de práticas coronelistas que tanto prometera-se combater, fato esse ocorrido, devido ao acompanhamento de todo processo de perseguição política ao programa e sua diretora executiva, sofrendo muitas retaliações, desmerecimentos, desassistências, como demonstrado no capítulo anterior, demonstrando toda a face da gestão administrativa da pasta cultural institucional do Estado sendo extremante irresponsável quanto a esperança depositada de todos os envolvidos, na principal, e arrisco em dizer, única pauta estatal da gestão comunistas que tratou a cultura como um direito universal do homem através da ONU, garantindo ao mesmo dignidade, fato que considero ser uma eximia efetivação das colocações defendidas no tópico anterior sobre quem seja essa cultura, o pensar sobre a mesma de seu gestor majoritário e seu grupo político, tomando toda a pauta artístico-cultural, de determinações e atos, pautados numa perspectiva

110 Um discurso proferido em Açailândia, num desses atos de aglomeração nas ações executivas do programa mais cultura e turismo, que mais a frente retomarei para falarmos sobre legados, principalmente sendo o resultado do agir politicamente em prol de um autoconhecimento, reconhecimento do outro como complementariedade, para proferirmos mudanças para todos num mundo social.

altamente mecanicista, atuando por conveniências e jogatinas de politicagens, entendendo a lei numa perspectiva meramente normativa, nunca empregada na prática, algo que evidenciou toda uma casta constituída por sujeitos do conhecimento especialista na área da jurisdição reiterando o que tanto se buscava combater, a velha política cultural de pão e circo para o povo, desqualificando e desrespeitando o que deveria ser uma máxima em suas atuações, o direito a humanidade, a vida e uma série de outros benefícios e virtudes, garantindo assim, possibilidades de uma superação de mazelas, disparidades entre outras problemáticas deixadas pelo oligarca governo antecessor através da cultura, algo muito presente e vivo nas itinerâncias cultural do debatido programa.

Nessa realidade paradoxal, penso que o que resta para o agente social da cultura do Estado do Maranhão, me posicionando como um deles, é a ideia de ser considerado como um peso morto, um objeto caro de gasto excessivo de manutenção e desnecessário aos cofres públicos, nada corroborador de uma civilidade culta, um pensar que me trouxe a reflexão de que se trata de uma mortificação da diversidade, anulando possibilidades, interligações coerentes da cultura institucional com aquelas construída socialmente, as tradicionais; possibilidades de uma práxis interpretativa do mundo, organizativa do coletivo mais ampla e agregadora, derrubando entraves no tocante ao diálogo como movimentos culturais, debatendo-se e problematizando-se de forma relacional de conceitos, categorias, divisões e práticas dadas em um contexto que trata a cultura com um instrumento para a manutenção de um arsenal argutivo e de força repressora de seus agentes, sempre num plano instrumental e essencializado, principalmente contra seus dissensos, não acompanhando um contexto de modificações de sentidos e significados da lei como categoria jurídica voltada para o cultural, sempre dinâmica e disposta ao alargamento de sua cobertura normativa, agregando novas noções de saber e fazer, assim como o reconhecimento de novos sujeitos como produtores de cultura.

Uma realidade cultural oficial de inversão de valores, adepta de práticas corruptas e individualistas que passa a tratar seu povo ou como instrumento ou como inimigo, nunca como um humano, uma consideração que pode ser explicitada via as abstrações de Agamben, inferindo que para se entender o que é um povo, deve-se remeter-se a compreender toda uma carga de ambiguidade presente dentro do sentido e significado de sua criação como nomenclatura.

Toda interpretação do significado político do termo "povo" deve partir do fato singular de que este, nas línguas europeias modernas, também sempre indica os pobres, os deserdados, os excluídos. Ou seja, um mesmo termo nomeia tanto o sujeito político constitutivo como a classe que, de fato se não de direito, está

excluída da política. Em italiano *"popolo"*, em francês *"peuple"*, em espanhol *"pueblo"* [em português "povo"] (como os adjetivos correspondentes *"popolare"*, *"populaire"*, "popular" e os tardo latinos *"populus"* e "popularis" dos quais todos derivam) designam, na língua comum como no léxico político, tanto o conjunto dos cidadãos como corpo político unitário (como em "povo italiano" ou em "juiz popular") quanto os pertencentes às classes inferiores (como em *"homme du peuple"*, *"rione popolare"*, "front *populaire"*). Também em inglês *"people"*, que tem um sentido mais indiferenciado, conserva, porém, o significado de *"ordinary people"* em oposição aos ricos e à nobreza. (AGAMBEN, 2015, p. 01)

Uma investigação que o faz contextualizar uma análise do termo povo em determinados recortes de tempo da história na Idade Média, sendo definido como povo gordo e povo miúdo, na declaração da constituição americana por Lincoln, “Governo do povo, pelo povo, para o povo”, na Revolução Francesa aquele que reivindica o princípio de soberania, no período entre as duas guerras mundiais na Alemanha nazista, citando Hannah Arendt via holocausto dos judeus, negros e homossexuais, torna-se sinônimo de azar e de infelicidade, acentuando a dualidade de sentidos e significados ocasionando, cita o autor, “uma oscilação dialética entre dois polos Povo como corpo político integral e povo multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos” (Agamben, 2015, p. 02), um conceito penso eu, de um ser que está contido e ao mesmo tempo não pertencer dentro de uma realidade onde os fins justificam os meios.

Um contexto que deixa claro toda uma construção ambígua do conceito de povo revelando um homem sempre destituído de si mesmo, onde tudo está suspenso sendo a própria expressão de contingência, afirmando-se pela negação ora sendo uma totalidade, um objeto, um instrumento, e ora um alvo a ser combatido, disciplinado, seja por discordar, reclamar, ou por criar qualquer outro problema para seu regente maior, o Estado, sendo sujeito e/ou objeto do ordenamento político quando convém ao sistema sociocultural que o rege, inserido sempre dentro de uma relação de exceção entre vida e política, estando constantemente exposto a violência, assim como a um contexto de autoviolentação. Algo muito bem instrumentalizado pelas mentes corrompidas por força e poder, considerando essa ambiguidade de total indefinição conceitual muito proveitosa para impor uma realidade de dominação, exploração e pilhagens de riquezas.

“Uma ambiguidade semântica tão difundida e constante não pode ser casual: ela deve refletir uma anfibologia inerente à natureza e à função do conceito de povo na política ocidental. Ou seja, tudo ocorre como se aquilo que chamamos de povo fosse, na realidade, não um sujeito unitário, mas uma oscilação dialética entre dois polos opostos: de um lado, o conjunto Povo como corpo político integral, de outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos; ali uma inclusão que se pretende sem resíduos, aqui uma exclusão que se sabe sem esperanças; num extremo, o Estado total dos cidadãos integrados e

soberanos, no outro, a reserva -corte dos milagres ou campo- dos miseráveis, dos oprimidos, dos vencidos que foram banidos”. (AGAMBEN, 2015, p. 02)

Nestes termos pensar o conceito de povo como demanda a Revolução Francesa apresentado por Agamben, torna-se algo ultrajante anulando uma perspectiva de compreensão sobre lutas e reivindicações dos mesmos, invisibilizados principalmente pela forte ideia de inferioridade cultural e conseqüentemente de despolitização de ações, travando uma guerra descomunal e desumana com muitas violências que inclusive ameaçam a sua permanência viva no mundo existido, uma batalha silenciada e/ou desconsiderada por um certo tempo na paradoxal, xenofóbica e racista, história desse país e do Maranhão como uma democracia, nada interessada em problematizar, refletir e reparar as inúmeras mazelas sociais e abismos culturais deixados por um projeto colonial maldito e cruel, empregados aos povos originários de suas terras e os diaspóricos (indígenas e africanos), sobrevivendo através de um referencial cultural pautado numa ancestralidade coesa, firme e forte transformando lentamente um contexto de escravização, de falta de liberdade, de falta de oportunidades numa realidade mais digna, pagando um preço muito alto com a perda de muitos dos seus entes, parentes e amigos, para alcançar num passado bem próximo, o início de um escancarar de um vergonhoso processo de roubo de riquezas através da pilhagem de bens, enriquecendo sempre a elite colonialista através de suas mobilizações como movimentos sociais.

(...) cujas reivindicações se tornaram leis, notadamente leis municipais. Tais leis, enquanto produtos de uma ação coletiva, têm como finalidade precípua não apenas o reconhecimento jurídico-formal de atos e saberes práticos ou de modos de fazer, mas também a proteção de formas de expressões, que jazem ameaçadas e cuja persistência constitui objeto de reivindicações do presente. Em verdade está-se diante de um processo político de transformação das pautas de reivindicações de movimentos sociais em norma jurídica. A análise sociológica desta passagem, enfatiza o quantum de força política os movimentos sociais passaram a ter desde a Constituição Federal de outubro de 1988 e a ratificação pelo governo brasileiro, em 2002, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tanto na vida social, colocando na mesa ideal de negociações uma diversidade de identidades étnicas, quanto na gestão e nas diversas modalidades de uso dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2013, p. 241)

Neste contexto de apresentação de situações contrárias a reflexões que tomam a cultura com um direito, uma construção socialmente dialogada, sem qualquer valor ao meu ver, com o cerceamento do debatido programa pelo grupo que geria o secretariado da cultura do Estado, com o aval do governador, (juristas), trago outra memória social obtida no campo cultural analisado dessa pesquisa, o “São João das Bandeirinhas”, no ano de 2019, problematizando o quão grande foi o impacto da pauta decorativa da cidade em total dissonância com as necessidades dos grupos culturais, propiciando mais uma constatação de

uma administração institucional da cultura paradoxal¹¹¹, enfim, um clima de expectativa que aclarou o grau de alienação das pessoas sobre a gravidade de se efetivar uma belíssima ornamentação, diga-se de passagem, em detrimento a políticas públicas culturais voltadas, por exemplo, a valorização do tema principal de tal período festivo, os Grupos de Bumba meu Boi, de Sotaque de Costa de Mão, ameaçados de extinção por falta de proatividade e iniciativa política em legar aos mesmos a atenção devida, valorizando-os como os reais protagonistas do momento, mais uma vez tratados apenas como peças de uma festa de um determinado período do ano, utilizados para promover representatividade ao Governo do Maranhão sem qualquer retorno.

Recordo-me ainda que essa celebração dos “São João das Bandeirinhas” acarretou muitas outras arbitrariedades quanto a execução de pautas culturais, externado a total falta de respeito aos agentes sociais do período, lembro-me que para que esse “megaempreendimento com apelo estritamente turístico e propagandista” ser possível acontecer, foi necessário desativar, muitos outros arraiais, como o da Praça Nauro Machado, onde as pessoas se frustravam por ter tanta beleza no céus das centenárias ruas do centro histórico de São Luís e nenhuma manifestação cultural no arraial da citada praça repleto de turistas locais, nacionais e internacionais, andando de um lado para o outro sem qualquer proposta de apresentação de grupos culturais do Maranhão, sendo muito comum a procura nas dependências da Casa do Maranhão, de informações sobre tal prática festiva, sendo negadas sua efetivação, porém oferecido aos mesmos, via mediação cultural pelo circuito de visitação permanente da mesma, uma pequena apresentação de saberes e práticas sobre o complexo cultural do BMB, trabalhando-se naqueles momentos, um plano de ações educativas com o tema “Casa do MA... Gnestismos”¹¹².

111. Recordo-me que na época era comum ver nas redes sociais da população local, frases de impacto como: O São João começou! Venha para as maiores festas juninas do Brasil! São João do Maranhão o maior do mundo! Sendo propagada também por muitos colegas de trabalho, sejam hierarquicamente acima ou a baixo da condição ocupada como diretor da Casa do Maranhão.

112 Um plano que na época, fez a Casa atingir a marca histórica de mais ou menos 50.000 mil visitas entre os meses de junho, julho e agosto, período de duração da orçamentariamente cara decoração trabalhando-se as seguintes ações: ação educativa trilha magnética, exposição festejos de São Pedro e São Marçal: símbolos de fé e resistência cultural dos grupos de BMB do MA, exibição de curtas metragens sobre o auto do BMB, a narrativa de criação da festa do BMB via histórias de Pai Francisco e Catirina; exibição de documentários temáticos: sobre os 40 anos do Boi da Floresta do saudoso mestre Apolônio e sobre a vida e obra de outro saudoso mestre Humberto do Boi de Maracanã, trabalhando-se ainda as exposições Mãos que fazem cultura da origem ao brilho do BMB – Ano II, Guardiões da cultura maranhense – Os mestres do BMB do MA, Ponto de cultura do Boi da floresta: Apolônio, liberdade e resistência, além de rodas de conversa com o tema, Mulheres que fazem cultura, trabalhando-se a inserção da mulher no fazer cultural do Maranhão frente a administração em dois momentos, um dos grupos de Bumba meu Boi com a presença de Mãe Duca, presidente do Boi Mimo de Santo Antônio do Bairro de Fátima e Nadir Cruz, presidente do Boi da Floresta da Liberdade e outro no fazer Carnaval (Blocos tradicionais), com a participação da multiartesã e artista plástica Patrícia Almeida.

Uma pauta de atividades em prol da valorização de todo um ciclo anual o qual o BMB se insere não sendo tratado somente como fruto de uma festividade, mais sim de uma entrega e ligação espiritual, metafísica, para o cumprimento de obrigações com um sagrado secreto, pensando-se ainda na época na possibilidade de ganho do título de patrimônio mundial e cultural da humanidade, ocorrido em 2020, fato não levado em consideração pela autoritária e impositiva administração da SECMA, não efetivando ainda arraiais tradicionais como o do Bairro de Fátima e o da Madre Deus celeiros de agentes e manifestações culturais, sendo historicamente territórios de resistência cultural dos grupos de Bumba meu Boi. Uma realidade de administração da pasta da Cultura do Estado que só corroborava com as considerações estabelecidas por Agamben, sobre o que seja um povo, entendendo os esforços empreendidos pela gestão da Casa do Maranhão, como um paliativo ainda muito distante de atender os anseios de todos os agentes sociais envolvidos.

Nessa realidade de apresentação sobre como o direito entende a cultura e trata seus agentes no Maranhão, via vivências como funcionário da SECMA (diretor da Casa do Maranhão), fica bem claro que tal compreensão está estritamente ligada a satisfação dos interesses dos grupos de fisiologistas políticos que administram a pasta pautando seu agir em prol de uma visibilidade difusora de status, demonstrando poder perante seus adversários e inimigos, tratando a cultura e todo seu contexto de atuação seja normativa ou não, como plataformas de lançamento para a glória e honra, satisfazendo seu egocentrismo a ponto de lançar seus agentes do bem, homens comuns, a acreditarem estar fazendo algo extraordinário, um efeito da sedutora teia do sistema capitalista o qual se vive, mesmo com uma atuação em tese de uma governança comunistas sendo ao mesmo tempo autoritária, repressora e violenta àqueles que buscam atuar de forma contrária dentro do seu estruturalismo, algo que reitera a forma padrão, o estereótipo do homem culto superior ao homem do cotidiano, um contexto forjado numa clássica e problemática divisão da cultura entre a da erudição, civilidade em detrimento a das vivências pautadas em conhecimentos ancestrais.

Uma realidade que desmerece um contexto de tomar a concepção do homem e todo seu agir como um resultado das modificações culturais, inserido numa diversidade em constante movimento, não admitindo por isso, a ideia de que, um ser humano pode ser uma completa dúvida enigmática e complexa para outro, inoperalizando juízos, ponderações e interpretações dadas ou construídas a um só golpe, a maneira uma de se compreender o mundo social existido seja somente via empirismo, seja racionalismo, designando nomenclaturas, determinando clivagens, classificações, posturas, condutas, padrões de ser e estar, aparecer na realidade, não compreendendo que o fato de possuir um certo tipo de conhecimento, sendo

letrado, civilizado, respeitado como um autoridade no seu contexto de vivências, não lhe outorga o direito de dizer o que seja cultura ou não, mas lhe incita instigar em fazer um exercício para compreendê-la como uma categoria da produção criativa, crítica e reflexiva do homem que o amarra a teias, que o faz ser/estar na medida que apreende a importância de se complementar, conectar a natureza, conscientizando-se das implicações presentes em tal realidade vivida, admitindo suas limitações e o entendimento acerca da relevância da cultura no processo de construção de sua condição como um o ser humano, algo inerente a sua identificação como um homem que o faz sentir/pensar/intervir/mudar a si, ou outro e o mundo.

Ainda nessa pauta de apresentação de recortes de vivências obtidas a partir da atuação como diretor da Casa do Maranhão, rememoro experiências quanto a posição de avaliador de projetos de auxílio a cultura, no ano de 2020, sendo mais um momento de análise sobre a relação entre a administração da SECMA, seus funcionários e os atores sociais da Cultura do Maranhão. Nesse contexto era nítido presenciar o deslumbramento de muitos dos renovados gestores e técnicos em sua terceira edição de mudanças desde 2015, e exacerbada autoridade externada por outros, assumindo pastas do primeiro escalão da SECMA, em sua maioria, trabalhando completamente alheios a seu agir, sem saber ao certo os propósitos das ações empreendidas, recordo-me que nessa pauta o número de pessoas da área do direito, aumentou consideravelmente na sede da SECMA. Lembro-me das reuniões formativas e de montagens das bancas de avaliadores com os responsáveis maiores pela organização, externando um total despreparo para lidar com tão importante pauta de auxílio a cultura, ainda mais se levarmos em conta que grande parte de suas ações se dera no recente período pandêmico.

Nesse contexto era comum o insistente apelo a uma compreensão de união de força de todos os envolvidos no processo para poder lidar com as demandas estabelecidas, sendo uma prioridade maior da SECMA em respeito à vida e aos fazedores culturais do Estado, agentes estes que tinham que se adequar a parâmetros estabelecidos nada condizente com a sua realidade, principalmente se levarmos em conta a falta de internet de qualidade nas suas respectivas áreas habitadas, a falta de conhecimento técnico dos mesmos com o manuseio da ferramenta da virtualidade, além de uma imensa lista de documentação estabelecidas para que se montassem o processo, a ficha técnica para então avaliar-se as atividades propostas, um contexto que reitera o quão burocrática e dominadora é a cultura em moldes institucionais sendo sempre padronizadora de posturas, identidades e homogeneizadora de situações e especificidades, cobrando ao extremo dos seus “cidadãos” sem qualquer autoanálise quanto a efetivação de tais exigências.

Ainda nessa pauta de avaliações, pude ponderar sobre a uma preocupante e exacerbada valorização da cultura de fora pelos artistas locais, algo muito presente em suas apresentações, o retrocesso o qual se encontra os grupos tradicionais de cultura do interior do Estado frente ao avanços das tecnologias, a forte centralização das ações da SECMA na capital, e muitas outras questões organizativas e logísticas que questionar: Será que o contexto de atuação da SECMA junto a construção e efetivação de pautas culturais, emergências para seus agentes, não estariam mais articulada e organizada, mais coesa com seus fazedores enfrentando-se o momento de pandemia mais forte como um coletivo, se a mesma tivesse seguindo, desde 2015, o plano executivo de itinerâncias do Programa Mais Cultura e Turismo fundamentado em leis, normas decretos, que garante o direito a cultura ao homem como forma de dignidade e identidade? Um questionamento que fatalmente deixaria num primeiro momento qualquer gestor seguidor de uma cultura como ideologia desconsertado e que deixo em aberto para pensarmos na cultura sempre seguindo um ciclo dúbio de previsibilidade e imprevisibilidade, constituindo-se de coisas palpáveis que conhecemos e impalpáveis que apesar de não conhecermos, podem orientarmo-nos na construção de estratégias para não sermos tomados de surpresa em relação a suas intempéries.

Outro fato que merece ser refletido ainda nessa pauta, refere-se a grandiosa quantidade de diversidade cultural presente no Estado do Maranhão, riquíssimo de múltiplas artes, potente quanto a produção de aprendizagens via uma postura guerreira de seus fazedores que resistem mesmo diante de tanta desassistência, incentivo, oportunidades, me ofertando reflexões e muitas autocríticas em relação ao estar administrador da Casa do Maranhão, propiciando-me viagens sem sair do lugar nas mais variadas perspectivas culturais de um povo altamente criativo e diverso, encorajando-me como sujeito cultural em manter vivo um dinamismo e um amor diante de atuações como diretor do espaço, mesmo com toda uma carga de empreendimentos de ódio e ranço executadas no pior momento existido por mim como diretor da Casa do Maranhão, não só pelo fato da atuação da COVID – 19, mas por todo um pesado contexto de ações estruturalmente de racismo institucional, não me deixando sucumbir a toda uma carga que me faz ser/estar/aparecer pautado em múltiplas maneiras de me identificar atuando para um coletivo e pelas ancestralidades, não deixando cair em esquecimento histórias de lutas e reivindicações.

Penso que nesse contexto de gestão da cultura, negligenciar seu sentido e significado como algo que cria possibilidade de aprendizagens, nos permitindo ampliar percepções, rever conceitos e práticas, refletir, criticar sobre o que se é e se faz, nos propiciando um amadurecimento, remete-se em pensar a cultura como um mecanismo de controle, dominação,

exclusão, de produção de uma variedade de feitos, criações e realizações que propagam a ética do ter em detrimento ao ser, o discurso falacioso de que não se pode ser autor de sua própria vida, sem as intervenções homogeneizadoras das convenções criadas pela contingente sociedade de inversão de valores, entendendo-a como um fazer saber adquiridos, nunca construídos socialmente, nos levando a pensar que a cultura, como uma realidade com força e propósitos em si mesma, tendo a capacidade de influenciar o comportamento social e diversificar enormemente a humanidade, entendê-la requer ir para além da sua conceituação, questionando as várias facetas do agir do sujeito cultural, evidenciando sua importância nos diferentes campos de situações as quais ela se insere, no caso avaliado, como uma ideologia que segundo Geertz¹¹³:

“(...) lida com um modo de pensamento que é afastado do seu curso certo, informamos Werner Stark: “o pensamento ideológico é ... algo indefinível, algo que deve ser superado e banido de nossa mente”. Não é o mesmo (exatamente) que mentir, pois enquanto o mentiroso atinge pelo cinismo, o ideólogo permanece apenas um tolo. “Ambos se preocupam com a inverdade, mas enquanto o mentiroso tenta falsificar o pensamento dos outros, e seu pensamento continua certo, enquanto ele mesmo sabe qual é a verdade, a pessoa que aceita uma ideologia se ilude no seu próprio pensamento e se consegue convencer os outros, o faz sem querer e sem consciência”. (GEERTZ, 1989, p. 109)

Uma perspectiva que reitera que a condição humana se constitui e se efetiva a partir de componentes culturais do sentir e pensar do homem, sendo coerentes e verossímeis se pautadas nas interpretações culturais, analisando sua importância nas mais variadas categorias do conhecimento humano, como pensa Geertz, tomando para análise nesse momento “ (...) a infeliz qualidade de ser psicologicamente “deformada” (...) pela pressão das emoções pessoais, como o ódio, o desejo, a ansiedade, ou o medo (Geertz, 1989, página 109)”, fazendo o homem crer que seja ela o ser que movimenta a cultura, degenerando, dessa forma, um gerenciando da vida, assim como seus desígnios, escolhas, agir, desarticulando e inoperalizando o senso crítico e reflexivo em tal processo, assim como o modo de ser/estar do homem no mundo, atuando de maneira despolitizada e irrefletida, quanto a ideia de cultura inserida em suas raízes, condição primordial para a definição do que é, estando cegamente crente devido suas vaidades e anseios egoístas.

Nestes termos, pensar na contribuição da cultura como um processo de maturação do homem e de efetivação de qualquer que seja a situação de dignidade como um direito

113 Americano, estudou antropologia na Universidade de Harvard, durante muitos anos lecionou no departamento de antropologia na universidade de Chicago, aos 80 anos foi professor no instituto de estudos avançados da Universidade de Princeton. Em 1973, publicou “a interpretação das culturas”, livro o qual foi considerado uma influência muito grande para uma geração de cientistas sociais. É considerado o fundador da antropologia interpretativa, trazendo uma nova maneira de estudar antropologia através de uma linha interdisciplinar que leva o indivíduo a debater sobre o assunto exposto.

assegurado, remete a pensar em desserviço a um panorama de aprendizagens, principalmente de autoconhecimento, desvirtuando e colocando em crise também a relação do mesmo como um sujeito voltado ao aprender/compreender/partilhar/compartilhar, não fundamentando-se numa ética do altruísmo, empatia, amor e respeito, construindo sua condição como um ser que sente, pensa, cria, ou seja, formula sistematiza, organiza, interpreta, inserindo-se num desesperado e competitivo contexto de disputas para dominar e/ou ser dominado, reificando um mundo cada vez mais desleal e desumano, encontrando na ideologia a fuga de tal penúria, não amadurecendo como sujeito do conhecimento e muito menos alargando sua capacidade e inteligir e valorar sobre o mundo social que habita, alienando-se dessa forma como um ser sócio cultural, indo na contramão das mudanças em seu entorno a partir de vivências.

“O pensamento ideológico é visto como (uma espécie de) resposta a esse desespero: “A ideologia é uma reação padronizada às tensões padronizadas de um papel social”. Ela fornece uma “saída simbólica” para as perturbações emocionais geradas pelo desequilíbrio social. Como se pode presumir que tais perturbações, de uma forma geral, são comuns a todos ou a maioria dos ocupantes de um determinado papel ou posição social, pode-se presumir também que as reações ideológicas a essas perturbações tenderão a ser semelhantes, uma similaridade apenas reforçada pelas coisas comuns pressupostas na “estrutura básica de personalidade” entre os membros de uma cultura particular de uma classe ou categoria ocupacional”. (GEERTZ, 1989, p. 114)

Uma realidade que reitera que o trocadilho estabelecido no tópico em questão reifica a ideia de um psicologismo, uma máxima, embasando toda a produção artístico cultural do Estado do Maranhão, assim como as ações e atuações da administração pública feita geralmente por um grupo de fisiologistas políticos, que desconsideram suas respectivas qualidades humanas como uma construção e sua essência como algo social, edificando uma incessante pauta de feitos que podem até trazer benefícios, como, o lazer, a diversão, o entretenimento, não entendendo isso como um problema, mas que não sanam as dificuldades, mazelas, entre outras disparidades sócio culturais, heranças de uma colonização, escravização, deixado em aberto, abismos culturais entre os abastados e os desfavorecidos, devido à falta de equidade, justiça, dignidade, igualdade de oportunidades, condições de vida, comparando todas essas problemáticas e suas especificidades a uma doença patológica curada via assistência estritamente econômica, similar a um remédio adquirido numa farmácia.

Sujeitar-se a esse contexto remete-se em aceitar uma explicação simplista, um explicacionismo de um sistema organizacional que tem qualquer interesse em aprofundar uma análise sobre as reais tensões que causam as mazelas e querelas em tal processo, rotulando-as como meras construções generalizadas, produzindo desesperados sujeitos

culturais numa eterna busca por uma felicidade muito além de suas fronteiras do conhecimento, especulando sempre que o mal o qual vive, seja sua culpa ou por falta de merecimento, controle emocional de seus ímpetos, apatia no tocante ao desempenho do seu papel social, ou do outro potencial inimigo disposta a proferir injúrias, maledicências, nunca sendo de um sistema que toma a cultura como um poder, abandonando uma busca pelas reais causas das graves problemáticas que o assolam, desconsiderando o fato ainda de que tal realidade vivida seja fruto da falta de lidar como questões muito mal resolvidas, como a sinceridade consigo mesmo, a responsabilidade social do seus atos, inviabilizando um cuidado de si, do outro e do mundo, sujeitando-se em viver numa realidade repleta de contingências sempre elucidativas por si próprias. Sobre tal realidade Geertz infere:

Quatro tipos de explicações são empregadas frequentemente: a catártica, a moral, a de solidariedade e advocatória. A explicação catártica recorre-se a venerável teoria da válvula de segurança ou do bode expiatório. A tensão emocional é esvaziada por sua transposição a inimigos simbólicos. A explicação é tão simplista ao mecanismo: entretanto, é inegável que, fornecendo objetos legítimos de hostilidade (ou até de amor), a ideologia pode diminuir de alguma forma, a dor de ser um pequeno burocrata, um trabalhador diarista ou um pequeno lojista. A explicação moral significa a capacidade de uma ideologia de sustentar indivíduos (ou grupos) em face da pressão crônica, tanto negando-a totalmente como legitimando-a em termos de valores elevados. (...) A explicação solidária significa o poder da ideologia de unir um grupo ou classe social. (GEERTZ, 1989, p. 114-115)

E por fim, tem-se a explicação nominada por Geertz como, advocatória, corroborando com a justificativa da crítica até aqui posta pela etnografia desta pesquisa, versando sobre o homem autoridade, autoritária do conhecimento e a cultura como de poder de alienação, dominação e massificação de mentes, saberes e práticas do humano, contribuindo ainda para apresentar uma resposta aos questionamentos levantados no início dessa discussão sem intentar encerrar o debate, visando proferir coerentes e plausíveis possibilidades de refletirmos e problematizarmos a cultura institucional do direito, praticada pelo atual governo do Estado do Maranhão, altamente tecnicista e excludente de categorias, nomenclaturas, relações, tensões, enfim, uma série de situações problemas, não levados em consideração por inviabilizarem o falacioso projeto de convencimento via demagogias.

(...) a “explicação advocatória significa a ação das ideologias (e dos ideólogos) na articulação, embora parcial e indistinta, das tensões que as impelem, forçando-as ao reconhecimento público. Os ideólogos demonstram os problemas à sociedade mais ampla, assumem posições quanto aos assuntos envolvidos e os colocam em julgamento no mercado ideológico. Embora os advogados ideológicos (de forma não muito diferente de sua contrapartida legal) tendam tanto a obscurecer como esclarecer a verdadeira natureza dos problemas envolvidos, eles pelo menos chamam a atenção para sua existência e, polarizando os assuntos, tornam mais difíceis negligenciá-los. (GEERTZ, 1989, p. 115)

Partindo para as considerações finais sobre esse tópico, conclamo para debate algumas abstrações de Terry Eagleton, em sua obra, *A ideia de cultura*. Ele desenvolve uma relevante problematização sobre o conceito de cultura a partir da modernidade, debatendo criticamente o conceito de pós-moderno. A partir do marxismo, o crítico britânico, debate a relação entre cultura e política, destacando a potencialidade crítica e antissistêmica das produções culturais no capitalismo contemporâneo. Logo no primeiro capítulo, sob o tema “Versões de cultura”, o pensador analisa a etimologia da palavra, assim como, a transformação de seu conceito no decorrer da história, passando do cultivo da terra ao cultivo de modo de vida, profundamente arraigado e normatizado nas sociedades.

“Cultura, é uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua, e ao termo que é considerado por vezes, seu oposto — natureza — é comumente conferido a hora de ser o mais complexo de todos. No entanto, embora esteja atualmente em modo de considerar a natureza como um derivado da cultura, etimologicamente falando, é um conceito que deriva da natureza. Um de é “lavoura”, ou “cultivo agrícola”, o cultivo do que cresce naturalmente. O mesmo é verdadeiro, no caso do inglês, a respeito das palavras para lei e justiça, assim como de termos como “capital”, “estoque”, “pecuniário” e “esterlino”. A palavra *coulter*, que é cognata de “cultura”, significa a “relha do arado”. Nossa palavra para a mais nobre das atividades humanas, assim, é derivada de trabalho e agricultura, colheita e cultivo. Francis Bacon escreve sobre “a cultivo e o adubamento das mentes”, numa hesitação sugestiva entre estreme e distinção mental. “Cultura”, aqui, significa uma atividade, e passou muito tempo até que a palavra viesse a denotar uma entidade. Mesmo então, provavelmente não foi senão com Matthew Arnold que a palavra desligou-se de adjetivos como “moral” e “intelectual” e tornou-se apenas “cultura”, uma abstração em si mesma. (EAGLETON, 2003, p. 9-10)

Penso que uma cisão muito bem difundo via institucionalização das várias formas de expressão do sentir, pensar e criar dos homens, seja na produção de conhecimentos, valorações, julgamentos e interpretação, popularizando-se a deturpada ideia cultura de desconectar o cultivo da terra do cultivo de si, corroborando assim para a reificação de um mecanismo e tecnicismo, produtores de um materialismo cultural como uma tautologia, ou seja, raciocínio lógico composto como um verdade irrefutável, independentemente do valor lógico das proposições simples que a constituem, sem precedentes a exceções, dissensos, especificidades, possibilidades outras de verdade. O autor segue afirmando que a “cultura” antes designando um meticuloso processo material, transpõem a um só golpe para os assuntos do espírito, cartografando no âmbito do seu desdobramento semântico, a própria transição da humanidade de uma existência rural para uma existência urbana. Unindo física e metafísica numa única noção, associando a agricultura, assim como seus fazeres e saberes construídos

nesse processo de lidar com a terra, como algo prejudicial a construção de sujeito do conhecimento, por não lhe permitir tempo livre para o lazer, o deleite, a cultura.

Uma realidade analítica que corrobora com o debate proposto nesse momento, de explicitar um pouco sobre pontos que aclarem os fundamentos da crise o qual o conceito de cultura atravessa, fomentando a ideia de civilidade, do ser culto, das autoridades extremamente autoritárias que se autointitulam como os designadores e administradores de toda produção artística e cultural de um determinado “povo”, classificando, clivando, ditando normas, regras, condutas e uma série de outras categorias de construção da sociabilidade dos homens, seja no convívio consigo mesmo, seja na coletividade. Um conceito que guarda em si, um grande embate e oposição com a natureza, laçando o sujeito da criação em grandes querelas entre ser livre, autor de sua própria obra, e determinado falado por alguém, o mutável e o imutável, a realidade dada e a socialmente construída. Fato que me faz ponderar, que o problema de se buscar ter uma compreensão mais alargada do conceito de entender suas perdas semânticas de sentido e significado, seja muito mais uma questão de reconhecer uma desconstrução presente em seu âmago do que desconstruir as oposições que tal etimologia causa.

Se a palavra “cultura” guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Neste termo, entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismos, o fazer e sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado. Se cultura significa cultivo, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. É uma noção “realista”, no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas também uma dimensão “construtivista”, já que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa. (EAGLETON, 2003, p. 11)

Algo muito complexo e perigoso para os objetivos torpes, individualista e de dominação, e de uma elite cultural e sua casta estabelecida num plano de ponderações, interpretações e julgamentos sobre si, os outros e o mundo, mecanicista das relações sempre dadas e nunca construídas nesta realidade, geometrizando o espaço, cronometrando o tempo, numa angústia infinda de busca por uma imortalidade que o traga segurança de estar, mesmo que simbolicamente, vencendo a morte, algo ocasionando, como já foi dito, pela crença cega nos princípios do iluminismo, uma confiança extremada, numa racionalidade do homem e num humanismo muito arraigado, numa projeção de uma física detentora de todos os princípios de verdade sobre uma metafísica, ocasionando as citadas problemáticas e toda essa discussão, até aqui posta, acarretando uma investigação de situações problemas e conflitos, de

forma parcelada, um sujeito do conhecimento e de valorações autoritário, um ser supremo e superior a tudo e a todos, estabelecendo-se acima do bem e do mal.

No entanto, uma vez que, “humanidade”, aqui significa uma comunidade livre de conflitos, o que está em jogo não é apenas a prioridade da cultura sobre a política, mas sobre um tipo particular de política. A cultura, ou o Estado, são uma espécie de utopia prematura, abolindo a luta em um nível imaginário a fim de não precisar resolvê-la em um nível político. (...) Aqueles que proclamam a necessidade de um período de incubação ética para preparar homens e mulheres para a cidadania política são também aqueles que negam a povos colonizados o direito de autogovernar-se até que estejam “civilizados” o suficiente para exercê-los responsabilmente. Eles desprezam o fato de que, de longe, a melhor preparação da independência política é a independência política. Ironicamente, então, um argumento que procede a humanidade para a cultura e daí para a política trai, pelo seu próprio viés político, o fato de que o real movimento é no sentido contrário—são os interesses políticos que, geralmente, governam os culturais, e ao fazer isso definem uma versão particular de humanidade. (EAGLETON, 2003, p. 17-18)

Nestes termos, como pensar a cultura numa realidade que ao mesmo tempo busca está associada ao sentido de sociedade, dissocia-se dele com impensável ideia, particulares de humanidade, como frisa Terry? Como pensar na ideia de homem racional, animal, social por natureza, superior, quase que apriori a ideia de ética, política, moral? O que pensar de instituições, como as escolas, os museus, entre outras, e suas ações, relações, ponderações sociopolíticas e culturais, que surgem dessa realidade? Questões que corroboram com o debatido, até então, sobre a instrumentalização da cultura como fonte de busca em atender interesses particulares de um grupo de fisiologistas, corruptos, pouco ou nada preocupados com a responsabilidade social de seus atos, legando um contingente sentido e significado ao conceito de cultura, submisso aqui ao ditames egocêntricos do homem, colocando-o seja como sujeito do conhecimento, das criações, das invenções, convenções, e uma série de outras categorias que o tornam um ser disposto a sociabilidade e produtor de cultura como uma massa de manobra de uma hegemonia, sob a égide dos “radicalismos” de uma determinada ideologia, administrada por uma casta cultural, mantenedora de problemáticas que o mesmo cria e por isso, se fazendo elite, principalmente na esfera de relações de força e poder do Estado.

A cultura, então, é o verso inconsistente cujo averso é a vida civilizada, as crenças e predileções tomadas como certas que tem de estar vagamente presentes para que sejamos, de alguma forma, capazes de agir. Ela é aquilo que surge instintivamente, algo profundamente arraigado na carne em vez de concebido na mente. (...) a cultura é uma ideia pré-moderna e pós-moderna em vez de uma ideia moderna; se ela floresce na era da modernidade, é em grande medida como um vestígio do passado ou como uma antecipação do futuro. (EAGLETON, 2003, p. 46-47)

Findo por enquanto essa discussão sobre esse tópico, reiterando que a ênfase da palavra direito, num sentido relacionado a jurista, advocacia, advogados, não necessariamente está posta para desqualificar sua complexa carga epistêmica e axiológica, muito menos sua interatividade e atuação com outras áreas do conhecimento, incapacitando seus agentes e sujeitos do conhecimento em gerenciar, administrar e governar; o trocadilho proposto, pauta-se na perspectiva de problematizar a utilização do seu contexto teórico-prático, historicamente consolidado no país como um ramo de inteligência, formado geralmente por uma casta cultural estabelecida, pautando-se somente para defender a cultura como uma ideologia, sempre a serviço da corrupção, um agir do sujeito do direito da jurisdição, utilizando-se do seu transitar normativamente pelas leis como uma autoridade do conhecimento, conhecendo seus tramites, suas brechas como aberturas para empreender o projeto de burlamento das leis, assistindo assim anseios particulares e torpes, seja de quem o lidera, seja seus partilhados interesses, algo presente num jogo de alienação, dominação para pilhagem, saqueamento, roubo dos bens públicos, se apegando a norma como se fosse a própria certificação e justificação encarnada de tornar atos ilícitos em lícitos falaciosamente através da ideia de que está seguindo a lei, tomando do sujeito cultural como um dado, estático, imutável e disposto a cumprir com o determinado.

Um contexto de reflexões e críticas o qual me insiro atuando por quase dois anos de 2015 a 2017, como um agente passivo desse ideologismo cultural, não pelo fato de praticar diretamente os atos de tal realidade, mas, pelo que é pior, saber de tal contexto e me manter neutro por um longo tempo, não sabendo lidar com o racismo estrutural e suas múltiplas violências, com os entraves, bloqueios criativos, enfim, uma descrença no potencial intelectual, valorativo e criativo, que construir socialmente ao longo de muitas batalhas e de histórias de luta que ao lidar com as graves problemáticas causadas pelo sistema e pelo fato de permitimos adentrar em nossas vidas a alienação e dominação propiciada por esse miserável e doente sistema de ideias, condutas e práxis, homogeneizador e destruidor de especificidades, nos fazendo acreditar que tais problemáticas sejam oriundas de nós mesmos, algo que me traz a constatação de que o único mal que possamos ter nessa realidade trata-se de na condição de não combater essa forte e fundamentada lei da persuasão da falsa ideia de que as pessoas, coisas, o mundo são assim pura e simplesmente porque são¹¹⁴.

114 Ênfase nessa pauta a forte contribuição dos colegas de turma do PPGCSPA – UEMA, e destaque para esse momento a postura crítica da amiga Kelda em sala de aula e nos diálogos informais ocorridos nas caronas oferecidas de retorno para casa ou trabalho, nos bate papos virtuais sobre a relação cultura e direito, envolvendo-me na perspectiva de entender essa jogada do governo comunista de insistir até 2022, na pauta de

Assim como acontece com tudo em minha vida, no ano seguinte caracterizou-se como mais um o divisor de águas de um sujeito do conhecimento frente a muitos desafios, na vida pessoal, espiritual e o profissional (pauta analisada nessa pesquisa), sendo acolhido em muitos momentos de dores, medos, aflições, receios, pelas forças do axé, acalentado pela ludicidade de meus sobrinhos, aceito pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Políticas da Amazônia, me colocando frente a frente comigo mesmo, fazendo-me rever práticas, posturas, conceitos, num intenso processo de autoconhecimento e autocobranças, me tornando livre de muitas amarras e bloqueios dos mais variados tipos, com destaque aos empreendidos pelo racismo estrutural na vida profissional, fazendo-me entender o porquê de tantas angústias ao mesmo tempo, propiciando-me intensas e interdisciplinaridades vivências entre conhecimentos ancestrais, do cotidiano, e acadêmicos, sendo um momento muito rico de construção de saberes e fazeres que muito contribuiu para o encorajamento de enfrentar com mais afinco e poder de arguição, os desafios de tornar coerente o serviço público, para o público, lidando com mais segurança e astúcia com as constantes sabotagens dos dissensos a essa pauta, devolvendo-me para a filosofia, para o filosofar, assim penso.

3.3. Os Centros de Ciências e Saberes e Casa do Maranhão: itinerâncias, mudanças e resistência cultural

Chego ao principal momento gerador de toda essa debate aqui construído, fundamentando-se na condição de equidade entre os conhecimentos acadêmicos, artísticos, científicos, filosóficos e ancestrais, a partir de experiências obtidas ao lidar com Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia do PNCSPA e suas referências, construída sob a égide dos museus vivos, os Centros de Ciências e Saberes, ocorrida entre abril e maio do ano de 2016, com artefatos selecionados por “comunidades” tradicionais localizadas em regiões amazônicas e Amazônia legal, entrelaçados com ações de cunho acadêmico, objetivando instaurar um ciclo de exercícios relacionais desses atos, ligados a problemas vivenciados por estas comunidades, seus agentes e suas respectivas reivindicações de identidades e territorialidades com a específica modalidade de estar contida na Casa do Maranhão, fazendo parte de seu circuito até hoje, sem necessariamente pertencer a mesma, referendado a atuação da sua gestão ao executar suas obrigações institucionais, reiterando a avaliação de um contexto repleto de oposições de caráter não destrutivo, imprescindível para se explicar um

nomeação de sujeitos da área do direito administrando a cultura, refletindo, problematizando, criticado tal realidade no tocante a se assemelhar a um ideologismo cultural.

debate sobre o sentido e significado de cultura como um agregado das mais variadas áreas de expressão e interpretação do saber e fazer humanos, nunca homogêneo.

Um contexto de itinerâncias que instigaram o aprendizado e a obstinação da gestão da Casa do Maranhão em seguir com a ideia de gerir cultura como intenso processo de mudanças dinâmicas e vivas, construindo resistências frente a condição estritamente física de compreensão da realidade, tomando a explicação da condição humana como algo reduzido a um biologismo, interagindo com o outro e a natureza de forma mecânica, padronizando especificidades e geometrizando lugares, colocando-se contra qualquer obstáculo que afronte, discorde de suas determinações, tomando a cultura como um poder, nunca como um contexto que movimenta o homem em agir a partir de uma complementariedade construída socialmente num coletivo, repleto de tensões, conflitos que reiteram o que se é e o que faz, proferindo uma ética com responsabilidade social atrelada incondicionalmente aos atos praticados, com um cuidado de si, dos outros e do mundo, corroboraram para fomentar muitos questionamentos pautados na organização, estruturação, funcionalidade, missão e relevância da Casa do Maranhão como um espaço sociomuseal e educativo resultante de um intenso processo de problematizações.

Nesse contexto retomo as caóticas, confusas e angustiantes ideias iniciais dessa pesquisa, ainda como um pré-projeto sob o tema, Casa do Maranhão: um museu vivo a serviço da sociedade, analisando em sua construção irreflexões sobre um conjunto de tensões, conflitos, dissensos, diferenças, relações de força e poder presentes nessa equiparação, enfim, gritantes distinções entre as concepções de um museu institucional e um tomado como vivo, não apresentando no referido projeto uma crítica a um forte essencialismo e instrumentalismo que os CCS's estavam propiciando a gestão da Casa Maranhão, cega para a possibilidade de estar reiterando-a com um potencial espaço difusor de um ética institucional, pautada num ideologismo cultural, como se viu no tópico anterior, desrespeitando todo um contexto de lutas e reivindicações de povos de comunidades tradicionais ocupantes da Casa altamente politizados e críticos, interagindo com seu acervo, ratificando a ideia de que se fazia necessário resistir culturalmente a todos os entraves, perseguições, sabotagens vivenciadas, nas tentativas de não fixar o fazer museal num determinismo político fisiologista, cegueira esta, provocada pela falta de coragem para enfrentar os grandes desdobramentos que se formariam de tal interatividade, pelas afeções negativas provocadas ainda indiretamente pelo psicologismo presente na práxis que toma cultura como uma ideologia, e pelo fato de estar se preocupando naquele momento, numa inquietante condição de inserção no mestrado, na

tentativa de comprovar uma tese impensável, adquirindo meios diplomáticos para lidar com o racismo estrutural sofrido como gestor sem combate.

Uma realidade que hoje avalio como algo altamente ingênuo, superficial e impensável, a maneira como buscava tornar sintético simplistas duas distintas visões de mundo, altamente dissonantes quanto a interpretação, organização como um coletivo, um agir político e um fazer cultural, pelo simples fato de buscar transformar a Casa do Maranhão num grande laboratório de ações disposto em corroborar com a transversalidade do conhecimento, sua condição de reciprocidade no tocante a relação sujeito-objeto, e inúmeras outras temáticas presentes na educação e formação de ideias para vivência da política social, pretendendo dispô-la ainda, como um aparelho pedagógico em prol principalmente em colaborar com o ensino formal, numa pretensa e desafiadora busca, alargando a ideia de patrimônio do plano físico e coisificado para um todo vivo e também metafísico, estreitando-se laços de pertencimento com a comunidade na qual se insere e agrega, não despolitizando, romantizando ou tornando passiva os inúmeros choques de realidade obtidos em tal contexto, a fim de criar uma pauta de reflexividades sobre o ser maranhense e sua maranhensidade, ou seja, sua condição de sujeito cultural predisposto a uma sociabilidade.

Um devaneio e afronte não considerando toda uma busca de combater um processo histórico de exclusão, desconsideração de matrizes culturais como a indígena e africana, consideradas como inferiores através de um persuasivo processo principalmente educativo, altamente eurocentrizado, muito difundido também entre os museus institucionais oriundos de um pensar estatal, tornando o homem superior a cultura, não evidenciando: “A historicidade da vida contra a museificação” (Almeida, 2017, p. 47). Uma mortificação da diversidade cultural, assim como (...) do potencial de mobilização política de povos que reverteram a sua propalada condenação ao extermínio e romperam com os estigmas de “primitivos” e “atrasados”, atribuídos usualmente categoria outros” (Almeida, 2017, p. 50). Desfavorecendo assim a atividade crítico-reflexiva sobre:

“(...) situações sociais de emergência autônoma de “pequenos museus” independente dos atos de Estado e da políticas museais, tanto propondo perguntas, quanto buscando responder uma sequência de interrogações hoje a pesquisa etnográfica. O pano de fundo concernente a vicissitudes de processos reais e de realidades empiricamente observáveis no decorrer dos trabalhos de campo realizados em regiões amazônicas, no âmbito do próprio “Projeto dos Centros de Ciências e Saberes”. As reflexões enfatizam, sobretudo, os deslocamentos nos significados de museu e suas relações com agências e formas organizativas dos denominados povos e comunidades tradicionais, cujos os territórios e bens culturais encontram-se submetidos, a grandes riscos, ameaçados por conflitos sociais provocados pela implantação de megaempreendimentos e “obras de infraestrutura” e de segurança”. (ALMEIDA, 2017, p. 50)

Diante de tais iniciais irreflexões, as vivências no mestrado da cartografia social, passou a ser um dos principais nortes na maturação e aprofundamento de conhecimentos, sobre os fundamentos dos museus institucionais nas intensas discussões sobre o Estado, a cultura e o poder, despertando-me de um sono dogmático e alienado de fazer gestão museal na Casa do Maranhão, com a ultrapassada ideia da política de boa vizinhança e a maldita, e talvez pior, postura ética que se toma diante de uma determinada batalha, a neutralidade, sendo está a mais indecorosa atuação, acentuando uma passividade e um conformismo diante de situações adversas vividas, sabendo-se de suas reais causas, inibindo qualquer possibilidade de criar um posicionamento crítico sobre as mesmas, agindo como um homem comum, de bem como pensa Hannah Arendt, submetendo-me a uma mediocridade em relação a sentir/pensar/criar, algo que me fez desviar dos constantes desdobramentos, queixas e orientações, construídas numa diversidade cultural externada na ocasião, pela interação dos CCS's e Casa do Maranhão, além de todo um arcabouço de conhecimentos paralelos, adquiridos ao logo das vivências, obtidas via, busca de equilíbrio, emocional, cognitivo e principalmente espiritual.

Nessa jornada o interesse em buscar saber mais sobre o espaço administrado e seu sistema de organização, o obvio ignorado se desvelou, a condição dos museus institucionais como desdobramentos de um nacionalismo que segundo Benedict Anderson, eclodiram desde dos anos de 1820, como resultado da junção da ideia de nação e império dinástico em reação aos movimentos nacionais populares que proliferavam na Europa naqueles tempos, criando assim os Estados Nações, pautados em correntes de pensamento europeu, passando a assumir um patamar de pensamento universal, possibilitando assim, superar sistemas de dominação de períodos anteriores e suas respectivas autoridades autoritárias, sobrepujando o “povo” pela fé e realeza. Proliferando ainda desse contexto o regionalismo e todas as demais clivagens, classificações determinantes para gerar conceitos, noções, entre outras categorias de identificação e pertencimento, determinante para criação do padrão de homem, cultura, patrimônio, memória, história, sobrepujados agora pelo capitalismo.

O nacionalismo é a patologia da história do desenvolvimento moderno, tão inevitável quanto a neurose no indivíduo e que guarda muito da mesma ambiguidade de essência da tendência interna de cair na loucura, enraizada nos dilemas do desamparo imposto a maior parte do mundo (o equivalente infantilismo para as sociedades), sendo em larga medida incurável. (ANDERSON, 2008, p. 31)

Nesse contexto o autor considera dentro da lógica antropológica a nação: como uma comunidade política imaginada sendo intrinsecamente limitada pela delimitação de suas fronteiras por outros territórios; e ao mesmo tempo soberana, porque o surgimento do

nacionalismo, segundo Anderson, está relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Ela é imaginada por possuir fronteiras finitas ainda que elásticas e pelo fato de que mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conheceram, encontraram ou nem sequer ouviram falar de todos os seus companheiros (compatriotas), embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles, ela ainda é soberana porque é constituída de pluralismo admitindo que a única maneira de ser livre remete-se em possuir, ser dona de um pedaço determinado de terra, obtendo autonomia.

É nesse contexto de contingências perturbadoras, acirramento de disputas e porque não dizer de “tradições inventadas¹¹⁵”, como pensa Hobsbawn e Terence, que todas as instituições que compõem um Estado Nação vão se edificando, estando estritamente conectadas a uma íntima, necessária e geralmente conveniente associação, com a ideia de geometrização do espaço, cronometragem do tempo e mecanização das relações produzindo um homem totalmente averso a um humanismo, corroborando com a efetivação da ideia de um pertencimento nacional, que segundo Anderson se efetiva de maneira exitosa via triada do censo (delimitando quem é o cidadão), do mapa (demarcando a qual grupo social, étnico, religioso, político pertence) e do museu (determinando que tipo de memória e história deva difundir e divulgar)¹¹⁶, fortalecendo e incorporando todos ao mundo da reprodução mecânica, a fim de restabelecer o princípio maior de toda fonte de conhecimento e valoração, o homem desfacelado em períodos anteriores.

Algo impensável percebendo-se que hoje, vive-se numa sociedade, herdeira desse paradoxo acima mencionado, completamente doente e cheia de incoerências e arbitrariedades que torna inoperante princípios como, garantia a segurança, oportunidades para difundir um autoconhecimento e conhecimento em prol do desenvolvimento de virtudes, garantindo também o bom convívio e o bem viver, como se debateu no segundo capítulo, atuando numa perspectiva muito mais voltada a quem representar, do que o que representar, não funcionando como algo refletido, pensado, analisado e ponderado num contexto verossímil a um significado do mundo como realmente existe e sim como categorias ideológicas, criando instituições de força e poder, mantenedoras de violências e controladoras do saber e fazer

115 Eric Hobsbawn tem plena razão ao afirmar que os movimentos e estados marxistas têm mostrado a tendência de se tornarem nacionais não só na forma, mas também no conteúdo, ou seja, nacionalistas. E essa tendência não se restringe ao mundo socialista. As Nações Unidas admitem novos membros praticamente todos os anos. E muitas nações antigas, tidas como plenamente consolidadas, veem-se desafiadas por sub-nacionalismos em seu próprio território – nacionalismos estes que sonham com futuros felizes, livre dessa condição de sub.

116 Discussões estas presentes no capítulo 9 da obra, *Comunidades Imaginadas*, do referido pensador.

cultural. Nesse contexto, a representação da cultura passa a participar direta ou indiretamente na construção de imagens e discursos para governar, dominar, explorar ainda que conivente com um projeto de destruição de cultura e extermínio de vidas.

Assim, mutuamente interligadas, censo, mapa e museu iluminam o estilo de pensamento do Estado colonial tardia em relação aos seus domínios. A “urdidura” pensamento era uma grade classificatória totalizante que podia ser aplicada como uma flexibilidade ilimitada a qualquer coisa sob o controle real ou apenas visual do Estado: povos, regiões, religiões, línguas, objetos produzidos, monumentos e assim por diante. O efeito de tal grade era sempre poder dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo. Essa coisa qualquer era delimitada, determinada e, portanto, em princípio enumerável. (ANDERSON, 2008, p. 253)

Um contexto que impossibilita qualquer tentativa de equiparação da Casa do Maranhão a um museu vivo, sendo criada inicialmente para atender demandas da coroa portuguesa como tesouro público provincial em 1823, atendendo pautas estatais após 17 anos da Secretaria da Fazenda e Produção do Estado do Maranhão e somente em 2002, como Casa de Cultura, sendo um lugar de muitas disputas, relações de força e poder e de representatividade institucional, que segundo uma perspectiva levantada pelos pesquisadores do PNCSPA de criação de tais centros, corroborada pelas abstrações de Anderson, em *Comunidades Imaginadas*.

Consistem em produtos de relações sociais voltadas para uma multiplicidade de modos de colecionar objetos, de diferentes lugares e tempos históricos, e de exercer autoridade para classificá-los e exibi-los. Abrangem instituições referidas a processos de decisões intrínsecos às esferas de poder, concernentes, sobretudo, ao patrimônio cultural, remetendo diretamente às noções operativas de “proteção”, “preservação” e “conservação”. Tal como o recenseamento e a capacidade de produzir mapas, o museu consiste historicamente num destacado instrumento de poder, coextensivo ao expansionismo dos impérios e ao advento das nações. (ALMEIDA, 2015, p. 47)

Nesse contexto de esclarecimentos sobre a situação cultural colonial da Casa do Maranhão, outra perspectiva se fez necessária analisar, instigada pelas inquietações propiciadas pela Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, a ideia de nova concepção de museu pensada pelo Estado¹¹⁷, segundo o decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto dos Museus admitindo-o como “(...) projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teóricos e práticos da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico” (BRASIL, 2013),

117 Resultado de um processo de reparação histórica e social no governo progressista do PT, em seus quase doze anos de mandato na esfera da administração pública federal do Brasil, acatando reivindicações e lutas dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

algo que apesar e ser muito debatido em encontros principalmente com a REM MA, e muito difundido nas campanhas de valorização dos museus institucionais feitas pelo Ibram, demorou um tempo na prática para ser associado como um norte, um desinteresse advindo das negativas afecções estabelecidas pelo ideologismo cultural e uma indefinição identitária da gestão, como se viu anteriormente, angústia que a lançou em mais um intenso e dinâmico processo de desconstruções e reivindicações causados pela forte ancestralidade, categorias de identificação presente na citada exposição, assim como, toda uma carga reflexiva, questionadora, de desdobramentos e queixas a responsabilidade social de um museu institucional.

Uma realidade de conformismo e aceitação da gestão da Casa do Maranhão a procrastinar por um tempo, não efetivando de fato as referências obtidas de duas instâncias de distintos sobre o museu, àquela altura em total interatividade, externando uma complexa conceituação nada consensual e convencional de museu como um lugar de dinamicidade, diversidade cultural, não sendo um mero espaço com delimitações e determinismos, mas como um território, salvaguardando a memória e história de quem nele habita, um pensar, que de acordo com a lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, passa a considera-los sob efeito de lei, como:

(...) instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjunto e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza, cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Uma transcendência que penso agregar uma totalidade, livre do estático e sem a pretensão de ser uma autoridade autoritária, algo corroborado por uma antropologia que parte da ideia de o considerar como uma comunidade de similares, repleta de experiências à aprendizagem vividas e convidadas, enfim, algo que sofre profundas influências das ciências sociais e filosofia aqui estudadas, corroborando com a ideia do mesmo ser um lugar primordialmente agregador, problematizador de momentos de crise social e uma unidade de similares unidas pela confiança, muito claro e defendido no Plano Nacional de Educação Museal, evidenciando e pautando-se :

Nas epistemologias africanas e ameríndias, abarcando todos os viventes – inclusos a água, o ar, o solo, a natureza, o cosmo, os ancestrais falecidos e os ainda não nascidos, os aspectos materiais e espirituais da existência, em permanente desdobramento. Trata-se de reconhecer a integralidade de seu contexto como uma trama de conexões sistêmicas que a tudo perpassa. É nesse âmbito comunitário alargado, em que não cabem relações de domínio, propriedade, exploração ou hierarquia que torna possível a humanização. (PNEM, 2018, p. 62)

Uma conceituação sobre museus suplantando um contexto de interrelações mecânicas, com conceitos e práticas ultrapassadas a uma realidade viva, fomentadora de possibilidades educativas, políticas, sociais e culturais, sendo espaços de integralidade, sendo ainda um instrumento de transformação da sociedade, adquirindo desta forma, um caráter filosófico ao universalizar-se para o povo através da democratização de seus espaços e diversificação de suas funções, sendo um lugar de práxis de contínua e constante contextualização com a realidade sócia histórica da multiplicidade de grupos humanos e não mais somente parte dela. Uma nova realidade mundial, “O museu como finalidade, (...) objetivo e uma unidade popular, a universalidade para o povo através dos objetos. O que numa universalidade normal e a linguagem das palavras e em última instância a linguagem dos sinais escritos, no caso do museu converte-se em linguagem dos objetos, do concreto” (PNEM, 2018, p. 19). Uma perspectiva fortemente influenciada pelo pensamento da filosofia libertadora de Paulo Freire¹¹⁸.

“Assim, coube a Freire este papel de destaque na configuração do movimento da Nova Museologia, quando se transferiu ao campo museal suas teorias sobre educação como prática de liberdade e conscientização, que se consubstanciou na visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e de cidadania”. (PNEM, 2018, p. 17)

Um grande desafio cobrando da gestão da Casa do Maranhão, um posicionamento mais claro e objetivo sobre a luta travada contra o racismo estrutural, um angustiante momento que pouco tempo depois passou a referendar a pauta de suas ações numa “nova museologia” justificadas agora, perante as leis estatais e orientações ancestrais, fazendo interagir múltiplos conhecimentos, formas de expressão, inserindo-se necessariamente numa crítica a um ideologismo cultural, situando a condição da Casa do Maranhão como uma instituição estatal apta à atividades sociomuseológicas, transpondo a errônea perspectiva de equiparação com a ideia do museu vivo para uma configuração de agregar, reparar, retratar através de suas funções, matrizes culturais historicamente desconsideradas, tendo todo seu o contexto de conhecimentos e valores desmerecidos e/ou reduzidos a um mero, simplório e ordinário agir.

118 Uma perspectiva firmada na PNEM, nas páginas 16 e 17, que trata da Mesa Redonda de Santiago, no Chile, causando uma Reviravolta da Educação Museal, no ano de 1970. Um dos eventos mais marcantes para área museal configurando o movimento da “Nova Museologia”, no que se refere a políticas públicas, nortes, protótipos para ações nos museus, uma nova prática social dos museus, onde o conceito de museu, assume um patamar de integralidade, sendo um instrumento de transformação da sociedade, um conjunto de seu meio material e cultural. Um encontro agora com caráter verdadeiramente filosófico mesmo com a não participação presencial de Paulo Freire. Maiores informações sobre a carta. Consultar: wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf.

Uma realidade que fez o gestor lidar com mais esmero e coragem com as vexatórias desassistências, como um lugar que por uma obrigação normativa deve assegurar a cultura como um direito universal da humanidade aos homens, garantindo dignidade, respeito às condições de vida que afirmem suas diferentes formas de se expressar, sentir, pensar, crer, criar, enfim, viver longe de uma perspectiva pautada numa padronização imposta, efetivando de fato, a citada Casa de Cultura, construída socialmente, sedo um processo de constantes aprendizados e fundamentações pautados numa realidade cultural de uma multiplicidade de grupos humanos, não mais uma parte destes, resignificando-se na perspectiva de considerar a totalidade da comunidade na qual está inserida seja ela interna e/ou externa, atuando em busca de transformar seu contexto social de ações e serviços oferecidos através de reflexividades, autocríticas e autoconhecimento.

Uma postura que passou a instigar uma melhor compreensão de sua função cultural como um espaço museal, inserida nessa dinâmica, destituindo de suas interrelações, a ideia de oposição sem complementaridade, denunciando e combatendo o falso juízo de consenso através da homogeneidade, compreendendo ainda que sua efetivação constrói-se via uma alimentação dos frutos do convívio comunitário que permite a diferenciação, a divergência e o conflito, com a missão de admitir-se como órgão que por muito tempo, como espaço estatal irrefletido, quanto a sua situação colonial, acirrou desigualdades entre pontos de vista, leituras e interpretações de mundo, desqualificando o sentido de itinerâncias altamente propiciadora de tensões para uma mera síntese consensual estabelecendo assim, o racismo e uma série de outras vicissitudes de caráter, que acentuam o ódio mútuo, polarizam disputas, inflamam egos, potencializa corrupções das mais variadas formas, transformando tais desvios de comportamento ético em intolerâncias e uma série de outras violências, em opinião e até ideia moral, atinente em não compreender e/ou encontrar sentido na prática do altruísmo, da empatia, do amor mundi, desconsiderando os processos vivos que necessariamente colocam o museu a serviço de uma coletividade.

Algo nada fácil, sendo para Chagas uma práxis disposta a ser desenvolvida por pessoas ousadas, revelado, as constantes mudanças que se dão na interrelação entre o território do museu e do patrimônio, um território que ora tem estranhamento e ora tem familiarização. (CHAGAS, 2002, p. 06), que se bem refletidos e analisados podem se transformar em fundamentos que criam pontes, práticas de resignificação, reiterando que num conflito de situações díspar, de ideias dissonantes, de leituras de mundo diferentes, o embate funciona como um elemento de interseção de extrema necessidade para demonstrarem aos distintos campos em conflito, o que de ingênuo, irrefletido, falacioso, tirano, egoísta e

arrogante possuem, atrapalhando a construção de valores e conhecimentos que tornam o homem apto para o pleno exercício da cidadania. Uma postura imprescindível que reforçou o sentir/pensar/agir, sobre um fazer cultural da Casa do Maranhão, como um espaço a serviço de uma diversidade mais atenta as jogatinas dos homens estatizados (GFP), administradores da pasta institucional da cultura do Maranhão, nada problematizador do momento existido.

“É desejável abolir toda e qualquer ingenuidade em relação ao museu, ao patrimônio e a educação. Ao lado dessa abolição é desejável desenvolver uma perspectiva crítica, interessada em investigar ao serviço de quem estão sendo acionados: à memória, o patrimônio, a educação e o museu. É preciso saber que o museu, o patrimônio, a memória e a educação tiranizam, aprisionam, acorrentam, escravizam os olhares incautos e ingênuos. É coragem para pensar e agir a favor, contra e apesar do museu, do patrimônio, da memória e da educação. É preciso enfrentá-los com o desejo de resignificação e antropofagia, com a coragem dos guerreiros (...)”. (CHAGAS, 2002, p. 05)

Neste tenso contexto de contribuições e busca de embasamento de um fazer museal em um normativo de leis institucionais refletidas e construídas numa diversidade cultural, a interatividade entre o ser (matraqueiro do BMB, filho do axé, artista plástico, artesão), o estar (gestor, professor, pesquisador) e agir do sujeito do conhecimento, foram de fundamental importância para o diretor da Casa do Maranhão rememorar histórias de luta e reivindicações que o levaram a tal posto, um posicionamento político com a emaranhada e complexa dinâmica de disputas e força e poder, assumindo a condição de ser um servidor público disposto à promoção de ações para o público, tecendo críticas, não como um mero diálogo egóico medindo forças como os opositores, mas como uma dialética usando o próprio contexto de violências e violações para refletir as limitações da institucionalização, da cultura quanto a gestão macro, do bens e serviços oferecido a seu povo.

Nesse contexto de transformações, encontros, reencontros, de posicionamento colonial diante das problemáticas vividas, muitas foram as experiências reflexivas obtidas, proferindo um interativo plano de ações educativas, no ano de 2019, pautados em discutir temas altamente tensos e conflituosos dentro da área de atuação museal institucional, abrindo caminhos alternativos em desconstruir padrões, conceitos e perspectivas, impostos aos povos subalternizados por uma história oficial, criticando-se ainda heranças de um colonialismo, uma modernidade e atuações do capitalismo ardilosos, persuasivos e metamórficos quanto ao alcance de seus objetivos. Uma realidade que gradativamente a cada ação executada aflorava uma concepção mais analítica, retificadora do gestor da Casa do Maranhão, acentuando a relevância da experiência de ter em suas dependências os museus vivos, sendo corroborada com o seu engajamento e envolvimento na mesma medida em questões de conflitos presentes

no decorrer de etapas de leitura, debate, discussões e avaliações do curso de mestrado no PPGCSPA, da UEMA, e ainda com a perda de uma das principais referências no âmbito de um fazer política com arte, grande amigo, companheiro de lutas, mestre Haroldão, do BF, falecendo em 04 de dezembro de 2018, despertando-me em definitivo a uma crítica a uma realidade administrativa de alienação e massificação da cultura¹¹⁹.

Nessa perspectiva as aprendizagens espirituais como homem do axé, também se fundamentaram como um contexto de intensos aprendizados ao lidar diplomaticamente com mais esmero com as cobranças na condição de gestor institucional, realizando todo um contexto de cumprimento às obrigações estatais assim como, quanto ao respeito a uma diversidade cultural, conseguindo atender muitas demandas das constantes reivindicações pautadas em orientações físicas e metafísicos com sonhos, intuições, orientações espirituais da minhas mães, e através de agentes sociais, artistas, além de outros atores da cultura do Maranhão e até colegas de trabalho, sobre a necessidade de manter-me alerta, sendo uma espécie de preanuncio do pesado contexto de sabotagens, maledicências, violências sempre à espreita de um por vir, causando-me ao mesmo tempo, medos, aflições, uma certa serenidade em continuar numa luta coletiva, reforçando um trabalho de resistência, enriquecendo a ideia de atuar, agir por uma questão ética e de honra, respeitando todo um contexto de atrocidades vividos pelos ancestrais, lutas e reivindicações dos povos e comunidades tradicionais presentes na Casa e fora dela, persistindo numa batalha contra os vários desvios de caráter que distancia o homem de seu humanismo.

Desta forma, naturalmente foi se construindo uma realidade de um fazer cultural na Casa do Maranhão, pautado principalmente em lutas antirracista, sempre acompanhadas de uma noção de eminente perigo, acionando gatilhos para possíveis investidas do GFP, que presenciaram todo o resto do ano de 2019, e parte de 2020, estranhamente quietos e silenciosos, sem muitas cobranças e impedimentos quanto ao desenvolvimento das ações da Casa em tal pauta. Um contexto intensamente piorado, ao ter que lidar ainda com extremistas totalmente contrários a princípios que garantem a vida, administrando o âmbito federal como milicianos, vivenciando atuações de desmonte cultural, agravado mais ainda com a atuação da

119 Nesse contexto muitas considerações me foram apontados pelo companheiro, na época presidente estadual do Partido Comunista do Brasil, externando seu profundo desapontamento e frustração em relação aos rumos controversos e paradoxais tomados pela gestão comunista entreguista da gestão a uma elite sempre atenta aos movimentos políticos partidários, nas instigantes efusivas e reflexivas conversas de domingo na porta da minha casa pela manhã, escancarando um contexto o qual já se vinha debatendo desde 2007, sobre fato do PCdoB, não ser isento da ação da politicagem, lembro-me que em seus últimos momentos de vida nesse plano, da frase muito repetida por ele: Quem eu menos esperava me abandonou amigo... lhe respondendo o seguinte: a vida é feita de escolhas... algo marcante que trago comigo até hoje como uma forte referência em não desfocar dos meus objetivos como ser político no mundo e muito menos esquecer de onde vim.

COVID – 19, e seu maléfico contexto de mortandade que assolou, assombrou o mundo, ceifado milhões de vidas. Um emaranhado contexto de situações complexas e desfavoráveis, ameaçando até a permanência da vida humana na terra, que mesmo assim não impediu o que já vinha sendo anunciado, as represálias às atuações da Casa do Maranhão contrárias aos interesses do idealismo cultural capitalista, sendo a maior e mais bem arquitetada empreendida feita pelos fisiologistas políticos até então.

Uma realidade de construções autoritárias, arbitrárias e completamente excludentes da perspectiva de diálogo, consulta ou qualquer outra análise que se considera um coletivo de pessoas que ali trabalhavam, entre outras, que utilizavam seu espaço para difusão cultural. Um total menosprezo a fatos corroborantes e comprovatórios do grande dinamismo e intenso trabalho propiciado na Casa do Maranhão, estabelecendo visibilidade para o governo, recebendo a irrevogável decisão do Estado como um ato, sem ser consultada, tendo que agregar as suas dependências, mais dois outros tensos e emblemáticos movimentos, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), e Centro de Referência Estadual em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL), criado em 2018, pela Secretaria de Trabalho do Estado. Uma decisão que inicialmente impactou de forma negativa às pretensões da gestão em relação a funcionalidade da Casa como uma instituição plural, sendo algo muito mais voltado para uma questão individual que a fez questionar sobre seu processo contínuo de formação identitário e amadurecimento, do que uma questão coletiva quanto a recepção dos citados grupos, sendo a mais interessada em recebê-los, haja vista adotar uma pauta de gestão cultural via itinerâncias, como frisei no capítulo anterior.

Um descaso auto justificado continuamente, pelo fato da gestão da Casa do Maranhão está até hoje a espera de algum documento, decreto que formalize tal determinação estatal, refletindo-se sobre tal ato se tratar mais de um resultado da discordância de um trabalho realizado na Casa do Maranhão, do que algo que efetiva-se como um benefício em resolver a tensa situação das mulheres dos referidos movimentos, escancarando um expressivo ódio, e porque não dizer, uma ojeriza a possibilidades de se difundir a relevância de humanismo, altruísmo, empatia, amor, como uma construção coletiva, sendo um processo democrático, inclusivo e participativo, coisa de um ideologismo cultural e homens de bem, sempre alheio a uma diversidade constitutiva do si e do seu fazer, satisfazendo somente seus anseios individuais, julgando seus dissensos como o são. Vale frisar que somada a essa realidade, a Casa passava por graves problemas de infraestrutura recorrentes de tempos remotos, sempre informados e nunca solucionados.

Um contexto muito bem utilizado pelo arquitetos de tal investida, justificando a necessidade da cisão acarretando as melhorias e revitalização da Casa como um todo, fato este ocorrido em tese, criando na prática duas facetas distintas de tratamento no tocante as implementações, assistências e reformas estatais, a primeira tomando como um instrumento, atuando de um lado da economia solidária com total atenção do Estado em assistir os anseios dos dois grupos agregados aos espaços desta morada, com a criação de novas salas entre outras melhorias de infraestrutura, e referente ao espaço museológico, sendo o inimigo, até agosto de 2021, nitidamente excluído de tais assistências estatais, tendo que lidar com a condição de ser/estar/agir extremante fragilizadas pela grande quantidade de vidas perdidas, pelo cerceamento das atividades presenciais da Casa, do mestrado, enfim, da vida em si, expressando-se como a mais desafiadora realidade de adversidades já vivenciadas pela gestão da Casa do Maranhão, aflorando na mesma, por um curto tempo um sentimento de culpa, incompetência na construção, principalmente de um plano emergencial contra as investidas de homens estatizados e suas pautas invasivas, racistas e cruéis, algo que se manifestou principalmente pelo fato de já estar ciente da possibilidade de tal retaliação.

Lembro-me de como se dera a primeira aparição das novas ocupantes da Casa, despejadas de sua antiga moradia alugada e paga pela Secretaria do Governo do MA – SEGOV, alegando ter sido uma determinação em cima da solicitação do prédio feita pelo proprietário¹²⁰, um momento muito truculento e tenso com ímpetos aflorados de indignação e de apreensão sobre o futuro incerto dos movimentos envolvidos, entendo a incapacidade do espaço em atender as demandas propostas, situação essa inferida ao Secretário de Estado do Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, representando o governo do Estado, além do Secretário Adjunto de Trabalho, externando uma total falta de diplomacia, traquejo ao lidar com o tão emblemático momento, desconsiderando a presença da representante da SECMA, e o gestor da Casa do Maranhão não anunciados. Uma situação que deixou bem clara a imposição de determinações, nada humanas, participativa popular, muito menos respeitosa quanto a pauta do trabalho tanto das mulheres ali presente, quanto da gestão sempre aberta ao diálogo e as ocupações, percebendo ainda posteriormente a interesseira neutralidade

120 Vale frisar que os referidos movimentos já tinha outra morada para se fixar, localizada ali próximo da Praça das Mercês no Bairro de Desterro, tudo meticulosamente dialogado, pensado, projetado por todas as mulheres envolvidas no contexto analisado juntamente com os citados representantes do Governo do Estado para tal fim não sendo efetivado na prática, algo que me fez ponderar como pesquisador que se tratava de mais uma estratégia para forçar a ida de tais agentes sociais para Casa do Maranhão, repreendendo tanto a gestão quanto as agentes sociais dos citados movimentos pela forma nada harmônica estabelecidas na suas relações com o Governo do Maranhão, na construção da primeira pauta de ocupação, enfim, uma incógnita até hoje estando em reformas com placa de informes que se trata do prédio histórico para futuras instalações do CRESOL, sendo um fato que corrobora para reiterar o quão é contraditória e contingente as práticas do ideologismo cultural estatal.

da SECMA em tal situação, não me chamando na condição de gestor, seja formalmente ou informalmente para qualquer diálogo, orientação ou algo parecido sobre a pauta.

Diante de tantas encruzilhadas, indecisões, indefinições e muita perseguição política, o que fez a gestão? Nessa jornada a fé foi o principal alimento para nutri-la de coragem, determinação, ousadia e criatividade, fortalecendo uma consciência da situação colonial vivida, assim como as aprendizagens obtidas via interatividade cultural construídas na Casa, aguçando a atuação do aprendiz da filosofia, o filho de Oxalá e de Nanã, reiterando o quão difícil seria a luta, assim como o quão grande seria o resultado em prol de uma museologia institucional mais reflexiva sobre suas práticas. Um contexto o qual me fez ver a grande relevância de me permitir ser afetado como Diretor da Casa do Maranhão pela Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, rememorando as dificuldades enfrentadas pelos ancestrais nela representados, além de, terrores, atrocidades e violências ao longo do tempo, para chegarem no século XXI, ativos, fortes, sendo pura energia, dinamismo vivo, repletos de questionamentos, a Casa do Maranhão, reivindicando o reconhecimento de suas respectivas sapiências e vivências como matrizes culturais no mesmo patamar da cultura oficial.

Um momento de muitas reflexividades propiciando referendar as ações a partir do que lhe era cobrado como direitos, respeito a formas singulares e específicas de identificação e pertencimento provenientes de desassistências quanto as suas lutas e reivindicações, cansados de serem exploradas e utilizadas como objetos, coisas, utensílios de um ideologismo cultural que menospreza toda a carga intelectual, axiológica, criativa na velha e dominadora perspectiva de clivagens e classificações arbitrárias, separando os cultos dos incultos, a intelectualidade do cotidiano, o ideal do real, o homem de sua humanidade, a cultura de sua vivacidade, dinamicidade, diversidade, apropriando-se sem qualquer escrúpulo daquilo que mais possa aproximá-lo das massas fazedoras culturais, alienando-as quanto a sua força política, senso crítico, reflexivo, criativo e coletivo, sendo uma maioria dividida numa realidade existida à mercê de poucos, satisfazendo seus anseios, enfim, rememorando o quão resistente fui na jornada de vida em todos os sentidos para chegar ao posto de diretor da Casa do Maranhão.

Entre as perdas com tal ato cito um contexto de várias tentativas de desmonte da pequena equipe de trabalho da Casa, empreendida pelos homens de bem, do ideologismo cultural, feitas principalmente através de um contexto de intrigas e ameaças sob a ideia de encerramento em definitivo de suas atividades como um espaço museológico sendo exitosa via imposição em toda equipe terceirizada de conservação e limpeza da Casa, dividida e

realocada para outros postos atendendo “demandas especiais emergenciais de governo¹²¹”, como o processo separação das cestas básicas oferecidas a famílias carentes pelo que o Governo do Estado durante a pandemia e por um tempo depois, sendo um trabalho análogo ao escravo, uma observação feita quando tais atividades se faziam presentes na Casa, percebendo-se ainda o favorecimento de um grande grupo de supermercados da cidade de São Luís, os quais os produtos eram comprados. Concomitante a essa realidade, outras intrigas e ameaças impunha-se aos três grupos ali presentes na Casa, acentuando um clima de polarização e prejulgamentos de ódio entre as partes fazendo o MIQCB desistir da ocupação no ano de 2021, perdendo-se ainda uma excelente mediadora cultural do espaço e o afastamento de outras pessoas da equipe técnica de trabalho solicitadas para outras pautas da SECMA.

Uma realidade que reitera o exposto até aqui sobre quem seja os administradores dessa cultura, tendo-se até uma visão de gestores de outras pautas estatais a partir das intensas vivências de tal ato, agindo através da força impositiva e violenta, cumprindo assim suas agendas de serviços e bens ao “povo” (com p minúsculo) de forma instrumentalista com a espada numa mão e essencialista com a Bíblia na outra, invertendo valores e juízos, tornando conveniente e utilitarista correntes de pensamento com intelecto fragmentado e descontextualizado, inventando um mundo cultural com regras de convívio, leis, normas, relações, organização, sistematização, enfim, uma ética e uma moral individualista, egoísta, egocêntrica, naturalizando e cristalizando, conceitos e práticas inibidoras do homem entender-se em tal realidade como um criador de sua própria obra através do autoconhecimento, complementando-se com o outro, não admitindo-se ser parte de um todo complexo de conhecimentos, energias, fenômenos, materiais e imateriais, enfim, um contexto que externou óbvio que por ser tão evidente, acaba que sendo justificado pela explicação de que sempre tudo em tal mundo inventado “é por que é”, sendo um produto da reprodução de práticas colonialista de outrora, de manipulação, dominação e alienação de massas e autopromoção de uma elite.

Neste sentido, pelo fato de sempre transformar meus desesperos em desafios, recomeçar, reinventar, reexistir, foi a única opção que me restou, me fazendo repensar

121 Era comum o uso dessa falácia pelos jagunços (técnicos em logística da SECMA e funcionários da empresa terceirizada) para justificarem o trabalho realizado, externando todo um contexto de mediocridade de pensar e banalização do mal, empreendidas pelos mesmos, sendo corriqueiro ainda, dentro de um discurso de extremo ódio, proferir expressões como: ...esse diretor de vocês não manda em nada...; ... aqui vocês servem é a SECMA; ... quem paga o salário de vocês é o secretário de cultura...; e uma série de outros, de considerações de baixíssimo escalão, fortalecendo a ideia construída em todo esse processo de cisão de ojerizar a Casa do Maranhão como espaço museológico e sua gestão.

posturas, criar estratégias, enfim, traçar diferenciados caminhos, acentuando as performances interativas de um mesmo eu na sua condição de ser/estar/agir, nesse processo, muitas experiências frustradas se deram, dentre elas cito as várias tentativas de reorganização das exposições presentes na Casa, incluindo as coleções dos CCS's pós redução de sua área museológica, revelando na prática o quão prejudicial foi a postura em se manter neutro diante das investidas dos GFP, inoperalizando uma busca por conhecimentos técnicos como, curadoria de exposição museal, construção de projetos de captação e recursos, entre outros, empreendendo energias em uma guerra desnecessária e talvez mais egocêntrica do que dos meus declarados inimigos, insistindo na teimosa e errônea ideia de lidar com diplomacia e tolerâncias contra racistas, homens desvirtuados de ética e caráter, ignorando muitos conselhos via orientações construídas num campo físico e metafísico de relações, sentimentos, intuições, razões, entre outras afecções, desestruturando-me psicologicamente, algo muito reverberante em toda a equipe de trabalho,¹²² sendo desta forma desleal a todo um contexto de itinerâncias construtivas da múltipla forma de me identificar, aparecer e existir no mundo social e político.

Neste caótico contexto enfatizo o processo relacional estabelecido nessas fracassadas construções de curadoria entre o acervo permanente da Casa do Maranhão e o do CCS's, em específico destaco a comparação da construção e trato com as fichas catalográficas de cada configuração museológica, de um lado mecanizada, considerando a artefato como um mero dado técnico, enfatizando sua composição quanto aos materiais usados, dimensões, entre outras, variantes quantitativas, sendo pensado e falado por um ideologismo cultural e do outro uma representação de universos de significados e significações de atores, vivenciando a vida de forma simples na simplória, mais plena, dentro de um contexto de complexas interrelações com outro e a natureza, enfim, uma coletividade pouco ou nada vinculada ao tempo cronometrado, ao espaço geometrizado, ao extremado mecanicismo de relações e burocratizações de vivências, enfatizando homens e mulheres na sua condição de protagonistas e criadores de suas próprias histórias e memórias, como representação de

122 Naquele momento, no ano de 2020, lembro-me das intensas reuniões com a equipe e as cobranças por um aumento da eficiência e atenção junto a um plano de ações em prol de justificar a realização de um trabalho interno na Casa mesmo fechada inicialmente, pela atuação da Covid – 19, e depois a espera de conclusão das obras de infraestrutura da subestação que inviabilizava energia na Casa, cobranças estas empreendidas, principalmente ao quadro da mediação cultural, não levando em conta as condições de saúde principalmente mental dos mesmos, com o contexto caótico vivido, frisando-se também nesse contexto o intenso processo de desvios de função, atuando com outras tarefas mais técnicas mesmo construídas socialmente trouxeram-me a reflexão de serem impostas haja vistas estarmos sendo ameaçados de ter as atividades do posto encerradas, reproduzindo de certa forma, de maneira vertical as violências recebidas, tratando-os como instrumento numa guerra que talvez não fosse deles, ou pior, na busca de um bem estar e satisfação pessoal e individual.

resistência cultural distante da investidas da dominadora tríade, mapa, senso, museu e suas convencionalidades.

Um processo de interrelação que penso ter sido o ponto chave em prol de mudanças e estratégias em busca de saídas de tal contexto caótico, o momento de transcendência do estado de patologias provocadas pelo psicologismo (autossabotamento, baixa estima, expiação), para criatividade em meados de setembro de 2020, rememorando toda uma referência de atuações e performances do gestor/pesquisador/professor, em cima das guerras dos agentes sociais (povos e comunidades tradicionais), e suas expectativas de direitos, reconhecimento e identidades, algo muito presente em seu ser que como já debateu-se, nada pautadas em participar das determinações institucionais da cultura, mas em prol de pautas retrativas das graves problemáticas quanto ao respeito e consideração causadas pela mesma às suas respectivas matrizes culturais, violentamente massacradas, perseguidas, sendo os inimigos a serem combatidos resistindo aos afrontes de seus algozes, muitas delas dentro de seus respectivos contextos de atrocidades, como engenhos, casas grandes, entre outros megaempreendimentos desenvolvimentistas nacionais nada e/ou nunca reverberantes para seu povo, construídas socialmente como Museus Vivos, sendo em muitos casos anteriores ao processo de pesquisa estabelecido pelo PNCSPA, importantes incentivadores na construção de outras experiências de CCS's, fortalecendo as já existentes, como expressa Dona Nice:

“Nós lutamos e defendemos o eu que tá abaixo da terra, a terra e o que tá acima da terra e o que tá no ar. Nós não somos só quebradeiras de cocos, nós também trabalhamos com as comunidades e povos tradicionais, quando se fala nisso, nós estamos falando num todo, estamos falando do Brasil, estamos falando do mundo. Primeiro eu queria começar pelas vantagens do que começar pelos problemas. Quando a gente fala... é outra coisa que queria agradecer também, que eu não falei, é a equipe toda da cartografia, e, principalmente, na pessoa do Alfredo Wagner, é um grupo também na pessoa dele, e que tem visto a gente com bons olhos, respeitando tudo que tem na terra. Então, por isso que estamos agradecendo, e a outra coisa é as universidades, tanto estadual quanto federais, que também tem abraçado muito essa causa nossa daqui da cartografia.”. (AIRES, 2016, p. 58)

Um estado de transcendência redimensionando todo o foco de lutas, práticas, estratégias referendadas num debate sobre as reivindicações dos agentes sociais, assim como, no universo de situações problemas presentes na construção das instigantes coleções dos CCS's, não dando outra opção a gestão da Casa do Maranhão, senão em resistir como fizeram os ancestrais e os agentes sociais componentes dos Povos e Comunidades Tradicionais as quais ela agrega, desprendendo-se de um paradoxal aprisionamento como um resultado das cobranças, das determinações, do legítimo, do genuíno, do culto estabelecido nas Tradições Inventadas, como frisou Hobsbawn anteriormente investidas pela cultura do direito, ainda que

participando do instituído por ela, acreditando, retomando, persistindo em seguir num patamar institucional validado, justificado no princípio universal do homem garantindo dignidade através do direito a cultura, seguindo com as reflexividades sobre a museologia convencional, questionando-se, autocriticando-se ao lidar com diferentes coleções, criadas a partir de um contexto de reivindicações de identidades, iniciando assim, uma continuidade a pretensa ideia de tornar contemporânea as práticas da Casa do Maranhão, como afirma a pensadora Cinthya na obra, *Museus Indígenas e Quilombolas: Os Centros de Ciências e Saberes* .

Os museus contemporâneos possuem discussões distintas daquelas referidas aos museus coloniais e nem sempre privilegiam nas exposições os elementos de um passado distante, orientado para a composição de um mostruário completo dos artefatos de diferentes povos. Nas situações dos museus coloniais, os administradores elegiam os elementos de classificação. Já a produção dos denominados museus no pós-colonialismo incorporou temáticas que orientaram debates diferenciados e atualizados, com a possibilidade, inclusive de discutir o “repatriamento” dos acervos. (...) Há nítidas distinções entre montar uma exposição etnográfica com vistas a “organizar o acervo” de um museu e a montagem de uma exposição a partir de experiências preexistentes nas quais os agentes sociais montam as próprias unidades que aglutinam artefatos representativos de seus modos de vida. Conforme já referido, portanto, não se trata do estudo do objeto como relacionado a uma interpretação da cultura, mas, o objeto como politização de um saber em afirmação. (MARTINS, 2017, p. 127-128)

Dessas trocas relacionais, outras importantes estratégias em prol da libertação do insalubre ambiente de trabalho na Casa do Maranhão foram fomentadas, dentre elas o processo de fortalecimento da virtualização de suas ações, iniciado em maio de 2020¹²³, atuando como uma importante ferramenta de socialização de memórias, histórias construídas a partir de ações, atuações, itinerâncias principalmente com a pauta de ocupações ocorridas na Casa, assim como, as atividades educativas desenvolvidas por ela, transformando-se em 2021, numa espécie de catálogo virtual da Casa, enfatizando a categoria de ser a primeira Casa de Cultura da SECMA, quiçá do Estado, a fazer uma mediação cultural virtual, dinâmica, despojada e reflexiva, através de postagens de cards e vídeos, seguindo toda uma logística de engajamento de horários, de visualização e interação do seu público, uma fonte de inspiração e justificação em se seguir com a pauta de tratar a cultura como algo construído, dialogado em respeito a uma diversidade. Sobre essa pauta vale frisar a interatividade dos mediadores envolvidos num processo de pesquisa para construção das ações virtuais referendando-se aos pensadores do PNCSPA, protagonizando o agente social também como o principal protagonista de tal realidade.

123 Um contexto de criação com a autoria da estudante de jornalismo Clara Cerqueira, mediadora cultural, sendo contribuída pelos demais mediadores que se dispunham em embarcar nesse processo de virtualização das ações da Casa do Maranhão, dividindo-se em equipes de produção e execução coordenados pela gestão.

Sobre essa realidade, pode-se refletir sobre a reação como os fisiologistas políticos da SECMA, essa nova ferramenta de resistência cultural, inicialmente sendo menosprezado e hoje como uma referência de conduta ética institucional de uma Casa de Cultura, mesmo não admitindo diretamente, adotando tal postura como conduta para todas as demais casas através de uma cartilha de procedimentos, copiando descaradamente o plano de ações virtuais da Casa, um postura bem clássica da colonização com suas apropriações culturais utilitaristas, nunca citadores de suas fontes, outra pauta ocorrida dessa realidade foi o intenso constrangimento propiciado pelo êxito de tal pauta, fortalecido pela cobertura da imprensa sobre o plano de ações virtuais da Casa, em julho de 2021, cobrindo ainda o inicial processo de curadoria do circuito de visitação permanente da Casa, inteiramente envolvido com as afeições e referências ao modo curatorial presente nas coleções dos CCS's. Uma sujeição nada propiciadora de reflexões para mudar a concepção de menosprezo e ojeriza a gestão da Casa do Maranhão, e suas ações seguindo a espera de das obras de infraestrutura presentes naqueles tempos somente no papel.

Ainda nessa pauta de ressignificações e resistência cultural trago para a reflexão o processo de construção curatorial de reapresentação das coleções museológicas presentes na Casa¹²⁴, sobre seu circuito permanente no andar superior, iniciamos um processo de pesquisa sobre os problemáticos textos presentes nas plotagens (madeira adesivada) que se mesclavam ao acervo, debatendo-se sobre sua permanência no circuito de visitas, a falta de referências quanto a autoria dos escritos, a gritante presença de informações que reiteravam práxis excludente as matrizes culturais indígenas e africanas, externando na prática toda uma discussão cultural de divisão entre o que era erudito, como os painéis que falavam da arte sacra, moderna e contemporânea do Maranhão, além dos azulejos portugueses muito bem produzidos; e o que era popular como o painel das narrativas locais (indígenas, de encantaria entre outras místicas), minimizadas e reduzidas a uma questão ordinária, inferior a uma civilidade, escondendo principalmente rastros de uma violenta colonização e seus podres poderes, um menosprezo visto também em painéis que tratava do Bumba meu Boi, sempre de forma genérica e homogênea, anulando toda uma variação de forma de expressão no Estado do Maranhão (trinta mais ou menos), e no Brasil (outras tantas variedades)¹²⁵.

124 Construída e referendada na primeira configuração museológica da Casa, do ano de 2002, sob a égide de orientações via escuta de parceiros da Casa construídos nas mais variadas trocas de conhecimentos via ocupações, atividades educativas, entre outras pautas institucionais da mesma como, agentes sociais, artistas, técnicos em restauro, curadoria, entre outros, além de nortes espirituais e metafísicos obtidos uma ética de cuidado de si, dos outros e de mundo.

125 Uma realidade de menosprezo a matrizes culturais indígenas e africanas, muito presente ainda em expressões faciais de vários manequins, ridicularizando lábios, olhos entre outras partes do corpo, causando

Uma realidade expressada também no circuito de visitação permanente do andar inferior da Casa, em situação pior, com suas plotagens exacerbando um eurocentrismo e seus enfadonhos e prolongados textos extremamente racistas, aditivados com gravíssimas perspectivas de apropriações indevidas de publicações científicas, além de vídeos, ambos, sem citação de fontes de pesquisa, pesquisadores e liberação de direitos autorais, contando a história no vergonhoso painel, sobre a linha do tempo, dos colonizadores genocidas, estupradores, invasores inescrupulosos, com total desprezo a um rastro de aniquilamento e destruição cultural de muitos povos escravizados. Na análise pode-se perceber ainda muitos resquícios do projeto de exploração turística do Estado da gestão anterior a do PCdoB, debatido no capítulo anterior, muito referendado e construídos por empresas estrangeiras e técnicas completamente alheias aos campos pesquisados, legando a Casa do Maranhão tal problemático “acervo de plotagens conteudistas e numeresco” repleto de falhas, erros, por exemplo, quanto a informações sobre povos e comunidades tradicionais do Maranhão, presente no painel, Maranhão trocas e influências, e uma dezena de outras problemáticas que corroborariam para esse debate externando a maneira mecânica, geometrizada, titicada¹²⁶ de interpretar a realidade, além de excludente de dissensos e especificidades presentes na cultura como um contexto socialmente construído numa diversidade, algo presente todos os dias no painel que tratava da cartografia colonial.

Nessa realidade de estruturas contrárias a uma concepção museológica democrática e inclusiva, não restou outra decisão senão desmontá-la, não somente por um decisão individual, causada por uma discordância, um briga particular de um gestor museal contra um sistema de administração cultural estatal, mas por acatar reivindicações de uma nova concepção de museu fundamentado em princípios altruístas e empáticos distantes de um ideologismo cultural, defendendo questões culturais para além de um plano físico, pautando minhas performances como administrador/professor/pesquisador no amor mundi e no respeito mútuo, interrelacionando ainda que numa pauta nada consensual e harmônica a cultura institucionalmente estabelecida, com a tradicional socialmente construída, buscando através da funcionalidade do espaço administrado, a sempre tensa Casa do Maranhão proferir

constrangimentos em muitos visitantes e principalmente na mediação cultural tendo que lidar com comparações racistas e xenofóbicas, não condizendo assim com o “novo” momento mundial de museologia proposto e devidamente apresentado anteriormente.

126 Uma expressão utilizada para talhar o peixe, dividir as espinhas, expressado por uma das funcionárias da Casa em um dos vários momentos de apresentação das problemáticas das plotagens pelos mediadores da Casa e corpo administrativo no seminário interno, externando seu total incomodo com as divisões do referido salão, anunciando ainda que já estava passando da hora da emblemática e questionadora coleção das peças dos CCS's tomarem conta do lugar, sair da cozinha e vir ocupar a sala de estar.

dignidade humana ao homem considerando sua diversificada e multifacetada maneira de ser, estar e agir no mundo, contribuindo por uma realidade de trabalho mais saudável para todos, e diga-se de passagem, para o próprio governo do Estado, não deixando de cumprir com as obrigações institucionais¹²⁷.

Nessa perspectiva, os caminhos para a “criatividade”¹²⁸ se abriram, transformando mais uma vez todo um contexto de caos em criação, nessa pauta iniciamos um processo de adequações curatoriais produzindo um intenso trabalho de marcenaria, carpintaria, pintura, texturização, elétrica e iluminação a partir de materiais reaproveitáveis, reutilizáveis e recicláveis como madeira, pregos, parafusos, pocalas, buchas, estruturas de ferro, alumínio, além de fiação elétrica, peças de iluminação entre outros materiais oriundos principalmente dos painéis/plotagens, desmontados pelas problemáticas apresentadas e por causar da diminuição do espaço museológico da Casa, contando ainda com a ajuda dos funcionários, parceiros e amigos doando materiais como tintas, massa corrida, tecidos, materiais de decoração e ornamentação, emprestando ferramentas de trabalho, manuais e elétricas, ofertando orientações técnicas de reorganização e rerepresentação de acervo condizente com a pauta de resistência cultural referendada nas propostas museológicas dos museus vivos e sócio-museológicas dos museus convencionais, desonerando do orçamento da SECMA, a efetivação de pagamento de muitos agentes sociais e profissionais envolvidos em tal processo, assim como gastos entre outras necessidades apresentadas no plano de construção da nova proposta de rerepresentação das coleções museológica da Casa, planejamento atualizado e devidamente informando a chefia do setor de atividade e meio da SECMA, em três momentos, maio, junho e julho, sempre diminuindo a pauta de gastos da mesma.

Uma realidade de muitas outras complexidades, devires, pesadas e doloridas cobranças feitas principalmente por orientadores e orientações espirituais que iam devolvendo, a duras

127 Lembro-me que em março de 2020 recebemos na Casa uma representante de uma Casa de Axé, funcionaria da Secretaria de Estado do Trabalho, indagando-me sobre valores referentes a direitos autorais de uso de áudios e imagens de seu falecido pai, presentes no circuito de visitação do andar inferior, dialogamos abertamente com a pessoa, informando-a desconhecer tal pauta, indicando-a a falar com a Secretaria Adjunta de Cultura do Estado e citando um caminho o qual a mesma poderia obter maiores informações, com a Sociedade Amiga da Cultura – SACMA, a UGCP e o CCPDVF – SECMA, o qual a Casa é vinculada, inferindo ainda a reclamante que se soubesse de algum direito a ser pago a seu pai, que seria o primeiro a comunicar por ser também do axé e principalmente por lutar em favor do protagonismo histórico-memorial da cultura negra na Casa do Maranhão, como uma matriz de tradições no mesmo patamar da europeia, mais uma surpresa, haja vista esse circuito ter sido inaugurado no ano de 2014, e até o momento nunca ter sido reivindicado nada parecido, uma situação que logo me fez ponderar que se tratava de mais uma possibilidade de tensão e tentativa de desestruturação emocional e psicológica o qual o GFP estava empreendendo, já ciente de um plano museológico para a Casa entregue a SECMA no citado mês.

128 A palavra entre aspas reitera a intensa realização do ato de criar com arte e criatividade com o que tínhamos na Casa do MA, uma perspectiva que fortaleceu a ideia de ativismo, guerrilha, proatividade e paixão pela cultura, haja vista não se ter grandes incentivos vindos do GFP presente na administração da pasta institucional da cultura.

penas, a força de vontade, a garra, a confiança, a alegria e a afetividade de estar inserido num território, me interligando com ancestralidades, uma já conhecida a indígena e outra descoberta dentro de suas dependências no dia que toquei aquele solo, a africana, que com o desenrolar das lutas e amadurecimento espiritual passou a ter um significado de sagrado, me propiciando aprendizados e conquistas imensuráveis a minha condição humana num plano físico e metafísico de vivências, tornando mínima, minha consubstanciada fragilização profissional, emocional e psicológica, diante de levar adiante um trabalho de recomeços em meio a muitas perdas, perseguições, empreendidas maléficas e maldosas, proferindo-me guerras internas desconhecidas via sucessivas crises existenciais, incansáveis noite sem dormir, me colocando sempre frente a frente com o melhor e principalmente pior de mim mesmo, proferindo esse pretense campo analítico de reflexões, críticas, colocações e ponderações presentes nessa dissertação

Uma realidade constitutiva ainda de muitas conquistas com a reabertura da Casa do Maranhão, primeiramente no dia 23/11/2021, inaugurando-se parte de seu circuito de exposições temporárias com uma pauta governamental financiada pela lei de incentivo à cultura do Estado a Exposição Cazumba Mundi de Betto Pereira, celebrando os 40 anos do cantor e compositor maranhense, assim como, seu lançamento como um artista plástico para o mundo, promovendo ainda, de dezembro a abril de 2022, a efetivação da primeira experiência de curadoria propriamente feita pela Casa do Maranhão, utilizando a arte da improvisação como metodologia para a rerepresentação da Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, um grande desafio para gestão da Casa e seus engajados funcionários, sendo fruto de mais uma pauta de parcerias com o Ateliê Domus, o setor de curadoria do Muscap – MA, e do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Políticas da Amazônia – UEMA, além de artista locais e agentes sociais, tornando possível a realização de tal proposta, reabrindo no dia 30/03/2022, todos os espaços de visitação presentes nos andares inferior e superior fomentando múltiplos aprendizados, emoções, pensamentos, ponderações e reflexões, um conjunto de construções que nos lançaram interativamente, como uma instituição cultural, aberta a possibilidades de itinerâncias entre a cultura do Maranhão, do Brasil e do mundo¹²⁹.

129 Um momento muito difundido entre a imprensa local e principalmente entre os vários seguidores das redes sociais da Casa do Maranhão, acompanhando via publicações o desenvolvimento desse processo de recomeços, resistência e re-existência cultural. Um contexto que rendeu ainda em março de 2022, a realização de um Curso de Extensão Saberes Tradicionais e Etnografia, uma parceria entre a UEMA e a Casa do Maranhão oferecido aos mediadores culturais, funcionários da Casa e pesquisadores do PIBIB, do Curso de Ciências Sociais – UEMA, um momento de importantes trocas de conhecimentos aprofundando-se um pouco mais nos estudos sobre os povos e as comunidades presentes na rerepresentação da exposição, com o engajamento tão intenso que fomentou a requalificação das instigantes fichas catalográficas de suas coleções feitas pelo mediador Brayan Nalberth,

Ainda nessa realidade de desdobramentos obtidos pós reabertura da Casa do Maranhão ocorridos principalmente com difusão do seu circuito de visitas temporárias, recebemos a inédita ocupação da 34ª Mostra da Bienal de São Paulo, Faz Escuro Mais Eu Canto, abrindo em São Luís seu processo de itinerâncias pelo Brasil, uma exposição sendo um recorte de tão consagrado evento mundial de arte contemporânea, organizado a partir do enunciado de Retratos de Frederick Douglass, um homem público, jornalista, escritor, orador estadunidense, sendo o negro mais fotografado do século XIX e um dos principais expoentes da luta pela abolição da escravização nos Estados Unidos, sendo um símbolo até hoje de justiça e liberdade, inspirando pessoas negras em lutas antirracistas além de artistas como Alice Shintani, Arjan Martins, Daniel de Paula, Deana Lawson, Frida Orupabo, Neo Muyanga, Noa Eshkol, e Tony Cokes, Beatriz Santiago-Munhoz, Daiara Tukano, Frederick Douglass, Frida Orupabo, Gustavo Caboco, Jaider Esbell, Paulo Kapela, Paulo Nazareth, Uýra e Victor Anicet, com suas obras reflexivas e críticas em relação aos processos de colonização, deslocamento, violência e resistência, que marcaram e continuam marcando a vida de milhões de pessoas ao redor do planeta, expondo seus trabalhos na Casa do Maranhão e no Centro Cultural Vale Maranhão.

Uma realidade que se tornou possível por meio da parceria inédita da Bienal com o Instituto Cultural Vale, o Centro Cultural Vale Maranhão e a Casa do Maranhão. Uma interação com uma consciência reflexiva e crítica sobre o paradoxal trabalho de valorização cultural, desenvolvido pela megaempresa mineradora Vale, lidando ao mesmo tempo com mazelas socioculturais gritantes o qual submete o povo brasileiro, envolvido em constantes desastres ambientais descomunais, propiciados principalmente pela exploração irracional dos recursos naturais feitos pela mesma megaempresa mineradora, atuando mais por um descargo de consciência, em benefício próprio, em prol de um melhoramento de sua imagem frente a opinião pública do que outra coisa, sendo uma ponte necessária, e de certa forma conveniente, para alicerçar o “novo” momento da Casa do Maranhão, situada colonialmente em prol de atuar como um espaço social pautado em lutas antirracistas, destacando ainda nesse momento, a participação de mediadores culturais da Casa da Fésta e Casa de Nhozinho, nesse processo, uma interação construída buscando-se fortalecer uma luta dos dois espaços, também fechados a espera de obras de infraestrutura, compartilhando experiências, estratégias, parcerias, que propiciaram o início de uma representatividade mais a altura a Casa do Maranhão, diante suas histórias e memórias.

Um grande marco na museologia institucional do Estado, propiciando múltiplos aprendizados, interagindo com toda uma dinâmica de construção social de um projeto de exposição itinerante, interativo e aberto a mudanças, com temáticas trabalhadas de cunho altamente decolonial, envolvendo-nos enquanto Casa de Cultura com uma funcionalidade extremamente profissional e humanizada, em seus mais diferentes setores, uma outra referência em interatividade de culturas, ocorrida desde sua construção inicial com as incessantes reuniões de alinhamentos, desde de fevereiro de 2022, de modo virtual rendendo bons frutos até hoje, fortalecendo toda uma história de luta e atuações da Casa do Maranhão como uma instituição resistente a forma habitual de tomar a cultura como um poder, propiciando profundas reflexões, constatações e reiteraões de que se fez as escolhas coerentes em busca de legar ao Maranhão um espaço sociocultural institucional de reflexividades, construções, desconstruções, reconstruções, inseridas num processo autocrítico quanto a suas funções e identificação a um sistema museal convencional, irrefletido sobre as violentas e desumanas práticas de exploração das mais variadas formas, as matrizes culturais como a africana e indígena.

Um momento muito significativo reiterando o amor como ato de resistência e coragem, os afetos como uma grande arma propiciadora de um fazer cultural, assumindo a condição de guerrilha, atuando sempre com a arte da improvisação do lado em tempos de guerra, lidando com a realidade dura e cruel institucionaliza, mecanizada e biologizada, da vida que a todo custo almeja nos roubar a capacidade de sonhar, de esperar, de ter fé em virtudes e princípios que nos garantem uma identidade social. Um pensar que faz lembrar das aulas de Filosofia do Ser, em meados de 2007, das palavras do professor, que dizia: - Nesse mundo de inversão de valores é necessário tomarmos alguns bons goles de utopia sem se deixar ser embriagado...”, que completo, por extremismos, radicalismos, e tantos outros “ismos” e “cismos”, prejudiciais a existência de eu altruísta, empático e respeitoso com outro semelhante/diferente, sempre com a análise crítico-reflexiva do lado principalmente sobre a responsabilidade social dos nossos atos, realizando o que é possível de ser feito dentro de um limitado campo de força e poder de deliberação, convidando o outro a participar de uma construção social de humanidades.

Um contexto que me faz recordar ainda das iniciais aulas do curso de Cartografia Social, proposto pelo PPGCSPA – UEMA, no qual os professores faziam sempre um convite para entrarmos num manicômio sem deixar a loucura tomar de conta dos nossos propósitos quanto pesquisadores, propiciando-me muitas angústias, porém a certeza de estar no lugar certo, construindo pretensas reflexões para um debate sobre essa problemática realidade de

transformação da cultura como uma ideologia, abrindo assim possibilidades de conhecimentos num mundo sempre em movimento, dotado de uma diversidade cultural imensurável, fortalecendo-me num combate contra a minimização de um cotidiano não convencional (museu vivo), diante de um iluminado processo progressivo de civilidade com bases eurocêntricas (museu convencional), um contexto de lutas e reflexividades em prol de um campo de atuação retrativas a matrizes culturais por muito tempo desqualificadas como tal, através de ações educativas combatendo a ignorância, valorizando todas as suas respectivas magnificências, símbolos de resistência cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desproporção, esta pode ser a palavra que bem define todo o processo de inversão de valores o qual se insere a relação entre a cultura, o Estado e o homem, uma realidade pautada nas considerações e interpretações de um sujeito do conhecimento extremamente crente em uma razão que tudo quer compreender mais, que quase nada pode alcançar por negligenciar uma interatividade entre certos princípios físicos e metafísicos que habilitam sua humanidade, numa condição de grandezas e misérias. Um sujeito cognoscente dado a partir de uma fé cega na sua racionalidade edificando seu eu, ser/estar/agir, numa paradoxal e agonizante busca de um autoconhecimento, conhecimento e reconhecimento, objetivando eternizar-se, universalizar-se no mesmo patamar que o infinito absoluto, pelo fato de não se contentar com a única certeza que tem sobre sua estadia no mundo, a morte, capacitando, nesse processo, habilidades como, pensar, julgar, interpretar, criar, como medida maior abarcadora da natureza em seus múltiplos sentidos, contextos e configurações de vida, tropeçando nas fronteiras próprias de sua arrogante razão, não podendo apreender todos os estímulos interiores e exteriores presentes em suas vivências não admitindo-se por isso, como um traço insignificante perante a magnitude da natureza e os segredos do universo.

Neste contexto de descompensação, esse eu arrogante e prepotente, inicia uma prática de declínio da sinceridade com o que é, e alienação como que faz, tornando-se irresponsável quanto os fins de suas atitudes, performances e atuações, alheio a um cuidado de si, dos outros e do contexto ao qual vive, degenerando sua humanidade ao ponto de se transformar numa máquina, análogo a um processo de contextos diversos, em busca de uma homogeneização de especificidades, nem sempre harmoniosas e equilibradas, estando tão envolvido por um contexto de produção, criação, feitos e conquistas, que não percebe sua inserção numa sistemática e dominadora realidade de busca por concretização de interesses pessoais, mascarados de coletivos, geralmente mesquinhos, corruptos, inversor de valores e instrumentalista de significados, princípios de correntes de pensamento completamente descontextualizadas de seus fins primeiros, de seus momentos históricos promovendo nessa realidade a especialização de práticas prejudiciais quanto ao uso da Cultura em sua totalidade, passando a utilizá-la como uma ideologia principalmente racista, entendendo seus sentidos como instrumentos e dissensos como inimigos, encontrando sempre uma maneira torpe de justificação de sua fragmentada forma de entender, interpretar, ponderar sobre o mundo, o outro e o eu .

Uma perspectiva a qual busquei refletir e problematizar, como pesquisador na presente dissertação ao longo dos seus três capítulos, apresentando-me num movimento recíproco como sujeito do conhecimento e objeto pesquisado, com árdua e difícil tarefa de fazer uma espécie de cartografia social de mim mesmo do meu ser/estar/agir diante e suas múltiplas formas de se identificar e performar, amadurecendo a cada aprendizado adquirido nas intercessões nada homogêneas e harmoniosas obtidas nos choques de realidade de seus diferentes pertencimentos, orientando minhas ações, meu aparecer politicamente num tenso, contingente e conflituoso mundo social de descompensações, conflito esse aumentado pelo fato de estar participando de um exímio contexto de relações ideológicas como diretor da Casa do Maranhão, posicionando-me criticamente diante de suas determinações estatizadas, corroborando ainda para esse contexto as vivências de estar agregando no espaço administrado as instigantes, reflexivas, críticas e questionadoras experiências de lidar com a museologia nada convencional dos museus vivos, tornando-se nessa pauta o referencial maior na construção de suas ações para o público, não trabalhando para um determinado grupo e suas políticas fisiológicas.

Uma realidade de encontros, desencontros, construções, desconstruções em busca de combater, inconstâncias de caráter, humores alternados, falácias convenientes, no caso estudado de políticos corruptos, altamente excludente de um contexto adverso e/ou incompreensível aos seus ditames, negligente a uma vida diversificada e dinâmica, naturalizando e cristalizando conceitos e práticas evidenciadoras de uma produção cultural da diversão, do entretenimento, distraindo os agentes sociais de sua constante procura por algo que o complementa, principalmente na condição de solidão, evitando lidar consigo mesmo, sendo utilizada como outros propósitos como, palanque político para reificação de um contexto de falsas promessas e eloquentes argumentos, promovendo astutamente a dominação, a exploração e a pilhagem de poucos sobre muitos, garantindo ainda status e ascensão social, enaltecendo somente os grandes feitos de um homem culto, íntegro, justo, sincero, tornando-se um grande herói nacional e universal.

Um contexto de efetivação de tradições passadas de geração a geração reprodutoras do maldito jeitinho brasileiro, que ora torna o cidadão acrítico, romantizador de sua infeliz situação de abandono de assistências públicas, assim como de garantia de direitos assegurados perante a lei, ofertando-o ao mesmo dignidade e condições básicas de vida, entre outra benfeitoria, ora o torna infrator de leis, transgressor de princípios e uma série de outras situações problemas, que passam a ser reduzidas quanto as suas soluções a uma questão econômica, passando a promover um comodismo, um autossabotamento, ou o que é pior, a

exacerbação do amor próprio de um sujeito do conhecimento, que vai adotando uma espécie de essência postiça, acrílica, irrefletida quanto as distorções que o fazem fugir de si mesmo, assim como de sua agonizante busca de uma felicidade nunca alcançada, pautado sempre numa realidade de extremadas idealizações inacessíveis para a grande maioria dos homens, geralmente sendo divididos por disputas egoístas num acirrado jogo de quem tem e sabe mais, sendo sempre uma massa de manobra, inserindo numa doentia realidade onde a verdade é sempre algo escondido.

Fato que me fez ponderar sobre as graves consequências adquiridas como gestor do citado espaço pelo fato de me manter neutro, quanto ao posicionamento político diante da confusa, temerosa, contrariada, decepcionada, realidade de dominação e de extremado racismo estrutural vivido, aguçando a falta de coragem de enfrentar um costume que traz consigo uma aparência, um padrão de comportamento altamente tecno-academicista, consagrado como autoridade maior na administração da cultura do Estado do Maranhão repletos de deformidades, irreflexões, sobre especificidades da diversidade cultural. Uma covardia que gradativamente fora se transformando-se num contexto crítico reflexivo sobre a tal realidade, à medida que passos eram construídos a partir das experiências e experimentos desenvolvidos com cunho educativo formativo, nas mais variadas situações, seja num contexto institucional ou não, interno ou externo, de cunho próprio ou em parceria na Casa do Maranhão, me fazendo entender que a neutralidade, pensando como fazer a política de boa vizinhança, em nada contribuíra para fazer refletir quem não estava afim de dialogar, debater, construir participativamente uma gestão pública, para o público e principalmente, não estava sendo leal à lutas de ancestrais e ancestralidades que me fizeram chegar ao posto de homem do Estado.

Um contexto como vimos nessa pesquisa, burocrático-administrativo de homens com o poder que passam a forjar homens comuns, homens de bem, exímios agentes de guerra, edificados como autoridades em áreas de conhecimentos consagradas, a exemplo, o direito, dissonantes com seus contextos de gerencias, demonstrando-se imparciais quanta a abertura para aprender novas perspectivas que os retirem de suas zonas de conforto, impondo regras e normas demonstrando toda sua empáfia e ojeriza àqueles que não se submetem a seus ditames. Instaurando-se, desta forma, a moral do medo, do terrorismo simbólico entre outras violências do ideologismo cultural e suas explicações explicacionistas, desrespeitosos a virtudes e princípios que combatam a reprodução de um individualismo exacerbado e evasivo a tudo que o incomode, instigue, questione, angustie, retirando a segurança sobre o vivido e convivido, desconsiderando de tal empreitada um contexto de contrários distintos que rivalizam sem

necessariamente homologar, vencidos e vencedores, preferindo seguir o habitual, a repetição sem qualquer criatividade, vivendo sempre uma pseudo felicidade, muito mais pautada em satisfazer a outrem, seus vícios do que outra coisa.

Uma realidade propícia a dominação por outrem assumindo a uma função de alheamento do eu, passando a se conhecer e reconhecer exclusivamente perante suas vaidades e vicissitudes, sendo por isso uma presa fácil às teias de sistematização cultural mecanicista, obedecendo sem muito questionar as suas convenções, sustando ou negado qualquer possibilidade de defesa de ideias, ideais, sonhos, desejos e aspirações pautados numa interatividade com um coletivo. Uma perspectiva que evidencia a ética das vaidades referendando uma identificação cultural, sempre do disfarce, da mentira, da hipocrisia, da superfluidade, tanto em face de si próprio, quanto em relação aos outros, uma realidade produtora de inversão de princípios tão contingentes que passam a considerar como loucos, levianos, perturbadores da ordem, aqueles que não se dispunham em assumir uma perspectiva do desvio e si não se submetendo aos podres poderes das estabelecidas autoridades do conhecimento, no caso avaliado, os detentores de toda produção artística e cultural do Estado do Maranhão e seus determinismos estatizados, administrando a cultura com o velho e conhecido jogo da política do pão e circo, desviando a atenção de seus administrados para questões supérfluas e superficiais da vida, não garantindo uma real realidade de assistências a direitos como a dignidade, equidade, justiça social, o respeito, entre outras virtudes.

Diante de tais considerações, busquei junto esta pesquisa externar o comportamento da minha condição como gestor museal da Casa do Maranhão, inserido nessa tensa realidade de força e poder estatal ideológica, apresentando, debatendo, criticando e refletindo sobre referências de construção como tal, tecendo considerações e contextualizações sobre as estratégias construídas em prol de não me permitir ter uma identificação nesse processo desleal a mim mesmo e toda uma realidade de histórias, memórias, lutas e reivindicações anteriores a condição de estar diretor de tão tenso e disputado espaço, inserido numa teia de relações, convenções e conveniências estatais junto a SECMA, buscando como um aprendiz da filosofia via principalmente o amor, nada romantizado e/ou fatalístico, engrossar uma frente de batalha contra a sedutora realidade do pronto e acabado, acionando a todo instante neste contexto o ativista, o professor e o pesquisador, orientados pelas múltiplas formas de me identificar para corroborarem com minha atuação como gestor, fortalecendo o desenvolvimento de uma maturidade e uma consciência em prol de compreender, toda uma realidade de jogatinas pautadas na ética das vaidades e na moral da autoridade.

Um contexto explanando, denunciado e problematizado de um crença cega na razão, lançando os homens numa fé sem qualquer vínculo com uma maturidade e princípios metafísicos, acreditando estar vivendo uma nova conduta, uma nova era de humanidades, abstendo-se como sujeito do conhecimento, da compreensão do amor mundi, das transformações dos desesperos em desafios, da crise em criatividade, despojando-se da possibilidade de amar-se complementando-se ao outro, agindo politicamente por excelência, construindo uma realidade socialmente, seja em qual modalidade for, externando nada mais do que sua própria decadência, buscando amar e ser amado a partir de uma extremada auto afeição, encontrando em tal ato apenas o desprezo por si, permitindo-se ser inserido numa idolatria sobre as coisas materiais, comprovadamente dadas, fazendo-o buscar não mais a grandeza do espírito, mas sim a elevação de anseios voltados para apetites físicos, inventado tradições, reiterando um declínio com verdades, desenvolvendo assim, relações via o oportunismo numa ordem de ser afetuoso pela conveniência, uma forma de amor deturpada e altamente falsa, expressando uma devoção por suas vontades, repleta de mútuos enganos.

Nesse contexto, busquei debater como a capacidade de julgar, ponderar, passa a ser coordenado pela extremada idealização, instaurando o mundo dos costumes de determinações e ordens pautadas no desejo, perpassando a força e os hábitos, transformando-se em tradição, ou seja, uma ordem das coisas humanas onde não existe naturalidade alguma, mas algo que expressa o absolutismo de um eu falso consigo mesmo e com os demais, visando estabelecer às ideias, sempre mais potentes, utilizando-se seja qual for o meio para sobrepujar as mais fracas. Um campo de análises fundamentado nas fortes influências do psicologismo ideológico que cria, naqueles que se subjugam e se deixam dominar por tal realidade, o hábito de acreditarem, através de quimeras, que estão vivendo uma realidade que supre seus anseios e necessidades, mas que sorrateiramente esconde um contexto de imposições de determinados grupos corruptos e corruptores, através de aparentes boas intenções, argumentos falaciosos e altamente persuasivos, induzindo, arguindo, forçando todos a seguirem o rotineiro com a mais pura naturalidade, uma realidade ético moral, onde os homens devam se subjugam a satisfazer a vontade predominante, fabricando um homem com extrema felicidade e nenhum princípio, negligenciando verdades e principalmente a responsabilidade com seus atos.

Um princípio da imaginação dir-se-ia, sendo legitimação de si mesma através do hábito e do costume, efetivando e satisfazendo as idealizações de quem detém o poder e a capacidade de persuadir discursos convincentes, inventando e fundamentando em verdades universais numa perspectiva de dominação sobre os demais. Fato que me fez ponderar que, vivendo assim, o homem jamais possuirá uma identidade propriamente sua, pois irá se

acostumar rotineiramente a delegar o direito de pensar e agir por si só a outrem, acreditando na ilusão de estar vivendo bem, nunca sendo autor de sua obra, mais sim um homem que não se suporta por não encarar sua condição de ser vazio, sendo um sujeito que não quer sofrer e nem angustiar-se, preferindo existir com suas vaidades, superfluidades, expondo-se como um ser fragmentado que evita pensar em sua condição de miséria, isto por estar destituído de princípios metafísicos que necessariamente o interligue com o divino, e possivelmente, se caso reconheça-se quanto um ser de limitações, defeitos e falhas, possa interagir com outros planos de vivências de energias, que proporcione um amadurecimento para restituir sua humanidade perdida em meio a muitas vaidades que o cegam, quanto a entender que é pelo fato do outro existir estando conectado com um mundo em constante movimento.

Findo por enquanto o debate com a convicção de que muitas reflexividades e discussões poderiam ser construídas nessa tensa e criativa relação entre os CCS's e a Casa do Maranhão, criadora de muitos desdobramentos e de um engajamento como pesquisador, que confesso, me fez procrastinar o encerramento da pesquisa, proferindo ainda um amadurecimento como humano, justificando a expressão do meu ser, estar, agir no mundo a partir de itinerâncias entre tempos distintos (cronometrados e atemporais), múltiplas histórias, memórias e conhecimentos obtidos, no cotidiano, na academia, em narrativas e oralidades via ancestralidades, contextos atravessados uns nos outros, interconectados numa relação nada harmoniosa, expandindo minha compreensão e interpretação do sentido de Cultura, principalmente através das tensões, dos embates, dos conflitos de das discrepâncias quanto a compreensão de verdades em seu âmago, assim como relações e interpretações, nada hegemônica e/ou eletiva de uma superioridade.

Uma realidade que gradativamente fora constituindo-me como um eu existente num movimento continuo e constante de construção, desconstrução, reconstrução, nada sintético e ordenado, oferecendo-me a certeza de não estar certo de nada, seja em relações estabelecidas num plano individual e coletivo, seja em contextos do ontem, do agora ou do amanhã, não me tornando um ser absoluto por isso, porém me fazendo ser mais conhecedor de mim mesmo, das minhas limitações, dos meus vícios, defeitos, em prol de atuar, performar seja como professor, ativista, diretor, pesquisador e etnógrafo, buscando ser nessas possibilidades de estar no mundo aparecendo para os outros, um sujeito do conhecimento, dotado de identidade social e múltiplas capacidades de um fazer cultura sendo autor de sua própria obra, muito mais interessado no atual momento de suspensão de conceitos, em problematizar os causadores de tal realidade, do que oferecer qualquer resposta sobre tão grave situação que

coloca em crise categorias como a Cultura, o Estado e principalmente o homem desleal a sua humanidade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um povo? Análise de uma fratura biopolítica**. Tradução Davi Pessoa. 16/11/2015.

AIRES, Nice Maria. **Nice guerreira, mulher quilombola e extrativista da floresta** / Nice Machado Aires, Camila do Valle, Cynthia Martins Carvalho, Patrícia Maria Portela Nunes, org.: Alfredo Wagner Berno de Almeida. Edição Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

ALMEIDA Alfredo Wagner Berno de. **“Cowboy anthropology”**: nos limites da autoridade etnográfica. Entre Rios – Revista do PPGANT – UFPI • 1ª Edição.

_____. OLIVEIRA Arenillas Murana (orgs.) ANDRADE Magela Mafra de. DOMINGUES Heloísa Bertol. DOURADO Sheilla Borges. FERNANDES Camila do Valle. JÚNIOR Emmanuel de Almeida Farias. MARIN Rosa Elizabeth Acevedo. MARTINS Cynthia Carvalho. NUNES Patrícia Maria Portela. RANCIARO Maria. RUBIM Altaci Correa. RODRIGUES Eliana Teles Museus. **Indígenas e quilombolas: centro de ciências e saberes – Manaus**: UEA Edições. PNCSA, 2017.

_____. Sheilla Borges Dourado, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. **Patrimônio cultural: identidade coletiva e reivindicação – Manaus**: UEA Edições; PPGSA/PPGAS - UFAM, 2013.

ARENDDT, Hannah. **A dignidade da política: Ensaios e Conferências**. Rio de Janeiro. Editora Relume-Dumará, 1993.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. Rio de Janeiro. Editora Perspectiva, 2007.

_____. **Não mais e ainda não**. In. Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios); tradução Denise Bottman; organização, introdução e notas de Jerome Konh. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: editora UFMG, 2008c.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALANDIER, Georges. **A noção de situação colonial**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. Revisão de Paula Monteiro. Cadernos de Campo, nº 03, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605>> Acesso em 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Editora Perspectiva, 2007.

_____. **Campo intelectual e projeto criador**. In: Pouillon, Jean et al. (orgs.). Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.

_____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação** / A ilusão biográfica. 1930. Tradução: Mariza Corrêa - Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____ **O poder simbólico.** Difel/Betrand Brasil. Lisboa, Rio de Janeiro, 1989.

_____ **Sobre o Estado:** Cursos no Còllege de France (1989-92). (Trad.) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 29-79.

BRASIL, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Instituiu o Estatuto de Museus e dá outras providencias.** Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm> Acesso: de 11 de junho de 2018.

_____ Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, regulamentando dispositivo da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que Instituiu o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm> Acesso: 15 de junho 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado (Investigações de antropologia política).** Tradução de Bernardo Frey. Revisão de Miguel Serras Pereira. Capa de João B. Edições Afrontamento – Porto, 1975.

CARDOSO, Letícia Conceição Martins. **O TEATRO DO PODER: Cultura e Política no Maranhão.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais), 2008. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/612>.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____ **Lições de sociologia.** (Páginas 59 a 89). Tradução Mônica Stahel. Editora Martins Fontes. São Paulo – SP, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** 2ª Edição. Tradução: Sandra Castelo Branco. Editora: UNESPE. São Paulo – SP, 2003

FARAGO, France. **Compreender Kierkegaard.** Editora Vozes. Petrópolis – RJ, 2006.

FOUCALT, Michel. **Hermenêutica do Sujeito.** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil.** Organizado por Richard Tuck; edição brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky; tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo – SP. Editora: Martins Fontes, 2003.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Tradução – Celina Cardin Cavalcante. 6ª edição São Paulo – SP. Editora: Paz e Terra, 2008

[HTTP://CMSPORTAL.IPHAN.GOV.BR/UPLOADS/CKFINDER/ARQUIVOS/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf](http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf), 2002. Acesso: 10 de maio de 2017.

[HTTP://WWW.JUSBRASIL.COM.BR/POLITICA/4184679/governo-investira-nos-polos-turisticosmaranhenses](http://www.jusbrasil.com.br/politica/4184679/governo-investira-nos-polos-turisticosmaranhenses), 2009. Acesso: 16 de maio de 2020.

KIERKGAARD, Soren. **O desespero Humano**. Editora: Martin Claret. São Paulo – SP, 2001.

_____. **O conceito de angústia**. Trad. Álvaro Valls.: Editora: Vozes. Petrópolis – RJ, 2011.

LEACH, E. **Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo**. In: LEACH, E. Repensando a antropologia. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARANHÃO, Provincial Palácio do Governo do Estado do – Decreto de Desapropriação do Terreno para a Construção do Tesouro Público de 8 de fevereiro de 1890.

MARANHÃO, Diário Oficial - Artigo 62 do decreto nº 23.821 – Governo do Estado do Maranhão, 2002.

_____. - Decreto nº 7661 de 27 de junho de 1980 sobre a Tombamento Estadual de prédios coloniais.

MARANHÃO. **Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão**. Plano Estadual da Cultura do Maranhão 2007-2010. A imaginação a serviço da cidadania e do desenvolvimento. São Luís, 2007.

_____. **Plano Estadual da Cultura do Maranhão**. SECMA. 2015 – 2022. São Luís – MA.

MARQUES, Cezar, Augusto; notas e apuração textual de MORAES, Jomar. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão – 1826-1900**; – 3ª edição. São Luís: Edições – Academia Maranhense de Letras – AML, 2008, (p. 861 a 863).

MATTEI, Ugo e LAURA, Nader. **Pilhagem: quando o Estado de Direito é ilegal**. (Trad.) Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, (Introdução, cap. 1 e cap. 8).

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. Tradução br. Sérgio Millet. São Paulo. Editora: Abril Cultural, 1979.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia**. Tradução Mariana Echalar. 1ª edição – São Paulo: Boi tempo, 2014.

_____. **O dissenso**. In: A crise da razão. Organizador Adauto Novaes. São Paulo Companhia das Letras, 1996. Tradução de Paulo Neves.

VELHO, Otavio, Guilherme. **Revisitando as Frentes de Expansão**. PNCSPA Rio de Janeiro/São Luís, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo de (da Academia Maranhense de Letras). **História do Comércio do Maranhão 1612-1895**. Edição: Fac-Similar - Associação Comercial do Maranhão, (p. 306 a 402).

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica**. Tradução de Paulo Perdiggão. 5ª edição, RJ: Editora Vozes, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradutora: Rita Correia Guedes
Fonte: *L'Existentialisme est un Humanisme, Les Éditions Nagel, Paris, 1970*.